

Sídnei Cursino Guimarães Romão

**ONDE ESTÁ A GRAÇA:
ANÁLISE DA PERLOCUÇÃO EM
TEXTOS HUMORÍSTICOS NOS NÍVEIS
EXPLÍCITO, IMPLÍCITO E METAPLÍCITO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Lingüística do Instituto de Letras e Lingüística da Universidade Federal de Uberlândia como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Lingüística.
Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Travaglia

**Uberlândia
Universidade Federal de Uberlândia
Instituto de Letras e Lingüística
2001**

Dissertação defendida em ____/____/____ e aprovada pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Luiz Carlos Travaglia _ Orientador (UFU)

Prof. Dr. Mário Eduardo Toscano Martelotta (UFRJ)

Prof^a. Dra. Vânia Bernardes Fernandes Arruda (UFU)

*Àqueles que seguiram me amando,
mesmo quando sabiam que eu não tinha
tempo para lhes mostrar que sabia disso:*

*ao Romero,
à Daniela,
à Lisiane,
à Larissa,
ao Ian,*

com carinho.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Dr. LUIZ CARLOS TRAVAGLIA, pela preocupação com seus orientandos, pela atenção e presteza no atendimento, pela lucidez de análise e contribuições valiosas, enfim, pelo privilégio de sua orientação.

A SEBASTIÃO GUIMARÃES SILVA, meu pai, (in memoriam), por ter despertado nos filhos-crianças o espírito curioso, pondo em nossas mãos tantos textos interessantes: livros, revistas em quadrinhos (quando esse material não era tão acessível), levando-nos ao mundo das “cartas enigmáticas”, piadas, adivinhas; possibilitando-nos resolver e inventar charadas ou palavras cruzadas... enfim, gostar do lado lúdico da língua.

A ERENICE CURSINO SILVA, minha mãe, pela compreensão, quando, em benefício do prazer desta pesquisa, reduzi minhas visitas, contribuindo para sua solidão.

A Profa. NEUSA HELENA DE QUEIROZ BORGES, pilar-mãe da Fundação que originou o Centro Universitário; discreta em sua grandeza, amiga otimista e querida.

A Profa. Dra. SÍLVIA HELENA BARBI, cuja competência e lucidez (e generosa disponibilidade) possibilitaram a crítica à monografia que originou esta dissertação.

A Profa. Mestra NEILA SOARES FARIA, cuja amizade sempre me amparou e foi responsável pelo meu primeiro curso na UFU e fez a revisão do “resumê” deste trabalho.

A Profa. Mestra SANDRA DINIZ COSTA e ao Prof. Dr. LUIZ CARLOS COSTA cujos incentivos me “carregaram” para o Mestrado; ainda ao COSTA pela orientação em leituras e pela amizade com que me “amparou”, em particular antes do Mestrado; depois, durante todo o curso e, finalmente, por ocasião do Exame de Qualificação.

À Profa. Dra. VÂNIA BERNARDES ARRUDA FERNANDES, pelos valiosos comentários durante o Exame de Qualificação, os quais contribuíram para “burilar” aspectos controvertidos do meu texto.

A todos os PROFESSORES DO MESTRADO EM LINGÜÍSTICA, pelos ensinamentos e porque, extrapolando as exigências de suas funções, foram amigos prestativos __ a todos, meu carinho. Agradecimento especial ao Prof. Dr. LUIZ PAULO DA MOITA LOPES, pelo incentivo da primeira publicação de um trabalho na área do humor. A Profa.

Dra. ALICE CUNHA FREITAS, mais que coordenadora do Mestrado em Lingüística, amiga querida, pronta a ajudar.

Às Secretárias do Mestrado em Lingüística: ENEIDA A. DE LIMA ASSIS e MARIA SOLENE DO PRADO, pela ajuda sempre pronta e a amizade em todos esses anos de curso.

Aos meus informantes, que permitiram a concretização de minhas pesquisas.

Aos COLEGAS que dividiram as horas de cansaço e alegrias das aulas.

À FACULDADE DE PATOS, em especial ao Prof. JOSÉ ESUSTÁQUIO RODRIGUES ALVES e à amiga Profa. Mestra SILVÂNIA FLORIANI PORTILHO, pela ajuda e incentivos

À FAPEMIG, por um ano de bolsa e ao Prof. ANTÔNIO CARLOS FREIRE, da UEMG, pelo seu empenho em viabilizar esta ajuda aos mestrandos.

A Profa. Mestra HELÂNIA CUNHA CARDOSO, amiga de uma vida inteira, companheira solidária na “aventura das primeiras comunicações”. À Profa. Mestra MÔNICA SOARES GUIMARÃES, pela solidariedade.

Aos amigos que me levaram a “mais amar o Português”, colegas do antigo CENTRO CULTURAL RUI BARBOSA, em especial: Prof. ALTAMIR PEREIRA DA FONSECA e Prof. RICARDO R. MARQUES; e, na graduação, ao Prof. Dr. COSME DAMIÃO DA SILVA.

A todos que contribuíram com este meu trabalho, amigos e familiares que contribuíram com material para minha pesquisa (em especial: VERA LÚCIA GUIMARÃES LUDWIG, SILVANA CURSINO GUIMARAES, ARNALDO CURSINO GUIMARÃES e FABÍOLA GUIMARÃES GONÇALVES).

À FATINHA STEVAM, amiga e confidente, em momentos de alegria e desânimo.

Aos meus genros, CLÁITON CAIXETA SILVA e LUIZ CARLOS SALGADO, pela amizade paciente e inúmeras ajudas em momentos de aperto.

A DANIELA, LISIANE, LARISSA, minhas filhas, pelo carinho, incentivo e, sobretudo, pela confiança risonha dos olhares “cúmplices”.

Ao ROMERO, cujo carinho e paciência sempre presentes conheceram os muitos desânimos e algumas alegrias destas minhas “descobertas”.

A ANIEL, por sua luz.

“ __ O humor é a explicitação da criatividade.

“L’homme sans humour vit de la vie des larves, sous leur enveloppe de soie, sûr d’un avenir sans durée, mi-conscient, inchangeable. L’humour fait éclater le cocon vers la vie, le progrès, le risque d’exister. ” (ESCARPIT, 1994 : 127,)

__ O verdadeiro dito pode estar no não-dito.

*“L’homme est caché sous sa langue.”
(Dictionnaire de Proverbes et Dictons, Larousse)*

__ Contra as regras do metaplícito, a arma é o implícito.

“O riso libera o aldeão do medo do diabo, porque na festa dos tolos também o diabo aparece pobre e tolo, portanto controlável. Mas (...) libertar-se do medo do diabo é sabedoria. Quando ri, o aldeão sente-se patrão, porque inverteu as relações de senhoria...”

“O riso distrai, por alguns instantes, o aldeão do medo. Mas a lei é imposta pelo medo. A prudência de nossos pais fez sua escolha: se o riso é o deleite da plebe, que a licença da plebe seja refreada e humilhada, e amedrontada com a severidade.”

“Através de enigmas argutos e metáforas inesperadas, mesmo dizendo-nos as coisas ao contrário daquilo que são, como se mentisse, (o riso) de fato nos obriga a reparar melhor, e nos faz dizer: eis, as coisas estavam justamente assim, e eu não sabia. “ (ECO, 1980. O Nome da Rosa)

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é verificar em que nível de compreensão se processa o humor de piadas: se no nível explícito, implícito ou metaplícito. Tentou-se, pois, “fundir” neste trabalho, duas grandes linhas teóricas: a do estudo do humor e a dos níveis de compreensão na leitura.

O estudo dos níveis de compreensão: o explícito, ou conteúdo “posto”, e o implícito __em suas duas formas: “pressuposto” e “subentendido”__ serão tomados no sentido que lhes dá DUCROT (1978) e segundo interpretações feitas deste texto, enriquecidas por dados pessoais por KOCH (1984/1996) e KERBRAT-ORECCHIONI (1998). Para o metaplícito, foi tomado, como base, o texto de POERSCH (1991), ao qual acrescentaram-se as contribuições de ECO (1984) sobre as regras de convívio social, das quais os falantes se apropriaram.

Na análise, trabalhou-se também com os “mecanismos criadores de pressuposição”, com base nos estudos de: KERBRAT-ORECCHIONI (1998), KOCH (1984), MAINGUENEAU (1996b) e SCHOTT-BOURGET (1984), incluindo, no final, nossas hipóteses quanto a mecanismos não relacionados pelos referidos autores.

Em relação ao humor, tomou-se como base teórica o estudo da “bissociação”, proposta por KOESTLER¹, (1964), a “teoria semântica dos frames” aplicada ao humor, de acordo com RASKIN (1985 e 1987) e os “mecanismos criadores de humor”, segundo TRAVAGLIA (1991).

Devido à confrontação dos “contextos” que, contrariando o previsível, opõem-se de forma incongruente nas piadas, procurou-se uma maior compreensão em relação ao conceito de “frame”, segundo teorias propostas por VAN DIJK (1996), RASKIN (1985), KOCH e TRAVAGLIA (1989). Em relação ao conceito de “incongruência” ou “ruptura do determinismo”, que foi utilizado como instrumento de análise, recorreu-se a VOESE (1990) e a FOURASTIÉ (1983). Confrontou-se o conceito de “gatilho” de RASKIN (1985) com o

¹ KOESTLER, Arthur (1964). *The Acte of Creation*. Versão francesa: *Le Cri d'Archimède*. Será sempre citado apud NORRICK (1986a, 1986b) ou JARDON (1988).

conceito de “disjuntor”, de MORIN (1971), adotando este último para indicar o ponto onde se manifesta a “bissociação”, ou incongruência.

Com base nos “scripts e mecanismos criadores de humor” propostos por TRAVAGLIA (1991), selecionou-se uma média de duas a três piadas que exemplificassem cada um destes recursos, de forma a atingir um total de sessenta textos. Estes textos foram submetidos a um grupo de entrevistados, pedindo-se aos mesmos que, fazendo um mínimo possível de modificações, buscassem a “neutralização do humor” das piadas, ou seja, que tentassem transformá-las em textos não-humorísticos, mas ainda conservando a coerência.

Fizeram-se depois nossas próprias análises, confrontando-as com os resultados apresentados pelos informantes e, para terminar, fez-se, após cada piada, uma descrição com os seguintes dados: a) a relação entre a piada e os scripts ou mecanismos criadores de humor que o texto exemplificava; b) a relação entre os elementos apresentados pelo texto nos três níveis de compreensão: explícito, implícito e metaplícito; c) a tentativa de mostrar os “frames” dos quais cada piada se serviu e as previsões oferecidas pelos “frames”, como também os elementos comuns a eles; d) a localização do elemento disjuntor; e) a complementação das informações introduzidas pelo disjuntor com os dados dos frames apresentados, tentando resumir a “bissociação” numa única frase de conteúdo incongruente; f) a verificação dos níveis de compreensão mais prováveis para cada “frame” e, finalmente, g) o nível de compreensão em que acontece a bissociação. Da comparação destas análises, chegou-se a tabelas, onde se constatou a recorrência de certos dados e, finalmente, apresentaram-se nossas “considerações finais”.

Acredita-se que o nível metaplícito do texto de humor é a base para os outros dois, desde que, tanto o conteúdo “posto” como o implícito, pressuposto ou subentendido, apóiam-se os dois no conhecimento metaplícito. O metaplícito, além de se constituir na “sustentação” dos outros dois níveis, é também o responsável pelo conhecimento “tácito” das regras de convívio social, cuja violação liga, estruturalmente, o **conteúdo** do texto cômico: é a violação destas regras que cria o conflito nas piadas. O explícito é o nível que atualiza as informações pertinentes a um texto específico; o implícito é o nível que nos parece ser utilizado para a “estruturação **formal** da surpresa”, sem a qual o conteúdo de base não tomaria sua feição cômica: pode-se atribuir a maior parte do risível (e a parte mais “saborosa”) de um texto a suas informações “a serem descobertas”, aos implícitos. Pode-se, pois, dizer que a condição de existência do implícito é sustentada em qualquer texto pelo seu conteúdo metaplícito visto como um todo (*de uma maneira geral*). Assim é possível encontrar “pistas” que remetam ao implícito e que são *especificamente* veiculadas pelo conteúdo explícito deste texto. Desta

maneira, pode-se concluir que é a “surpresa” da descoberta do imprevisto que provoca o humor e esta incongruência serve-se quase sempre do implícito. Então, os textos de humor, em geral, recorrem ao implícito.

PALAVRAS-CHAVE: 1. Humor. 2. Texto. 3. Discurso. 4. Compreensão.
5. Níveis explícito, implícito e metaplcito.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	12
INTRODUÇÃO.....	13
1. REFERENCIAL TEÓRICO	25
1.1. Aspectos teóricos gerais relativos ao humor.....	25
1.1.1. Conceitos teóricos de base no estudo do humor.....	25
1.1.1.1. O humor, o cômico e o riso	25
1.1.1.2. O cômico e a regra.....	26
1.1.1.3. A incongruência.....	30
1.1.1.4. A teoria da bissociação.....	36
1.1.1.5. A teoria semântica dos frames.....	38
1.1.1.6. A teoria da bissociação e a teoria semântica dos frames aplicadas ao humor...45	
1.1.1.7. Problemas com o disjuntor.....	48
1.1.1.7.1. O conceito de disjuntor.....	48
1.1.1.7.2. Disjuntores múltiplos.....	61
1.1.2. Recursos e mecanismos de humor em relação ao código.....	63
1.2. Aspectos teóricos do dito e do não-dito.....	89
1.2.1. O explícito, o implícito e o metaplcito.....	89
1.2.2. Postos, pressupostos e subentendidos.....	92
1.2.3. O pressuposto e o subentendido.....	94
1.2.4. Mecanismos lingüísticos criadores de pressuposição.....	104
1.3. Outros aspectos teóricos pertinentes.....	118
1.3.1. Interação: conhecimento de mundo e compartilhamento de significado.....	118
1.3.2. Os atos de fala.....	120
1.3.3. As máximas e as implicaturas conversacionais.....	121
1.3.3.1. As máximas conversacionais.....	121
1.3.3.2. As implicaturas conversacionais.....	123
1.3.4. Uso e menção.. ..	124
2. CORPUS E METODOLOGIA	126
3. ANÁLISES DE SCRIPTS E MECANISMOS CRIADORES DE HUMOR, NOS NÍVEIS:	

EXPLÍCITO, IMPLÍCITO E ETAPLÍCITO.....	130
3.1. Análises de piadas com scripts criadores de humor.....	131
3.2. Análises de piadas com mecanismos criadores de humor.....	160
3.3. Tabelas relativas a dados das análises.....	228
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	238
RESUMÉ.....	252
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	255
ANEXO.....	260
ADENDO (acrescentado em 20-09-2002).....	345

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Os níveis de compreensão em relação a cada um dos três frames de cada piada.....	230
Tabela 2:	Comparação dos níveis de compreensão nos dois frames de origem.....	233

INTRODUÇÃO

Justificativa

Como medir a compreensão de um texto? Como pode o locutor ter certeza de que o alocutário compreendeu seu discurso de acordo com suas intenções?

Segundo a Pragmática, todo ato de fala tem, como componente, um ato perlocucionário, entendendo-se “ato perlocucionário” (ou “perlocutório”) por “*aquele destinado a exercer efeitos sobre o interlocutor: convencê-lo, assustá-lo, agradá-lo, etc.*” (cf. KOCH 1997: 20), sem deixar tal intenção explícita (como o fazem os atos ilocucionários). Explicitando ou não suas intenções, é evidente que o locutor pretende, com seu discurso, atingir algum objetivo. Não nos interessa, neste estudo, verificar se determinado locutor teve ou não seu discurso admitido, se suas ordens foram cumpridas, ou se foram dadas as respostas às questões que apresentou. Interessa-nos, entretanto, outro aspecto: no caso de uma ordem, se a mesma foi cumprida, significa que, antes de acatá-la, o interlocutor passou pelo processo de compreensão da mensagem. Assim, se uma pessoa, sem utilizar nenhum recurso extra-lingüístico, como gestos ou olhares, diz a outra “Feche a porta” e, como resposta, vê esta ordem ser cumprida, pode com certeza dizer que sua fala foi compreendida. Dessa forma, o ato ilocutório, como a ordem, pode ter como sinal de uma interpretação adequada, o fato de a ordem ser cumprida, em resposta ao ato de fala. Há, entretanto, alguns atos de fala (especialmente os perlocutórios) que são mais problemáticos no que se refere à questão da compreensão, porque o locutor não tem certeza de ter atingido o objetivo pretendido: não sabe se seu discurso foi ou não compreendido.

Ora, pertence ao consenso geral, o fato de que as piadas são textos que visam a provocar o riso. Se determinada pessoa prevenir seu interlocutor de que vai lhe narrar um fato e não esclarecer que se trata de uma narrativa de humor, ainda assim, poderá verificar, após o desfecho da piada, se seu interlocutor compreendeu ou não sua fala: o riso do outro será a prova de sua compreensão. Pode-se, pois, considerar que textos de humor visam ao ato perlocutório do riso, e, tendo este riso como resposta, o locutor, além de deduzir

que o interlocutor compreendeu o texto, constatará também que atingiu o objetivo pretendido, ou seja: provocar no outro o riso. Embora os atos perlocutórios (ou “perlocucionários”) não explicitem sua intenção, o estudo de textos cujo efeito perlocucionário é explícito contribui, entre outras coisas, para provar que há textos cuja compreensão é atestada pela ação a que ele conduz, à meta que ele pretende atingir. E esta meta é ainda mais evidente quando se trata de textos de humor, pois, sem o riso que pretende provocar, não se justifica chamar um texto de humorístico. Acreditamos que as piadas são os textos que, visando ao efeito perlocucionário do riso, podem ter comprovação mais nítida de sua compreensão (desde que o riso é a prova da compreensão atingida). Justifica-se, assim, nossa opção pelo estudo de piadas: se o ato perlocucionário é mais detectável no texto humorístico, é nele que certamente será menos problemática a busca do nível em que se processa a compreensão do texto.

Desconhecendo qualquer trabalho em que tenha sido enfocada a questão da bissociação em relação aos níveis de compreensão, acreditamos que justifique mais nossa pesquisa o fato de ser este o primeiro estudo a fazer tal abordagem.

As áreas da Lingüística que fundamentam este estudo

Nosso estudo teve como fundamento teórico conceitos da Lingüística Textual e da Teoria do Discurso, na medida em que os dois campos se interpenetram e se complementam. Adotamos, pois, os conceitos de que a compreensão de um texto não se processa apenas no nível da frase, mas busca a interação de autor, leitor e texto busca o conhecimento intuitivo do falante quanto aos processos que garantem a coerência, o levantamento de “pistas” que o conduzam à compreensão do texto, tais como: o conhecimento de superestruturas, os dados que lhe são fornecidos pela habilidade de manipular a intertextualidade (a qual, por sua vez, garante o reemprego de conhecimentos de mundo, considerando que toda informação adquirida se processou através da leitura de algum tipo de código) que servirá ao desvendamento de informações implícitas (como as alusões, por exemplo); o discernimento semântico, sem o qual não haveria coerência e sem o qual não haveria o reconhecimento de incongruências exploradas no texto humorístico. Adotamos ainda a postura de considerar que há textos cuja interpretação exige, além dos conhecimentos do discurso __concebido como a integração do texto a um contexto__ a compreensão das intenções dos falantes, a compreensão do papel dos mesmos no discurso, a partir de variedades lingüísticas, seu lugar

social e a imagem que os interlocutores fazem um do outro, de si mesmos e do assunto; suas posturas ideológicas (que se constituem em dados que também interferem na leitura), as regras de diálogos, entre elas as máximas conversacionais e as implicaturas, bem como de inúmeros fatores que foram apontados pela Lingüística Textual e pela Teoria do Discurso, mas que nos parece desnecessário listar, visto não constituírem fundamento direto para nosso estudo.

O papel dos níveis de compreensão em nosso trabalho

Em que nível de compreensão do texto pode ser detectado o humor? Em um estudo exploratório, verificamos que alguns textos apresentavam elementos explícitos, outros apresentavam elementos implícitos, aos quais o leitor deveria chegar, através do “desvendamento” de pressupostos e subentendidos; enquanto outros exigiam do leitor um conhecimento metaplícito (conhecimentos de mundo, de situações; conhecimentos políticos e sociais; conhecimento de dados geográficos, históricos e culturais, etc.).

Este questionamento levou-nos a buscar o embasamento deste estudo na primeira grande linha de estudos que sustenta nosso trabalho: a da teoria do dito e do não-dito, os quais, além de estudados pelo Discurso, pertencem aos estudos da área de cognição e leitura, como níveis de compreensão.

Numa primeira abordagem dos níveis de compreensão do texto, ficamos com os conceitos de POERSCH (1991), quando ele faz uma divisão destes níveis em explícito implícito e em metaplícito. Adotamos depois, do autor citado, apenas o conceito de nível metaplícito e, para o explícito e o implícito, ficamos com a postura de DUCROT (1978) e de KERBRAT-ORECCHIONI (1998). Para o implícito, observamos também o enfoque dado à teoria de DUCROT (1978) por: KOCH (1996 e 1997), SCHOTT-BOURGET (1994) e MAINGUENEAU (1996b). Nestes últimos autores, como também em ILARI (1985) e em KERBRAT-ORECCHIONI (1998) buscamos os mecanismos de criação do pressuposto.

Não nos bastava, entretanto, o conhecimento dos níveis de processamento da compreensão do texto: foi necessário saber o que já tinha sido feito em termos de estudo do humor.

Estudos sobre o humor e sua influência neste trabalho

Os lingüistas são unânimes em concordar que ainda há poucos trabalhos na área sobre o humor, desde que a maioria dos estudos que o enfocam são de outras áreas: Psicologia, Antropologia e Sociologia, principalmente, embora este quadro tenha sofrido algumas modificações na década de 90. Devido aos objetivos próprios dos campos citados, é que a maioria dos trabalhos encontrados aborda causas do humor (Psicologia) ou objetivos do mesmo (Sociologia): humor como crítica social e denúncia, o riso pelo riso, os estereótipos gerados por preconceitos, o riso desvinculado do cômico e outros. Tais abordagens não interessam a nosso trabalho, desde que consideramos como humorístico todo texto que visa ao efeito perlocucionário do riso. Embora não tenhamos estudado grande parte dos trabalhos sobre humor cujas referências nos foram apontadas, citaremos aqueles cuja leitura pareceu estar, de alguma forma, ligada a nossos propósitos.

FREUD (1988), observa que as piadas têm um elemento tendencioso: constata-se nelas uma tendência obscena ou agressiva (as quais tentam atingir o pudor, as crenças, a ideologia, provavelmente as mesmas “regras de convívio social”) e que esta tendência é gerada pela repressão a que está sujeito o homem, enquanto ser social. Esta repressão será desinibida pelo riso.

BÉRGSON (1995) usa a expressão “mecânico calcado sobre o vivo”, o que significa que há uma relação entre duas representações: “uma viva e socialmente adaptada, outra, mecânica, ou seja, feita de rigidez ou de desatenção”. Ele considera que a vida e a sociedade exigem das pessoas essa rigidez, gerada pela exigência de uma atenção constante às “regras do convívio social” (termo adaptado por nós) e, ao mesmo tempo, uma certa “elasticidade de corpo e de espírito” para estarmos em constante adaptação. “Tensão e elasticidade são as duas forças que a vida põe em jogo”; “esta rigidez é o cômico e o riso é o castigo”. Bérqson fala também da “interferência de séries”, observando que o cômico nos textos se processa em dois níveis de compreensão e é essa conjunção que provoca o risível.

ESCARPIT (1994) justifica a impossibilidade de uma definição para o humor, estuda as características do humor inglês e dos humoristas em geral, analisa algumas formas de humor e a ironia e, ao tratar do “paradoxo humorístico” (p. 93), cita o fato de que “como as

evidências cimentam e definem o corpo social, este último as constitui em uma doutrina, uma ortodoxia que ele coloca entre os indivíduos por meio de reflexos condicionados e que ele protege por sanções”. O autor conclui que o humorista é quem quebra tais evidências, por meio de um comportamento que foge às *regras do grupo*.

KOESTLER, em 1964, lança seu livro “The Act of Creation”, que pretendia ser, antes de tudo, um estudo do processo que é comum ao ser humano: a “bissociação”, a qual, segundo o autor, produz efeitos em três campos distintos do conhecimento: na criação artística, na descoberta científica e na produção do riso.

Por estarem esgotadas a edição inglesa e a versão francesa (“Le Cri d’Archimède”), do livro de Koestler, não nos foi possível conhecer a obra original, que citamos apud NORRICK (1986b) e apud JARDON (1988), ambos os autores comentando o fato de que a “bissociação” é o conceito básico nos estudos mais recentes de humor. Alguns autores estabelecem um paralelo entre a “bissociação” de Koestler e a interferência de séries de Bérghson.

MORIN, em 1966 (tradução para o Português: 1971), no seu artigo “A historieta cômica”, estuda os textos humorísticos curtos (piadas), nos quais ela distingue três funções: uma função de normalização, uma função locutora de deflagração e um disjuntor e, por considerar que tais textos (mais que jogos de palavras) “são jogos de signos”, é no nível dos mesmos que ela analisa as formas de disjunção (“disjunção semântica” e “disjunção referencial”) e os modos disjuntivos de articulação: bloqueada, regressiva e progressiva (com novas variantes), que não focalizaremos em nosso estudo.

Em seu livro “Le rire, suite”, FOURASTIÉ (1983), tentando entender o papel do riso no psiquismo humano, além de inventariar as várias formas de riso, relaciona o riso com a percepção das realidades sensíveis pelo cérebro, fala das condições do riso, fala do papel das emoções (conflito, prazer) e do sentimento de jogo trazidos pelo riso, e, finalmente, apresenta ao leitor a sua proposta de que o riso nasce de uma “ruptura do determinismo”, entendendo-se o “determinismo” como o previsível. Por esta razão, ao final de sua obra, compara os resultados de sua pesquisa àqueles apresentados por KOESTLER (1964), considerando que os dois, por caminhos diferentes, chegaram a constatações semelhantes: considera a ruptura do determinismo equivalente à bissociação de KOESTLER.

SAREIL, em 1984, lança seu livro “L’écriture comique”, no qual ele considera que a

“dessacralização” é uma característica necessária para o texto cômico (considerando-se “dessacralizar” como agradar ou chocar, não deixar, enfim, que predomine a indiferença) observa que a “dessacralização visa sujeitos aos quais é difícil ou perigoso tocar”. Ele trabalha o caráter negativo do cômico; fala, no tratamento do assunto, da “dedramatização”, a qual é atingida por meio de técnicas que destroem a continuidade harmoniosa do texto e que podem ser resumidas em: introdução de um elemento incongruente, supressão do passado e do futuro, simplicidade do sujeito e, finalmente, diferença de forma de sanção na tragédia (cuja sanção é tragédia mesmo) e na comédia (em que o desenlace é lúdico). Relaciona, a nosso ver, a questão das regras e a da incongruência.

RASKIN, em artigos publicados em 1985 e 1987, propõe que sua teoria semântica dos frames seja aplicada ao humor e, ao afirmar que “o texto humorístico é compatível em seu todo ou em parte com dois scripts diferentes, e que estes scripts são opostos, em um sentido especial” deixa clara a semelhança de sua teoria com a teoria da bissociação, de KOESTLER (1964).

JARDON (1988) faz uma análise minuciosa de várias teorias sobre o humor, abrangendo várias áreas e direciona as conclusões de sua análise para o estudo do texto literário que apresenta aspectos humorísticos.

Os estudos de humor no Brasil se intensificaram a partir dos anos noventa, com o humor servindo de tema tanto a artigos quanto a teses. Como exemplo, podemos citar os artigos de: ZIRALDO (1970), FORTUNA (1970), ÁLVARUS (1970), JERKOVIC (1970), PINO (1970), PEREIRA (1970), LUIZ (1970), VOESE (1990), PENNA (1996), TAFARELLO (1995). São exemplos do humor como tema de teses e dissertações: GIL (1991), OTONI (1999).

Entretanto, dos estudos de humor no Brasil, os que mais nos chamaram a atenção foram os de TRAVAGLIA (1988/1992) e POSSENTI (1988/1996).

TRAVAGLIA, em 1988, publica o primeiro artigo de uma série de três, que terminam em 1990 com “Uma introdução ao estudo do humor pela Lingüística”, no qual o autor faz uma análise detalhada das várias abordagens feitas sobre o humor por estudiosos de diferentes áreas. E em artigo de 1991: “O que é engraçado __ categorias do risível e o humor brasileiro

na televisão”, o autor, a partir do estudo de um corpus de textos humorísticos da televisão brasileira, separa o humor por categorias: quanto à forma de composição, quanto aos objetivos, quanto ao grau de polidez, quanto ao assunto, quanto ao código, e, na sexta categoria, quanto ao que provoca o riso, propondo, nesta última, uma série de scripts e de mecanismos que criam o humor. Em artigo de 1992: “Homônímia, mundos textuais e humor”, TRAVAGLIA estuda especificamente a homônímia na criação do humor.

Com início na mesma época, 1988, e indo até 1996, são publicados vários trabalhos de POSSENTI, tendo por tema o humor. Estes artigos, ele os reuniu no livro “Os Humores da Língua __ Análises lingüísticas de piadas”, publicado em 1998. POSSENTI apresenta uma visão geral dos estudos do humor: aborda temas e técnicas usadas nas piadas; trabalha a questão do humor infantil e do humor político (inclusive analisando charges) e a questão dos lugares-comuns sobre as piadas. Prova, por meio de piadas, (de forma bastante válida para os estudos da leitura) a questão da imposição da leitura pelo texto; e, no capítulo “O discurso do humor: temas, técnicas e leituras”, POSSENTI analisa os diferentes níveis lingüísticos utilizados em diversas piadas. Deprendemos de seu estudo que os diferentes níveis lingüísticos (seja do discurso ou do sistema) servem aos mecanismos da bissociação. Assim, reproduzimos uma das piadas analisadas pelo autor, para exemplificar o que dissemos.

(1) __ *Sua mãe tá aí. Você não vai receber?*
 __ *Receber por quê? Por acaso ela me deve alguma coisa?* (POSSENTI, 1998:31)

O texto (1) exemplifica, segundo o autor, um recurso ao nível lingüístico da sintaxe, desde que a ambigüidade (mecanismo criador da bissociação __ causa do humor) explora os dois sentidos do verbo “receber” (exploração também do léxico), ou seja: “receber”, significando “acolher, recepcionar” (...a mãe) e, no segundo, significando “aceitar algo que lhe é devido/dado”, sendo que, em cada sentido, é diferente o complemento verbal exigido.

Apenas quisemos mostrar que os diferentes enfoques não se excluem, embora não pretendamos trabalhar com os níveis lingüísticos; só faremos referência a eles, se necessário. Nosso trabalho não segue os moldes do trabalho de POSSENTI, mas parte da evidência apresentada por este autor e por TRAVAGLIA de que é possível fazerem-se “análises

lingüísticas de peso”, utilizando textos menos “conceituados” como é o caso de piadas.

Da teoria já estabelecida sobre o humor, interessam-nos, especificamente, os seguintes aspectos, que consideramos básicos ao nosso trabalho: a teoria da bissociação, proposta por KOESTLER (1964) e depois associada à teoria semântica dos frames por RASKIN (1985), teoria que torna procedente o estudo da mudança de frames ou de scripts, bem como o estudo da ambigüidade. Outro aspecto que será tomado como básico é, entre as categorias do humor levantadas por TRAVAGLIA (1991), a sexta categoria: sobre “o que provoca o riso”. Além das colocações apontadas como suportes teóricos necessários ao nosso trabalho, pretendemos nos valer dos estudos de FOURASTIÉ (1984) sobre a “ruptura do determinismo”; de conclusões do estudo de ECO (1984) sobre “o cômico e a regra”, estas, vindo completar a questão da incongruência, apresentada de acordo com VOESE (1989/1990) o que vai, por sua vez, completar ainda a questão do metaplícito, buscada em POERSCH (1991).

Hipóteses

Acreditamos que a compreensão de qualquer texto é feita a partir da conjugação de informações que estão nos níveis explícito, implícito e metaplícito e que há sempre manifestação dos três em todo texto de humor. Achamos que o nível metaplícito é a base para o processamento dos outros dois (visto que engloba conhecimentos de mundo e conhecimentos lingüísticos necessários ao processamento das informações) e, nestes conhecimentos (de mundo ou lingüísticos), está a regra quebrada, trazida ao texto como um consenso, através dos implícitos (e embasada no metaplícito), regra que é básica para a deflagração do riso, porque o riso é provocado justamente pela “ruptura do convencional/do previsível”, ou seja: pelo reconhecimento da quebra da regra (de convívio social), através da incongruência. Dentro desta colocação, acreditamos que os limites entre implícito e metaplícito fiquem meio difusos. O nível explícito está na base do implícito, porque só se chega às informações implícitas a partir das “pistas” explicitamente apresentadas no texto: sem o recurso aos dados explícitos, que, escolhidos entre o universo metaplícito, são selecionados especificamente para determinado texto, não é possível ao leitor processar os pressupostos ou levantar hipóteses sobre os possíveis subentendidos.

Acreditamos também que o disjuntor sempre aparece explícito em um primeiro frame

e remete a um dado que vem implícito num segundo frame. Os disjuntores parecem ser a base de uma relação ambígua (não necessariamente polissêmica), que remete a dois frames, constituindo-se, assim, em nossa hipótese, os elementos-chave do texto de humor. Nos disjuntores há, provavelmente, elementos que se ligam nos dois frames de origem; podem ser traços semânticos diferenciados do mesmo elemento (presente nos frames de origem) e que, num caso ou noutro, vão possibilitar a “disjunção”, ou “bissociação”__ emprego inadequado de um desses elementos repetidos, ou podem ser traços repetidos de um mesmo elemento em um frame que rejeita este elemento ou traço. O disjuntor é, pois, o elemento, normalmente representado por uma frase e normalmente vindo no final da piada, que, está na base da “incongruência” ou bissociação”; ele atua como a pista que remete à bissociação como um todo, porque, sem ignorar informações do frame que a narrativa desenvolvia inicialmente, aponta para um frame inesperado.

Julgamos ainda que a bissociação parece ser o mecanismo básico, presente em todos os mecanismos apontados como criadores de riso, sendo que estes podem, dessa forma, ser considerados antes “mecanismos criadores de bissociação”. Julgamos também que a bissociação, por empregar traços ou elementos de dois contextos, terá sempre elementos destes dois níveis (ou frames) iniciais, ainda que tais elementos estejam em uma mesma classificação, ou seja, todos implícitos, todos explícitos. Fica claro, então, que, na busca dos elementos (dos frames de origem) que causaram a bissociação, o enfoque inicial maior será para os elementos explícitos e implícitos, ficando o enfoque para o metaplícito na busca da causa para a bissociação.

Ultrapassando a incongruência (ou bissociação) __ou formando com ela um “todo”, parecem vir (mesclados à descoberta desta incongruência) certos “sentimentos” (ou “reações”) causadas no leitor, como “o prazer de (a reprovação por) ver a estupidez do outro comprovada”, “o prazer de se deparar com soluções inesperadas para certos problemas”, “o alívio de não se ver em situações embaraçosas semelhantes às mostradas no texto”, “o prazer de sentir que obteve uma represália em situações em que se considerava, de certa forma, um perdedor”, etc. Assim, a descoberta da incongruência (ou “bissociação”) pode vir misturada à sua causa, num todo deflagrador do riso, causa que é tão instantaneamente buscada (e associada a ela) no processo de leitura, que as duas parecem fundir-se num mesmo fenômeno. Voltando ao exemplo de ECO (1984), diríamos que não é a simples constatação de um “pastelão atirado na cara de alguém” que é risível __ numa briga em que as pessoas atirassem toda sorte de objetos umas nas outras, inclusive pastelões, é provável que isso não tivesse “graça”. O humor nasce das duas circunstâncias: “a constatação de que um pastelão foi

atirado em alguém” mais “o conhecimento da regra” (ainda segundo ECO, 1984) de que “pastelões são feitos para se comer e não para se atirar na cara dos outros”. A explicação para a bissociação parece, pois, estar sempre no nível metaplícito, mas, como está “naquela área” do metaplícito onde se guardam as coisas “indizíveis”, a bissociação apontará para esta causa (no metaplícito), na forma normalmente implícita. É por esta razão que nossa última hipótese em relação ao nível da bissociação é a seguinte: há o recurso a um explícito na bissociação (presente no disjuntor), mas há também sempre recurso ao implícito na criação do humor, parecendo haver um implícito “decisivo” referente à causa da incongruência e parte dela explicada sobretudo pelas regras do convívio social (metaplícitas).

Da mesma forma que o humor de cada piada parece não utilizar os níveis de compreensão de maneira uniforme, parece também não se valer de apenas um dos mecanismos criadores de humor (propostos por TRAVAGLIA, 1991), os quais aparecem muitas vezes combinados.

Porque os tipos de textos visados, conforme foi exposto acima, oferecem uma resposta mais detectável, mais “concreta” ao ato de fala realizado, talvez seja possível, a partir da compreensão do nível em que se processa o humor nos mesmos, chegar ao processo de compreensão de outros tipos de textos, ainda com base nos três níveis de compreensão enfocados. Esta última hipótese naturalmente extrapola este trabalho.

Objetivos deste estudo

A idéia que norteou este trabalho foi, pois, o fato de que a bissociação pode ser considerada o mecanismo básico do humor e, desde que esta forma de mecanismo é acionada por um “disjuntor” (ou “gatilho”), acreditamos que, localizando este disjuntor, estaremos localizando o ponto do texto em que se processa o humor. Nosso propósito nesta pesquisa é, pois, considerando a bissociação o elemento básico para a explicação do humor na piada, verificar se a mesma se processa no nível explícito, implícito ou metaplícito, ou se se encontra na passagem de um para outro nível de compreensão do texto, ou na fusão dos mesmos, ou no “choque” entre eles. Pretendemos atingir este objetivo geral a partir dos seguintes objetivos específicos:

- (1) Apontar os mecanismos criadores de humor utilizados na construção do texto em

estudo e verificar se há algum tipo de relação entre tais mecanismos;

(2) Verificar os frames que estão na origem da “construção” do texto e, em cada frame, o que seria previsível, na seqüência normal dos acontecimentos sugeridos pelos mesmos; confrontar tais constatações à seqüência dos fatos apresentados nas piadas, para verificar onde o previsível se choca com o imprevisível;

(3) Verificar quais são os disjuntores de cada piada, a partir da “técnica de neutralização do disjuntor” (forma como denominaremos, neste trabalho, a eliminação do humor da piada, por meio da substituição do elemento básico da incongruência da mesma).

(4) Após localizar os disjuntores e os elementos que, rompendo com as previsões, apontam para a incongruência, tentar sintetizar a idéia incongruente em um único período;

(5) Observando os elementos (ou traços de um elemento) que são comuns aos dois (ou mais) frames iniciais e que são repetidos no frame da incongruência, indicar o(s) traço(s) semântico(s) deste termo utilizado(s) de forma inesperada no frame que o rejeita, rejeição que provoca a bissociação (ou incongruência);

(6) Verificar se se comprovam nossas hipóteses quanto ao fato de o metaplícito ser o nível mais geral, que abarca os outros dois e se, no texto, a bissociação se constrói a partir dos níveis explícito e implícito (estes, partes selecionadas do metaplícito para um texto específico). Verificar, enfim, se, como supomos, há sempre, no disjuntor, o recurso a um implícito (ou ao choque/fusão, ou à complementação de explícito com implícito). Verificar se a bissociação é a causa do humor apenas devido às informações circunscritas ao texto, ou se a bissociação está a serviço da infração de alguma regra de convívio social, a cuja violação o leitor é inconscientemente conduzido, ao reconhecer a incongruência do texto. Neste caso, verificar o implícito final, que se constitui na regra e se os dados que remetem a essa regra vêm (total ou parcialmente) implícitos, de forma a não explicitarem tais regras, que se caracterizam justamente por sua natureza de “indizível”. Verificar se a explicitação deste último implícito agiria também como “cancelamento do humor”.

(7) Verificar a porcentagem de incidência da bissociação nos níveis acima referidos e buscar aplicações de ordem prática para as conclusões a que chegarmos.

A distribuição deste estudo em capítulos

Considerando que nosso trabalho tenta relacionar aspectos relativos a áreas diferentes: “humor” e “níveis de compreensão de texto”, acreditamos ser necessário incluir, em nosso referencial teórico, itens básicos ao estudo de cada uma, bem como conceitos de outras áreas que possam ser úteis à confrontação dessas duas primeiras. Abordamos individualmente os conceitos relativos ao estudo do humor e ao estudo semântico dos frames, os quais reunimos, no final desta etapa, quando tratamos da teoria da bissociação associada à teoria semântica dos frames. Ainda como suporte teórico foram usados os recursos criadores do humor, especificamente os “scripts e mecanismos criadores de humor”. Apresentamos em seguida, aparentemente desconectados do assunto anterior, os conceitos relativos ao dito e ao não-dito, etapa que também fechamos com mecanismos: “mecanismos lingüísticos criadores de pressuposição”. Incluímos, ao final destas duas etapas teóricas básicas, alguns conceitos teóricos que nos pareceram igualmente pertinentes à compreensão das análises, mas que não se enquadravam nas etapas anteriores.

Terminado o capítulo 1, no qual apresentamos o referencial teórico, apresentamos, no capítulo 2, alguns esclarecimentos quanto ao corpus e a metodologia de trabalho. Em seguida, no capítulo 3, apresentamos as piadas, cuja leitura nos pareceu mais prática precedendo a respectiva análise, seguindo a orientação geral: cada grupo de três ou de quatro piadas exemplificou um script ou um mecanismo criador de humor (cf. TRAVAGLIA, 1991) e os textos das mesmas foram submetidos à análise dos frames (idéias) opostos(as), na busca da bissociação e do termo disjuntor. Após a localização do disjuntor e a apresentação da “frase-síntese” da idéia incongruente, que resume a bissociação, esta frase foi submetida à análise, para verificação dos níveis de compreensão em que se situa: se no nível explícito, implícito em uma das duas formas (pressuposto ou subentendido) ou metaplícito, ou se na passagem de um para outro, ou na fusão, ou no confronto de um com o outro. No final do capítulo 3, apresentamos as tabelas que fazem um “balanço” da incidência de itens nos níveis explícito e implícito, em relação aos frames de origem e ao frame da bissociação; e, no capítulo 4, fechando nosso estudo, apresentamos nossas considerações finais. Após as referências bibliográficas, incluímos, anexas, as conclusões das entrevistas realizadas e os esquemas que não foram anteriormente trabalhados no capítulo das análises.

1) REFERENCIAL TEÓRICO

1.1. Aspectos teóricos gerais relativos ao humor

1.1.1. Conceitos teóricos de base no estudo do humor

1.1.1.1. O humor, o cômico e o riso

APTE (1985, apud TRAVAGLIA, 1990), após “*sumariar os quatro veios de definição do humor: o riso, objetivos e funções, condições e mecanismos*”, apresenta o seguinte conceito para humor:

“O humor refere-se, primeiro a uma experiência cognitiva, muitas vezes inconsciente, envolvendo redefinição interna da realidade sócio-cultural e resultando em um estado mental de prazer; segundo, aos fatores sócio-culturais externos que disparam esta experiência cognitiva; terceiro, ao prazer derivado da experiência cognitiva ‘humor’; quarto, às manifestações externas da experiência cognitiva e do prazer resultante, expressas através do sorriso e do riso de satisfação”. (APTE², 1985, apud TRAVAGLIA, 1990: 67)

Quanto ao **riso**, a que nos referimos neste trabalho é apenas aquele provocado pelo cômico. Ficamos, pois, com a colocação de OLBRECHTS-TYTECA de que “O critério efetivo de todo estudo sobre o cômico é o riso. Eles são, pois, praticamente indissociáveis”.³ Também o termo “cômico” aqui será tomado no sentido de “o que é engraçado, o que é risível, como resultado de citações, situações ou personagens engraçadas” OLBRECHTS-TYTECA (1974, apud JARDON, 1988: 9).

TRAVAGLIA (1990: 66) não separa humor e riso: “Para nós o humor está

² APTE, Mahadev L. (1985); “Humor and Laughter: an anthropological approach”. London, Cornell University Press, 1985.

³ “Il ne faut pas se dissimuler, le critère effectif de toute étude sur le comique est le rire. Ils sont, donc, pratiquement indissociables”. (OLBRECHTS-TYTECA (1974, apud JARDON, 1988: 9)

indissolúvelmente ligado ao riso...”. Seguimos a postura adotada por este autor, porque parece-nos impossível separar humor de riso e é sobretudo básica para este trabalho a convicção de que um texto humorístico é aquele que visa ao ato perlocucionário do riso, entendendo-se aqui a perlocução como o efeito que o locutor provoca no interlocutor, através de sua fala.

O fato de que o humor não se separa do riso evidencia-se na seguinte citação sobre o humor como objetivo da “indústria do humorismo”: “Evidentemente o humor gerado dentro da indústria do lazer dos meios de comunicação de massa terá um compromisso maior com o riso aberto e essa atividade é profissional e profissionalizada em cima do humor...” (TRAVAGLIA 1990: 66)

Não interessam a este trabalho as conceituações de humor de psicólogos e sociólogos, envolvendo aspectos de conflito, desequilíbrio, catarse, contestação de estruturas sociais e outros. Interessa-nos apenas o fato de que um texto de humor é um texto que visa ao efeito perlocucionário do riso e é percorrendo o trajeto inverso, ou seja: partindo do riso provocado pelas piadas, que tentaremos detectar o humor dos textos.

1.1.1.2. O cômico e a regra

Antes de nos perguntarmos “em que nível de compreensão está a graça”, perguntamos sempre sobre a causa do riso, desde que há textos tanto trágicos quanto cômicos que focalizam um mesmo tema, o que nos leva à citação de SAREIL (1984: 53): “Entre a tragédia e a comédia clássicas as diferenças são bem menos sensíveis. Uma e outra representam a resolução de uma crise...”⁴ Assim, um mesmo fato, como a fome no mundo, por exemplo, pode gerar um texto dramático e outro texto risível, o que nos sugere que a diferença citada não está no nível do conteúdo particular a cada fato.

O que parece ser verdadeiro é que no texto trágico como no texto cômico, a causa da crise (para usarmos o termo de Jean Sareil) é a quebra de alguma regra. Se no texto trágico há igualmente a quebra de regras, por que o mesmo procedimento (esta quebra) teria, no cômico, a consequência exatamente oposta? Se a solução dessa crise comum provoca dois

⁴ “Entre la tragédie et la comédie classiques les différences sont bien moins sensibles. L’une et l’autre représentent la résolution d’une crise.”

gêneros tão diferentes, a dessemelhança entre ambos estará, provavelmente ligada a tais regras. Esta constatação leva-nos a vários questionamentos: “Que regras são essas” ou “Qual é a diferença entre as mesmas?”; “Que tipo de força exercem?”; “De que maneira a quebra dessas regras é solucionada?”; “Que aspectos da forma de cada gênero recebem interferência destas regras?”

Em primeiro lugar, tentemos esclarecer, com o texto de FOUCAULT (1996: 9), que regras são essas:

*“Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a **interdição**. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar qualquer coisa. **Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar.**” (grifos nossos)*

Foucault cita a questão de termos referentes à sexualidade, que só são permitidos ao pessoal da área médica ou biológica (por exemplo), porque estes os enfocam como ciência. Parece que os três tipos de interdições se revelam quando o leigo (ou seja: aquele que não tem direito ao discurso) usa tais termos (objetos envoltos em tabu), em circunstâncias ordinárias de fala (fora dos rituais “adequados”). Quando são encontrados os três tipos de interdições citados, os termos são considerados obscenos e, conseqüentemente, proibidos, de acordo com um “acordo tácito” do grupo social. Se o leigo referir-se a temas ou termos que se constituem em “tabus”, ao fazê-lo, é considerado pelo próprio sistema como alguém que está **quebrando uma regra**.

A segunda resposta, segundo ECO (1984), pode estar na **natureza dessas regras**. E ele contesta (e descarta) que a força diferente entre as regras do texto trágico e do texto cômico seja causada por certas diferenças estabelecidas entre ambos: universalidade para o trágico e particularidade para o cômico; e ainda o caráter nobre do personagem no primeiro, oposto ao caráter inferior do personagem no segundo. Ele nota que há tanto o trágico geral quanto o particular (exemplo deste é o caso da mãe que perde um filho) e que as duas formas sobrevivem; há igualmente o cômico universal (como o pastelão na cara, considerado risível por todos) e o cômico particular. De acordo com o autor, o ponto “não está (não apenas) na transgressão da regra e no caráter inferior da personagem cômica”. Ele observa que no trágico

nem sempre a regra é universal e, não sendo universal, não diria respeito a nós, o que não acontece, desde que, nas tragédias que pertencem a uma cultura estranha à nossa, o coro encarrega-se de esclarecer ao público qual a regra, “em termos de valor ético ou coerção social”. Dessa forma, todos se identificam com a Lei e compreendem quando esta é quebrada e, após o “castigo trágico”, igualmente compreendem quando essa mesma regra é reafirmada. É o fato de a violação da regra pelo trágico não a eliminar que a torna universal.

No que se refere à maneira como as regras são violadas, ECO (1984: 346) coloca a hipótese que nos parece mais lógica:

“O trágico justifica a violação (em termos de destino, paixão ou outro), mas não elimina a regra. Por isso (ele) é universal: explica sempre por que o ato trágico deve inculcar-nos temor e piedade (...); as obras cômicas dão a regra como suficientemente conhecida e não se preocupam em reiterá-la.”

Na afirmação acima, no aspecto referente ao cômico, destacamos dois dados: primeiro, o fato de *a regra ser suficientemente conhecida* e, segundo, *a não preocupação com a reiteração da mesma*. Justificamos o primeiro dado, de novo com exemplo do autor sobre o “pastelão na cara” que “suscita o riso porque se pressupõe que, em uma festa, eles são comidos e não atirados na cara de ninguém”. Referindo-se à não-reiteração dessas regras quebradas, ele afirma:

“O cômico não precisa da reiteração da regra, pois tem certeza de que ela é conhecida, aceita e não discutida, e assim permanecerá depois que a licença cômica tiver permitido brincar de violá-la, dentro de um dado espaço e pela interposição de uma máscara”. (ECO, 1984: 350)

O autor cita o exemplo do carnaval⁵, que só pode acontecer anualmente, porque, se houvesse vários carnavais durante o ano, a festa deixaria de ser reconhecida como tal: então, a transgressão só se destaca em um fundo de cumprimento da regra. Dessa forma, para o

⁵ Vemos aqui a teoria de BERGSON (1940) do “mecânico” (a máscara, os artificios que envolvem o carnaval) “calcado no vivo” (o vivo: as pessoas que vivem no resto do ano o dia-a-dia comum) são as mesmas pessoas que, mascaradas, participam da festa, o que equivale ao “mecânico calcado no vivo”.

cômico poder se manifestar como liberatório exigiria, antes e depois de sua aparição, o “triunfo da observância” (para usar os termos de ECO, 1984).

ESCARPIT, já em 1960, observava que:

“Um excêntrico em seu estado puro não faria rir. Para que ele se torne cômico, é preciso que sua anomalia característica se destaque sobre um fundo de normalidade ou sobre o fundo de uma anomalia contraditória ». (grifos nossos) (ESCARPIT, 1994: 22)⁶

Umberto Eco cita ainda uma série da revista (de humor) MAD com pequenas histórias que tinham por título: “Cenas que gostaríamos de ver”, em que um dos exemplos é uma cena de duelo apresentada de acordo com todas as regras do “bague-bague”, só que, no final, inesperadamente, o xerife é morto pelo bandido (o que causa o humor). ECO (1984) conclui que “em todos os casos, *para fruir a violação, é necessário que a regra do gênero já seja pressuposta e considerada inviolável*” (grifos nossos). Segundo o autor,

“...o cômico parece popular, liberatório, subversivo, porque dá a licença de violar a regra. Mas ele a dá justamente a quem introjetou de tal forma essa regra, que passa a presumi-la como inviolável. A regra violada pelo cômico é de tal modo conhecida, que não há necessidade de reforçá-la”. (ECO, 1984: 349) (grifos nossos)

Assim, a fome, por exemplo, na África, poderia dar origem a um texto trágico, que (semelhantemente à justificativa apresentada para a escravidão, no poema “Vozes d’África” - 1880, de Castro Alves) encontraria motivos grandiosos para explicar, em termos de destino, a situação trágica da fome no continente. Já em um texto cômico, a fome seria justificada, por exemplo, pela falta de iniciativa dos governos para sanarem este problema, ou pela atitude insensível da sociedade diante do sofrimento alheio. No trágico, a regra precisaria ser esclarecida (mesmo porque, na sociedade egocêntrica que predomina no mundo de hoje, uma “justificativa grandiosa” teria de ser “inventada” e embasada em razões utópicas, ao invés que práticas), enquanto que, no cômico, as razões implícitas seriam facilmente encontradas, seriam consideradas óbvias. Além de óbvias, porque não é preciso reforçá-las, são invioláveis, porque ninguém pensa em alterá-las.

⁶«Un excentrique à l’état pur ne ferait pas rire. Pour qu’il devienne comique, il faut que son anomalie caractérielle se détache sur un fond de normalité ou sur le fond d’une anomalie contradictoire. »(ESCARPIT, 1994: 22)

Complementa este item a interpretação de VOESE (1989/1990) sobre o fato de a piada ser considerada um texto do tipo **não** “context-free”:

“A piada só poderia aparecer em determinados tipos de contextos, ou seja, ela necessitaria de uma certa preparação discursiva como pré-condição para sua produção ser bem sucedida.(...) Na piada, o enunciante quase não aparece como origem da crítica, ela já é consequência de uma postura da coletividade.” (VOESE, 1990: 12) (grifos nossos)

Referindo-se à sátira, ele faz um comentário que julgamos igualmente adequado para os textos humorísticos em geral: “O efeito cômico(...) advém da presença simultânea, na mente do destinatário, da **realidade social que lhe é familiar e sua reprodução distorcida**” (VOESE, 1990: 13).

Entretanto, acreditamos que, embora as pessoas saibam, intuitivamente, o que é **“indizível, porque é constrangedor para o grupo social”** (e essa é a frase com a qual caracterizaremos as regras de convívio social), nem sempre é muito simples especificar o que ainda é regra e o que já deixou de ser, desde que as sociedades (mesmo de forma lenta) sofrem transformações. Há determinados temas que são indiscutivelmente, para a maioria das pessoas, verdadeiros tabus, tais como: um membro do grupo não citar aspectos negativos de pessoas recém-falecidas; não tomar atitudes (entre as quais, “não dizer coisas”) que comprometam explicitamente a própria face ou a face de outras pessoas presentes numa reunião; não explicitar defeitos físicos do outro e, ao contrário: só aparentar hábitos de acordo com a conduta moral considerada “boa” pelo grupo, que não cause constrangimento (sobretudo publicamente), etc. Para a indicação específica dos tipos de regras que estão sendo violadas na piada, acreditamos ser necessário um estudo com este único objetivo... Vamos chamá-las, pois, numa denominação geral, de “regras de convívio social” e, antes de finalizar esta abordagem, esclarecer que o estudo específico de tais regras não é a meta que nos propomos atingir com este trabalho.

1.1.1.3. A incongruência

Abordados os tipos de regras determinantes de cada gênero (trágico e cômico), a diferença da força que exercem, ligada à violação das mesmas, voltamos às causas da

dessemelhança entre os dois gêneros, para estudarmos agora o outro ponto levantado: a questão do tratamento dado à forma, a qual, agindo como auxiliar da regra escolhida, tem como conseqüência provável uma maior definição do texto em um dos dois gêneros abordados. Citemos inicialmente VOESE: “Há aparente incongruência tanto no discurso humorístico como no dramático, porque é a surpresa um componente de ambos.” (VOESE, 1990: 15)

O termo “incongruência” será tomado aqui como equivalente a “conflito”, e justificamos o fato de atrevermo-nos a usá-los como correspondentes, considerando em ambos a existência dos traços comuns: “inconveniência, inadequação, deslocamento, desvio, ruptura, incompatibilidade, tensão”.

O conflito (a incongruência, pois) no texto trágico é resolvido quando sobrevém a morte (ou outro castigo) para o infrator e há, depois, o conseqüente restabelecimento da regra. O ápice do texto cômico é também a descoberta da “incongruência” entre elementos, ou da incongruência de um elemento em relação a determinado contexto. Essa incongruência certamente não será “resolvida”, será apenas “compreendida”, de forma a provocar o riso.⁷ A fuga para essa incongruência (e conflito), no cômico, é o riso, desde que não há realmente uma “solução” para a incongruência do cômico, da mesma forma que não há solução para a “inviolabilidade” das regras do social.

Resta-nos compreender o que é trabalhado, em termos de forma, para que o conflito tenha como conseqüência o texto trágico ou o texto cômico. Em relação ao tratamento da forma, inicialmente, citaremos SAREIL (1984: 43):

“Toda obra de ficção supõe um conflito que lança e mantém a ação até sua resolução final.(...) Esta tensão, o autor a explora dramaticamente quando ele faz concordar a atmosfera da narração às circunstâncias e, comicamente, quando ele desvia a atenção do público para as incongruências de sua narrativa.”⁸

⁷ Fica a postura de que a incongruência do cômico não é solucionada, a menos que consideremos, como FREUD (1940, ed. 1988: 382) que o riso é a “solução” para a incongruência: “O sentimento do cômico provém da dissolução de uma tensão”. Neste caso, a “solução” não estaria, a nosso ver, no nível do texto.

⁸ “Toute oeuvre de fiction suppose un conflit qui lance et soutient l’action jusqu’à sa résolution finale (...) Cette tension l’auteur l’exploite dramatiquement, lorsqu’il accorde l’atmosphère du récit aux circonstances et comiquement, lorsqu’il détourne l’attention du public sur les incongruités de son récit.”

Há, no texto cômico, como no texto trágico, a estruturação de um conflito (uma situação de incongruência que não é, necessariamente, de natureza trágica) e, enquanto no trágico o desenlace é direcionado para o sofrimento da parte do leitor/espectador, no cômico, a reação pretendida é o riso. A incongruência (ou “conflito”) causa uma ruptura do previsível (determinismo, em ambos os casos). Consta-se que, no trágico, todos os elementos do texto (características dos personagens, das falas, dos cenários, da forma de narrar, etc.) **combinam** para formar o “ambiente trágico”, todas as “pistas” contribuem para dar-lhe **uniformidade** neste sentido e, quando surge a incongruência, é uma incongruência também de caráter trágico, por isso, é também em termos de tragicidade que ela se resolve, como se o texto fosse “fiel” a sua própria identidade.

Antes de exemplificarmos o que acabamos de afirmar, observamos que não é nossa intenção fazer classificações que extrapolam a área de estudos especificamente lingüísticos; razão pela qual deixamos claro que o exemplo que citaremos pretende apenas considerar o fato trágico em si (independente de abstrações que façam os estudos literários, tendo em vistas classificações mais abrangentes). É, pois, por exemplo, incongruente (é um desvio; é inconveniente, é inadequado) Édipo ser o amante da própria mãe, mas este conflito (esta incongruência) é resolvido(a) quando Jocasta se suicida e Édipo fura os próprios olhos. No texto cômico, o leitor será conduzido à incongruência (normalmente única para cada piada) também através de pistas, mas estas terão por função realçar a **incongruência**, a qual virá reafirmar para o receptor que não se trata de um texto “sério”.

Para indicar essa ruptura ao leitor, é necessário que o autor a *evidencie* como foi dito acima, com *pistas preparatórias*. Para apontá-las, transcrevemos um exemplo (cuja tradução foi feita unicamente para este estudo) analisado por OLBRECHTS-TYTECA, em texto apresentado na revista *Constellation* número 188, de dezembro de 1963: 61, citado por JARDON (1988: 76):

- (2) *“Em um restaurante de segunda categoria, o proprietário vem perguntar a um cliente se ele ficou satisfeito com a refeição. E acrescenta :*
 __ *Nosso cozinheiro esteve antigamente a serviço do rei da Suécia. Quanto a nosso encarregado dos vinhos, ele foi muito tempo o degustador exclusivo do rei Farouk.*
 __ *Hum...*
 __ *Que lindo cão o senhor tem! continua o proprietário, decepcionado com a falta de interesse do freguês pela conversa. É um basset, não é ?*
 __ *Não, é um antigo são-bernardo.”*

Como é evidente a diferença entre as raças dos dois cães (encontrando-se, no reconhecimento de ambas, o determinismo, o previsível), é também evidente o fato de que o dono do restaurante sabia que o cão era um basset. O freguês nega que o dono do restaurante esteja vendo um basset, ao afirmar que este é um são-bernardo: encontra-se aí a « ruptura do determinismo », da teoria de FOURASTIÉ (1983). Conclui-se, assim, que o freguês, ao negar a raça do cachorro, fez, por analogia, uma contestação às origens dos funcionários citados pelo dono do restaurante. OLBRECHTS-TYTECA aponta como *pista*, na introdução do texto, a expressão : «Em um restaurante de *segunda classe* » (grifos nossos). Acreditamos que haja outra pista : quando o freguês, ao negar a raça do cão, acrescenta a palavra “antigo”, repete a idéia presente na descrição da origem tanto do cozinheiro quanto do degustador de vinhos e, dessa forma, cria um paralelismo que sugere um ponto de semelhança entre as duas afirmações, ou seja: as duas são falsas.

Relacionando a questão da incongruência à das regras citadas, citamos KOLEK:

“A solução da incongruência, ou a descoberta do plano sobre o qual se resolverá a contradição, requer simplesmente uma identificação do código social típico de uma classe ou povo...” (KOLEK, 1985, apud VOESE, 1990: 9)

Na medida em que apontam para a contradição (incongruência), estes elementos são ambíguos (no sentido de equívocos, incertos, vagos) e, conforme VOESE (1990:8) o texto apresenta “traços comuns aos discursos que circulam na sociedade, mas apontam na **direção oposta ao convencional**” (grifos nossos). Assim, a incongruência no cômico tem relação direta com a quebra das regras do código social de determinado povo: por esta razão, há piadas que só são compreensíveis para o povo que (re)conhece tais regras.

Podemos, então, chegar a conclusões parciais quanto aos aspectos teóricos: no texto cômico há um tipo de **incongruência**, que leva a alguma forma de **ruptura** do sentido do texto, o que se explica no fato de o sentido do texto fazer parte de **regras** que constituem o senso comum, próprio da comunidade lingüística de que o locutor faz parte.

Usando ou não a mesma terminologia, os estudiosos do humor (alguns dos quais citamos a seguir) vêm confirmar os dois pontos que pretendemos demonstrar acima: o fato de que há regras que são quebradas na construção do cômico de um texto e o fato de que se obtém a quebra de tais regras por meio de uma incongruência. Apresentamos, dos autores

estudados⁹, citações nas quais grifamos o elemento que se mostra mais característico dos pontos acima: “Rompe-se com as conveniências como se rompe a todo momento com a lógica” (BERGSON, 1995: 149); ESCARPIT (1960: 112), na primeira edição de seu livro: “...seu não-conformismo (do humorista) se traduz pela *suspensão de uma ou várias evidências* em um comportamento por outro lado normal, ou seja, conforme as *regras do grupo*”; SAREIL (1984: 137) considera que, para criar o cômico, o meio mais simples é “introduzir *um elemento de incongruência que vá contra a maneira comum de pensar*”; KOLEK (1985, apud VOESE, 1990), também usa o termo “incongruência”; os estudiosos da Escola de Bateson (WATZLAWICK, BEAVIN e JACKSON, 1968)¹⁰ citados por JOHNSON (1976), para o mesmo fenômeno, usam o termo “paradoxo lógico” expressão que EVRARD (1996) explica:

*“O paradoxo é uma idéia que vai contra a opinião comum (a doxa) ou uma proposição capaz de gerar uma contradição. Ele sacode o pensamento, engana as armadilhas da ideologia e obriga a libertar-se das idéias prontas, dos estereótipos e dos clichês”.*¹¹ (EVRARD, 1996: 100).

Entretanto, é FOURASTIÉ (1983) quem mais se detém na análise da “quebra destas regras”, que ele chama de “ruptura do determinismo”, considerando-se “determinismo” o cumprimento previsível das regras.

*“O homem ri cada vez que ele ultrapassa uma ruptura, um incidente, uma interrogação em um processo determinado previsto, antes da ruptura, como sem problema, normal e benéfico (...) o riso nasce de uma ruptura de determinismo. Espera-se uma coisa e acontece outra.” (...) “Assim, o ‘objeto risível’, a coisa ou a narrativa da qual se ri, apresenta uma ‘ruptura de determinismo’, uma dualidade, um conflito, um contraste de... lógicas, da qual precisamente a tomada de consciência pelo candidato ao riso, depois a repetição, a persistência ou a solução convidam ao riso (FOURASTIÉ, 1983: 25-88).”*¹² (grifos nossos)

⁹ BERGSON (1995: 149): “On rompt avec les convenances comme on rompait tout à l’heure avec la logique”; ESCARPIT (1960: 112): “...son non-conformisme (de l’humoriste) se traduit par la *suspension d’une ou plusieurs évidences* dans un comportement par ailleurs normal, c’est-à-dire conforme aux *règles du groupe*”; SAREIL (1984: 137): “pour créer le comique, la façon la plus simple est d’introduire *un élément d’incongruité* qui aille *contre la façon ordinaire de penser*”.

¹⁰ WATZLAWICK, Paul, BEAVIN, Janet Helmith e JACKSON, Don D., 1968. “Pragmatics of Human Communication: Study of Interactional Patterning Pathologies, and Paradoxes”. London: Faber and Faber.

¹¹ «Le paradoxe est une idée qui va contre l’opinion commune (la doxa) ou une proposition susceptible d’engendrer une contradiction. Il secoue la pensée, déjoue les pièges de l’idéologie et contraint à se délivrer des idées toutes faites, des stéréotypes et des clichés.” (EVRARD, 1996: 100)

¹² «L’homme rit chaque fois qu’il surmonte une rupture, un incident, une interrogation dans un processus déterminé, prévu avant la rupture comme sans problème, normal et bénéfique (...) le rire naît d’une rupture de déterminisme. On s’attend à une chose, une autre survient. » (FOURASTIÉ, 1983 : 25) (...) «Ainsi, l’objet risible’, la chose ou le récit dont on rit, présente une ‘rupture de déterminisme’, une dualité, un conflit, un

Citando o exemplo de um tombo, Fourastié explica que o determinismo, o previsível, o lógico é a caminhada sem imprevistos, enquanto a ruptura é o tombo. Assim, o que é “determinado” é o “discurso, acontecimento ou ação”, “cujos elementos, palavras, imagens ou frases, o desenrolar, enfim, é previsível, responde a uma certa lógica.” (FOURASTIÉ, 1983).

Coincidindo com o que foi dito acima a respeito da natureza das regras violadas no cômico, FOURASTIÉ (1983) chama a atenção para o caráter prosaico destas regras e para o fato de que, após a perturbação causada pela incongruência, são restabelecidas, junto com nossa lógica e nossa confiança, “nossas regras de vida e nossa concepção de mundo”. Aceitamos que é este o caráter das regras (cf. acima), embora acreditemos que o “restabelecimento das regras” (cf. ECO, 1984, acima) não acontece de forma explícita: “as regras não são reiteradas, porque são suficientemente conhecidas”.

Pelas «pistas» analisadas na piada acima e pelos elementos previsíveis, percebemos que tais conhecimentos acham-se estreitamente ligados ao conhecimento de mundo do falante, incluindo-se aqui, o conhecimento das acima denominadas «regras de convívio social». Tal constatação prova que o determinismo é cultural, o que é ainda reafirmado quando FOURASTIÉ (1983) usa o termo “esquema”: “Habituar-se é instituir no próprio cérebro um *esquema representativo do real observado*. (...) A ruptura do determinismo caminha ao lado da ruptura da previsão” (FOURASTIÉ, 1983: 90).¹³ Entendemos que se trate do mesmo fenômeno.

Acreditamos que a busca da incongruência pode ter sido¹⁴ o caminho que levou KOESTLER (1964) à noção de bissociação, desde que a incongruência, como fundamento do estudo do humor, era uma das linhas comuns a esta área de estudo.

Sabe-se que, até o surgimento da teoria da bissociação (sobretudo à bissociação unida à teoria dos frames), havia três grandes grupos de teorias sobre o humor: a **teoria fundamentada na incongruência**, a **teoria fundamentada na agressão** e a **teoria fundamentada na repressão**.¹⁵ As duas últimas linhas de estudo eram certamente mais

contrate de... logiques, dont précisément la prise de conscience par le candidat au rire, puis la répétition, la persistance ou la solution, appellent le rire. » (FOURASTIÉ, 1983 : 88).

¹³ «S’habituer, c’est instituer dans son cerveau un schéma représentatif du réel observé...» (...) «La rupture de déterminisme va de pair avec la rupture de prévision...» ((FOURASTIÉ, 1983: 90)

¹⁴ Esta colocação em forma de hipótese deve-se ao fato de as obras de KOESTLER (sobretudo os dois livros básicos para o estudo de sua teoria do humor: *The Act of Creation*, ou a versão francesa: *Le Cri d’Archimede*, de 1964, e *Le Cheval dans la Locomotive*, de 1965) estarem esgotadas, tanto em Inglês quanto em Francês e de, obviamente, não terem sido traduzidas em Português.

¹⁵ RASKIN (1987).

voltadas para a Psicologia e Psicolinguística ou para a Sociologia e Sociolinguística, o que não nos interessa diretamente.

A teoria da incongruência (ruptura do determinismo, ruptura do previsível) parece-nos estreitamente ligada à teoria de KOESTLER (1964) sobre a bissociação. Quando compara sua própria teoria, a da “ruptura do determinismo”, com a teoria da bissociação de KOESTLER (1964), FOURASTIÉ (1983) chama as duas noções de “noções irmãs”. Este autor sugere integrar o *fator surpresa* ao conceito maior de bissociação, o que, a nosso ver, corresponderia a integrar a causa da surpresa à noção de “ruptura do determinismo”, já que a surpresa é um tipo de emoção *causada* por alguma coisa inesperada, a surpresa é a descoberta da ruptura do determinismo, ou “a descoberta da bissociação”. E é o próprio FOURASTIÉ (1983) quem fala desta ruptura como algo que “quebra” uma previsão; portanto, a surpresa marca o encontro de uma ruptura.

Voltaremos às semelhanças entre o pensamento dos dois autores a seguir, quando abordarmos a teoria da bissociação de Koestler, mas devemos antes destacar que a teoria de FOURASTIÉ (1983) tem um aspecto muito positivo: o determinismo é bastante útil para a metodologia de análise de textos cômicos se usado, como tentamos fazer, como critério na busca dos elementos previsíveis, comparando-os com o imprevisível: a bissociação.

1.1.1.4. A teoria da bissociação

Koestler, escritor de origem húngara, teve sua obra inicialmente publicada em Inglês. Além de romances, ele escreveu estudos que podem ser considerados filosóficos ou de natureza psicológica. Seu livro *The Act of Creation* (1964) pretendia ser apenas um ensaio sobre o ato de criação. Segundo FOURASTIÉ (1983: 202) o grande objetivo do livro de KOESTLER (1964) era o de “revelar a existência de um mesmo tipo de progressão intelectual (ele escreveu: ‘de estrutura’) no riso, na descoberta científica e na arte”.¹⁶ Nesta obra, Koestler propõe que toda atividade criativa nas três áreas citadas segue um padrão básico comum que é “o ato criativo de pensar em dois planos”. A este padrão básico, Koestler dá o nome de “**bissociação**”.

¹⁶ “Le grand dessein de son livre (KOESTLER, 1964) était de révéler l’existence d’un même type de démarche (il écrit: de structure) dans le rire, dans la découverte scientifique et dans l’art.” (FOURASTIÉ, 1983: 202).

KOESTLER (1964) define o ato da bissociação no humor da seguinte forma:

“O padrão (modelo) subjacente a duas histórias [humorísticas] é a percepção de uma situação ou idéia, L, em dois frames¹⁷ de referência auto-consistentes, mas habitualmente incompatíveis, M^1 e M^2 . O evento L no qual os dois se cruzam, é feito para vibrar simultaneamente em dois diferentes comprimentos de onda por assim dizer. Enquanto esta situação incomum dura, L não está meramente ligado a um único contexto associativo, mas *bissociado* com dois.”(todos os itálicos no original). (KOESTLER, 1964, apud NORRICKa, 1986: 226)¹⁸

JARDON (1988) cita a explicação que KOESTLER (1964) dá para sua teoria:

“A **bissociação** consiste em combinar duas matrizes cognitivas até ali sem qualquer relação entre si, de tal maneira que se acrescente à hierarquia um novo plano que incorpore as estruturas anteriormente separadas”.¹⁹ (KOESTLER, 1980, apud JARDON, 1988: 30)

Esta última citação deixa clara a presença de um **terceiro frame**, onde acontece a bissociação, ou seja: a bissociação pode ser entendida como “a combinação de duas primeiras matrizes não compatíveis” e esta combinação é vista como um terceiro frame: o frame da incongruência ou o “ato bissociativo”, na expressão de KOESTLER (1964). O autor acrescenta que:

¹⁷ Julgamos que o termo “frame” não tenha sido utilizado por KOESTLER (1964), mas sim por NORRICK (1986b), na interpretação que este fez do texto do primeiro. Esta hipótese deve-se ao fato de KOESTLER ter-se servido de várias expressões para indicar “frames”: “contextos”, “planos” ou “matrizes cognitivas”, mas não especificamente o termo “frame” (Cf. JARDON, 1984: 30).

¹⁸ “The pattern underlying both [humorous] stories is the *perceiving of a situation or idea, L, in two self-consistent but habitually incompatible frames of reference, M_1 and M_2* . The event L, in which the two intersect, is made to vibrate simultaneously on two different wavelengths as it were. While this unusual situation lasts, L is not merely linked to one associative context, but *bisociated* with two [all italics in original].” (KOESTLER, 1964, apud NORRICK, 1986a: 226).

¹⁹ KOESTLER (1964, apud JARDON, 1984: 30) “La bisociation consiste à combiner deux matrices cognitives jusque là sans rapport entre elles, de telle sorte que s’ajoute à la hiérarchie un nouveau plan qui incorpore les structures prédédemment séparées”.

“A associação mental é, para nós, uma maneira habitual de agir (“negro”, além de associar-se com ‘branco’ também se associa com ‘escuro’, ‘noite’, ‘sombra’), ao contrário, o ato bissociativo consiste em combinar dois códigos diferentes e em viver em vários planos ao mesmo tempo.(...) E é a interação destes dois contextos de associação que excluem um ao outro que produz o efeito cômico.”²⁰ (KOESTLER, 1980, apud JARDON, 1988: 30) (grifos nossos)

1.1.1.5. A teoria semântica dos frames

Antes de passarmos para a fusão das duas teorias: a teoria da bissociação e a teoria semântica dos frames, abordaremos este último conceito, de forma a situá-lo adequadamente no nosso estudo.

O que diferencia o trabalho de RASKIN (1985) do de outros lingüistas que, antes dele, basearam seus estudos na questão dos frames ou scripts, é que RASKIN (1985) foi o primeiro a propor uma teoria semântica que, ao mesmo tempo, fosse baseada no frame/script e que levasse o contexto em consideração. Raskin baseou sua teoria na recorrência semântica: as orações precedentes do discurso ajudam a contextualizar as seguintes __ ele usou o termo “gatilho semântico recorrente” para um elemento que se refere a algo fora do conteúdo da oração individual e que força a recorrência para a informação anterior. A soma destas informações permite ao leitor fazer previsões, baseando-se no contexto. É o “determinismo” que o leitor traz de suas vivências e aplica na compreensão do texto.

Raskin emprega a expressão “frames semânticos” (também conhecidos como *schemata* ou esquemas; ou como scripts; todos, termos correlatos de “matrizes cognitivas”), para referir-se à maneira como o leitor, ao interpretar um texto, aciona o conhecimento de mundo além do contexto imediato do discurso. Dessa forma, o que possibilita o “determinismo” (as previsões) no texto é a organização do conhecimento em forma de “esquemas”.

De acordo com RASKIN (1985), um frame é “um **feixe estruturado e formalizado de informação semântica inter-relacionada**”. Ele explica que, desta forma, o *script* ou *frame* refere-se a uma estrutura cognitiva do locutor “a qual diz respeito ao conhecimento do

²⁰“L’association mentale est, pour nous, une façon habituelle d’agir: ‘noir’ appelle ‘blanc’ dans notre esprit, mais ‘noir’ appelle aussi ‘sombre’, ‘nuit’, ‘ombre’. Par contre, l’acte bisociatif consiste à combiner deux codes différents et à vivre sur plusieurs plans en même temps. (...) Et c’est l’interaction de ces deux contextes d’association, exclusifs l’un de l’autre, qui produit l’effet comique.” (KOESTLER, 1980, apud JARDON, 1988: 30)

significado das coisas, eventos e procedimentos (conhecimento mais abrangente que os verbetes de dicionários e o de uma descrição semântica lingüística habitual)”, ou seja: o *script* (ou *frame*) abrange todos os sentidos que estiverem, de certa forma, relacionados àquele elemento. NORRICK (1985), em resenha do artigo de RASKIN: *Semantic Mechanisms of Humor*, repete o exemplo deste autor, quando cita a palavra “pássaro”, que provocaria a busca, nos esquemas cognitivos do leitor, de um *frame* que “não só identificará ‘pássaro’ como um animal emplumado, *avian*, bípede, mas também declara que pássaros voam, comem vermes, botam ovos, constroem ninhos, e assim por diante” (RASKIN, 1985, apud NORRICK, 1985: 155). Quando nova palavra é inserida no texto, surgem “regras combinatórias” que se encarregam de fazer uma espécie de “filtragem” de elementos impróprios, eliminando as incoerências.

Comparemos os dados acima com outras definições para os esquemas cognitivos do tipo “frame” e do tipo “script”.

“Frames são conjuntos de conhecimentos armazenados na memória debaixo de certo rótulo, sem que haja qualquer ordenação entre eles; ex: Carnaval (confete, serpentina, desfile, escola de samba, fantasia, baile, mulatas, etc.), Natal, viagem de turismo.” (KOCH e TRAVAGLIA, 1989: 64)

“Scripts são conjuntos de conhecimentos sobre modos de agir altamente estereotipados em dada cultura, inclusive em termos de linguagem; por exemplo, os rituais religiosos (batismo, casamento, missa), as fórmulas de cortesia, as praxes jurídicas.” (KOCH e TRAVAGLIA, 1989: 65)

Parece-nos que a diferença entre os dois esquemas citados acima estaria sobretudo no fato de os scripts obedecerem a uma certa ordenação. Às definições de esquemas cognitivos citados pelos autores consultados, acrescentamos as seguintes colocações de VAN DIJK (1996), indispensáveis para o esclarecimento do conceito de frame que adotaremos neste estudo:

“Frames não são ‘porções’ arbitrárias do conhecimento. Antes de tudo eles são unidades de conhecimento, organizadas segundo um certo conceito. Porém, ao contrário de um conjunto de associações, tais unidades contêm as informações essenciais, típicas e possíveis, associadas a tal conceito. Ademais, os frames parecem ter uma natureza mais ou menos convencional e portanto deveriam especificar o que é característico ou típico em uma certa cultura.” (VAN DIJK, 1996: 78)

Ainda segundo VAN DIJK, “os próprios contextos sociais podem ser organizados, por exemplo, por uma certa estrutura de frames”. Cita o caso de frames institucionais, em que “os membros desempenham funções, propriedades e relações específicas. Mais especificamente, estes *frames* regulam quais os tipos de ações que podem ser realizados” (VAN DIJK, 1996: 84)

Referindo-se à natureza da informação cognitiva estocada na forma de modelo, VAN DIJK (1996) destaca a possibilidade de que, em tais tipos de eventos ou situações, haja igualmente armazenadas informações analógicas: “analisamos lugares, objetos ou situações também em termos espaciais (direita, esquerda, alto, baixo, grande, pequeno, etc.)” (VAN DIJK, 1996: 165-166). E o autor prossegue: “Evidência sociológica, psicológica e lingüística sugere que as categorias envolvidas incluem, por exemplo, situação (lugar, tempo), circunstâncias, participantes (pessoas, objetos, **em diferentes papéis**), e ação/evento.” (VAN DIJK, 1996: 166) (grifos nossos). Ele afirma ainda ter constatado que

“Os modelos são subjetivos e avaliativos. Portanto, devemos assumir que as proposições que os representam não somente facultam variação pessoal em termos de completude, ordenação ou hierarquia, mas também de informação doxástica. Além do conhecimento, os modelos representam crenças avaliativas, por exemplo, opiniões sobre situações. Assim, cada categoria se associa a um Qualificador Avaliativo.” (VAN DIJK, 1996: 167-168)

Notamos que, ao adotar o enfoque acima para o conceito de frame, estamos associando a questão dos esquemas cognitivos à das regras de convívio social. Consideramos que ambos os conceitos são oriundos de convenções, desde que, segundo o autor, “a maior parte da compreensão do discurso envolverá crenças avaliativas e opiniões pessoais” (VAN DIJK, 1996: 26). Os itens destacados sugerem a interferência da “ideologia” no armazenamento de conhecimentos na memória (e esta, ao fazer atuarem novas variantes, provoca. Por isso, citamos a definição de “ideologia” dada por FIORIN (1997: 28): “Ao conjunto de idéias, às representações que servem para justificar e explicar a ordem social, as condições de vida do homem e as relações que ele mantém com os outros homens é o que comumente se chama ideologia”.

Assim, a ideologia, pela própria definição em termos de “conjunto”, “representações”

(que indica o modo como ela é armazenada nas áreas cognitivas), pode, segundo a forma como compreendemos os dois conceitos (ideologia/frame), ser vista como frame : não como um único tipo de frame, mas como frames diferentes, de acordo com o enfoque de cada conjunto de idéias (crenças religiosas, preconceito racial, valores morais, etc., a respeito de um relacionamento X entre locutores).

Uma mesma situação pode apresentar mais de um frame do tipo ideológico, o que tentaremos explicar a partir do exemplo do tombo, citado por FOURASTIÉ (1983), para a questão do determinismo, mas acrescentando-lhe, a esta altura, o “ingrediente” da avaliação social (ideológica). Um tombo, ainda que fosse o tombo de uma pessoa em comparação com o de outra, ou um primeiro tombo e um segundo da mesma pessoa seria, em termos de situação (seqüência de gestos ou de circunstâncias) um único frame. Qualquer pessoa é capaz de compreender o que seja um “tombo”, ao ouvir esta palavra, ou seja: é capaz de acionar o frame que a leva à compreensão daquilo de que se trata. Embora a situação seja única (no caso, um frame único para a “situação tombo”), o que muda nela é o que é provocado, em termos de “determinismo” (no sentido de “previsível”, que lhe dá FOURASTIÉ, 1983), ou talvez um pouco além desta noção: a “previsão” somada à “avaliação ideológica do previsível”, da parte de quem observa. Para explicar nosso exemplo, poderíamos imaginar dois frames de postura do “leitor” (espectador), que chamaríamos de “frames ideológicos” (considerando que a ideologia fixa as relações entre os homens, cf. visto acima) no sentido específico de “avaliativos” que a noção de ideologia comporta, em termos de convívio social. Imaginemos, pois, dois tombos, em que a mesma situação (tombo) pudesse parecer diferente, ou seja: no primeiro exemplo, sem caráter cômico; no segundo, considerada engraçada. No nosso primeiro exemplo, supomos que há um senhor idoso, sério e digno* que caminha com visível dificuldade e, apesar de mostrar cuidado, ainda assim, ao pisar numa casca de banana, escorrega e cai. No segundo exemplo, supomos que há um rapaz que transpira vaidade, segurança e algum esnobismo*. Ele caminha confiante em si mesmo e, apesar desta segurança, ainda assim, ao pisar numa casca de banana, escorrega e cai. Qual seria a reação de outras pessoas diante destes dois “tombos diferentes”? É provável que as pessoas (sobretudo as mais educadas, no mundo atual) não achem graça no primeiro exemplo de tombo; no segundo caso, mesmo as pessoas educadas, que disfarçassem o riso, ainda achariam graça. Observamos que a *adjetivação que ajuda a caracterizar ideologicamente as duas situações fica a cargo de nossa “postura” como ser social em situações reais, fazendo parte, dessa maneira, de dois frames avaliativos que se opõem um ao outro. Há, pois, a nosso ver, um

único frame de situação nos dois tombos, mas dois frames ideológicos que nos fazem, dentro de um senso comum, prever gestos de consideração e de cooperação no primeiro exemplo, e o riso, no segundo exemplo. Admitimos que haverá pessoas que não acharão graça nem mesmo no segundo exemplo, mas, o determinismo aponta-nos, para o primeiro caso, como atitude mais normal e previsível o respeito pelo velho que cai.

Com base na explanação acima, acreditamos ainda que não apenas os conteúdos semânticos possam ser considerados frames, mas também as noções que nos foram transmitidas em diferentes áreas do conhecimento, noções selecionadas (em termos de sobrevivência e de comunicação) como necessárias aos sistemas culturais, o que fez com que o seu ensino de uma geração para outra (em todo o mundo) tenha-se tornado também uma “convenção cultural global”. Acreditamos que estas diferentes noções, que formam a referida convenção, por serem armazenadas no conhecimento sob a forma de esquemas, possam então ser consideradas diferentes tipos de frames, dentre os quais podemos citar: proporções e noções similares que nos amparam na compreensão de tempo, espaço e outros; avaliações de caráter matemático ou outras; conjunto de critérios morais, sociais, etc., enfim, todo tipo de conhecimento guardado de forma convencional.

Acreditamos poder, assim, considerar a noção de frame como mais abrangente, envolvendo categorias diferentes, dos tipos: esquemas de conteúdo semântico (as mais abordadas); esquemas textuais ou superestruturas; seqüências de atos de fala e/ou esquemas discursivos; esquemas sociais comunicativos (no qual se inserem esquemas lingüísticos) ou “não-intencionalmente” comunicativos; esquemas ideológicos, entre os quais os avaliativos (todos estes esquemas indissolúvelmente ligados na linguagem).

Nesta visão, podemos considerar como tipos de frames (talvez “frames discursivos”) certos atos de fala tais como os chamados “pares adjacentes”, como “pergunta-resposta”, “convite-aceitação/recusa”, etc. (cf. MARCUSCHI, 1991: 35), em que um ato de fala condiciona (até certo ponto) um outro ato de fala como resposta. Outro exemplo é o das formas estereotipadas que caracterizam a introdução ou o final de certas superestruturas narrativas. Citamos exemplos de NORRICK (1986a), quando ele mostra que certas palavras ou expressões de uma narrativa ou de uma conversação parecem suficientes para ativar um ou mais esquemas ou scripts. O primeiro exemplo é o da introdução de narrativas com o tradicional “Era uma vez...”, caso em que o ouvinte sempre espera que a seqüência seja um conto. NORRICK (1986a) não faz análise de gatilhos nos exemplos, mas, a nosso ver, é como

se a introdução do conto em questão funcionasse como um “gatilho semântico” que “aciona” o frame de contos. Ele compara a introdução descrita com a introdução do tipo seguinte, em exemplo adaptado por nós: “Havia aquele português que...”, a qual prepara o leitor/ouvinte para um esquema de piadas. Segundo o autor:

“Os esquemas ajustam a situação, i.e. traçam corretamente as variáveis e as relações deles na situação, indicando para um ouvinte da narrativa o que esperar, o que contar como pertinente e apropriado, como avaliar as ações dos participantes, e assim por diante.” (NORRICK, 1986a)

Apresentamos a seguir uma piada com análise dos frames (os quais ele denominava “planos” ou “contextos”) feita por KOESTLER (1964, apud JARDON, 1988: 30):

- (3) *“Um marquês da corte de Luís XV entra no quarto de vestir de sua mulher e a encontra nos braços de um vigário. O marquês dirige-se então calmamente para a janela e começa a benzer a multidão.
 — O que você está fazendo? grita a mulher amedrontada.
 — O Monsenhor preenche minhas funções, responde o marido, eu preencho as dele.”*

Os contextos de associação, que KOESTLER (1964, apud JARDON, 1988) considera dois (embora a situação seja única) são: o da moral sexual versus o da divisão de trabalho, situando-se no tipo que propomos considerar “frame ideológico”.²¹

SCHANK e ABELSON (1977)²², citados por NORRICK (1986a: 239) usam a piada seguinte para demonstrar o funcionamento de esquemas/scripts.

- (4) *Quando uma de suas viagens foi inesperadamente cancelada, um vendedor ambulante se encontrava passando a noite em casa com sua esposa. Os dois estavam profundamente adormecidos, quando, no meio da noite, bateram alto na porta dianteira. A esposa acordou com um sobressalto e gritou, ‘Oh, meu Deus! É meu marido!’ Ao que o marido pulou da cama, correu pelo quarto, e saltou a janela.*

Embora a situação de susto seja aparentemente causada pelo mesmo motivo, ou seja: a impressão de flagrante de traição conjugal da parte de cada um, os dois autores citados por

²¹ Em GIL, (1991), encontramos outros exemplos de análises que destacam o que aqui denominamos “frames ideológicos”.

²² SCHANK, Roger C. and ABELSON, Robert P. (1977) “Scripts, Plans, Goals and Understanding”. Hillsdale, J: Erlbaum, apud NORRICK (1986a: 239).

NORRICK (1986a) atribuem a reação da esposa a um esquema e a reação do marido a outro. Se cada um responde mecanicamente a esquemas diferentes, é porque cada um vê, na situação, um esquema diferente. Compreendemos, pois, que, embora a situação seja aparentemente a mesma, o que torna diferentes os frames para cada personagem é a maneira como cada um encara (vive) a situação: a mulher grita automaticamente, porque responde ao hábito de assustar-se quando um barulho na porta lhe dá a impressão de que é o marido que chega e pode surpreendê-la com um amante; para o homem, há uma mulher que grita preocupada pela chegada do marido, quando ele, o amante, está com ela; por isso, respondendo automaticamente a um hábito, ele foge pela janela.

Não é nosso intuito, neste trabalho, concentrarmo-nos em considerações maiores sobre o conceito do frame: apenas tentamos, com a exposição acima, justificar a forma (que, sem pretender ser completa, pretende ao menos ser didática e suficiente) como será considerado o conceito de frame no presente estudo: abrangerá as diferentes “posturas” de actantes em situação de discurso, quando, embora envolvidos numa mesma situação, ambos adotam pontos de vista diferentes. São exemplos do que acabamos de citar as situações de ambigüidades, quando cada actante supõe estar partilhando com o outro um mesmo tópico, mas, na realidade, cada um enfoca um tópico diferente; ou quando ambos enfocam o mesmo tópico, mas com julgamentos/visões diferentes; ou em casos de loucura, em que temos a “visão do louco” e a “visão dentro do senso comum”, etc. Insistimos, pois, no fato de que não é o objetivo deste trabalho estudar especificamente o “frame”, mas utilizar o que nos parece enquadrar-se em “esquemas cognitivos”, para situar idéias distintas utilizadas nas piadas. Entendemos que, para atingir nosso objetivo neste estudo, mais pertinente do que a identificação dos tipos de frames apresentados no texto, é a constatação da existência de tais esquemas e a indicação das oposições trazidas ao texto pelos mesmos.

Considerando que as definições de script ou frame têm muita semelhança, consideraremos os dois termos equivalentes, fazendo apenas uma pequena distinção de emprego dos dois conceitos em nosso trabalho. Usaremos o termo “**frame**” em nossas análises e em outros trechos de nosso estudo, para indicar os modelos de que o leitor se serve na busca de compreensão das piadas, como um correlato de “esquema cognitivo”. Apenas o termo “script” é o que será adotado, quando relacionarmos os itens levantados por TRAVAGLIA (1991) sobre “o que provoca riso”, para sermos fiéis à designação dada pelo autor aos scripts por ele considerados como “provocadores de riso”.

1.1.1.6. A teoria da bissociação e a teoria semântica dos frames aplicadas ao humor

Em resenha ao texto de RASKIN (1985) do mesmo ano, NORRICK (1985) critica o primeiro, pelo fato de ele, quando propõe aplicar ao humor a sua (de Raskin) teoria semântica dos frames, não fazer qualquer referência à bissociação (proposta por KOESTLER, 1964). Já em artigo de 1984, NORRICK (1984) propunha a aproximação (básica para todo estudo de humor) das duas teorias citadas e em artigo posterior (1986), ele observa que:

“A bissociação em várias formas tem sido freqüentemente sugerida como a única condição necessária para o humor; e recente pesquisa nas ciências cognitivas confirma a ‘teoria do frame’ como o modelo mais promissor de conhecimento humano.”²³ (NORRICK, 1986a: 225)

Entretanto, é a RASKIN (1985) que é atribuído o mérito de uma aproximação mais detalhada dos dois conceitos, provavelmente porque, sendo o criador da “teoria semântica dos frames” em geral, adaptou sua teoria aos estudos do humor.

Quando propôs sua teoria semântica, RASKIN (1984) não visava especificamente textos humorísticos e depois, quando a aplicou pela primeira vez ao estudo do humor, em princípio, ele não levou em consideração (cf. acima) a teoria da bissociação já proposta por KOESTLER (1964). No artigo em que sugere que o estudo do humor tome como base sua teoria semântica dos frames, RASKIN (1984) faz duas propostas: primeiro, levanta “condições” que caracterizam a piada; segundo: propõe para os textos de humor em geral, um script, que estipularia as condições para que um texto possa ser considerado humorístico.

A sua primeira proposta, sobre as condições que devem ser inicialmente satisfeitas para um texto ser caracterizado como piada é a de que: “(a) este texto seja compatível com dois scripts diferentes” e “(b) estes dois scripts sejam opostos em um sentido especial” (RASKIN, 1987: 16)²⁴. Este “sentido especial de oposição” é explicado em termos de variantes, tais como: “situação real/ situação irreal; verdadeiro/ não-verdadeiro; possível/

²³ “The *bisociation* in various forms has been most often suggested as the single necessary condition for humor; and recent research in the cognitive sciences confirms a *frame theory* as the most promising model of human knowledge.” NORRICK (1986a: 225)

²⁴“a. The text is compatible, fully or in part, with two different scripts; b. the two scripts with which the text is compatible are opposite in a special sense.” (RASKIN, 1987: 16)

impossível; obsceno/ não obsceno; bem/ mal; com dinheiro/ sem dinheiro; vida/ morte”. NORRICK (1986b) observa que, no final, a noção de oposição foi definida tão amplamente, que mesmo pares como “relacionado a bondade / relacionado a maldade” e “não relacionado a sexo/ relacionado a sexo” contam (porque são pares), até que, finalmente, a oposição “normal/ anormal” abrange todos os grupos. Esta “evolução” da tipologia do conceito de oposição proposta por RASKIN (1987), em busca de uma simplificação, não só nos parece mais prática, porque tem uma abrangência maior, como também é mais adequada aos nossos objetivos. Assim, as oposições usadas em nossas análises servirão apenas para situar **contextos gerais de oposição** que fazem parte da estrutura da piada e facilitam ao leitor a identificação de dois scripts (pelo menos) neste tipo de texto. Nossas análises apresentarão, pois, contextos que se opõem em termos de: aspecto positivo/ aspecto negativo; fato real/ fato irreal; pontos de vista (frames avaliativos), etc., sem procurarmos a classificação exata para cada variante.

A segunda proposta de RASKIN (1987) em relação ao estudo da piada é a de que o texto corresponda a um script geral. Este script poderia, de acordo com nossos argumentos acima, ser visto como uma superestrutura da piada, desde que indica uma organização geral do texto (mas a verificação desta hipótese não importa aos nossos objetivos). Para este script geral, o autor estipula as condições seguintes:

- i. uma mudança do modo bona-fide de comunicação para o modo não bona-fide de contar piadas (*entendendo-se “bona fide” como “confiável”);*
- ii. o texto ser intencionalmente uma piada;*
- iii. haver dois ‘scripts’ parcialmente sobrepostos e compatíveis com o texto;*
- iv. haver uma relação de oposição entre os dois ‘scripts’;*
- v. haver um gatilho, óbvio ou implícito, desviando de um ‘script’ para o outro.”*
(RASKIN, 1987: 17)²⁵ (*comentário nosso)

Na comunicação bona-fide, recorreremos ao princípio de cooperação e às máximas conversacionais de Grice, as quais nos levam a supor que os elementos de um texto, se atenderem a estas regras, serão pertinentes e verdadeiros. A piada, ao contrário, faz-nos “sintonizar” com o modo não bona-fide (não confiável) de comunicação que, neste tipo de

²⁵ “i.. A switch from the *bona-fide* mode of communication to the *non-bona-fide* mode of joke telling; ii. The text of an intended joke; iii. Two (partially) overlapping scripts compatible with the text; iv. An oppositeness relation between the two scripts; v. A trigger, obvious or implied, switching the one script to the other.” (RASKIN, 1987: 17).

texto tem o riso como objetivo. Para entender a piada, preparamo-nos para reconhecer os dois scripts descritos na teoria semântica de Raskin.

Observamos que, no item “v”, há a referência a um “gatilho”. Acreditamos que RASKIN (1985) utilizou a expressão “gatilho semântico da mudança de script”, porque transferiu esta expressão, de sua teoria semântica (mais geral), baseada em frames, para o estudo específico do humor, igualmente baseado em frames. Com base nesta constatação é que somos levados a interpretar o “gatilho” como o elemento que “aciona o(s) frame(s)”, e, considerando que os frames aos quais ele se refere são superpostos, acreditamos que esta “superposição” seja equivalente ao terceiro frame, deduzido da teoria de KOESTLER (1964) e que este autor chama de “novo plano” ou “novo contexto”. Destas considerações, podemos concluir que: a “superposição de frames” proposta por RASKIN (1987) e “os dois códigos ou planos diferentes” que, combinados, formam o “ato bissociativo” (de KOESTLER, 1964) são o mesmo fenômeno.

Na resenha de NORRICK (1986b) do artigo de RASKIN (1985: 106) o primeiro cita a piada seguinte, analisada pelo último, quando este indica como “gatilho” o termo que tem ambigüidade.

- (5) *“Um bispo inglês recebeu o seguinte bilhete do vigário de uma aldeia na diocese dele:
 ___ Senhor, eu lamento informá-lo da morte de minha esposa. Quem sabe o senhor poderia me enviar alguém para substituir durante o fim de semana.”*

Observamos que a tradução sofreu uma adaptação de nossa parte, para conservar a ambigüidade do original, desde que os termos do Inglês: “*a substitute*” (visando a uma interpretação ambígua) podem ser entendidos tanto no masculino: *um substituto* (no caso, alguém para substituir o próprio vigário) ou no feminino: *uma substituta* (no caso, alguém para substituir a esposa do vigário).

“O primeiro script envolve negócios da igreja, enquanto o segundo sugere sexo, ou, de forma mais abrangente, ele implica imoralidade na hierarquia da igreja” (conclusão de NORRICK, op. cit.). Raskin considera que, nesta piada, o “**gatilho semântico da mudança de script**” consiste na ambigüidade sintática de “substituto/a” e observa que outros gatilhos,

em geral, derivam de **aparentes contradições**, tais como ambigüidade situacional, semelhança fonética e verdadeira polissemia ou homofonia”(grifos nossos).

Devemos, a esta altura, precisar o sentido do termo “ambigüidade”, neste estudo. Este conceito será empregado para indicar tanto os termos polissêmicos, quanto as situações ambíguas, que conduzem a duas interpretações (como o exemplo do verbo « tomar », no sentido de roubar e « tomar » no sentido de “beber”). Mas não será considerado ambigüidade o fato de determinados elementos serem comuns a dois frames, quando o significado de tais elementos não se altera (como no caso, por exemplo, de um objeto perdido e achado, que continua com suas características próprias, inconfundíveis nos dois contextos). A relação entre os dois frames, sim, é que poderá ser ambígua (conforme propusemos em nossas hipóteses, p.21) e, neste caso, este tipo de relação engloba todas as “aparentes contradições” citadas acima por RASKIN (1987).

1.1.1.7. Problemas com o disjuntor

1.1.1.7.1. O conceito de “disjuntor”

Concluimos, em princípio, que, se é a existência de “um gatilho, óbvio ou implícito, que permite passar de um script a outro” (RASKIN, 1987), esse gatilho, comum aos dois frames, pelas características de descrição, pode ser o mesmo termo que MORIN, em artigo de 1971, chama de “disjuntor”. Neste artigo, Violette Morin explica a escolha do termo “disjuntor”: “É preciso arriscar este neologismo, pois ‘disjuntar’ não é ‘separar’: trata-se de um conceito analítico, oriundo de noção de disjuntor...” (MORIN, 1971: 178, nota de rodapé)

Quando utiliza o termo “**disjuntor**”, MORIN (1971) cita o fato de que a disjunção é uma das três funções que ela reconhece na historieta cômica: “*A bifurcação é possível graças a um elemento polissêmico, o disjuntor, sobre o qual a história deflagrada tropeça e se volta para tomar uma direção nova e inesperada.*” (MORIN, 1971: 177) (grifos nossos). Embora a definição da autora não nos pareça bastante esclarecedora, é através de análises feitas por ela (MORIN, 1971: 179, 183-185, etc.) que podemos ver pontos em comum entre o “gatilho” de

RASKIN (1987) e o termo “disjuntor”, que ela utiliza. Apresentamos um de seus exemplos, observando que se deve considerar o fato de que o estudo é feito em língua francesa, na qual o termo “pli” significa “ruga, prega” ou, metaforicamente (a autora usa o termo “figurado”), significa “maus hábitos”:

- (6) *Um marido agride a mulher. O juiz lhe pergunta:*
 ___ *Mas por que com um ferro de engomar?*
 ___ *Porque ela começava a ter maus hábitos/ rugas.*

É evidente que o texto só terá humor para quem o leia em Francês, quando, ao dizer que a mulher começava a ter “plis”, o marido justifica a agressão com o sentido próprio do termo: os maus hábitos da mulher, deixando, entretanto, o segundo sentido do termo ambíguo a “disputar” o sentido com o primeiro: “ela começava a ter rugas” (o que revela uma outra causa “disfarçada” atrás da razão apresentada pelo marido ao juiz). Essa conclusão leva à incongruência (ou “bissociação”) que parece fazer o humor do texto: o marido usou o ferro de engomar para passar (alisar) as “plis” (“maus hábitos” e/ou “rugas”) da esposa.

O esquema de MORIN (1971: 187) é o seguinte:

Função de normalização	Função locutora de deflagração	Disjuntor		Função interlocutora de disjunção
Um marido agride a mulher.	O juiz: Mas por que com um ferro de engomar?	<i>Plis</i> (pregas ou maus hábitos)	do tecido (próprio) ou do caráter (figurado)	O marido: Porque ela começava a ter maus hábitos.

Segundo MORIN (1971), este tipo de texto humorístico consta de uma “pequena história”, apresentada numa seqüência única, articulada em três funções: uma função de *normalização* que apresenta os personagens, uma função locutora de engate (ou entrelaçamento, ou embreagem), que apresenta o problema a ser resolvido e, finalmente, uma função interlocutora de disjunção, que “desamarra” o problema, encontrando-se na última o reverso (a reviravolta, a ruptura, a “queda” inesperada). É esta última função que faz bifurcar a narração do “sério” no cômico”, e dá à seqüência narrativa sua existência de narração disjunta. JARDON (1988), analisando a proposta de MORIN (1971) comenta: que, nesta

última função, “encontra-se facilmente a *bissociação* de KOESTLER” (1964) ou, na expressão de BERGSON (1940), “a interferência de séries”, resultado do duplo uso do “**disjuntor**”. JARDON (1988) não faz referência a RASKIN (1987), mas parecem-nos evidentes as semelhanças entre a proposta dele e a de MORIN (1971). Comparamos cada item básico das colocações destes dois autores.

__O processo que culmina na “disjunção” e a própria “disjunção” correspondem às **três** últimas etapas do script que RASKIN (1987) propõe para estudo dos textos de piadas (iii. *dois ‘scripts’ parcialmente sobrepostos e compatíveis com o texto; iv. uma relação de oposição entre os dois ‘scripts’; v. um gatilho, óbvio ou implícito, desviando de um ‘script’ para o outro*”).

__O termo “gatilho” parece ser o mesmo que MORIN (1971) chama de “disjuntor”.

__RASKIN (1978) fala em dois scripts, MORIN (1971) fala que “os dois disjuntores trazem duas **semias distintas**”²⁶ (grifos nossos).

__De acordo com MORIN (1971), o disjuntor seria sempre um elemento ambíguo e, conforme afirmação de RASKIN (1978) acima, ele propõe também o mesmo a respeito do “gatilho”, a diferença estando no fato de ele admitir que o “gatilho” possa vir também implícito.

__RASKIN (1978) fala de scripts opostos e incompatíveis; MORIN (1971: 202) afirma: “Na narrativa disjunta, a anomalia substitui uma incoerência por duas coerências e impõe um fim de narrativa que é o fim de tudo (...) A anomalia disjuntora não é esclarecedora, mas destruidora.” Parece-nos que Raskin observa o caminho que leva à *bissociação* (embora o termo não seja empregado por ele), enquanto Morin “disseca” a “*bissociação*”: esta se constrói a partir de dois frames individualmente coerentes, mas unidos, que resultam numa “anomalia”, num “paradoxo”, numa “incongruência” ou, finalmente, numa “*bissociação*”.

²⁶ Por não termos tido acesso ao original da obra de MORIN (1971), não sabemos se o termo “semia” foi utilizado pela autora ou pela tradutora, mas, de acordo com o emprego que a autora faz para o termo (ela o exemplifica com duas palavras diferentes: “manga” e “dobra”), acreditamos que “semia” seja o mesmo que “lexema” ou “semema”.

Adotamos as teorias propostas, fazendo duas ressalvas: (1) quanto à ambigüidade; (2) quanto à maneira como fica caracterizado o termo “disjuntor”.

(1) Em princípio, acreditamos que, nos casos de ambigüidade em piadas, o termo ambíguo é normalmente explícito, pelo menos em um dos frames iniciais. Pode ser que a referência de RASKIN (1987) à possibilidade de o “gatilho” vir implícito não seja diferente da segunda parte de nossa afirmação a seguir (grifada): o gatilho parece vir explícito em um dos dois frames *e trazer implícito algum traço que remete ao outro frame*.

Ainda a respeito da ambigüidade, fazemos outra objeção: conforme afirmamos acima, acreditamos que haja piadas que não recorrem a elementos ambíguos. Analisamos mais adiante três textos, para tentar demonstrar nosso ponto de vista:

- a) uma piada em que o termo ambíguo (polissêmico) parece ser o mesmo que fica na base da frase que indica a incongruência (exemplo 6);
- b) uma segunda piada com termos ambíguos (polissêmicos), mas que não se encontram na frase que aponta para a incongruência, não estando, pois, na base da bissociação (exemplo 7);
- c) e finalmente um terceiro texto que, embora apresente elementos comuns, não tem elementos ambíguos (no sentido de “polissêmicos”), como foi observado anteriormente, ao precisarmos o sentido de “ambigüidade” neste trabalho (exemplo 8).

(2) MORIN (1971) aponta como disjuntor o termo polissêmico (em algumas análises __ convém frisar), como o exemplo de “pli”, na piada citada. Não chamaremos este elemento de “termo”, visto considerarmos **que o elemento na base da incongruência é representado normalmente por uma frase** (que a autora engloba em “função interlocutora de disjunção”). Se entendermos que este elemento na base da incongruência (da “bissociação”) é o disjuntor, poderemos denominá-lo assim nos três exemplos que vamos analisar. Entretanto, se considerarmos que o disjuntor se refere ao elemento polissêmico comum aos dois frames, mas que **não** está na base da frase incongruente, que nome daremos ao elemento que fica na base da incongruência (remetendo a ela), no segundo e no terceiro caso? No final do item 1.1.1.7.1., apresentaremos exemplos de MORIN (1971), em que a autora não faz referência a um disjuntor (diferentemente dos exemplos já citados). Ela torna a apresentar, no entanto, a

“função de disjunção”, na qual, pelos seus primeiros exemplos, o disjuntor vinha inserido. Veremos, mais adiante, que a frase que a autora usa para mostrar a “função de disjunção” corresponde ao que chamamos de “disjuntor”, frase que se constitui no “ponto culminante” do humor da piada, fechando o texto.

Julgamos necessário esclarecer que os questionamentos feitos a teorias apresentadas deveriam certamente fechar qualquer trabalho e não apresentar-se no referencial teórico do mesmo. Justificamos este procedimento no fato de estarmos usando a referida teoria, não para acrescentar-lhe algo, nem com a intenção de questioná-la, mas porque, precisando dela como um “instrumento” para atingir os verdadeiros objetivos deste nosso estudo (ou seja: verificar o nível de compreensão em que se situa o humor), não podemos fazer nossas análises, sem antes delimitarmos, com a maior precisão possível, os elementos teóricos que utilizaremos.

Considerando os dados teóricos de base anteriormente relacionados, chegamos, após nossas análises, a uma conceituação nossa (não que fuja ao que foi proposto pelos iniciadores desses conceitos, mas que tente “interpretá-los”), conceituação que consideramos adequada ao nosso estudo, porque tenta ser simples e porque relaciona, de forma prática, os conceitos de “determinismo”, “disjuntor” ou “elemento marcador de incongruência” e “bissociação”.

Consideramos, que haja, pois, uma seqüência de etapas que levam ao riso: o início do texto leva ao “determinismo”, isto é, a certas “previsões”, feitas a partir de um primeiro esquema que oferece seqüências prováveis dentro do senso comum. Deste primeiro frame de origem toma-se um elemento: situação ou idéia ou evento (que pode ser um dado completo, ou apenas um traço semântico de um termo utilizado no primeiro frame previsíveis e pode mesmo vir implícito). Esse elemento (situação ou idéia ou evento) é levado para o segundo frame, mas apenas como um “elemento de ligação” entre os dois contextos, elemento que justamente por estar no primeiro frame leva a uma falsa previsão de seqüência: o leitor faz previsões de acordo com primeiro frame e acontece o inesperado: o há um traço novo que se liga ao elemento transportado, traço este que indica a existência de um outro frame de origem. Isto acontece, porque, o constatar que algum elemento ficou inadequado à compreensão, o leitor (cooperativo) busca outro modelo cognitivo ao qual o disjuntor esteja fazendo referência. Além da presença deste segundo frame de origem, o disjuntor (porque é ele que, “fechando”-o texto, revela o inesperado se revela) mostra que há uma espécie de “mistura” do elemento transportado mais o novo traço (com o qual este elemento “antigo” não se adapta): o leitor se depara com a bissociação. Esta se constitui em um frame incongruente, em relação às

previsões do frame que vinha sendo processado.

O contexto (ou frame) ao qual o disjuntor remete é primeiro reconhecido pelo leitor como um frame coerente (constitui-se, por isso, no outro frame de origem). Acreditamos que o leitor venha a compreender, quase que de uma só vez (devido à rapidez deste processamento) qual é o segundo frame de origem e qual o frame da bissociação. No entanto, julgamos que o reconhecimento da incongruência exija primeiro o “reconhecimento” do segundo frame coerente __ frame de origem, desde que só é possível compreendermos alguma diferença, se houver um conhecimento prévio de contextos coerentes que possam servir de referência. Parece-nos mais lógico, pois, que o conhecimento da “ordem” __o previsível__ preceda ao conhecimento da “desordem”, a incongruência). Na incongruência há uma adaptação forçada do elemento novo (reconhecido como de um segundo frame de origem) àquele frame primeiro (de origem) e esta inadaptação (que se constitui num terceiro frame) é a bissociação. Como metáfora da bissociação, poderíamos imaginar a tentativa de se misturarem corpos amorfos (tais como o óleo e a água, constituindo-se estes dois elementos nos dois frames de origem), o que teria, como resultado, uma “não-mistura”, de aspecto incoerente (pedaços de óleo nadando na água), sem uma característica homogênea definida.

A causa desta incongruência é o elemento que veio do primeiro frame e, neste segundo, é semanticamente rejeitado, embora seja contextualizado de maneira forçada, causando um frame novo e incongruente. Na leitura, uma surpresa marca a descoberta dessa “incongruência” ou bissociação (ou ruptura do determinismo, ruptura da previsão), e **o disjuntor é o elemento que leva a essa descoberta, porque ele aciona elementos que estão na base dele e que, associado(s) a elementos de um dos frames de referência, forma(m) o contexto incongruente.** A bissociação pode ser representada por uma frase caracteristicamente incongruente, na qual o disjuntor, elemento básico, “puxa” elementos do primeiro frame de referência (apresentado inicialmente no texto), ao mesmo tempo que faz surgirem elementos de outro frame de origem (cuja existência não tinha sido cogitada até aquele momento). Os elementos implícitos parecem ser então confrontados com os já presentes no texto e, entre eles há, semanticamente, um “choque”, causando a bissociação. Parece-nos que as noções de “disjuntor” e “bissociação” tornam-se, nesta colocação, indissociáveis, mas entendemos que **o disjuntor é o elemento concreto que, a nível de frase, indica** (aponta, marca) o ato abstrato da bissociação e, **embora seja o responsável pelo acionamento de elementos que ficam na base da frase incongruente (que resume a bissociação), não revela sozinho, a incongruência.** Tentamos demonstrar estes fatos, a partir

de um exemplo, em forma de esquema, esquematização explicada a seguir e só depois exemplificada.

Essa “inadaptação” seria a bissociação; é ela que causa um “estranhamento”, ou seja, a surpresa que FOURASTIÉ (1971) sugere acrescentar à teoria da bissociação de KOESTLER (1964), surpresa que é a reação causada pela presença do disjuntor. Essa sensação de “ruptura do previsível” (ou “surpresa pela incongruência”) é que leva o leitor a reconhecer o ato bissociativo.

Para se ter idéia da bissociação como a descrevemos acima, tomemos o primeiro dos três textos a serem analisados, esclarecendo que a piada abaixo, embora venha repetida no Corpus como piada 27 do Anexo 1, tomará, no Referencial teórico, o número (7):

- (7) *Um brasileiro pergunta a um português:*
 __ *Por favor! O senhor viu alguém dobrando esta esquina, agora há pouco?*
 __ *Não, senhor. Quando aqui cheguei, ela já estava dobrada...*

De acordo com as funções apontadas por MORIN (1971), esta seqüência única de texto (ou “historieta cômica”) estaria articulada em três funções: na função de *normalização* que apresenta os personagens, temos: *Um brasileiro pergunta a um português*; na função locutora de engate (ou embreagem), que apresenta o problema a ser resolvido, temos: *__Por favor! O senhor viu alguém dobrando esta esquina, agora há pouco?*; e, finalmente, na função interlocutora de disjunção, que “desamarra” o problema”, temos: “*__Não, senhor. Quando aqui cheguei, ela já estava dobrada...*” Na última, encontra-se o reverso a reviravolta, a ruptura, a “queda” inesperada, que a autora denomina “disjunção” e que, a nosso ver, aponta para a “bissociação” (que se mostrará completa, se “recuperarmos” o termo “esquina”, elíptico nesta última frase) e o termo “ver”, da fala anterior, ou seja: “Alguém (não) viu a esquina ser torcida, a ponto de ser transformada em uma dobra”.

Segundo MORIN (1971), é esta última função que faz bifurcar a narração do “sério” no cômico”, e dá à seqüência narrativa sua existência de narração disjunta e (segundo JARDON, 1984) é a *bissociação* de KOESTLER” (1964). Entendemos que a frase que **aponta** para a incongruência (a bissociação) é o próprio disjuntor, e, como o elemento-chave concreto do processo bissociativo, é ele que “puxa” o leitor indistintamente para dois campos opostos de compreensão. A bissociação seria então como dois campos virtuais de compreensão, agindo (rejeitando-se) concomitantemente durante o processo de interpretação do texto.

Esquematizando os dados da piada acima, tomaremos, como exemplo, dois frames : (AX) e (AY), assim denominados por duas razões: há um elemento A que é comum a ambos têm; mas os dois têm, cada um, elementos que os diferenciam: em um, o elemento X, em outro, o elemento. O elemento A, comum a ambos é o verbo “dobrar”. No primeiro contexto (frame AX), o termo tem o sentido (AX): o sentido de “alguém mudar a direção do trajeto, (para a direita ou esquerda) ao chegar à esquina, circunstância em que essa mudança lhe é permitida”. No segundo contexto (frame AY), o termo “dobrar” aparece com o sentido (AY): o sentido de “curvar/fazer curvar algo”. Adotando o segundo emprego no lugar do primeiro, o interlocutor muda o foco do significado e cria um elemento novo: o “ver alguém que dobrava a esquina” (em que o verbo vai fazer referência ao fato de a esquina se constituir numa “dobra”, em relação ao trajeto “reto” que levava até ela), para o significado (AXY): “ver alguém torcendo uma esquina, dando-lhe o formato de ângulo”, sentido não usual da expressão e mesmo impossível, de acordo com o senso comum (terceiro frame). Diante da primeira fala, o leitor ativa apenas o “frame AX”: o do uso comum da expressão (AX) e, de acordo com o determinismo, prevê uma seqüência do tipo: “Não vi ninguém” ou “Vi alguém virando a esquina há pouco”. Mas, na segunda fala, aparece o disjuntor Y, que é a circunstância que “prova” que o sentido escolhido para o verbo foi o do frame (AY) e esta “circunstância semântica” (se pudermos denominá-la assim) é o fato de a frase vir na passiva. No primeiro emprego (frame AX), a frase “alguém virar a esquina” não admite apassivamento e deve ser lido, como qualquer “expressão”, como “um bloco único de sentido” (indissociável). São estas circunstâncias (de “funcionamento semântico diverso”) que tornam diferentes os frames (AX) e (AY), embora, em ambos, esteja presente o elemento A (o verbo “dobrar”). A resposta leva a uma releitura também da pergunta, com um novo significado.

De acordo com nossa interpretação, na base da “bissociação”, ou seja: “Alguém torcer uma esquina até transformá-la em uma dobra”, está o disjuntor: “A esquina já estava dobrada”. Observamos que o disjuntor está na base da idéia incongruente que sintetiza a bissociação (ou “incongruência”), mas não se constitui, sozinho, nessa idéia.

No exemplo em análise, o verbo “dobrar” apresenta-se como o elemento comum aos dois frames de referência, tendo, em cada um destes primeiros frames, traços semânticos específicos. Um traço semântico deste verbo apenas aceitável no segundo emprego (no qual houve o apassivamento) foi submetido ao contexto em que só cabia o outro significado. Tentamos esquematizar no quadro seguinte a análise exposta acima para a piada de número (7):

<p>Termo (ou idéia) A: “dobrar” (termo comum aos dois frames iniciais)</p>		<p>3° FRAME AX (ruptura do determinismo → o imprevisível → a bissociação)</p>
1° FRAME AX	2° FRAME AY	<p>Idéia incongruente: Alguém torcer/virar a esquina, para provocar uma dobra” ou “para torná-la esquina” (o que fica tautológico).</p>
(Frames de origem: ambos previsíveis)		
<p>Termo A em AX: “dobrar (a esquina) → contornar um ponto” (contornar a esquina, virar para a rua perpendicular à que era seguida).</p> <p>Circunstância X, característica do termo A, neste frame: “virar a esquina” deve ser considerada uma expressão não apassivável.</p>	<p>Termo A em AY: “dobrar (algo/ um objeto) → torcer/virar um objeto, provocando uma dobra”.</p> <p>Circunstância Y característica do termo A, neste frame: admite voz passiva.</p>	<p>Disjuntor Y “A esquina já estava dobrada”</p>

Vimos, no primeiro exemplo, um caso em que o termo ambíguo (polissêmico) está presente nos dois frames iniciais, e está também na base da incongruência, ou bissociação, para a qual o leitor é direcionado pelo disjuntor, onde o elemento polissêmico está também presente.

Passemos em seguida para a segunda análise, tomando novamente uma piada do corpus (no qual ela aparece com o número 25), recebendo, no referencial teórico, o número (8). Tentaremos demonstrar que este caso é diferente do primeiro, visto que neste segundo, o elemento ambíguo (polissêmico) não é o mesmo que está na base da incongruência. Nestas análises, valemo-nos igualmente dos conceitos de “determinismo” (e conseqüente “ruptura do determinismo”) de FOURASTIÉ (1983), para o levantamento das variantes “previsíveis” em cada frame utilizado.

- (8) *Um conhecido especulador da bolsa, também banqueiro, caminhava com um amigo pela principal avenida de Viena. 2. Quando passaram por um café, disse:*
 __ *Vamos entrar e tomar alguma coisa?*
Seu amigo o conteve:
 __ *Mas, Herr Hofrat, o lugar está cheio de gente!* (citada por Freud)

Se considerarmos as previsões que, de acordo com as regras de convívio social nos ocorrem, teremos, como seqüência normal (previsível) dos dois frames:

PREVISÃO 1: “TOMAR” → Frame de tomar algo (bebida, etc.) em um bar, na circunstância (importante para justificar a incongruência posterior) de que tal ação acontece **na presença de todos (fregueses e pessoal do bar)**.

PREVISÃO 2: “TOMAR” → Frame de tomar alguma coisa (roubar) de alguém, na circunstância (importante para justificar a incongruência posterior) de que tal ação não acontece **na presença de todos**: ou é só na presença de quem é roubado, em caso de assaltos, ou é “às escondidas” (em caso de fraudes, por exemplo).

Um procedimento adotado por nós para reconhecer o ponto onde se processava a bissociação foi o que em nosso trabalho denominamos “cancelamento do humor” ou “neutralização do humor”, a saber, a substituição (mínima possível) de termos que transformem a piada em um texto sem “graça”, embora conserve a coerência do mesmo. Constatamos, pelos testes de cancelamento feitos, que há, por vezes, mais de um ponto na piada que aceita este tipo de substituição. Em nossas análises tentamos mostrar que o cancelamento, se não for feito diretamente sobre o disjuntor, pode também atingi-lo (neutralizá-lo), em pontos que estejam intimamente ligados à idéia incongruente.

Sem a mudança de frames, não há bissociação. Assim, se alguma modificação (substituição de termo, subtração ou acréscimo de falas na seqüência do texto) confirmasse a escolha de apenas um dos frames, não haveria humor. Ocorre, pois, que, para eliminarmos o humor da piada acima, um dos recursos é substituir o termo “tomar” por “beber”, admitindo a existência de apenas um dos dois frames previstos __ o que parece, em princípio, provar que este verbo “se comporta” como base de disjuntor. Dessa forma, ou o amigo poderia concordar (ou discordar) quanto à sugestão de beber algo.

Mas há a possibilidade de admitir a existência apenas do outro frame previsto, o que também eliminaria o humor da piada, ou seja: considerar que o “normal” (previsível) era Herr

Hofrat estar realmente pensando em “assalto”. Nesta segunda hipótese, a surpresa do amigo seria causada apenas pela ousadia de Herr Hofrat em fugir de sua forma habitual de roubar (às escondidas) e passar para um assalto a descoberto. De acordo com essa hipótese, poderíamos, por exemplo, imaginar uma seqüência de discurso em que Herr Hofrat, para contestar a surpresa do amigo, dissesse algo como: “Acha que não consigo roubar sem que as pessoas percebam?”

Diante desta constatação, devemos buscar, no discurso do narrador ou dos personagens o(s) elemento(s) que prove(m) que, na seqüência prevista para o primeiro frame (importante: **seqüência considerada mais previsível**, em termos de regras de convívio social), houve um dado que fez a situação tornar-se incongruente. Estes elementos são normalmente colocados nos finais das piadas, por se constituírem no ponto mais alto das mesmas... e após o qual não se justifica mais prosseguir com a narrativa. Na piada em análise, “no ponto alto do texto”, encontra-se a **circunstância destacada no segundo frame como diferente da circunstância que caracterizava o primeiro**. Quando o amigo de Herr Hofrat diz: “*Mas, Herr Hofrat, o lugar está cheio de gente!*”, a circunstância de “o lugar estar cheio de gente” é que é decisiva para provocar a surpresa. O leitor faz a seguinte avaliação (reflexão): se “tomar bebida em lugar cheio de gente” não se constitui em problema, de acordo com as regras de convívio social, é porque o “tomar” não deve ser entendido como “beber” e sim como “roubar”. É esta circunstância que aponta para o fato de que havia uma segunda interpretação (segundo frame) para o verbo “tomar”. O “mas” anuncia a oposição que se segue: quanto ao fato de o local estar cheio de gente. Esta oposição é que leva ao pressuposto: Herr Hofrat costuma “tomar” alguma coisa (roubar de alguém), mas **quando não há testemunhas**. A bissociação pode então ser resumida em: “é incongruente a idéia de alguém, para tomar uma bebida, evitar que as pessoas percebam”. Se a circunstância indicada acima for retirada deste texto, o mal-entendido não se sustenta. Da mesma forma, na piada (6) é incongruente a idéia de “ver alguém *torcendo* uma esquina para transformá-la na dobra que ela já é”.

Em esquema similar ao visto acima, teríamos:

<p>Termo (ou idéia) A: “tomar” (termo comum aos dois frames iniciais)</p>		<p>3º FRAME AXY (ruptura do determinismo → o imprevisível → a bissociação)</p>
<p>1º FRAME AX</p>	<p>2º FRAME AY</p>	<p>Idéia incongruente “Para tomar uma bebida, ser necessário que os outros não percebam.”</p>
<p>(Frames de origem: ambos previsíveis)</p>		
<p>Termo AX: “tomar (bebidas, café, etc.) → beber um líquido (ou beber um líquido acompanhando-o com alguma comida)”, Circunstância X, característica do termo A, neste frame: “à vista de todos.”</p>	<p>Termo AY: “tomar (algo/ um objeto)” → roubar (de alguém). Circunstância X, característica do termo A, neste frame: “tomar” não publicamente (sem testemunhas).</p>	<p>Disjuntor Y “Mas o lugar está cheio de gente!”</p>

Vimos que na segunda análise, o verbo “tomar” aparece nos dois frames, o que é possível, graças à ambigüidade do termo. Entretanto, o que realmente “prova” que há um segundo sentido a ser considerado não é este termo ambíguo, mas a circunstância (Y), que restringe semanticamente o sentido do verbo ao indicado no segundo frame. Voltamos à questão proposta mais acima: o verbo “tomar” é o termo polissêmico que participa dos dois frames, mas não é o elemento de base da incongruência. Devemos, pois, considerar o “disjuntor” o elemento que “aponta, de forma que nos parece sempre implícita, para a existência de um segundo frame”, como aconteceu com a circunstância analisada no último exemplo (hipótese que nos leva a um dos nossos objetivos: determinar se este nível é uma constante neste ponto).

Recapitulando o exposto, temos: o primeiro destes três textos apontou **um termo polissêmico que também estava na base do elemento incongruente**; o segundo indicou a existência de **um termo polissêmico, mas que não estava na base do elemento incongruente**. Na terceira análise, da piada de número (9) deste referencial teórico, tentamos mostrar que há piadas **sem qualquer elemento polissêmico**.

- (9) *O judeu proseia com um conhecido, que lhe pergunta:*
 ___ *Jacó, Se você tivesse seis fazendas, me daria uma?*
 ___ *Lógico! Jacó daria fazenda pra você.*
 ___ *E se você tivesse seis automóveis, me daria um?*
 ___ *Naturalmente! Jacó daria.*
 ___ *E se você tivesse seis camisas, me daria uma?*
 ___ *De jeito nenhum.*
 ___ *Ué, mas por que não?*
 ___ *Porque seis camisas Jacó tem!*

Termo (Idéia) A → ALGUM BEM (é um objeto/ idéia comum aos dois frames em questão)		3º FRAME AX Y (ruptura do determinismo → o imprevisível → a bissociação)
1º FRAME AX: Frame do TER (algum bem)	2º FRAME AY Frame do DAR (algum bem)	Idéia incongruente “Jacó só dá algum bem que não possui.” (A incongruência nasce de um pressuposto: ao qual a frase final remete: se ele não dá a camisa, porque a tem, então aquilo que ele diz que dá é “porque não tem”). As pistas que apontam para o elemento incongruente são os tempos verbais: “daria” (hipótese) em oposição a “tem” (certeza) indicam o pressuposto: ele só dá o bem que é hipotético (ou: o “dar” para Jacó só existe em hipótese).
Idéia AX: TER ALGUM BEM Circunstância X, característica do termo A, neste frame: Para se ter algum bem, é necessário haver o bem e a pessoa que o possua.	Idéia AY: DAR ALGUM BEM Circunstância Y, característica do termo A, neste frame: Para se dar algum bem, há a exigência de alguém (que o dá) ter o bem a ser dado.	Disjuntor Y Jacó: “Não dou uma das seis camisas porque tenho as seis camisas”.

O questionamento feito acima leva-nos à seguinte conclusão: vamos adotar o termo “disjuntor” no sentido que lhe dá MORIN (1971) não nas análises em que aponta como “termo disjuntor” o termo polissêmico, mas quando apresenta o disjuntor como o elemento concreto (conclusão nossa, significando aqui: “presente no texto”), que aponta para a “disjunção”. **A disjunção (bissociação) pode ser representada por uma frase que “traduz” e sintetiza a incongruência, e o disjuntor está na base desta “frase-síntese”, ou seja: ele apresenta elementos explícitos que se constituem em parte da informação da**

idéia incongruente, ao mesmo tempo que remete, de forma implícita, para os elementos que completam esta idéia. Nas piadas seguintes, MORIN (1971: 183, 195, 199), apresenta análises em que marca o lugar onde se situa a função disjuntora. Reproduzimos em forma de esquema essas análises, completando-se cada texto na seqüência que vai da coluna (a) à coluna (c), a seguir:

(a) Função de normalização	(b) Função de deflagração	(c) Função de disjunção
(10) O africano afirma que não existem mais canibais.	Alguém: Você tem certeza?	O africano: Sim, comeram-se os três últimos há poucos dias.
(11) O motorista de uma viatura acidentada vai à garagem.	O motorista: O que se pode tirar (salvar) (do carro)?	O garagista: Uma foto.
(12) Duas amigas conversam.	Uma: Adoro a natureza.	A outra: Depois de tudo que ela lhe fez?

Para “completar” a frase-síntese da incongruência, em cada análise, basta acrescentar ao disjuntor o elemento que ficou elíptico, ou seja: em (10) “O africano: Não há mais canibais, porque os três últimos foram comidos”; em (11) “O garagista: A única coisa que dá para tirar(salvar) do carro acidentado é uma foto”; em (12) “A outra amiga: Você adora a natureza depois de tudo (o estrago) que ela lhe fez?”

1.1.1.7.2. Disjuntores múltiplos

Cabe uma última observação em relação à teoria abordada. Em artigo de 1995, TAFARELLO aponta o fato de que, em textos longos, há mais de um disjuntor (ela usa o termo “gatilho”):

*“Em todos os momentos em que aparece algo de engraçado, a questão é a convivência de dois mundos aparentemente paradoxais, isto é, os vários gatilhos nos fazem passar de um para o outro, mas nenhum dos dois desaparece, já que um é a sombra do outro. (...) Nossa hipótese de que a coerência de um texto humorístico longo se dá na **soma de vários gatilhos** parece se verificar.” (TAFARELLO, 1995: 634-635) (grifos nossos)*

Concordamos com a autora que, em textos humorísticos mais **longos**, como uma

crônica, um texto para programas humorísticos de rádio ou televisão, até comentários humorísticos ou certas “máximas” humorísticas, há como que uma “sobrecarga de piadas”, se podemos denominar dessa forma o procedimento em questão. As piadas, tal qual as conhecemos, têm, normalmente, a concentração do humor em um único ponto, havendo, pois, um único disjuntor. Os casos citados pela autora, a nosso ver, equivalem a várias piadas, nos moldes das piadas que as pessoas costumam contar, o que corresponde à afirmação de MORIN (1971) para o fato de a “historieta cômica” constituir-se numa seqüência única. Para verificar o comentário de TAFARELLO (cf. acima) e defender o item que acrescentamos ao mesmo, ou seja, o de que tais textos se constituem numa “sobrecarga de piadas”, analisamos a seguir uma máxima (Máxima de número 149) extraída do livro “365 motivos para odiar o Brasil”, de MENDES, LONZA e MATTOSO (1994: 28).

Observamos que a máxima deve ser lida como uma seqüência do título do livro, de forma a constituir-se numa “resposta” ou “razão” para este título, ou seja: “um dos 365 motivos para odiar o Brasil é Sílvia Santos”.

(13)

SÍLVIA SANTOS:

Por ter dado o verdadeiro golpe do baú. Com o seu "Baú da Felicidade", toma todo o dinheiro dos pobres sem ter que casar com nenhum deles.

A graça (ou “graças”) está (estão) numa cadeia de elementos: a expressão “golpe do baú”, usada para indicar casamento por interesse é aqui associada a “*Baú da Felicidade*”, uma promoção que envolve pagamento de carnês com vistas a prêmio, pertencente ao animador de programas de televisão Sílvia Santos, o qual obtém muitos lucros graças à venda dos mesmos. Considerando que os compradores de tais carnês, pelo simples fato de buscarem prêmios através de rifas, são pessoas de pior condição financeira, o humorista faz um “desvio” de termos: Sílvia Santos dá o “golpe do Baú da Felicidade” nos pobres e “nem ao menos precisa se casar com eles” __ e há aqui uma nota de “non-sense”, desde que seria impossível um casamento com um pobre ser chamado de “golpe do baú”.

A partir da análise feita, podemos desmembrar o texto em várias piadas, que destaquem, cada uma, um dos pontos marcados como risíveis na interpretação acima. Assim, para desdobrar o texto com “sobrecarga de piadas” em várias seqüências (ou “várias piadas”), basta encontrar o(s) ponto(s) que o humorista explorou como básicos, no caso, a ligação do termo “baú” com “golpe do baú”: por um lado, envolvendo dinheiro e, por outro, envolvendo casamento.

Desta forma, poderíamos ter as seguintes piadas (elaboradas por nós, como possíveis, a partir das sugestões do texto):

(14) __ *Como é que alguém pode dar o golpe do baú em um pobre?*
 __ *Vendendo para ele o “Baú da Felicidade”.*

O terceiro e o quarto exemplo são variantes de uma mesma idéia: o fato de o “Baú da Felicidade” ser uma forma de se obter o dinheiro alheio e o fato de pertencer a Sílvia Santos:

(15) __ *Qual o golpe do baú que dispensa casamento?*
 __ *O (do) Baú da Felicidade.*

(16) __ *Quem é que dá o golpe do baú sem precisar casar?*
 __ *Sílvia Santos.*

1.1.2. Recursos e mecanismos criadores de humor em relação ao código

TRAVAGLIA (1991) faz várias classificações do humor, por categorias, considerando “categorias”, entre outras, as seguintes formas nas quais o humor pode ser abordado: humor quanto à forma de composição; humor quanto ao objetivo; humor quanto ao grau de polidez; quanto ao assunto, etc. Na categoria “o que provoca o riso”, TRAVAGLIA (1991) indica scripts e mecanismos provocadores de riso.

Levando ainda em consideração o fato de que TRAVAGLIA (1991) baseou-se em programas humorísticos de televisão, é evidente que seus exemplos prendem-se mais aos recursos apresentados para o gênero de humor televisivo. Como utilizaremos sua classificação de humor relativa a “o que provoca o riso” como base das nossas classificações do humor quanto ao nível de compreensão, julgamos útil checar, em relação ao código, sua classificação de scripts e mecanismos, relacionando a mesma com o código especificamente lingüístico.

TRAVAGLIA (1991) considera, na categoria “o que provoca o riso”, que os scripts e os mecanismos ali selecionados sejam “provocadores do riso”, mas, antes de serem

considerados “provocadores do riso”, serão aqui considerados “scripts e mecanismos criadores de bissociação”, assumindo, em nosso estudo, que todos os recursos citados por Travaglia apresentam bissociação, e que é esta última o mecanismo básico na criação do humor (em conseqüência, a bissociação viria antes do riso, como uma causa deste). São, pois, em primeira instância, (scripts e mecanismos criadores de bissociação e, em segunda instância, scripts e mecanismos criadores de riso __ aqui, na classificação de TRAVAGLIA, 1991): a) os **scripts**: da estupidez, da esperteza ou astúcia, do ridículo, do absurdo, da mesquinhez ou avareza; e b) os **mecanismos**: da cumplicidade, da ironia, da mistura de lugares sociais ou posições de sujeito; da ambigüidade, do uso de estereótipo, da contradição; da sugestão (que consideramos muito próxima da “alusão” e que é provavelmente o mesmo mecanismo), da descontinuidade ou quebra de tópico, da paródia, dos jogos de palavras, dos quebra-línguas, do exagero, do desrespeito a regras conversacionais, das observações metalingüísticas e da violação de normas sociais. Incluímos ainda duas novas formas de mecanismos à lista proposta por TRAVAGLIA (1991): a inversão e a mudança de focalização.

TRAVAGLIA (22/02/2001, em entrevista com o autor) deixa claro que “a utilização de um script não exclui a utilização de um mecanismo”: são elementos diferentes. Assim, no “script da avareza”, encontramos, muitas vezes, o “mecanismo do estereótipo”, na figura, por exemplo, do judeu. Acreditamos, porém, que a recíproca não é verdadeira, porque, se há certos mecanismos que remetem a determinados scripts, há, nas piadas que exemplificam os mecanismos, inúmeros elementos inusitados, que não se enquadram, portanto, em scripts. Por exigências de nossas análises, levantamos a hipótese da existência de mais dois mecanismos e consideramos também a possibilidade de existir mais algum tipo de script, embora em relação a esta última observação não tenhamos acrescentado nada neste trabalho.

Todos os mecanismos reforçam a afirmação de NORRICK (1987, apud TRAVAGLIA, 1988) de que “Na pragmática do humor há uma suspensão da lógica e do senso comum de cada dia para que haja humor”.

TRAVAGLIA (1991: 56). ao falar dos tipos de humor quanto ao código, afirma que podemos ter:

“Duas subcategorias: o verbal ou lingüístico (dito ou escrito) e o não-verbal²⁷ (com outros códigos): a) a situação;b) gestos; c) movimentos e atitudes corporais; d) a caracterização dos personagens [caricaturas vivas]; e) expressões fisionômicas; f) ruídos vocais não lingüísticos;g) objetos; h) a voz (timbre, colocação, etc. __ faz parte da caracterização). Outros códigos podem ser usados no humor: desenho, pintura, cor; luz, música (mais como auxiliares).”

A seguir, apresentamos a classificação de TRAVAGLIA (1991) sobre “o que provoca o riso” relacionada à classificação geral do mesmo autor quanto ao código, ou seja: verbal e não-verbal. Considerando que esta divisão se apresenta em dois níveis (o verbal, quando usa recursos lingüísticos; o não-verbal, quando há recursos não-verbais de comunicação), observamos que ao nosso estudo interessa apenas o nível verbal. Verificamos, nesta etapa, os tipos de scripts e de mecanismos que se valem do código lingüístico, não dedicando maior destaque ao código não-verbal (para esta segunda classificação, utilizaremos o termo “situacional”, englobando todos os recursos não-verbais).

Inicialmente, falamos dos scripts e, a seguir, dos mecanismos, exemplificando-os, sem contudo entrar na análise dos aspectos que nos interessam diretamente em nosso estudo.

Para o **script da estupidez**; TRAVAGLIA (1991) cita os conhecidos “pegas”, “em que se ri daquele que se deixa apanhar e assim se mostra tolo”. Ele cita como exemplo o “pega telefônico”, em que a primeira pessoa pergunta a uma segunda “quem está na linha?”, a segunda responde citando o próprio nome e o primeiro retruca: “Então sai, senão o trem te mata”. No exemplo de TRAVAGLIA (1991) e em piadas de português ou de loura, temos exemplo deste tipo de script, no qual o aspecto lingüístico é a base. Imaginando-se este recurso aplicado a uma situação, poderíamos citar o caso do herói caracterizado como bobalhão (com trajes de “caipira”, por exemplo), mas sempre teríamos o nível lingüístico para confirmar/ou não a caracterização.

Citamos o exemplo da piada seguinte, em que o script da estupidez serve-se apenas de recursos lingüísticos.

²⁷ Observamos que o “não-verbal” ou “situacional” tratado neste item não é o mesmo “situacional” criado a nível exclusivamente lingüístico, que citamos no “mecanismo da paródia”.

- (17) *P: O que uma loira foi fazer em uma loja de "R\$1,99"?
R: Pesquisa de preços!*

Para o **script da esperteza**, da astúcia (o herói espertalhão), TRAVAGLIA (1991) diz que “neste caso, o herói é espertalhão e sai-se bem __ então o público partilha os seus sucessos, a sua revanche contra o que for”. O autor cita, como exemplo deste script em situações, os papéis do personagem Didi (Renato Aragão) do programa “Os Trapalhões”.

Citamos o exemplo da piada seguinte, em que há a utilização apenas do nível lingüístico, e na qual os garotinhos desempenham os papéis de espertalhões, em relação à avó (a vítima da piada):

- (18) *A avó leva os netinhos ao Zoológico e apresenta cada um dos bichos. Diante do viveiro de aves, ela diz para as crianças:
__Esta é a cegonha. E ela que leva os bebês para as mães.
O garotinho, de cinco anos, vira para a irmãzinha e cochicha:
__Vamos contar a verdade ou deixar a vovó morrer inocente?*

ZIRALDO (1970) afirma que: “...o ridículo é uma certa inadequação criada pelo exagero”. Para o **script do ridículo**, TRAVAGLIA (1991) cita como exemplo as duas velhas (homens caracterizados como velhas) no programa “A Praça é Nossa”, as quais cantam, com voz esganiçada e fazem tudo com exagero, levando o público ao riso. Este tipo de script se presta melhor ao humor situacional, em que, na caricaturação dos personagens, explora-se o exagero.

Embora nos pareça que, neste nível, o humor é usado mais como “cenários” ou “caracterizações”, encontramos um exemplo (único!) de texto em que o ridículo se constitui no centro da criação do humor apenas no nível lingüístico. Esta piada (número 11 do corpus para análise) é um exemplo do script do ridículo, mas manteremos aqui o número (19) exigido pela seqüência acima, para maior clareza em nossa exposição.

- (19) *Coloquei o anúncio: "Quero um homem que lave, passe, cozinhe, durma no emprego e faça sexo sem cansar." Por incrível que pareça, encontrei! Ele lava dólares no exterior. Passa a perna em mim. Me cozinha. Dorme profundamente __ chega a roncar no emprego __ e faz sexo com a vizinha. É, eu sou uma mulher de sorte!*

O ridículo está no fato de o próprio personagem expor-se ao riso de outros (é evidente que entra aqui também o “mecanismo de desrespeito a regras conversacionais”, no que se refere à “face positiva” que o sujeito pretende mostrar à sociedade).

Acreditamos que o **script do absurdo**, pelos exemplos de TRAVAGLIA (1991) sempre se sirva do nível lingüístico. O autor cita trechos do programa de Jô Soares: "Viva o Gordo" em que o absurdo é criado pela situação, mas esta sempre é veiculada pelas falas dos personagens: não há nada apenas na caracterização do personagem ou apenas no cenário que leve a tal script. Em contrapartida, há piadas que, sem sair do nível lingüístico, criam o script do absurdo. É um script comum a piadas de loucos, de louras, de bêbados e a muitas piadas de português. No exemplo seguinte, vem associado ao “mecanismo da ambigüidade”.

- (20) *Bêbado de cair, o Zecão anda escorado no amigo. Passa sobre uma poça de água e pergunta:*
 ___ *Que que é aquilo?*
 ___ *É a lua! o amigo responde.*
 E o Zecão:
 ___ *Puxa! Tô mais alto do que pensei!...*

Houve absurdo no fato de o bêbado achar que está “acima da lua” e há ambigüidade no duplo sentido de “estar alto”: o primeiro, com o significado imediatamente citado acima: o de “estar acima da lua”; o segundo, significando “estar bêbado”.

Para o **script da mesquinhez**, TRAVAGLIA (1991) cita o exemplo de piadas de turcos e de judeus. Transportados para uma situação, a diferença talvez fosse a de apresentar o personagem com tal caracterização: no aspecto (trajes, tipo físico) e sotaque, para substituírem a apresentação do personagem que, feita no nível lingüístico, recorre à simples citação de sua nacionalidade (ou usa nomes próprios característicos de tais raças, para indicar a presença destes estereótipos). No exemplo abaixo, não há o recurso às nacionalidades citadas, mas, se o autor o fizesse, ficaria ainda mais evidente sua intenção de mostrar a avareza do personagem.

- (21) *No aniversário de nosso casamento, eu dei um anel de brilhantes pra minha patroa! __ comenta um sujeito com o amigo.
 __ Você endoidou, meu? __ retruca o outro. __ Isso é muito caro! Por que não deu a ela uma televisão?
 __ E onde eu ia arrumar uma televisão falsa, meu caro?*

Para o **mecanismo da cumplicidade**, TRAVAGLIA (1991) cita, na televisão, o exemplo do programa de Chico Anísio, em que o personagem Nazareno, marido de Sofia, fala absurdos sobre a feiúra da mulher e, em dado momento, dirige-se à platéia e diz: “Tá com pena? Leva pra você”. É evidente que houve uma complementação dos recursos de situação com os de nível lingüístico.

Para exemplificar o uso deste mecanismo apenas no nível lingüístico, temos piadas em formas de máximas, nas quais há um direcionamento claro do discurso do autor (homem) para leitor-homem, aquele agindo (falando) como cúmplice deste; ou do discurso da autora-mulher para outra mulher, a leitora. Na piada abaixo, há também o “mecanismo da ambigüidade”, na expressão “Trocam-se segredos”, significando, primeiro: “trocam-se segredos pessoais”; segundo: “trocam-se segredos de fechaduras”. No primeiro sentido, propicia o “mecanismo da cumplicidade” da parte do freguês que pode ou não ter uma resposta positiva (em caso afirmativo, igualmente “cúmplice”) para seu discurso (e a resposta fica à escolha do leitor).

- (22) *O rapazinho vem andando pela calçada, quando se depara com uma placa, na porta de um chaveiro: “TROCAM-SE SEGREDOS”. Na mesma hora ele entra e, sorrateiramente, cochicha no ouvido do chaveiro:
 __ Eu sou gay. E tu?*

Sobre a ironia, BERGSON (1940), diz que há uma enunciação do que “deveria ser, fazendo crer que assim é na realidade”. Para o **mecanismo da ironia**, TRAVAGLIA (1991: 59) cita um dos programas da série “Viva o Gordo”, em que Jô Soares fala das borboletas de ônibus, que, em país subdesenvolvido, já contam com a magreza do sujeito: aí ele “murcha a bochecha e geme (hum, hum) sugerindo o sujeito magro com expressão fisionômica de opilado”. Também este mecanismo utilizou o nível lingüístico, para completar a compreensão do situacional.

Como exemplo da ironia criada apenas no nível lingüístico, temos a seguinte piada, em que o personagem diz “não reagir” à provocação, mas, ironicamente, é dele que parte a reação de levar ao outro o “castigo” pela insolência:

(23) *Alfredo estava cabisbaixo, olhando para o seu copo, quando, de repente, surge um valentão no bar, chuta a cadeira que está à sua frente, pega o seu copo, de um só gole bebe todo o líquido, olha-o e diz:*

__ E aí, não vai reagir?

__ Reagir? Eu vou é embora. Eu não devia nem ter saído de casa. Imagine que hoje cedo eu briguei com minha mulher, saí de casa com raiva, bati o carro, cheguei atrasado ao serviço e fui demitido. Voltei para casa mais cedo e peguei minha mulher com o vizinho. Aí então sento aqui no bar e vem você e toma o meu veneno!

O **mecanismo da mistura de lugares sociais** ou posições do sujeito, segundo TRAVAGLIA (1991),

“...é um conceito tomado à Análise do Discurso, o qual indica lugares sociais ou formas sujeito que o indivíduo pode ocupar em seu discurso. Assim, por exemplo, temos posições de sujeito como pai, mãe, filho, professor, aluno, patrão, empregado, político tipo X... etc.” (TRAVAGLIA, 1991: 59)

O autor cita o exemplo de personagens do programa “TV Pirata”, que fazem o papel do casal de telejornalistas: Leila Cordeiro e Eliakim Araújo. Os personagens misturam a apresentação de noticiário com conversas domésticas, alternando, cada um, os dois papéis: pai-marido-patrão/jornalista e mãe-esposa-patroa/jornalista.

Utilizando o nível apenas lingüístico, temos, na seguinte piada, uma troca de lugares "sugerida" ao juiz pela fala do ladrão:

(24) *__ Gostaria de saber como você conseguiu arrombar o cofre __ disse o juiz ao réu.*

__ Não vale a pena, meritíssimo, o senhor não ia conseguir fazer o mesmo __ respondeu o réu.

Para o **mecanismo da ambigüidade**, TRAVAGLIA (1991) observa que o mesmo se processa a nível lingüístico: lexical, morfológico e sintático. Cita o exemplo de diálogos nos programas de TV, em que personagem e audiência têm, cada um, interpretações diferentes para a fala do personagem.

Observamos que, no nível apenas lingüístico, a única diferença é que o contexto tem de ser criado também pelo discurso, vindo explícito, como é o caso da piada de número (25), ou vindo implícito (neste caso, é como se houvesse um “vácuo contextual”, que o leitor

preenche/ou não como lhe apraz):

- (25) *__Sabes Joaquim, o doutore me disse para bebeire um pouco de suco de limão depois de um banho quente.*
__E tu bebeste o suco de limão, Manuel?
__Que nada! Não consegui nem acabar de bebeire toda aquela água quente do banho!

A ambigüidade do exemplo é causada pelo verbo “tomar” implícito em “tomar banho” e, em outro sentido, aplicável a “tomar/beber o suco de limão”. O personagem aplica a segunda interpretação do termo aos dois objetos do verbo: “banho” e “suco de limão”, o que é feito, obviamente, também pelo recurso ao script da estupidez.

Detectamos, entretanto, exemplo de **ambigüidade situacional** criada apenas pela utilização do nível lingüístico, ou seja: os recursos lingüísticos foram usados para criar uma “situação ambígua” (não havendo, entretanto, “termos ambíguos”). Desta forma, acreditamos poder apontar dois sub-níveis no nível lingüístico: o formal (que limita as ambigüidades a elementos apenas do discurso) e o situacional (que usa a língua para apresentar ambigüidades de situações, gestos, caracterização de personagens, etc.). Temos um exemplo na piada seguinte, em que a primeira fala leva o leitor a supor a situação de uma conversa entre namorados, mas, ao “entrar” a fala do interlocutor, percebe-se que a fala anterior servia igualmente às duas situações.

- (26) *Entreouvido à noite, numa faculdade de medicina:*
__De quem é esse narizinho?... De quem é essa orelhinha?... De quem é essa mãozinha?...
__Ah, sei lá, doutor! Essa geladeira de cadáveres infantis está uma bagunça!

Para o **mecanismo do uso do estereótipo** em programas de humor na TV, TRAVAGLIA (1991: 61) explica: “É o uso de elementos próprios de uma classe ou grupo social (caipira, médico, rico, pobre, louco, prostituta, paquerador, malandro, mentiroso, homossexual, etc.) que aparecem normalmente caricaturados”.

Cita, no programa “Chico Anísio Show”, o judeu Samuel Blaukstein, que é o estereótipo do judeu sovina e afirma ainda que, “além do vestuário, gestos, atitudes,

comportamentos, etc., pode-se mostrar o estereótipo de forma lingüística”. Nas piadas citadas acima (de português e de judeu) os personagens são estereotipados.

Para a exploração deste mecanismo no nível apenas lingüístico, o contexto, que é “concretamente” criado no show, é criado, na piada, por meio apenas do discurso.

Acreditamos que haja estereótipos (alguns, provavelmente só explicados nas culturas específicas onde são gerados), quando o personagem da piada é: o louco, o bêbado, a loura ou o surfista, o português, o preto, o matuto, etc., mas todas estas formas de estereótipos já vêm inseridas em determinados tipos de scripts.

Para o **mecanismo da contradição**, em programas de humor na TV, TRAVAGLIA (1991) cita o caso em que ação e fala se contradizem, esta última utilizando, obviamente, o nível lingüístico.

No nível apenas lingüístico, contexto e ação podem ser explicitados (cf. exemplos acima, nas piadas 23 e 26) ou, como no exemplo seguinte, o contexto pode ficar implícito

- (27) *Ouviu-se um homem dizendo a um amigo:*
 __ *Estou metido numa grande disputa de custódia. Minha mulher não me quer e minha mãe não me aceita de volta.*

A contradição existe no fato de o homem chamar a situação de “disputa de custódia”, o que leva a supor uma disputa “para obter a custódia”, quando, na verdade, a situação era oposta: nem a mulher nem a mãe o queriam.

Segue-se outro exemplo:

- (28) __ *Eu não posso me afastar da empresa.*
 __ *Puxa! Eles não podem passar sem você?*
 __ *Claro que podem! É exatamente isso que eu não quero que eles percebam!*

No texto acima, a primeira frase dita pelo personagem fica ambígua e, quando a ambigüidade é esclarecida, vê-se que não há “apenas um outro sentido”, mas exatamente o sentido contrário ao que o interlocutor entendeu: ao invés de a empresa não poder ficar sem o funcionário, é ele que não pode ficar sem o emprego.

Para o **mecanismo da sugestão e da alusão**, TRAVAGLIA (1991: 62-63) afirma que este “...resulta em sugerir o que, pelas normas sociais, é indizível em certas situações ou para certas pessoas. (...) A sugestão e a alusão exigem um conhecimento, às vezes intertextualizado, para serem compreendidas”.

Cita o exemplo do quadro “Décio, o ex-namorado”, no programa “Viva o Gordo”, em que todas as respostas que Décio dá à ex-namorada têm um “segundo significado” (este, carregado de conotações de ordem sexual). A sugestão ou alusão criada em nível apenas lingüístico fica evidente na piada seguinte:

- (29) *O caminhoneiro tinha no pára-choque dizeres provocativos: "Não carrego mulher da vida nem polícia". No posto policial, o patrulheiro mal-humorado parou o caminhão e disse:*
 ___ *Ou você apaga isso ou o caminhão fica apreendido!*
 Na semana seguinte o patrulheiro foi conferir se o motorista havia tirado o que estava escrito no caminhão. Então, leu o seguinte: “Apaguei, mas não carrego!”

Para o **mecanismo da descontinuidade de tópico**, nos programas de humor na televisão, TRAVAGLIA (1991) cita o exemplo da velhinha surda de “A Praça é Nossa”, com a qual é impossível dar prosseguimento a um diálogo, visto que ela não compreende o que seu interlocutor lhe diz e responde-lhe de acordo com a interpretação inadequada que fez. Considerando que este mecanismo está relacionado com o desenvolvimento da conversação, é um tipo que tem mais a ver com o nível lingüístico do que propriamente com o situacional. Para suprir a falta do situacional, no nível verbal, basta introduzir a descrição do personagem. Assim, no nível apenas lingüístico, temos os dois exemplos seguintes: em ambos, a fala do segundo personagem, ao invés de ser uma resposta à pergunta feita pelo primeiro, é uma contestação à enunciação:

- (30) *O gago liga para o serviço de informações e pergunta ao atendente:*
 ___ *O se-senhor sa-sabe o te-telefone de-de u-uma es-escola pa-para ga -gagos?*
 ___ *Por que motivo o senhor quer uma escola, se já gagueja tão bem?*

É claro que, no exemplo acima, entra também o “mecanismo da ambigüidade”, desde que “escola para gagos” pode ser entendida como “escola para tratar de gagos” ou “escola para formar gagos” (esta última, uma interpretação inusitada).

- (31) *A professora pergunta para o Joãozinho:*
 ___ *Menino, quanto é um mais um?*
 ___ *Mas, professora, assim, sem mais nem menos? Preciso de mais detalhes?*

Para fugir da pergunta (cuja resposta provavelmente o aluno desconhece), o menino contesta a enunciação.

Para o **mecanismo da paródia**, nos programas de humor na televisão, TRAVAGLIA (1991) cita exemplos em que o humorista arremeda algum personagem conhecido e, dessa forma, retoma a fala e os gestos de quem está sendo caricaturado. É o caso de Agildo Ribeiro no programa: “Agildo no País das Maravilhas”, em que o humorista imita o costureiro Clodovil, o colunista social Ibrahim Sued, a atriz Derci Gonçalves. Em situação, segundo o autor, “mescla-se ao exagero e ao caricatural”.

Inicialmente, devemos esclarecer o significado do termo “paródia”, em nosso trabalho. No seu estudo sobre “mecanismos criadores de humor”, TRAVAGLIA (1991) destaca que : “A paródia alude ao original ridicularizando-o, normalmente pelo caricatural”.

Segundo MOISÉS (1974: 388), numa transcrição parcial, temos: “paródia designa toda composição literária que imita, cômica ou satiricamente, o tema ou/e a forma de uma obra séria. O intuito da paródia consiste em ridicularizar uma tendência ou um estilo...”

O dicionário de literatura de SHIPLEY²⁸ (apud SANT’ANNA, 1985), distingue três tipos básicos de paródia:

- “a) *verbal* ___ *com a alteração de uma ou outra palavra do texto;*
 b) *formal* ___ *em que o estilo e os efeitos técnicos de um escritor são usados como forma de zombaria;*
 c) *temática* ___ *em que se faz a caricatura da forma e do espírito de um autor.”*

A partir do que foi exposto acima, extraímos as características que consideramos básicas ao conceito de “paródia” como o utilizamos em nosso trabalho, as quais destacamos a seguir. A paródia é uma **imitação**; apresenta um “tom” **burlesco**, ou seja: caricato, cômico, grotesco, desagradável ou ridículo. É, no discurso verbal, um correlato da caricatura no texto não-verbal; pode ser a **imitação do conjunto de uma obra** ou de **aspectos de uma obra**, tais como: o **tema** (uma idéia específica, ou idéias que são constantes em determinado autor); a

²⁸ SHIPLEY, Josephe T. *Dictionary of World Literature*. New Jersey, Littlefield, Adams & Co.

forma (o **estilo** de escrever ou até mesmo as **ideologias** que caracterizam o pensamento de um autor); elementos que caracterizam determinada **tipologia textual** __ observe-se aqui que não imitam apenas uma “grande obra”, o que se pode constatar pela imitação de fábulas, máximas e provérbios; os **personagens** (sua aparência e seus gestos, seu modo de agir e de pensar); e, finalmente, a imitação de “**scripts**”²⁹.

Completamos este levantamento teórico com trecho do verbete “Parodie” no *Dictionnaire des Littératures - française et étrangère* (especialmente traduzido para este trabalho):

*“...Imitando de uma forma caricatural obras ‘sérias’, a paródia balança os alicerces do estereótipo, ela permite liquidar tudo o que os gêneros ‘nobres’ comportam de pressões e de obstáculos ao princípio do prazer: lirismo, pathos e os ‘grandes’ sentimentos. Mas, apresentando estes valores como falaciosos, a paródia expõe-se a enunciar o trágico que resulta da liquidação dos mesmos _ de onde se deduz que o cômico é frequentemente amargo”.*³⁰ (DEMOUGIN, 1992: 1167)

As afirmações finais do comentário do *Dictionnaire des Littératures* podem ser atestadas pela piada número 39 do corpus: apresenta a figura amena de Papai-Noel (este sempre semelhante a um avô feliz), o qual mantém com as crianças um relacionamento ideal, desde que sua única tarefa é a de entregar presentes para as mesmas no dia de Natal. O script de “Papai-Noel trazendo presentes para as crianças no dia de Natal” (cf. nota 29 de rodapé) possibilita aos pais um script derivado deste primeiro (ou talvez o acréscimo de novos ingredientes ao primeiro script): o costume de se fazer uma chantagem, já habitual entre os pais (e, por essa razão, podendo ser vista como um novo script), de troca dos referidos presentes por “procedimentos-modelo” das crianças durante o ano. Entre tais procedimentos, os pais costumam cobrar das mesmas o “alimentarem-se convenientemente”. Entretanto,

²⁹ O conceito de script nesta abordagem está de acordo com KOCH e TRAVAGLIA (1989), no que se refere a rituais, como os das comemorações natalinas, por exemplo, sejam religiosos (como os realizados em igrejas), ou não-religiosos (como as ceias natalinas, o uso de enfeites), ou os que unem os dois aspectos (como a figura de Papai-Noel, que “liga” o aspecto religioso da figura de São Nicolau à do “velhinho que distribui presentes”, para justificar, com o aspecto religioso, essas trocas que parecem ter mais um caráter social e comercial). Esclarecemos que os referido autores citam o Natal (como um “todo”) como exemplo de frame, mas o que há de “procedimentos estereotípicos” no Natal cabe igualmente, a nosso ver, no conceito de frame. Continuamos, pois, a concordar com os autores que consideram os dois conceitos muito próximos.

³⁰ DEMOUGIN (1992: 1167): “...En imitant sur un mode caricatural des oeuvres “sérieuses”, la parodie secoue les gréments du stéréotype; elle permet de liquider tout ce que les genres “nobles” comportent de contraintes et d’obstacles au principe de plaisir: lyrisme, pathos et “grands” sentiments. Mais, en présentant ces valeurs comme fallacieuses, la parodie s’expose à énoncer le tragique résultant de leur liquidation __ d’où il vient que le comique en est souvent amer.”

quando Papai-Noel troca o espaço do céu sobre os lares abastados (por onde seu trenó “voa”) para o espaço sobre a Etiópia, país onde as crianças passam fome, o pedido de presentes e a negativa de Papai-Noel tornam-se “bastante amargos”.

No **nível apenas lingüístico**, a paródia manifesta-se em dois sub-níveis: o **formal** e o **situacional** (observamos que este “situacional”, de acordo com nossa colocação, é parte integrante do co-texto; não é o “situacional” que, em relação ao texto, é considerado exofórico).

No **nível formal**, temos:

__a *paródia de textos já existentes*, sejam simples provérbios ou máximas como os dos exemplos (32) e (33), em que MILLÔR FERNANDES (1968) reestrutura, de forma humorística, os textos originais; sejam quaisquer outros textos já existentes, como o exemplo (34), da fábula “A Cigarra e a Formiga”, cujo texto original de LaFontaine foi parodiado por SOARES (1996);

__a *paródia de estilos*: como no exemplo (35), de frases colhidas na Internet, que parodiam o estilo de pessoas conhecidas, de acordo com sua visão de mundo; ou ainda, como no exemplo (36), em que MILLÔR parodia o estilo do livro didático.

No **nível situacional**, temos paródia quando:

__o *personagem é caricaturado através da fala*; por exemplo: a fala do caipira, através de palavras com grafia incorreta, como no exemplo (37);

__o *contexto é caricaturado*, como no exemplo (38).

(32) *Mais vale um pássaro na mão que dois envenenados com monóxido de carbônio. (MILLÔR FERNANDES, 1968)*

(33) *O que os olhos não podem ver o coração não sente mas o intestino acusa. (MILLÔR FERNANDES, 1968)*

(34) “A CIGARRA E A FORMIGA

Tarde enregelante na Floresta Encantada. Neve por todos os lados. Dona Formiga está em seu formigueiro, fazendo fogueiro para se aquecer. Depois, senta-se em sua velha cadeira de balanço e se prepara para fazer uma refeição frugal — uma das folhinhas que ela, com tanto suor, colheu durante a primavera. Eis que batem na porta. Dona Formiga vai abrir e encontra a Comadre Cigarra, envolta num casaco de peles, cheia de jóias. A seu lado, Jarbas, o motorista do seu Rolls Royce.

—Olá Dona Formiga! Eu vim lhe dizer que estou pra sair numa nova turnê mundial. Embarco hoje para Paris com meu empresário. Vou cantar como nunca cantei antes, querida. Passei para lhe perguntar se você não quer nada de Paris ou de algum outro lugar. . .

Dona Formiga olha para a Comadre Cigarra com seus olhinhos miúdos e responde secamente:

—Não quero nada, não, obrigada. Só dê um recado a um tal de LaFontaine, se você o encontrar por Paris. Mande-o à pqp.” (SOARES, 1996)

(35) As frases do exemplo respondem à pergunta seguinte:

“Por que o frango cruzou a estrada?”

“PLATÃO: Porque buscava o bem.

ARISTÓTELES: Está na natureza dos frangos cruzar a estrada.

MARX: Era uma inevitabilidade histórica.

MOISÉS: E Deus desceu dos céus e disse ao frango: Cruza a estrada. E o frango cruzou a estrada e todos se regozijaram.

SADAM HUSSEIN: Foi um ato de rebelião e o fato de termos jogado sobre ele 50 toneladas de gás tóxico foi plenamente justificado.

MARTIN LUTHER KING: Vejo um mundo no qual todos os frangos serão livres para cruzar a estrada sem que sejam questionados seus motivos.

FREUD: O fato de que estejas preocupado porque o frango cruzou, ou não, a estrada, revela tua insegurança sexual.

DARWIN: Ao longo de grandes períodos de tempo, os frangos têm sido selecionados naturalmente de modo que agora tem uma disposição genética a cruzar estradas.

EINSTEIN: Se o frango cruzou a estrada ou a estrada se moveu sob o frango depende do ponto de vista.

HEMINGWAY: Para morrer. Sob a chuva.” (Site humor-l@ufu.br <mailto:humor-l@ufu.br>, 1999_ Itens selecionados).

(36) *“A geografia se compõe de nomes que a gente põe nos lugares do mundo. Para saber melhor a distância desses lugares, a gente divide o mundo em riscos, em pé e deitados que se chama de longitudes e atitudes. Esses riscos dividem a terra em tópicos, sendo que uma risca bem no meio se chama Cuador. A geografia se usa geralmente para não deixar a gente passar de ano.” (MILLÔR FERNANDES, 1968)*

No texto acima, MILLÔR parodia o estilo do livro didático, por sua vez igualmente parodiado na resposta decorada de uma criança que tivesse de responder sobre a definição de

“geografia”, com sua grafia incorreta e falta de domínio do léxico. E é através do “mecanismo da paródia” que o humorista torna o texto risível.

- (37) *Conversa de roça:*
 ___ ... 'Tarde, cumádi! O cumpádi 'tá?
 ___ ... 'Tá não, cumpádi. Foi pro cemitério...
 ___ A cumádi sabe se ele vai demorá muito por lá?
 ___ Óia, to achano que vai: ele foi dentro dum caxão...

Na piada acima, o personagem é caricaturado, mostrando um contexto em que conversam pessoas da roça, estereótipos do simplório, do ingênuo ou do estúpido, ou talvez do mineiro, que nunca “entrega” toda a informação.

- (38) *Num dia de temporal, o bêbado sai do bar trocando as pernas. Antes de virar a esquina, tropeça e cai sentado dentro de uma enorme poça d'água. Algumas pessoas vêem o acidente e saem correndo para ajudá-lo.*
E o bêbado:
 ___ *Salvem primeiro as mulheres e as crianças! Eu sei nadar! Eu sei nadar!*

Na piada (36), temos um contexto caricaturado, porque o mesmo discurso do bêbado, num contexto real de naufrágio, não seria visto como piada.

Para o **mecanismo do jogo de palavras**, TRAVAGLIA (1991: 64) cita que “É criado lançando mão de homonímia, polissemia e semelhanças fônicas entre termos de sentidos diferentes”. Cita como exemplo, no programa de Jô Soares, o personagem do repórter que troca as palavras por outras de som parecido, mas que fazem sentido, e depois, quando ele dá a notícia certa, os “erros” antes cometidos ficam como denúncias.

No nível apenas lingüístico analisemos os exemplos seguintes:

- (39) *Na hora da comunhão, o padre Raviolli vai distribuindo as hóstias e dizendo:*
 ___ *Corpo de Dio... Corpo de Dio... Corpo de Dio...*
De repente, surge para comungar uma mulatona gostosona, linda de morrer. O padre entrega a hóstia e diz:
 ___ *Dio, que corpo!”*

O humor está justamente no jogo de palavras, porque, mudando-se os termos de lugar, o sentido mudou completamente.

No nível apenas lingüístico, o mecanismo do jogo de palavras vem, muitas vezes relacionado ao mecanismo da ambigüidade, mas a diferença pode ser resolvida através de substituições. No jogo de palavras, há trocas de termos no eixo sintagmático, mas não há mudança significativa no eixo paradigmático (na piada acima, “Dio” e “corpo” têm, individualmente, o mesmo sentido nas duas expressões). Na ambigüidade, há utilização de um termo (ou expressão) que é formalmente idêntico nos dois lugares em que se manifesta, mas que, se sofresse uma substituição no eixo paradigmático, mostraria que a identidade do termo ambíguo é apenas aparente, porque a substituição paradigmática que este termo vai aceitar em um dos pontos do sintagma é bem diferente da que o mesmo termo aceita em outro ponto.

A ambigüidade tem ainda o efeito de uma “troca circular de sentido”, porque o sentido do termo num frame fica “incomodando” o sentido de sua homônima no outro frame, no que nos parece uma “disputa constante para impor os dois significados”, criando uma tensão que não existe (necessariamente) no simples jogo de palavras. Outra diferença: o jogo de palavras, se não vier associado ao “mecanismo da ambigüidade” (neste, um dos sentidos costuma vir implícito) recorre a palavras/expressões que são trocadas explicitamente no eixo sintagmático, o que ocasiona sintagmas semanticamente bem diferentes, como no exemplo:

(40) *“O rico pega o carro e sai ... O pobre sai e o carro pega!!!”*

As duas seqüências trocadas no jogo de palavras: de “pega o carro e sai” para “sai e o carro pega”, embora com emprego dos mesmos elementos, ficou, em relação ao eixo sintagmático, completamente diferente. Embora o verbo “pegar” tenha sentidos diferentes (trazendo alguma alteração para o eixo paradigmático), deve-se observar que todos os elementos de um sintagma foram reutilizados no outro, cada um formando uma seqüência completamente diversa da outra.

Há uma combinação evidente dos dois mecanismos (ambigüidade e jogo de palavras) no exemplo (41):

(41) *“Relógio que atrasa não adianta.”*

No exemplo (41), o jogo de palavras tem, como base, o emprego ambíguo da palavra “adianta”, que entra, num primeiro contexto, significando o óbvio: “relógio que atrasa não pode, ao mesmo tempo, adiantar a hora”; e, num segundo contexto, significando: “relógio que atrasa não tem valor”: há, pois, duas seqüências iguais na forma (palavras usadas e disposição das mesmas), mas semanticamente diferentes. O jogo de palavras só é possível, porque, no primeiro frame, “adianta” é antônimo de “atrasa” (substituição no eixo paradigmático), o equivaleria a dizer: “Relógio que atrasa fica atrasado”³¹ (ou “Relógio que atrasa não fica, ao mesmo tempo, adiantado”). Se se mudasse o termo ambíguo, a piada perderia a graça, como por exemplo: “Relógio que atrasa não resolve”. Observar que neste exemplo houve ambigüidade e um dos sentidos do termo ficou implícito. No mecanismo do “jogo de palavras” no nível explícito há sempre metalinguagem, porque há reexploração dos mesmos signos.

Para o **mecanismo do quebra-língua**, TRAVAGLIA (1991: 64) afirma não ter encontrado exemplos nos programas de humor analisados. Cita exemplos colhidos entre o povo, os quais nos mostram que este mecanismo se processa no nível lingüístico e, pelas exigências fonológicas, apenas em contextos orais. O humor causado pelo “quebra-língua” está na incapacidade do falante de pronunciar bem (e com rapidez) a seqüência proposta, ou, usando as palavras do autor, o “mecanismo do quebra-língua” está na “seqüência de palavras que cria dificuldades articulatórias para o falante”. Não se justifica, pois, a inclusão deste mecanismo em nosso estudo.

Para o **mecanismo do exagero**, TRAVAGLIA (1991: 64) afirma que “O exagero pode estar no dizer (aqui entram basicamente a repetição, a redundância, o pleonasma), mas também na caracterização (o que dá quase sempre uma caricatura), nos gestos, na sobrecarga de enfeites, de objetos, de detalhes no dizer ou fazer algo, etc.” Cita o exemplo da personagem Sofia (do programa “Chico Anísio Show”), cuja feiúra é exagerada pela caracterização.

No nível apenas lingüístico, temos o seguinte exemplo:

³¹ A nossa substituição parece ter criado um novo jogo de palavras. O que tentamos foi evitar a substituição que parece ser a equivalente ao 1º frame do exemplo (25), ou seja: “Relógio que atrasa atrasa”.

- (42) *O sujeito foi ao médico ver por que estava tendo dores de cabeça tão fortes. O médico submeteu-o a exames e, depois de algumas horas, informou:*
 ___ *Tenho péssimas notícias. Seu estado é terminal.*
 ___ *Oh, não! ___ choramingou o homem. ___ Quanto tempo tenho?*
 ___ *Dez... ___ começou o médico.*
 ___ *Dez o quê? ___ interrompeu o paciente. ___ Dias? Meses? Anos?*
 ___ *Nove ___ continuou o médico ___ oito, sete, seis...*

Nesta piada, é evidente o recurso ao script do absurdo gerado pelo exagero (ninguém é tão preciso assim em cálculos sobre a vida quanto se é preciso em cálculos, por exemplo, para o lançamento de um foguete).

O **mecanismo de desrespeito a regras conversacionais**, segundo TRAVAGLIA (1991: 64): É o humor calcado na desconsideração de marcadores conversacionais, pares adjacentes, tomada de turno, dicas de correção e outros elementos da estrutura conversacional.” E o autor cita MARCUSCHI (1987), para esclarecer este “desrespeito”:

“Cortar a palavra do outro; não atender ao princípio do ‘seja pertinente’ e do uso do conhecimento partilhado e questionar um pedido de esclarecimento do locutor que não ouviu direito (não considerar a expectativa do par adjacente); heterocorreção total e explícita; desrespeito à face positiva.” (MARCUSCHI, 1987³², apud TRAVAGLIA, 1991)

O autor cita, como exemplo, em programas de televisão, o personagem de Jô Soares que vive fazendo denúncias políticas e perguntando: “Que país é este?” e, quando um estrangeiro lhe pede que esclareça a situação, antes que o brasileiro fale, outros lhe tapam a boca, impedindo-o de continuar suas denúncias.

No nível lingüístico, temos os dois exemplos seguintes, em que a resposta do interlocutor mostra uma interpretação diversa da pretendida pelo locutor, devido à desconsideração da intenção deste último.

- (43) *O primeiro cara (todo orgulhoso) : "Minha mulher é um anjo !".*
O segundo cara : "Você tem sorte, a minha ainda está viva !"

³² MARCUSCHI, Luiz Antônio (1987). “Marcadores conversacionais no Português Brasileiro: formas, posições e funções”. Recife/Freiburg, cópia xerográfica de inédito, 27 p.

No texto acima, há também o mecanismo da ambigüidade e é apoiado nesta outra possibilidade de sentido para a expressão “é um anjo”, em que o interlocutor interpreta o termo “anjo” em seu sentido literal. Visto que o “primeiro cara” não poderia, para o sentido literal do termo, “fornecer evidência adequada” (usando termos de GRICE, 1967) e supondo-se que este primeiro falante teria respeitado a máxima da qualidade, ficaria como lógica a interpretação de que o sentido pretendido para “anjo” foi o sentido figurado (significando “pessoa boa”). O segundo falante ignorou esta opção e escolheu o sentido literal do termo, desrespeitando, ele próprio, a máxima da qualidade (que cobra a “pertinência” na interpretação).

Outro exemplo:

- (44) *O sujeito chega na farmácia com o nariz vermelho e pingando, sobretudo abotoado até o pescoço, tossindo que nem um cachorro.*
 ___ *Querida um remédio pra tosse que funcione mesmo, eu já não agüento mais. Já tomei de tudo e nada adiantou.*
 ___ *O farmacêutico vai lá atrás, pega um frasco e entrega pro cara dizendo ser um santo remédio*
 ___ *Mas isto aqui é um laxante. Não é pra tosse.*
 ___ *Mas é eficientíssimo!*
 ___ *Contra a tosse?*
 ___ *Meu amigo, tomando o laxante, o senhor não vai se atrever a tossir.*

O farmacêutico desrespeitou a máxima da relação, porque deu ao freguês uma resposta que não era pertinente em relação ao pedido deste último. E, quando ele tenta provar por que o remédio é eficaz no caso da tosse, ele “força”, para sua resposta, uma relevância que a mesma não tem (ele “cria” para o remédio que ele recomenda uma “eficácia” às avessas, que apela também para o “mecanismo da inversão”, porque o laxante não corrige o mal da tosse, mas o reprime, quando gera outro problema).

Quanto ao **mecanismo de observações metalingüísticas**, TRAVAGLIA (1991: 65) só considera o lingüístico em função do nível situacional: “é o humor devido a observações feitas sobre elementos do próprio programa humorístico: cenário, objetos, personagens, estrutura do programa, atores, etc.” Cita, como exemplo, no programa “Os Trapalhões”, o personagem afirmando que o whisky é chá, ou mostrando que o que parece ter peso foi feito na realidade em isopor.

Embora o autor não cite, consideramos que há textos em que o humor é causado pela

exploração metalingüística, como nos exemplos seguintes, onde a palavra “imortal” foi, de certa forma, questionada na fala do mendigo, que lhe atribuiu outro sentido:

- (45) *No centro da cidade, o camarada dá de cara com um sem-teto pedindo um troco:*
 ___ *Dá um real para um IMORTAL?*
O passante resolveu entrar na brincadeira:
 ___ *Imortal? Tu é Highlander ou pertence à Academia Brasileira de Letras?*
 ___ *Não, eu só não tenho onde cair morto, só isso...*

A exploração do significado do termo “imortal” é que possibilita o “mecanismo da metalinguagem”.

- (46) *Dois portugueses, um de um lado do rio, grita para o outro, do outro lado do rio:*
 ___ *O Joaquim, como posso atravessar para o outro lado?*
E o Joaquim responde:
 ___ *Não seas burro, ó Manuel! Tu já estás no outro lado!*

Neste texto, a expressão “outro lado” leva ao pressuposto da existência de um oposto: “este lado”, cada lado correspondendo ao local de onde fala a pessoa do interlocutor e/ou do enunciador, respectivamente. Ora, quando enunciador e interlocutor trocam de posições pela tomada de turno na conversação, as expressões acompanham os dêiticos correspondentes: “este lado” corresponde sempre à pessoa do “eu”, enunciador, enquanto o “outro lado” corresponde ao lado do “tu”, interlocutor. O desconhecimento dessas correlações explica-se na “burrice” do português, e o “mecanismo das observações metalingüísticas” fica claro, quando o português “explica” ao outro o sentido da expressão.

Sobre o **mecanismo de violação de normas sociais**, TRAVAGLIA (1991: 65) afirma:

“Essa forma de humor decorre de um dos objetivos básicos do humor: o de contestar, romper a estrutura social vigente. Ocorre, por exemplo, quando o personagem se auto-deprecia, diz ao outro coisas que as normas de boa educação mandam calar, deprecia o outro ou tem comportamentos que contrariam o que a sociedade estabeleceu (como o homem portar-se covardemente, por exemplo)”.

O autor cita, em “Viva o Gordo” a personagem Dalva (apresentada em situação) que

diz (nível lingüístico) para o rapaz que ele é “tolinho”. No nível apenas lingüístico, citamos os dois textos seguintes:

- (47) *Na missa dizia o padre:*
 ___ *Como vocês sabem, o nosso primeiro pai foi Adão e nossa primeira mãe foi Eva...*
 ___ *Não é verdade! gritou um pretinho.*
 ___ *Como não é verdade? ___ pergunta o padre um tanto aborrecido.*
 ___ *O meu pai diz que nós descendemos do macaco!*
 ___ *Olha meu filho, os teus problemas de família não me interessam...*
- (48) *Após a consulta, o sujeito pergunta ao médico quanto foi.*
 ___ *São duzentos reais ___ responde o doutor.*
 ___ *Mas... para colega não é mais barato?*
 ___ *Ah, o senhor também é médico?*
 ___ *Não. Também sou ladrão!*

O humor se situa em frases que, de acordo com as normas de boa convivência social, as pessoas não dizem. Seguindo tais normas, nem o padre do texto (45) diria tal coisa ao menino, nem o paciente do texto (48) diria ao médico que “ele (paciente) considerava o médico um ladrão”.

Além dos mecanismos citados por TRAVAGLIA (1991), acreditamos que haja mais dois tipos diferentes de **mecanismos: inversão e mudança de focalização**, assim denominados por nós, desde que apresentam características que parecem diferenciá-los dos anteriores. Para uma demonstração mais clara dos aspectos teóricos que propomos, trabalharemos mais exemplos para cada um dos dois tipos.

Vamos falar primeiro do **mecanismo da inversão**. Observe-se o texto seguinte:

- (49) *P: Por que a loira toma anticoncepcional?*
R. Para saber o dia da semana.

É evidente que existe aí o *script* da estupidez e o do absurdo, mas acreditamos que tenha havido um recurso não citado por TRAVAGLIA (1991), ao qual denominaremos

“INVERSÃO”, desde que o humor é criado a partir de uma inversão de dados ou de situações (vantagem vira desvantagem e vice-versa, por exemplo) ou de troca da causa com a consequência. No caso, o normal é saber o dia da semana, para tomar-se um anticoncepcional e não o contrário.

Outro exemplo:

- (50) *Depois de uma discussão, a mulher diz para o marido :*
 __ *Eu era uma idiota quando me casei com você.*
O marido responde :
 __ *É ... eu sei, mas eu era apaixonado e não percebi"*

Quando o marido concorda com a afirmação da esposa (e, na forma como o faz, há também o “mecanismo de violação de normas sociais”), ele inverte a situação, porque reverte o insulto para a origem do mesmo: a mulher. A fala da mulher pode ser parafraseada por: “Eu era idiota naquela época, por isso me casei com você”. A fala do marido pode ser parafraseada por: “Você já era idiota desde aquele tempo e, por estar apaixonado, não percebi; se tivesse percebido, eu que não teria me casado com você”. Concordando com ela, ele paradoxalmente, usa o insulto proferido pela mulher contra ela própria.

Exemplo semelhante ao anterior temos na piada seguinte, em que a mulher, concordando com a fala do marido, inverte a situação:

- (51) *Numa reunião, em sua casa, João discutia com os amigos o quanto os homens São mais inteligentes que as mulheres. Porque a discussão era apenas entre homens, a defesa da opinião em contrário era rara e pouco convicta. A mulher de João ouvia tudo, enquanto passava de lá para cá, trazendo mais tira-gostos e levando garrafas vazias. João quis saber sua opinião e, em tom de brincadeira, perguntou à mulher:*
 __ *O que você acha, meu bem: os homens não são mesmo mais inteligentes que as mulheres?*
Ela respondeu de imediato:
 __ *Claro que são mais inteligentes: eles se casam com as mulheres.*

Observe-se que a mulher concorda na resposta, mas discorda no argumento.

Outro exemplo é o (52), em que o humor está sobretudo na transformação da desvantagem da mulher em desvantagem para o marido e vice-versa.

- (52) *Certo executivo que participava de um seminário sobre eficiência realizou um estudo da rotina de sua mulher ao preparar o café da manhã.*
 ___ *E funcionou?* ___ *perguntou o professor.*
 ___ *Claro* ___ *respondeu o executivo.* ___ *Em vez de ela levar 20 minutos para preparar meu café, agora eu levo só sete.*

Outro exemplo:

- (53) *O filho falou para o pai:*
 ___ *Pai, tenho duas novidades para você: uma boa e uma ruim: a boa é que arranjei um emprego...*
 ___ *E a ruim? adiantou o pai, apreensivo.*
 ___ *É que fui despedido.*

O humor dessa piada vem do paradoxo de que as duas "novidades" que o filho conta ao pai levam à situação inversa de "nada de novo". Há o recurso também a um "jogo de palavras" da parte do filho. Observe-se a análise seguinte:

Frase 1: O filho desempregado arranjou um emprego

↓

1º Pressuposto

↓

1º Posto

Frase 2: O filho recém-empregado ficou desempregado

↓

2º Pressuposto

↓

2º Posto

O humor está na forma como o filho expõe os fatos; ambos como "novidades", quando, na realidade, a situação era inversa: não havia novidade alguma, já que o segundo fato anula o primeiro e, como o demonstra o esquema acima; o primeiro pressuposto é igual ao último posto: o filho continua sem emprego. Há, portanto, uma inversão, em relação à "novidade".

Vejamos o exemplo (54):

- (54) *Pedrinho resolveu ser escoteiro e, no primeiro dia de aula, chegou em casa todo feliz. A mãe foi logo perguntando:*
 ___ *Fez uma boa ação hoje, filho?*
 ___ *Fiz, mãe, mas deu um trabalhão! Ajudei uma senhora a atravessar a rua.*
 ___ *Isso não é trabalho algum ___ respondeu a mãe.*
 ___ *Não, hein? Você precisava ver. A senhora não queria atravessar de jeito nenhum!*

Há uma inversão como mecanismo gerador do humor: o que faz rir é o fato de o menino “ajudar” a senhora a atravessar a rua, quando ela não pretendia fazer isso, ou seja: ele não a ajudou, mas forçou-a a isso.

Um último exemplo:

- (55) *Um cientista foi convidado para fazer uma palestra no AAA (Associação dos Alcoólicos Anônimos) para demonstrar os malefícios do álcool no organismo humano. Lá pelas tantas, no momento culminante da palestra, o cientista pede dois copos ___ um cheio de água e outro cheio de álcool ___ e os coloca a sua frente, sobre a mesa. Pega um vermezinho vivo e o joga no copo cheio com água. O vermezinho nada, nada e escapole pela borda do copo. Volta a apanhar o vermezinho e volta a jogá-lo no copo, desta vez no copo com álcool. O vermezinho se contorce todo, não consegue nadar e morre. O cientista, satisfeito com o êxito da demonstração, brada aos seus ouvintes:*
 ___ *Então, meus amigos, a que conclusão podemos chegar? Lá do fundo do auditório, levanta-se uma voz rouca e trôpega:*
 ___ *Quem bebe não tem vermes...*

A demonstração do cientista foi completamente invertida pelo bêbado e o texto, além de inversão, apresenta também o “mecanismo da contradição” (porque faz o que é ruim parecer útil e vice-versa). Na demonstração do cientista, fica implícita a frase: “Se a bebida mata até os vermes, mata também o homem.” A frase do bêbado inverte a conclusão da comparação feita por meio da demonstração. Assim, ao invés de comparar “morte do verme por causa da bebida → morte do homem por causa da bebida”, fez valer a comparação “morte do verme pela bebida → vida para o homem que tem vermes e bebe”.

Passemos agora para o segundo tipo de mecanismo que acreditamos ter detectado e que denominamos de “**mecanismo da mudança de focalização**”. O conceito de focalização é, pois, importante para nosso referencial teórico, e, considerando que a abordagem de VIEIRA (1999: 28, mimeo) em sua tese é a que mais se aproxima do que pretendemos com

este conceito, transcrevemos aqui sua definição: "a focalização será considerada como os aspectos do tópico que o autor quer realçar". É também a área do conhecimento em que os interlocutores se centram, cf. KOCH e TRAVAGLIA (1989 e 1990).

Entendemos, pois, a focalização como um elemento que, como outros, não estaria em destaque na seqüência do texto, se o locutor não concentrasse nele o seu interesse. A "mudança de focalização" ocorre quando o locutor se concentra em um ponto do fio discursivo e o interlocutor concentra-se em outro. A focalização pode ocorrer de duas maneiras:

- a) o primeiro ponto focalizado pode ser o tópico discursivo, que é então relegado a segundo plano, quando o interlocutor opta pela focalização de um detalhe, que pode ser uma circunstância da ação ou um determinante (que acompanha um nome);
- b) o desvio se dá de um detalhe para outro, como por exemplo: de uma circunstância para outra, de um complemento verbal para outro, ou de um determinante para outro. Assim, os dois pontos (focos) de cada interlocutor ficam numa certa relação de oposição.

Em relação ao humor, vai-nos interessar a focalização intencionalmente (ou não) inadequada, que, a nosso ver, explora grande parte das ambigüidades. Apresentamos, como exemplo, uma piada, para demonstrar este aspecto teórico:

- (56) *Entusiasmados com os dotes físicos da nova funcionária do escritório, os dois chefes da seção combinam a melhor maneira de instruí-la sobre suas funções.*
 ___ *Em primeiro lugar temos de ensinar-lhe o que é certo e o que é errado* ___
diz um deles.
E o outro comenta:
 ___ *De acordo: o que é certo ensina você!...*

De acordo com o que entendemos por "focalização", nesta piada, o complemento do verbo: a palavra "certo", desvinculada de "certo e errado" é que evidencia a focalização destes dois elementos separadamente. Ou, de acordo com o conceito de VIEIRA (1999), o tópico são as instruções a serem dadas à nova funcionária. Quando o primeiro chefe, abordando o tópico: "aprendizagem das instruções de trabalho", cita a questão do "certo ou errado", está focalizando, dentro do tópico da aprendizagem, um elemento (o complemento do verbo "ensinar") equivalente a "tudo" (ou seja: "certo e errado" → "tudo"). O segundo chefe, ao "dissecar" a expressão equivalente a "tudo", desvia o foco para "certo" separado de "errado", e essa "manobra" discursiva, além de desvincular um complemento do outro,

desvincula os dois complementos da idéia de “trabalho” e, dessa forma, direciona seu discurso para outro mecanismo: a alusão de “certo e errado”, de caráter sexual.

Outro exemplo:

- (57) ___ *Por que você jogou tomates naquele menino?*
 ___ *Ora, mamãe... foi ele quem começou.*
 ___ *E por que você não me chamou?*
 ___ *Para quê? A senhora não acertaria um...*

No tópico deste texto: a disputa entre os dois meninos, a mãe focaliza o começo da briga pelo outro menino como o momento em que deveria ter sido chamada (para impedir a disputa). O filho muda a focalização para a finalidade: “chamar para jogar tomates no menino também”; houve, portanto, da parte de cada falante, enfoques sobre circunstâncias diferentes.

Há também uma inversão, porque, na interpretação do menino, a mãe, ao invés de alguém que repreende, passa a ser "cúmplice do filho".

Nos exemplos acima, o mecanismo de mudança de focalização se dá na interpretação de termos implícitos e, na maioria das vezes, com recurso ao mecanismo da ambigüidade. Mas há casos em que o desvio de focalização pode acontecer no nível do explícito, como no exemplo seguinte, em que é o próprio personagem que faz o desvio, realizando a “mudança de focalização” explicitamente:

- (58) *No tribunal:*
 ___ *O senhor é acusado de ter partido uma cadeira na cabeça do seu vizinho!*
 ___ *Sim, Meritíssimo! Mas a minha intenção era só de partir a cabeça dele, não a cadeira...*

Nesta piada, o réu concentrou sua atenção do item “quebrar a cadeira” (complemento nominal de “acusado”), enquanto o juiz focalizava o adjunto adverbial de lugar para a ação: a cabeça do vizinho ___o que parece indicar que as circunstâncias que envolvem diretamente o ser humano podem ser mais relevantes que elementos circunstanciais (e até complementos ___ estes de maior “peso sintático”) representados por coisas (objetos, animais...). O humor da piada foi causado justamente por esse tipo de mudança de foco que teria (de acordo com a hierarquia que acabamos de propor) na inversão deste “status”, a base do humor.

Adotaremos este elenco de mecanismos em nosso trabalho e os estudaremos à luz dos aspectos que pretendemos focar, ou seja: o humor num dos três níveis de compreensão: explícito, implícito ou metaplícito.

1.2. Aspectos teóricos do dito e do não-dito

O “dito”, apóia-se no conhecimento compartilhado de mundo de emissor e receptor, conhecimento este muito abrangente e do qual o “dito” se constitui em um recorte direcionado ao tema do discurso. O segundo procedimento, o “não-dito” apóia-se na certeza que emissor e receptor têm de que o primeiro deixa ao segundo “pistas” que o ajudem a reconstruir o sentido pretendido; informações implícitas que são também parte do tema do discurso e buscadas igualmente no metaplícito. Ficamos, como introdução, com os conceitos de POERSCH (1991) no que diz respeito aos três níveis de compreensão visados; adotando do autor citado, na seqüência deste estudo, apenas o conceito de nível **metaplícito**, que completamos com as colocações de ECO (1984) sobre “as regras de convívio social” violadas nas piadas. Assim, no item 1.2.1.: o **explícito, o implícito e o metaplícito**; introduzimos as noções de “**dito**” (**posto**) e “**não-dito**” (implícito), no conceito de DUCROT (1978), bem como o **metaplícito**, segundo POERSCH (1991). O não-dito, ou implícito, nas duas formas sob as quais este nível se apresenta: o **pressuposto** e o **subentendido**, também é trabalhado segundo estudos de DUCROT (1978), enriquecidos e interpretados pelos trabalhos de SCHOTT-BOURGETT (1994), MAINGUENEAU (1996b) e KOCH (1984/1996 e 1997). Além da distinção das duas formas entre si, são apresentadas distinções do implícito em relação ao “posto”, razão pela qual tais formas são estudadas num item específico, 1.2.2.: **postos, pressupostos e subentendidos**, dando um destaque especial à distinção entre “**pressupostos e subentendidos**”. Em 1.2.3., apresentamos uma série de “**mecanismos lingüísticos criadores de pressuposição**”, listados a partir de dados compilados dos seguintes autores: ILARI (1985); KERBRAT-ORECCHIONI (1998), SCHOTT-BOURGETT (1994), MAINGUENEAU (1996b), KOCH (1997). No final deste item, incluímos hipóteses nossas sobre situações em que a língua parece prestar-se à criação de novos mecanismos geradores de pressuposição, embora não tenhamos encontrado referência aos mesmos nos textos dos autores em que nos baseamos.

1.2.1. O explícito, o implícito e o metaplícito

Na construção do sentido de um texto, o leitor é levado a percorrer três níveis de profundidade no processo de compreensão: o explícito, o implícito e o metaplícito.

O conteúdo **explícito** corresponde àquilo que o autor apresenta claramente,

expresso nas linhas do texto; o que está efetivamente escrito. A reconstrução do conteúdo explícito é resultado de uma atividade de decodificação, somada à capacidade de interação do leitor com autor e texto.

O conteúdo **implícito** é aquele que, embora não explicitamente escrito, deve ser “lido” como parte do sentido do texto. São dados recuperáveis a partir de outros que vêm expressos por via lingüística e esta recuperação é feita a partir do conhecimento sistêmico do leitor, conhecimento que, segundo MOITA LOPES (1996: 140) “engloba o conhecimento do leitor aos níveis sintático, lexical e semântico”. Estes elementos, “conduzem” o chamado “conhecimento esquemático”, ou (cf. o autor) “conhecimento convencional do mundo (...) que é responsável pelas expectativas que os leitores têm sobre o que encontram no texto”.

Embora sejam a “via de acesso” que leva à interpretação dos implícitos, os dois tipos de conhecimento: conhecimento sistêmico e conhecimento esquemático pertencem ao nível chamado “metaplícito”. É com base neste tipo de conhecimento que se constrói o “universo do discurso”.

O conteúdo **metaplícito**³³ refere-se aos dados extra-textuais __que estão “além das dobras” da “tessitura”, do “texto” (metaplícito), numa expressão cunhada por POERSCH (1991). Estes dados referem-se aos parceiros envolvidos na situação de comunicação e à própria situação. Assim, o metaplícito só pode ser reconstruído pelo leitor que tenha conhecimento do contexto. Usando as palavras de POERSCH:

*“O conteúdo **metaplícito** é aquele que só pode ser construído mediante a situação de comunicação; só pode ser construído pelo leitor que tem conhecimento do contexto. Portanto, não cabe a qualquer leitor a possibilidade de construir esse sentido; varia de leitor para leitor, dependendo da quantidade e da qualidade de dados que ele possui acerca da situação em que o ato de comunicação se insere. O leitor utiliza dos elementos externos ao texto, dados relativos ao escritor, dados relativos aos destinatários, ao relacionamento entre escritor e leitor e, enfim, dados relativos ao contexto histórico, geográfico, social e cultural. O sentido metaplícito corresponde à maneira como o texto **deve efetivamente ser lido**, como o significado deve ser interpretado. Vai, portanto, além do mero conhecimento lingüístico e do conhecimento de mundo nele integrado (embutido)”. (POERSCH, 1991: 131)*

Desta forma, o termo “metaplícito” de POERSCH (1991), embora este autor diga que o mesmo “vai além do mero conhecimento lingüístico e do conhecimento de mundo nele integrado”, parece corresponder ao que KOCH e TRAVAGLIA (1989) apresentam como “conhecimento de mundo”. Parece-nos que Poersch frisa a importância do aspecto pragmático

³³ Metaplícito: do Latim: “plicare”, que significa “dobrar”, e de “meta”, que significa “limite”.

(conhecimento de intenções de autor e leitor) e o fato de haver certa “relatividade” no compartilhamento de tais conhecimentos, mas Koch e Travaglia também chamam a atenção para estes pontos:

“O mundo textual, a representação do mundo pelo texto, nunca coincide exatamente como o ‘mundo real’, porque há sempre a mediação dos conhecimentos de mundo (que podem ser mais ou menos amlos), dos interesses e dos objetivos de quem produz (fala, escreve) o texto e de quem o recebe (ouve, lê) e interpreta, busacando seu sentido. Para que a coerência do texto possa ser restabelecida é preciso haver correspondência, ao menos parcia, entre os conhecimentos ativados a partir do texto e o conhecimento de mundo do receptor, armazenado em sua memória de longo prazo.”
 KOCH e TRAVAGLIA (1989: 60-66)

Acreditamos que faça parte do conhecimento metaplícito o conhecimento das regras do convívio social da comunidade a que o falante pertence, o que nos leva à questão das “regras quebradas pelo cômico” do estudo de ECO (1984) citado anteriormente.

Um exemplo de humor com recurso ao conhecimento metaplícito está na máxima seguinte:

(59) *Máxima número 36: BUTANTÃ:*
Só num país absolutamente fofoqueiro, seria motivo de orgulho científico um instituto especializado em cuidar do veneno. (MENDES, LONZA e MATTOSO, 1994:11)

Essa máxima exige do leitor dois tipos de conhecimento metaplícito: em primeiro lugar, o conhecimento formal do sistema lingüístico, para entender que “veneno” é usado metaforicamente no sentido de “maledicências, *fofocas*”; em segundo lugar, o conhecimento relativo a informações de interesse científico e social, como o fato de existir no Brasil uma instituição que funciona em São Paulo, com o nome de Instituto Butantã e a qual tem por finalidade colher veneno de serpentes, para a fabricação de antídotos.

A “regra de convívio social” quebrada é a que diz respeito a declarar que o país é “fofoqueiro” e ainda a “falta de respeito” (se “seriamente” considerada) de sugerir que o Instituto Butantã seja especializado no tipo de veneno que equivale a “fofoca”. Passado o humor, fica o que a regra determina: a idéia comum de se ter um país com um instituto sério como o Butantã e, por extensão, a idéia de pertencer a um país que possa ser levado a sério; fica a questão da “fofoca”, que os falantes sabem que existe mas que ninguém assume e ninguém combate verdadeiramente, porque escapa à “possibilidade” de quem vive em sociedade/comunidade.

Num estudo-piloto que realizamos, demos piadas a um grupo de leitores voluntários, que entrevistamos após a leitura. Após ler esta máxima, um dos entrevistados não a compreendeu, acreditamos que seria devido à falta deste conhecimento metaplícito e tivemos a confirmação desta hipótese, ao perguntarmos a ele sobre a existência do instituto de pesquisas em questão. Faltou a informação e, com ela, o conhecimento da regra que levaria à consciência de “regra quebrada” que, por sua vez, levaria ao cômico.

Adotaremos uma postura geral básica com relação aos três níveis de compreensão do texto: o nível metaplícito constitui-se no nível mais abrangente, que engloba os outros dois e é dele que se extrai um “recorte” para a construção do texto, incluindo-se, nesse recorte, os elementos explícitos, entre os quais as pistas que apontam para os implícitos, que deverão ser completados também com base no conhecimento metaplícito.

1.2.2. Postos, pressupostos e subentendidos

Para uma demonstração de caráter mais prático, citamos o exemplo seguinte, de DUCROT (1978) com análise do autor:

(60) Pedro parou de fumar.

Neste exemplo, supondo-se que o falante se dirigisse a um interlocutor, teríamos:

(60.a) O posto: Pedro não fuma atualmente.

(60.b) O pressuposto: Pedro fumava anteriormente.

(60.c) O subentendido: Pedro tem mais força de vontade que você.

As informações que apresentam a informação nova, aquilo que o autor “põe” no texto são o **posto**. Os **pressupostos** são informações consideradas como previamente conhecidas de autor e leitor e as quais ambos devem assumir como verdadeiras, para poderem considerar os “postos” pertinentes. Os **subentendidos** são informações que o locutor tira do enunciado, mas sobre as quais o locutor pode negar a intenção de dizer.

O que os autores estudados afirmam sobre o posto e o pressuposto leva-nos a relacioná-los com o conhecimento metaplícito, da forma que procuramos esclarecer a seguir, mas, por considerarmos um procedimento mais didático em termos de análise, conservamos, em nosso trabalho, a descrição distinta de elementos dos três níveis em cada piada.

O “posto” é o recorte do “universo metaplícito” que delimita um tema; por isso, quando separamos, nas análises, a descrição de elementos de cada texto correspondentes aos três níveis, entendemos que o metaplícito corresponde a um “recorte geral” deste tema, enquanto o “posto” é a especificação deste aspecto genérico. Por exemplo: em determinada situação, afirmamos que qualquer pessoa tem o conhecimento de mundo necessário para capacitá-la a apontar defeitos de outro (é uma afirmação que consideramos adequada à descrição do nível metaplícito da piada); na descrição do explícito, dizemos que um personagem (equivalente à pessoa/elemento genérico citado no nível metaplícito) detectou no outro o defeito (também específico) X.

Quanto ao implícito, deve também ser buscado no metaplícito, de acordo com as delimitações (ou direcionamentos) dadas(os) pelo posto e o conteúdo informativo implícito parece sempre relacionar-se às regras de convívio social. Dissemos anteriormente que o falante não reafirma tais regras, mas, como as mesmas estão intrinsecamente ligadas à linguagem, como parte intrínseca que são do próprio falante, este refere-se a tais regras, por meio de implícitos, que devem ser “recuperados” do metaplícito. Assim, as regras de convívio (entre elas, todas as convenções que os sistemas sociais impõem ao falante) são reafirmadas nos discursos, por meio dos pressupostos, conforme afirmação de ARRUDA FERNANDES (1997):

*A pressuposição coloca em pauta conteúdos que, do ponto de vista do locutor, precisam estar presentes na situação discursiva sem contudo ser objeto do discurso. Eles concorrem para **ancorar o enunciado na situação comunicativa e no contexto social, histórico e ideológico em que a interlocução ocorre.**(...) Assim, embora o conteúdo pressuposto não se apresente como tema do discurso, **ele estabelece o quadro discursivo, conceitual, social e ideológico em que o discurso ocorre.**” (ARRUDA FERNANDES, 1997: 19-20) (grifos nossos)*

Sintetizamos a distinção entre posto e pressuposto no quadro seguinte:

Pressupostos	Postos
Como o nome indica (pré +suposto) referem-se ao que já é sabido (pelos dois interlocutores) e como são apresentados como uma “verdade prévia”, são “evidências” supostamente partilhadas entre os falante. Por esta razão, não admitem (em princípio) contestação da parte do ouvinte. ³⁴	a) Como o nome indica, são informações “postas” , o que se presume seja desconhecido e, por serem apresentadas como novas, podem ser contestadas.
Em termos de coerência textual, os pressupostos “servem para constituir uma espécie de embasamento sobre o qual vêm instalar-se os postos ; para assegurar, graças à ‘cobertura pressuposicional’, sua coerência e sua redundância internas.” (KERBRAT-ORECCHIONI : 1998). (Ver Nota abaixo)	Em termos de coerência textual, os postos encarregam-se da «progressão » do texto.

Nota: Há, entretanto, informações que deveriam ser enunciadas como pressupostas e o locutor não observa isso. Ex. : “Deixei meu carro com meu irmão”, em que o interlocutor não sabia que o locutor tem um irmão.

Em termos de piadas, pode-se criar a graça fazendo a contestação entre o posto e o pressuposto, como por exemplo, ao dizer: “Antônio matou sua viúva”, em que o termo “viúva” deixa o pressuposto de que o referente é uma pessoa que não tem marido, o que choca com o fato posto.

1.2.3. O pressuposto e o subentendido

Para conceituar estas duas formas de implícitos, uma em relação à outra, citamos inicialmente DUCROT (1978) e KERBRAT-ORECCHIONI (1998). Abordaremos,

³⁴ DUCROT (1984) mostra exemplos em que o pressuposto pode ser contestado, mas a maioria dos autores (inclusive o próprio DUCROT) concorda com o fato de que a contestação do pressuposto causa polêmica entre interlocutores.

inicialmente, o conceito de “pressuposto”:

“Consideram-se pressupostos, em um enunciado, o que é trazido pelo enunciado, mas não de forma argumentativa³⁵, entendendo por isso o que não se apresenta como devendo orientar a continuação do discurso.” (DUCROT, 1978: 31).

*“Definiremos como **pressupostas** todas as informações que, sem serem abertamente postas (i.e. sem constituir em princípio o verdadeiro objeto da mensagem a ser transmitida), são entretanto automaticamente arrastadas pela formulação do enunciado, no qual elas se encontram intrinsecamente inscritas, qualquer que seja a especificidade do quadro enunciativo.”³⁶ (KERBRAT-ORECCHIONI, 1998: 25)*

Voltamos ao exemplo citado em (60) de DUCROT (1978): *Pedro parou de fumar*. O exemplo em questão gera, entre outros, o subentendido seguinte (cf. visto anteriormente):

(60.c) Pedro tem mais força de vontade que você.

Observamos que os subentendidos, cuja conclusão é de responsabilidade do destinatário, a partir da situação de enunciação, são “abertos”, podendo aparecer tanto o subentendido do exemplo acima, como inúmeros outros, tais como: “Você não pode mais usar sua alergia ao cigarro como desculpa para não visitar Pedro”; “Você não precisa mais reclamar que o cigarro de Pedro é uma despesa inútil” (em que o interlocutor liga o subentendido a questões relacionadas à sua própria pessoa); ou “Pedro ficou preocupado com as conseqüências do fumo para a saúde”, etc.(em que os subentendidos não envolveriam a pessoa do interlocutor).

Os critérios clássicos para testar a presença de pressupostos eram os “testes da negação e da interrogação”, que consistiam em submeter a frase a transformações: para a forma negativa ou para a forma interrogativa, caso em que os pressupostos se mantêm, como no exemplo acima:

³⁵ O termo “argumento” tem aqui o sentido que lhe dão DUCROT e TODOROV (1972: 249) como *parte do enunciado* resultantes de uma análise do mesmo: “É preciso então recorrer a uma análise do enunciado em RELAÇÃO e ARGUMENTOS”. No exemplo “Pierre ama Marie”, consideram assim que há a relação “amar” do par de argumentos “Pierre, Marie”. É a partir dos argumentos que se dá continuidade ao discurso.

³⁶ “Nous considérerons comme présupposées toutes les informations qui, sans être ouvertement posées (i.e. sans constituer en principe le véritable objet du message à transmettre), sont cependant automatiquement entraînés par la formulation de l’énoncé, dans lequel elles se trouvent intrinsecquement inscrites, quelque que soit la spécificité du cadre énonciatif.” (KERBRAT-ORECCHIONI, 1998: 25)

- (60.d) Pedro não parou de fumar.
 (60.e) Pedro parou de fumar?

Em ambas as *transformações*, *mantêm-se o pressuposto*: Pedro fumava anteriormente. Entretanto, em artigo de 1978, DUCROT reconhece que os critérios clássicos não se aplicam a muitas frases, como a do exemplo seguinte:

- (61) Fui à Alemanha com Pedro.

Esta frase, mesmo submetida ao teste da negação (Não fui à Alemanha com Pedro) causa um problema de interpretação. Ao escolher qual das duas informações destacar: “Fui à Alemanha” ou “Viajei com Pedro”, o interlocutor deve distinguir qual será apresentada como posto e qual será o pressuposto. DUCROT (1978) observa que situações semelhantes acontecem com muitas frases que, segundo expressão sua, têm “conteúdo informativo múltiplo”. DUCROT (1978) sugere então o **teste do encadeamento**, que (para usarmos uma terminologia de MAINGUENEAU, 1996a) pertence “à dinâmica textual”, ou seja, leva em conta o “enunciado em contexto, baseia-se na tematização”. Segundo DUCROT (1978), “**não é possível fazer encadeamentos a partir do pressuposto, mas apenas a partir do posto**”, desde que só se encadeia sobre a informação nova, nunca sobre um conhecimento tido como “consensual” entre os parceiros do discurso.

Tomando o exemplo (61) acima, poderíamos fazer encadeamentos diferentes, que distingam, em cada caso, o posto e o pressuposto. Assim:

- (61.a) Fui à Alemanha com Pedro, quando o país estava em festa.

Neste caso, a subordinada que foi encadeada à frase tem seu sentido preso a “Alemanha” e não a Pedro, o que resulta em:

_pressuposto: viagem em companhia de Pedro (informação secundária);
 _posto: ida à Alemanha (informação principal).

Um encadeamento que recaísse no outro segmento poderia ser, por exemplo:

(61.b) Fui à Alemanha com Pedro, que se mostrou um ótimo companheiro de viagem.

Neste caso, o encadeamento (feito com uma relativa) tem como resultado:

_pressuposto: ida à Alemanha (informação secundária);

_posto: viagem em companhia de Pedro (informação principal).

Há, pois, duas interpretações para a frase (61), desde que a mesma pode responder a duas questões : Com quem tu visitaste a Alemanha? O que tu fizeste junto com Pedro?

Podemos ainda verificar a pertinência da afirmação de DUCROT (1978) de que se “*pode encadear sobre o posto, nunca sobre o pressuposto*” (DUCROT, 1978), a partir do exemplo :

(62) *Peguei uma virose em Cancum no verão.*

Se considerarmos pressuposto “estive em Cancum no último verão”, não é possível encadear sobre este segmento. Só é possível fazer acréscimos (→ encadeamentos) sobre o “posto”. Conforme o tipo de encadeamento escolhido, teríamos que antecipar o pressuposto, para não parecer que o encadeamento pretendeu atingi-lo. Tomemos as transformações seguintes:

(62.a) *Peguei uma virose em Cancum no verão e fiquei acamada.*

(62.b) *Em Cancum, no verão, peguei uma virose que me levou para o hospital.*

(62.c) *Em Cancum, no verão, peguei uma virose e muito sol.*

(62.d) *Peguei uma virose que me levou para o hospital em Cancum no verão.*

Observamos que no exemplo (62.a), não houve problema em se fazer o encadeamento no final, após o pressuposto (“Estive em Cancum no último verão”): o encadeamento liga-se semanticamente ao posto, ou seja: “quem pega uma virose” pode, naturalmente, “ficar acamada”. Os encadeamentos em (62.b) e (62.c) também deixam bem claro que se referem ao posto (“Peguei uma virose”) e a clareza desta referência deve-se à anteposição do pressuposto. No exemplo (62.d), **o encadeamento recai sobre o pressuposto** não antecipado e, em relação ao posto, provoca mudanças drásticas (e absurdas) na frase: faz supor que, para tratar a virose, o locutor foi especialmente levado para um hospital de Cancum e que tal fato

se deu no verão. O exemplo mostra que é impossível (como propôs DUCROT, 1978) encadear sobre o pressuposto.

A partir desta constatação, DUCROT relaciona as noções de pressuposto e de encadeamento:

*“E chamarei ‘pressupostos’ de um **enunciado** às indicações que ele traz, mas a partir das quais o enunciador não quer (quer dizer, faz como se não quisesse) fazer recair o encadeamento. Trata-se de indicações que se dão, mas que se dão à margem da linha argumentativa.” (DUCROT, 1978: 38)*

Considerando que os critérios clássicos de verificação de pressupostos: a negação e a interrogação só são efetivos em “frases”, DUCROT (1978), acrescenta ao estudo do pressuposto a noção de que este pertence, não apenas à frase, mas também ao enunciado.

Julgamos útil, atendendo à clareza de nossa exposição, esclarecer a conceituação que o autor dá para *frase* e *enunciado*: “A ‘frase’ é uma entidade gramatical abstrata e o ‘enunciado’ é uma realização particular da frase”, e “a enunciação é o evento constituído pela produção de um enunciado, isto é, pela realização de uma frase” (DUCROT, 1978: 31).

A afirmação de DUCROT (1978) de que “o pressuposto pertence ao enunciado” tornou-se possível, porque o autor veio a concluir que a pressuposição é um ato ilocutório. DUCROT (1978) define assim o ato ilocutório: “Realizar um ato ilocutório é **apresentar** suas próprias palavras como induzindo, **imediatamente**, a uma **transformação jurídica** da situação (...) é constitutivo do ato ilocutório atribuir à fala um poder intrínseco.” (DUCROT, 1978: 34-35)

Os grifos na citação acima, referem-se a termos de sua definição sobre os quais o autor insiste como básicos para distinguir o ato ilocutório do perlocutório. O “apresentar” supõe a presença do locutor no ato da enunciação dando a conhecer suas próprias palavras, o “imediatamente” supõe que, com sua fala (no momento da mesma), o locutor pretende causar uma “transformação jurídica” da situação, o que significa que o ato ilocutório modifica as relações entre os actantes: cria obrigações para o destinatário (ordem ou interrogação, por exemplo) ou para o locutor (por exemplo: a promessa). Cumpre também destacar a questão de que “é constitutivo do ato ilocutório reivindicar um poder intrínseco à fala, mas não reivindicar poder à próprias palavras, ou seja: ao material usado na fala” (KOCH, 1986: 65).

Dentro dessa perspectiva, a interrogação (seja ato de fala direto ou ato de fala indireto) é um ato ilocutório: “ela se apresenta criando desde sua aparição, por sua aparição, uma certa forma de obrigação para o destinatário” (DUCROT, 1978). Além de provocar no interlocutor

a obrigação de responder, não se pode interrogar sem dar-se a entender que se está interrogando. Já o ato perlocutório não é marcado³⁷ na frase como tal, nem traz uma obrigação “imediate” de resposta da parte do interlocutor. DUCROT (1987: 34-35) cita, como exemplo de perlocutório, o ato de “consolar”, para o qual não existem “marcas” que o distingam como “ato de consolar”; o locutor não se apresenta como alguém que pretenda atingir o fim de “consolar”, nem há a “cobrança” de uma resposta da parte do interlocutor, como a de “sentir-se consolado”. Por outro lado, destaca o fato de que as interrogações indiretas (não-marcadas) constituem-se em atos ilocutórios da mesma forma que as interrogações diretas (marcadas), porque apresentam todas as outras características de ilocutório. Considerando então que há atos ilocutórios (como a interrogação indireta) que não vêm marcados na frase, DUCROT (1978) conclui que a pressuposição, mesmo sem se apresentar como tal, é um ato ilocucionário. Comentando este fato, KOCH (1986: 66) afirma:

“Ducrot conclui que o valor ilocucionário de um enunciado pode não estar marcado na frase que serve para realizá-lo, e que qualquer ato ilocucionário de um enunciado pode ser realizado de maneira indireta. Assim, se a pressuposição é um ato ilocucionário como os demais, não haveria razão para que só ela viesse atada à frase.” (KOCH, 1986: 66)

Este comparação pode ser demonstrada com exemplos como os seguintes:

- (63) *Felicito-o pelo sucedido.*
 (64) *Dou-lhe meus pêsames pelo sucedido.*

Nas duas frases, a seqüência “pelo sucedido” não traz nenhuma indicação da natureza do “sucedido”, mas em cada exemplo, a natureza do acontecimento pode ser pressuposta pelo verbo factivo: no exemplo (63), o “sucedido” foi certamente um fato pelo qual alguém possa ser felicitado (alguma vitória, etc.), enquanto que no exemplo (64), o “sucedido” é alguma coisa pela qual se possa dar os pêsames (independente de qual conteúdo seja). O verbo factivo pressupõe a verdade da seqüência seguinte do enunciado, ou seja: anuncia, fazendo pressupor, a natureza do que será apresentado, mesmo que o conteúdo pressuposto não tenha marcas de pressuposição. Os dois exemplos funcionam como funcionaria uma interrogação indireta, como por exemplo: “Perguntei o que sucedeu”, em que “perguntei” introduz um

³⁷ Empregamos aqui o conceito de “marcado” que lhe dão GALLISSON e COSTE (1976): “Tout fait de parole constituant une infraction par rapport à un niveau dit *non marqué* de la parole”, o que equivale a considerar, por exemplo, como frase interrogativa “marcada” a estrutura que apresenta características de interrogação direta.

questionamento (independente do conteúdo perguntado). Assim, de acordo com a teoria (revista) de DUCROT (1978), os exemplos (63) e (64) situam-se entre os "atos ilocucionários" e, ao mesmo tempo, entre "pressuposições".

KOCH (1996: 66) comentando DUCROT (1978), apresenta um exemplo em que se adotam dois procedimentos bastante comuns na língua oral: primeiro, existe um subentendido gerado pela primeira seqüência; segundo, faz-se um encadeamento (este em itálico) a partir deste subentendido (representado por um ponto de interrogação em negrito):

A partir o exemplo (60) acima, teremos:

(60.f) Pedro parou de fumar: (?) *você devia envergonhar-se*

que equivale a: "(a) Pedro deixou de fumar": → se "(b) deixar de fumar é uma prova de energia", → "(c) Pedro é mais enérgico que você" →, logo, "(d) você devia envergonhar-se". Nesta seqüência, ligando (a) a (d), o sinal (?) acima corresponde às etapas (b) e (c).

Na análise acima, temos: (a) é posto; (b) é um pressuposto; (c) é um subentendido; (d) é o encadeamento feito a partir do subentendido.

Fazemos uma pequena observação sobre as conclusões de DUCROT (1978) acima: em análises nossas (como nas piadas de número 15 e 17 do corpus), encontramos exemplos em que o pressuposto é gerado primeiro e, a partir dele, podem ser gerados os subentendidos.

É a partir do pressuposto que DUCROT (1978) redefine o subentendido:

"Dizer que pressuponho X, é dizer que pretendo obrigar o destinatário, por minha fala, a admitir X, sem por isso dar-lhe o direito de prosseguir o diálogo a propósito de X. O subentendido, ao contrário, diz respeito à maneira pela qual esse sentido é manifestado, o processo, ao término do qual deve-se descobrir a imagem que pretendo lhe dar de minha fala.(DUCROT, 1978: 42)

Observamos que o termo "sentido", para DUCROT (1978) refere-se ao valor semântico do enunciado, opondo-se a "significação", que corresponde ao valor semântico da frase.

*"A classe dos **subentendidos** engloba todas as informações que são suscetíveis de serem veiculadas por dado enunciado, mas cuja atualização fica tributária de certas particularidades do contexto enunciativo."*³⁸ (KERBRAT-ORECCHIONI, 1998: 39)

³⁸"Définition de la classe des sous-entendus: Elle englobe toutes les informations qui sont susceptibles d'être véhiculées par un énoncé, mais dont l'actualisation reste tributaire de certaines particularités du contexte énonciatif." (KERBRAT-ORECCHIONI, 1998: 39)

Julgamos útil fazer um quadro comparativo das características das duas formas de implícito.

1. Pressupostos	2. Subentendidos
a) São ambas formas de implícito que exigem uma operação de inferenciação.	
b) “Os conteúdos implícitos (pressupostos e subentendidos) têm em comum a propriedade de não constituírem, em princípio, o verdadeiro objeto do dizer (enquanto que os conteúdos explícitos correspondem, sempre em princípio, ao objeto essencial da mensagem a ser transmitida.” ³⁹ (KERBRAT-ORECCHIONI: 1998: 21-22)	
c) Os pressupostos referem-se a uma informação anterior ao que é “posto” na frase. O conteúdo pressuposto integra a significação do enunciado, é um elemento necessário a sua compreensão, por isso, do ponto de vista do locutor, precisa estar presente na situação discursiva, sem ser objeto do discurso. Ele é um conteúdo imposto ao interlocutor.	c) O locutor deixa que o interlocutor chegue aos subentendidos como resultado de uma dedução, por isso os subentendidos são, de alguma forma, um “após o posto”. O fato de o locutor criar condições para os subentendidos em seu enunciado faz supor que ele pretendeu dizê-los, mas não o fez: são conteúdos sugeridos de forma a não haver comprometimento da parte do locutor.
d) Os pressupostos são, em princípio, “context-free” (independentes do contexto). Por serem veiculados pelo enunciado e por se encontrarem intrinsecamente inscritos ali, são mais “fechados” e, conseqüentemente, em número limitado. Entretanto, convém observar que : “Os pressupostos concorrem para ancorar o enunciado na situação comunicativa e no contexto social, histórico e ideológico em que a interlocução ocorre.” (ARRUDA FERNANDES, 1997: 20-21)	d) Os subentendidos são considerados “context-sensitive”, ou seja, dependem de um contexto sensível e têm função pragmática. “O subentendido é construído como resposta à pergunta: ‘Por que ele falou como falou?’” DUCROT (1978: 45). Por serem abertos, os subentendidos podem ser inúmeros (podem gerar a aplicação da lei da exaustividade”, segundo KERBRAT-ORECCHIONI, 1998: 41).

³⁹ “Les contenus implicites (présupposées et sousentendus) ont en commun la propriété de ne pas constituer en principe, le véritable objet du dire, tandis que les contenus explicites correspondent, en principe, toujours, à l’objet essentiel du message à transmettre.” (KERBRAT-ORECCHIONI: 1998: 21-22)

<p>Obs.:Com base na característica “d”, cabe uma pequena restrição: pressuposto e subentendido ligam-se a um tipo de contexto, ou seja, o subentendido liga-se ao co-texto (ou contexto lingüístico mais imediato), enquanto o pressuposto liga-se a um contexto maior: o contexto “social, histórico e ideológico” (cf. ARRUDA FERNANDES, 1997) em que a interlocução ocorre.</p>	
<p>e) Os pressupostos fazem parte do conhecimento de mundo do destinatário, porque correspondem a “evidências” supostamente partilhadas pela comunidade falante. Assim, embora não sejam objeto do discurso, são necessários à compreensão do enunciado e, por uma espécie de consenso entre os actantes, os pressupostos têm, na sua aceitação, uma espécie de condição prévia à continuidade do discurso. O fato de os pressupostos serem aceitos consensualmente, faz com que, em princípio, não admitam refutações; mas, em caso de haver refutação, as conseqüências são as seguintes: _o destinatário pode parecer agressivo e a continuação do discurso tornar-se polêmica; _o locutor pode fazer algum tipo de retratação, porque a informação pressuposta é colocada à margem do discurso. Observamos (em nossas análises) que se tem a impressão de que a responsabilidade do pressuposto é “reservada” pelo locutor ao leitor.</p>	<p>e) Como os subentendidos podem não ser evidências divididas entre locutor e ouvinte, podem, em dado momento, escapar ao controle do locutor e, por isso, gerar mal-entendidos. O destinatário conclui os subentendidos à sua revelia e, por isso, fica com a responsabilidade de sua interpretação. Quanto ao locutor, se a interpretação pretendida para o subentendido revelar-se problemática e causar-lhe transtornos, ele pode “desviar” o subentendido para outra possibilidade de interpretação.</p>
<p>f) O pressuposto não admite encadeamento (pelo menos não um encadeamento de natureza argumentativa ou refutativa).</p>	<p>f) Segundo DUCROT (1978), é possível fazer encadeamento sobre a idéia subentendida, mesmo conservando-a implícita (Ex.: Pedro deixou de fumar: <i>você devia envergonhar-se</i>). Obs.: A impressão que temos é de que encadear</p>

	sobre o subentendido faz mudar o estatuto deste implícito, ou seja: o encadeamento é um posto que leva (nessa mudança) a um pressuposto (e não mais a um subentendido).
g) O pressuposto é considerado um ato de fala ilocutório (ou “ilocucional”).	g) “A noção de subentendido não designa um ato de fala particular. Ela envia a um processo particular de codificação ou decodificação, no fim do qual aparecem todas as formas de atos ilocutórios, notadamente a pressuposição”. (DUCROT: 1978: 37)
h) Em relação às máximas conversacionais, os pressupostos transgridem a lei da informatividade, por serem, de certa forma, redundantes.	h) “Os subentendidos são inferidos do contexto pelo destinatário, com a ajuda de um raciocínio mais ou menos espontâneo que se apóia sobre os princípios (leis do discurso) que regem a atividade discursiva.” (MAINGUENEAU, 1996b: 77)
i) A fronteira entre pressupostos e subentendidos não é bem delineada.	

Pode-se, pois, concluir com KERBRAT-ORECCHIONI (1998: 26) o seguinte:

*“os pressupostos estão inscritos na língua e o co(n)texto só intervém para levantar uma eventual polissemia, (...) os subentendidos, ao contrário, resultam da ação conjugada de fatores internos e externos, o co(n)texto desempenhando desta vez um papel positivo no processo de criação do conteúdo implícito.”*⁴⁰

MAINGUENEAU (1996b: 77) afirma que o subentendido possui três características:

⁴⁰ “...les présupposés sont inscrits em langue, et le co(n)texte n’intervient que pour lever une éventuelle polysémie (...) les sousentendus au contraire résultent de l’action conjugée de facteurs internes et externes, le co(n)texte jouant cette fois un rôle positif dans le processus d’engendrement du contenu implicite.” (KERBRAT-ORECCHIONI, 1998: 26)

- “1. Sua existência é associada a um contexto particular;
 2. Pode ser decifrado graças a um cálculo do enunciador;
 3. O enunciador sempre pode recusá-lo, refugiando-se atrás do sentido literal.”

Suponhamos o exemplo (65):

- (65) *Maria vê José, seu marido, pela manhã (após uma noite de farra) e diz-lhe:
 __ Puxa! Você está tão abatido!*

José, procurando (como todo interlocutor cooperativo) um contexto mais provável para a fala de Maria, calcula que ela (apresentando-lhe seu aspecto como prova) esteja fazendo uma alusão à noite de farra (e uma alusão com possível nota de reprovação) __ dessa forma, ele faz uma relação direta (de causa) com os fatos expostos, ou seja: Maria o está reprovando pela “noite de farra”. Se José, diante dessa interpretação, irritar-se com o comentário de Maria, ela pode retratar-se, negar a interpretação do marido, “escondendo-se” atrás do sentido literal do enunciado e alegando estar apenas preocupada com o ar de abatido de seu interlocutor. Dessa forma, ela atribui a José a responsabilidade da interpretação do subentendido para o qual (intencionalmente ou não) ela criou condições.

Considerando a complexidade de indicação de certos pressupostos que, de acordo com os próprios autores consultados, por vezes são difíceis de distinguir dos subentendidos, adotaremos o critério que expomos a seguir, ou seja: são **subentendidos** os implícitos que admitirem uma “retratação” da parte do locutor, uma fuga para uma interpretação diferente daquela dada pelo interlocutor; e consideramos **pressupostos** os implícitos que estiverem circunscritos aos **mecanismos criadores de pressuposição** que estudamos a seguir.

1.2.4. Mecanismos lingüísticos criadores de pressuposição

Sob esta denominação, ou com o nome de “**estruturas pressuposicionais**”, ou ainda de “**marcadores de pressuposição**”, estão englobados os mecanismos de que a língua se serve para criar pressuposições.

Para cada caso __dezenove mecanismos ao todo__, incluiremos (e analisaremos) exemplos.

1.2.4.1. O mecanismo que parece ser considerado o mais comum entre os autores é o dos “**pressupostos existenciais**”, em que o simples fato de se fazer referência, no enunciado, a algum ser pressupõe a existência do mesmo. Assim, no exemplo:

(66) José reconciliou-se com a esposa

pressupõe-se que exista uma pessoa chamada “José” e que José tenha uma esposa. (O fato de se pressupor que José é um homem entra em outro tipo de mecanismo __ver 1.2.4.13.). Também o termo “reconciliação”, nome derivado do verbo “reconciliar” que, pelo mecanismo 1.2.4.4. dos morfemas que indicam repetição que pressupõe que o casal esteve “conciliado” uma vez; e ainda pelo mecanismo 1.2.4.5. dos “verbos transformativos” que pressupõe que o casal passou de “separado” a “novamente unido”.

1.2.4.2. O **verbo regente é um verbo subjetivo** que, na terminologia de MAINGUENEAU (1996b: 99) “é um tipo de verbo que implica um julgamento de valor sobre a completiva” (no caso, a subordinada), como no exemplo (67):

(67) *Suspeito que ele esteja aqui*

em que a subordinada representa um pressuposto, este gerado pelo significado do verbo da principal. Assim, independente de qual seja a informação que a subordinada venha a veicular, é uma informação que causa suspeita. A suspeita é um pressuposto orientado pelo sentido do verbo da principal.

O mecanismo acima parece ser o mesmo referente a verbos **factivos** e **contrafactivos**, que KERBRAT-ORECCHIONI (1998: 38) inclui no conjunto geral de “verbos subjetivos”, os verbos factivos e os contrafactivos regentes (ou reitores) da oração principal. Segundo KERBRAT-ORECCHIONI (1998: 38), os factivos são verbos que pressupõem a verdade e os contrafactivos, a falsidade do conteúdo da subordinada. SCHOTT BOURGET (1994: 66) adota a mesma classificação.

O que, a nosso ver, diferencia esta abordagem da abordagem de MAINGUENEAU (1996b: 99) é que, no primeiro caso, há um julgamento geral de valor: há suspeita, há dúvida, etc., enquanto no segundo caso (dos factivos e contrafactivos) há um julgamento

especificamente do valor de verdade do conteúdo da subordinada. KERBRAT-ORECCHIONI (1998: 38) cita como exemplo dos verbos factivos: “saber”, “lamentar”; e, como exemplos de contrafactivos: “pretender”, “acreditar-se” (o que nos leva a supor que, mais exatamente que verdade/falsidade, a oposição parece ser de “certeza/ possibilidade”, questionamento, entretanto, que não é o objetivo deste trabalho).

(68) *Carlos sabe que Maria virá à festa.*

(69) *Carlos duvida que Maria venha à festa.*

O pressuposto: “a vinda de Maria à festa” fica inalterável nos dois exemplos, mas há ainda outros pressupostos em cada exemplo: em (68), o verbo “saber” leva ao pressuposto de que “a vinda de Maria à festa” é uma verdade; em (69), o verbo da principal leva ao pressuposto de que “a vinda de Maria à festa” é uma mentira.

SCHOTT-BOURGET(1994) chama a atenção para o fato seguinte: supondo-se uma mudança no exemplo (66) acima, de forma que a oração subordinada seja introduzida por um “se” (em Francês: advérbio interrogativo) não há, então, caso de pressuposto, como no exemplo apresentado pela autora, tal como o transcrevemos em (70):

(70) *Carlos sabe (ou não sabe) se Maria virá à festa.*

No exemplo (68), de acordo com SCHOTT-BOURGET(1994), a subordinada não pressupõe nem a vinda nem a não-vinda de Maria, como é próprio da interrogação (no caso, interrogação indireta).

Por outro lado, a autora recomenda que não se confunda o caso de verbos regentes (da principal) com **verbos de opinião**, ou seja, verbos que, na principal, exprimem uma opinião, como no exemplo (69):

(71) *Acredito que Maria seja inocente. (→ Inocência provável.)*

(72) *Não acredito que Maria seja inocente. (→ Inocência improvável.)*

A autora não parece considerar que os verbos de opinião sejam, como os factivos, verbos que “anunciem” um pressuposto. Ela analisa os exemplos acima da seguinte forma: no

exemplo (71) não é a inocência/ou não de Maria que o verbo da principal deixa pressuposta: ele apresenta como um “posto” a “probabilidade da inocência de Maria”. A mesma frase com o verbo reitor, na forma negativa, exemplo (72), apresenta como “posto” o fato da “improbabilidade da inocência de Maria”.

A nosso ver, há dois itens comuns aos dois exemplos: a) a subordinada traz sempre o pressuposto (imutável) da inocência de Maria; b) os verbos da principal que, num caso (71) apresenta como “posto” a “probabilidade da inocência (pressuposta)” e, no exemplo (72), pelo fato de vir na negativa, apresenta como “posto” a “improbabilidade da inocência (pressuposta)” também levam, em cada caso, a um novo pressuposto (de acordo com nossa análise): tanto um exemplo quanto o outro pressupõem uma margem de “possibilidade contrária”. Assim, em (71), a inocência apenas provável não é “certeza” de inocência completa; e, no exemplo (72), também a “probabilidade de Maria não ser inocente” não é inteiramente “certeza de culpa”.

Citamos ainda, neste caso, a piada 20 do corpus, em que há um “Adão brasileiro, sem *ter o que vestir ou o que comer*” e que

(73) “...*ainda achava que estava no Paraíso!*”

A frase (73), que encerra a piada, leva-nos ao seguinte pressuposto: “se achava” que estava no paraíso, é porque não podia **afirmar** que estava. Consideramos, pois, que os “verbos de opinião” também trazem uma carga de pressuposto para o texto.

1.2.4.3. Há **pressupostos ligados aos “sistemas subordinantes”**. KOCH (1997) destaca o fato de que, sendo a oração subordinada um complemento do significado do verbo regente da principal, no conteúdo deste verbo há, portanto, um pressuposto. Acreditamos que este mecanismo seja um pouco diferente do relacionado em 1.2.4.1., em que o verbo da principal é o responsável pelo tipo de pressuposição. Neste mecanismo, são determinados elementos característicos das subordinadas que levam a um pressuposto. Parece ser o mesmo ponto de vista de KERBRAT-ORECCHIONI (1998: 38) que se refere aos “sistemas subordinativos: orações comparativas, hipotéticas, causais...” como “tipos de suportes responsáveis pela existência de pressuposição”. É provável que seja o mecanismo citado por

KOCH (1997: 46), quando ela se refere a “certos **conectores circunstanciais**, especialmente quando a oração por eles introduzida vem anteposta: desde que, antes que, depois que, visto que, etc.” Cita , entre outros, os exemplos:

(74) *Desde que Luís ficou noivo, não cumprimenta mais as amigas.*

(75) *Visto que você já conhece esse assunto, falemos de coisas mais interessantes.*

No exemplo (72), o pressuposto é de que “*Luís ficou noivo*” e, em (73) o pressuposto é: “*você já conhece esse assunto*”.

Na citação de KERBRAT-ORECCHIONI (1998: 38), que engloba os sistemas subordinativos, não encontramos muitos exemplos, mas tentamos analisar, em exemplos nossos, no caso de orações condicionais, comparativas e consecutivas, o mecanismo citado.

(76) *Se eu tivesse dinheiro, viajaria muito*

em que o “se”, associado ao verbo que, na oração principal, está no futuro do pretérito, conduzem, juntos, ao pressuposto de que, para o “viajar muito” haja uma condição.

(77) *João bebe como uma esponja*

exemplo de comparativa, em que fica o pressuposto de que “uma esponja bebe (muito)”.

O pressuposto nas orações consecutivas também parece ser anunciado na primeira oração, já que aparecem elementos que “preparam” para a consequência que segue esta principal, como no exemplo:

(78) *Chorou tanto que ficou rouco*

em que a primeira oração condiciona a presença de um pressuposto na oração seguinte: uma consequência (no caso, o “ficar rouco”). Ainda que o conteúdo pressuposto não possa ser previsto e se enquadre mais na categoria dos subentendidos (podendo haver outros tipos de consequências: ...ficou com o nariz vermelho, ...dormiu, etc.) é “a expectativa de uma consequência” que fica pressuposta.

1.2.4.4. O quarto **mecanismo** é dos “**verbos aspectuais**”, segundo KERBRAT-ORECCHIONI (1998: 38); ou “**verbos que marcam o aspecto**”, segundo MAINGUENEAU, 1996b: 99); ou, segundo SCHOTT-BOURGET (1994: 67) o “mecanismo com verbos semi-auxiliares(...) que marcam o aspecto”; ou, segundo KOCH (1997: 44) “verbos que indicam mudança, permanência ou cessamento de estado”: o verbo incoativo, por exemplo, que marca o início de um processo, como no exemplo (79) e o verbo de cessamento do processo em (80). Também fazem parte deste mecanismo, a nosso ver, os morfemas (sufixos e prefixos que acrescentam um novo aspecto ao verbo, como em: **recomeçar**; **predizer**, **contracenar**, **transcodificar**, etc.

(79) *Maria começou a chorar.*

(80) *João deixou de fumar.*

Em (79), o auxiliar “começou a” indica o início do processo e deixa o pressuposto de que Maria não chorava antes; bem como o pressuposto de que o “choro” não estava ainda em curso; enquanto que no exemplo (80) o auxiliar “deixou” marca a interrupção de um processo e pressupõe que o mesmo já acontecia antes. São também exemplos: “parar de, continuar a, pôr-se a”, citados por KERBRAT-ORECCHIONI (1998: 38). Esta autora cita verbos aspectuais junto a transformativos, que ela exemplifica com o verbo “acordar”, mas, para organizar melhor nossa exposição, preferimos situar os transformativos em 1.2.4.5.

1.2.4.5. Mecanismo dos “**verbos transformativos**”. Embora KERBRAT-ORECCHIONI (1998: 38), como foi dito acima, apresente este item e o anterior agrupados, preferimos seguir SCHOTT-BOURGET (1994: 67), que diferencia este mecanismo dos verbos aspectuais citados no item 1.2.4.4. Os verbos “transformativos” recebem a seguinte explicação da autora: são “verbos que comportam em si mesmos a noção de limite além do qual a ação não pode ser prolongada, mas somente recomeçada”, como no exemplo (81). Acreditamos que fazem parte deste mecanismo os morfemas que acrescentam a idéia de mudança a certos verbos, com, por exemplo, o prefixo “des” (desfazer → anular o que estava feito); o sufixo “ecer”: apodrecer (tornar podre o que não estava), emudecer (ficar mudo, quando antes falava), etc.

(81) *Assentei-me*

em que há uma passagem do estado de “estar de pé” (estado anterior pressuposto) para o de “estar assentado”, diferentemente (a autora frisa) de casos como (82):

(82) *Eu andei muito*

em que a ação não indica nenhuma transformação. Neste exemplo, podemos supor um “acréscimo/ou não” de “andar”, ao “muito” já caminhado. A diferença é que o verbo do exemplo (82) não indica o término da ação.

Citamos, para finalizar este item, o verbo “acordar”, citado por KERBRAT-ORECCHIONI (1998: 38) como transformativo:

(83) Pedro acordou (pressupõe: “Pedro dormia antes”).

1.2.4.6. Chamaremos o sexto mecanismo de “**marcadores aspectuais não-verbais**” (a denominação de responsabilidade nossa deve-se ao fato de este mecanismo, nos textos dos autores consultados, ter vindo sob um mesmo título: englobando o mecanismo 1.2.4.4.). É um mecanismo que, embora semelhante ao mecanismo dos verbos aspectuais (pelo fato de a pressuposição ser criada a partir de um “aspecto”), resulta, *não do uso do aspecto verbal*, mas do emprego de certos **advérbios**, como registra SCHOTT-BOURGET (1994: 67). KERBRAT-ORECCHIONI (1998: 38) refere-se a este mecanismo criador de pressuposição, como “certos morfemas como : mas, também, mesmo, de novo, já, ainda”, como no seguinte exemplo:

(84) *João ainda trabalha naquela loja.*

No exemplo (82), é o advérbio “ainda” que traz a noção de duração e repetitividade, levando à pressuposição de um processo igualmente em curso.

Registramos a existência de outros marcadores do tipo adverbial, que geram pressuposições, tais como: sempre, além de, de repente, enquanto, depois, antes, etc., mas acreditamos que o levantamento e a análise dos mesmos exigiria uma pesquisa quase exclusiva.

1.2.4.7. O sétimo mecanismo é o dos “**epítetos não restritivos**” (expressão usada por MAINGUENEAU, 1996b: 99) ou, “epíteto não determinativo” (segundo SCHOTT-BOURGET, 1994: 68) ou ainda, na denominação de KERBRAT-ORECCHIONI (1998: 38). “expansões adjetivais ou relativas”. Esse caso engloba adjetivos ou orações que correspondam a um adjetivo oracionado (explicativas) ou ainda **relativas apositivas** (que MAINGUENEAU, 1996b: 99 apresenta como um outro caso, mas que preferimos tratar como um mesmo tipo de fenômeno). Vejamos os exemplos: o de número (85) é extraído de SCHOTT-BOURGET (1994: 67) e o de número (86) é citado por MAINGUENEAU (1996b: 99).

(85) *Os alemães, que bebem muita cerveja, são gordos.*

(86) *“Vauban criticou a faustosa corte de Luís XVI”.*

Em (85), há o pressuposto: os alemães bebem muita cerveja; e no exemplo (86) há o pressuposto de que “a corte de Luís XVI era faustosa”.

1.2.4.8. O oitavo mecanismo é o das **interrogações parciais** (mesma designação em MAINGUENEAU (1996b: 99⁴¹) e em SCHOTT-BOURGET (1994: 68); e denominado “interrogações de constituintes” por KERBRAT-ORECCHIONI (1998: 38). Toda interrogação parcial recai sobre um elemento “posto” da frase, deixando a informação restante como pressuposta: é então um mecanismo que (a nosso ver) gera o pressuposto por “exclusão”, desde que a interrogação incide sobre o posto, dando o “status” de pressuposto ao que “sobra” da aplicação do referido mecanismo, como nos exemplos (87) a (90), a seguir, nos quais citamos a frase (a) que deu origem à pergunta (b), citada imediatamente em seguida,

(87.a) José está chegando.

(87.b) *Quem está chegando?*

__José: posto (informação nova)

⁴¹ MAINGUENEAU (1996: 99) cita o mecanismo das “interrogações parciais” e, na página 96, ao referir-se aos dois tipos (gerais, a nosso ver) de pressupostos: “locais” e “globais”, comenta que, para “assinalar o pressuposto local, faz-se intervir a interrogação parcial (quem? onde? quando?), que concerne aos constituintes da frase”.

- (88.a) Paulo foi cinema com Maria.
 (88.b) *Com quem Paulo vai ao cinema?*
 __Com Maria: posto (informação nova)

- (89.a) *Paulo foi ao cinema com Maria.*
 (89.b) *Onde Paulo vai com Maria?*
 __Ao cinema: posto (informação nova)

- (90.a) *Paulo foi ao cinema com Maria.*
 (90.b) *Quem vai ao cinema com Maria?*
 __Paulo: posto (informação nova).

O exemplo (87.b) faz pressupor: *Alguém está chegando*; o exemplo (88.b) pressupõe que *Paulo irá ao cinema acompanhado*; o exemplo (89.b) pressupõe que *Paulo vá a algum lugar com Maria*, e o exemplo (90.b) pressupõe que *alguém vai ao cinema e se faz acompanhar por Maria*.

1.2.4.9. O nono mecanismo é, segundo MAINGUENEAU (1996b: 99) e SCHOTT-BOURGET (1994: 69) o das **construções clivadas**, ou “estruturas clivadas”, segundo KERBRAT-ORECCHIONI (1998: 38), nas quais o termo “cortado” da seqüência normal (ordem direta da frase) é destacado e, dessa forma, adquire o estatuto de “posto”, deixando como pressuposta a informação restante. É outro mecanismo que, semelhantemente ao anterior, atua por “exclusão”.Veja-se o exemplo seguinte:

- (91) *Foi Cláudia que encontrei na rua*

em que se pressupõe que “encontrei alguém na rua”, ficando como “posto” (novo) o fato de essa pessoa ser “Cláudia”. Entendemos que “clivar um termo” é apenas uma das formas de enfatizá-lo, razão pela qual todo termo ao qual se dá ênfase adquire, em princípio, segundo SCHOTT-BOURGET (1994: 69) o caráter de posto, em relação ao restante do enunciado, que fica como pressuposto.

SCHOTT-BOURGET (1994: 69) chama a atenção para o fato de que o elemento que se constitui, a priori, em pressuposto, pode ser a informação mais importante que o locutor

quer passar. Retomemos o exemplo (62): “*Peguei uma virose em Cancum no verão*“, aqui renumerado para (92) e apresentando a seguinte modificação: o pressuposto vem propositalmente antecipado.

(92) *Em Cancum, no verão, peguei uma virose (que me fez perder dois quilos).*

em que o locutor, na verdade, quer informar o que está no pressuposto: “ele passou o verão (ou parte dele) em Cancum”, enquanto que a informação sobre a virose (o posto) torna-se de menor importância. O encadeamento, entre parênteses, deixa claro que o posto é: “no verão, peguei uma virose”. Acreditamos, entretanto, que o “valor de informação” (se pudermos chamá-lo assim) do encadeamento também pode ser um fator que ajuda a destacar um dos dois elementos: o pressuposto ou o posto. No exemplo, “emagrecer dois quilos” pode constituir-se numa informação de pouca importância (sobretudo se o locutor for uma pessoa extremamente obesa): caso em que ainda parece haver alguma “intenção” de referência ao pressuposto. Se, ao contrário, o locutor for uma pessoa magra e, ao invés de “dois”, disser que emagrecceu “dez quilos”, o posto ganha importância e o pressuposto pode voltar a ser um elemento menos importante.

1.2.4.10. O décimo mecanismo citado pelos dois autores é o das **descrições definidas** e **descrições indefinidas** (o primeiro termo adotado por MAINGUENEAU, 1996b: 99, embora os exemplos de SCHOTT-BOURGET, 1994: 69, mostrem que ela os considera também um mecanismo, ela não lhe dá uma denominação especial). MAINGUENEAU cita simplesmente exemplos como “o meu amigo João” que leva à pressuposição de que se trata de uma pessoa conhecida de locutor e interlocutor. Já SCHOTT-BOURGET (1994: 69) cita, da fábula de La Fontaine, *O Lobo e o Cordeiro*, o emprego dos dois mecanismos: tanto do artigo definido quanto do indefinido, considerando que também este causa pressuposição:

(93) *“Um cordeiro se saciava (dessedentava)...”*

(94) *“Senhor, responde o cordeiro...”*

Em análise da autora, o exemplo (93) leva ao pressuposto de que há outros cordeiros,

enquanto que, em (94), o pressuposto é de que o cordeiro, nesta altura da narrativa, já pertença ao domínio do conhecido.

1.2.4.11. Um décimo primeiro mecanismo, no qual KERBRAT-ORECCHIONI (1998: 38), citando DUCROT (1978), agrupa as “expressões definidas” e a “**nominalização**”, é também abordado por MAINGUENEAU (1996b: 99), com a última denominação. Um exemplo é: “o *desespero* de Paulo”, que leva ao pressuposto de que Paulo está desesperado. O substantivo citado desta forma leva ao pressuposto de que já houve uma referência anterior a ele, ainda que o mesmo tenha sido “apresentado” primeiro no texto sob a forma de um verbo conjugado, como no exemplo seguinte.

(95) *Paulo desesperou-se com a notícia. O desespero dele era visível.*

O substantivo do segundo período remete ao verbo do primeiro período, como um anafórico do mesmo campo lexical. Quando o substantivo surge no texto, já é do conhecimento do leitor. A referência aos anafóricos leva-nos a outros mecanismos mais específicos, referentes aos mesmos.

1.2.4.12. **Anáfora com hipônimos ou hiperônimos**, que KERBRAT-ORECCHIONI (1998: 38) cita como apenas como “hiponímia/ hiperonímia” (entre os casos de implicações) e que ela exemplifica de forma resumida com: “cadeira → é um assento”. Citamos também o exemplo seguinte (in KOCH, 1996: 46)

(96) *O professor mandou os alunos observarem os quadrados, os retângulos e os trapézios. Os quadriláteros encontravam-se empilhados...*

em que “os quadriláteros” faz pressupor “Os elementos citados são quadriláteros”.

1.2.4.13. **Anáforas implícitas**⁴² (denominação de PERRET, 1994: 67), parece ser o mesmo mecanismo que KERBRAT-ORECCHIONI (1998: 38) chama de “**relação de restrição seletiva**”, para o qual ela apresenta exemplos do tipo (em adaptação nossa): “Sacha latiu → Sacha é, então um cachorro”; ou “X é um alazão”, logo, “X é um cavalo”. Apontamos outro

⁴² Parece que a **anáfora implícita** (citada por PERRETT, 1994) é o mesmo fenômeno linguístico que CHAROLLES (1990b) denomina “**anáfora associativa**”.

exemplo:

(97) *Todos procuravam o bebê. O pai parecia aflito.*

No exemplo (97), há a pressuposição de que o termo “o pai” refere-se ao “pai do bebê”. Poder-se-ia alegar que tal implícito assemelha-se mais a um subentendido (podendo ser contestado), mas tal negação equivaleria a negar a “máxima da relação”, de Grice, em que a pertinência seria completamente desconsiderada, sobretudo em uma situação de “aflição”, pela busca de um bebê desaparecido : se podemos pressupor a aflição de toda a família, no caso, podemos, mais especialmente, pressupor a aflição que o pai iria sentir. E não se justificaria citar, em tal contexto, “outro pai aflito” que não fosse o do bebê.

1.2.4.14. KERBRAT-ORECCHIONI (1998: 38) cita ainda como criadoras de pressuposição as “**relações de contraste**”, que ela exemplifica com “Esta cadeira é vermelha”, que leva ao pressuposto “a cadeira não é verde”.

Acreditamos que, nesta perspectiva, não se pode dizer apenas que “toda frase negativa traz, implícita, uma afirmativa de conteúdo contrário” (de acordo com a Análise do Discurso e, antes dela, a Lógica); mas também que “há afirmativas que pressupõem o oposto”, ou seja, pressupõem a negação do conteúdo afirmado (talvez por serem afirmativas que contradizem algum dado situacional __fato que não tivemos oportunidade de investigar). Um outro exemplo é a fala daquele nobre inglês (cujo nome ignoramos) que, em entrevista, dizia ao repórter que ele (o nobre) era uma pessoa simples. Parece óbvia a pressuposição: “Há quem diga que não sou uma pessoa simples”.

1.2.4.15. Verbos que trazem implícita uma **dêixis de lugar**. ILARI (1985), falando das relações do lingüístico com a situação de fala, afirma que “a interpretação (de uma frase) pode depender crucialmente da situação não-lingüística em que a frase é pronunciada”. Cita dois casos: (a) as condições de felicidade e (b) o reconhecimento de dêiticos e anafóricos. Após citar expressões que variam em função da situação de fala, os dêiticos, ele diz que:

*“há uma dêixis de lugar envolvida implicitamente na maioria dos usos de **ir** e **vir**, **trazer** e **levar** (o primeiro verbo de cada par não se usa nunca para descrever um movimento cujo destino é o lugar onde se encontra o locutor: o segundo do par tem que ser utilizado nesses casos).” (ILARI, 1985: 41)*

Assim, no exemplo:

(98) Maria levou meus discos

o verbo “levar” pressupõe que “meus discos” estivessem (antes) no lugar onde se dá a enunciação (de onde o “eu”, dono dos discos fala); que Maria, juntamente com os discos, estiveram neste lugar e que não estão mais lá.

Além dos verbos citados por ILARI (1985), fizemos o levantamento de alguns outros (*deixar, abandonar, sair, chegar*, etc., em lista a ser ampliada em possíveis pesquisas), que embora semelhantes aos verbos citados pelo autor, apresentam traços semânticos um pouco diferenciados, como no exemplo seguinte:

(99) *Sem tempo de dizer ‘ouf’... nossos corpos nos abandonam.*
(*DESIRELESS, “Ouf”, in CD 199-, Paris: ABC*)

Um dos traços semânticos do verbo “abandonar” é o fato de que há dois elementos que se distanciam um do outro. Com base neste traço, chega-se ao pressuposto de que o(s) ser(es) “nós” não corresponde(m) a “nossos corpos”, desde que “abandonado pelos corpos”, o “nós” ainda fica (no local da enunciação). Surge novo implícito (pressuposto ou subentendido?): tais corpos constituem-se em algo que se “acrescenta” à essência (que está no “nós”).

Acreditamos que este mecanismo possa ser um dos tipos que se enquadram numa classificação mais ampla, que é o mecanismo 1.2.4.13., das anáforas implícitas.

1.2.4.16. Entendemos que, entre os mecanismos criadores de pressuposição (não citados pelos autores consultados), seja possível incluir o mecanismo de certos **tempos e modos verbais**, porque, no aspecto modal, trazem pressupostas as circunstâncias que caracterizam o modo, como “indicação de um fato dado como certo”, “hipótese”, “ordem”, etc.; enquanto no aspecto temporal, trazem outros tempos pressupostos, como, por exemplo, o verbo no futuro do pretérito composto. Vejamos o exemplo seguinte.

(100) *Naquela época, eu o teria escutado, se tivesse tido tempo.*

A forma verbal perifrástica “teria escutado”, (ou “escutaria”) além de pressupor o momento presente como o da enunciação, leva à pressuposição de um momento no passado

em que a ação era encarada como um futuro provável, ou seja: naquele momento do passado, era encarada a “possibilidade” de o enunciador escutar a outra pessoa (se cumprida a condição exposta na outra oração).

1.2.4.17. Acreditamos que o uso de certas palavras, como as interjeições, que trazem um **juízo sobre uma situação** (e não sobre um enunciado), também possa ser considerados **mecanismos interjetivos criadores de pressuposição** como, no exemplo da piada 02 do corpus, em que a interjeição “Ai, Jesus!”, feita pelo português, indica uma situação de aflição.

1.2.4.18. Mecanismos que pressupõem algum dado numérico, seja de quantidade ou de ordem, como nos termos seguintes: terceiro (pressupõe uma ordem e a existência de dois elementos anteriores ao designado como “terceiro”); primeiro/último (pressupõem uma “seqüência”); outro (pressupõe a existência de mais um elemento distinto deste); algum (um, entre vários), etc. Consideramos também parte deste mecanismo certos conectores como: e, além de, também, etc. que também pressupõem, na seqüência do texto, o “acréscimo” de um elemento ou de um dado. Numa visão mais geral do mecanismo 1.2.4.13: de “anáforas implícitas” ou “restrição seletiva”, os dados numéricos relacionados em 1.2.4.18. poderiam ser considerados um tipo daquele, mas julgamos que, além de implicarem a existência de outros elementos, direcionam o pressuposto especificamente para o número destes elementos.

1.2.4.19. Também considerados mecanismos criadores de pressuposição todos os **processos metafóricos** (como a comparação e a ironia) e **retóricos** (tais como a elipse) e outros casos a ligados a tais processos, como a polifonia, em que o sentido “figurado” se constitui em outra “voz”, implícita e, acompanhando esta nova voz, novos significados, novos pontos de vista e novas intenções, como na piada (11) do corpus, em que a personagem, no seu dito “Eu sou uma mulher de sorte!” quer afirmar justamente o não-dito, que é o contrário.

Acreditamos que ainda haja inúmeros casos que oferecem condições para a criação de pressupostos, mas supomos que tal levantamento demandaria uma pesquisa exclusiva do assunto.

Todos os casos vistos deixam evidente que a não-leitura (ou a leitura inadequada) dos pressupostos prejudica a compreensão do texto.

1.3. Outros aspectos teóricos pertinentes

Considerando que este estudo visa a conhecer um aspecto do processo de leitura, ou seja: em qual dos níveis de compreensão (explícito, implícito ou metaplícito) se processa o humor, acreditamos estar obrigatoriamente envolvidos com noções que dizem respeito ao processo de cognição e de leitura e à relação destas noções com aspectos pragmáticos, entre os quais: a interação e os atos de fala.

1.3.1. A interação, o conhecimento de mundo e o compartilhamento de significado

MOITA LOPES (1996: 97) afirma que “a necessidade de se interagir a partir de percepções do mundo que nos cerca ou de um contexto mental comum é típica de qualquer interação humana.” E mais adiante:

“Na interpretação do discurso, o leitor segue as instruções dadas no texto pelo escritor, utilizando os dois tipos de conhecimento (sistêmico e esquemático). Este processo é caracterizado por uma interação entre o mundo do leitor, representado por seu conhecimento sistêmico e seu conhecimento esquemático, e o mundo do escritor expresso no texto.” (MOITA LOPES, 1996: 141)

Para haver interação, é necessário, pois, entre outros fatores, que haja o **compartilhamento de significado** (expressão que preferimos à de “conhecimento compartilhado”, porque parece privilegiar o aspecto da “interação”) ou seja, que haja um conhecimento comum a “autor e leitor”, intermediado pelo texto” (interação necessária ao sucesso de uma situação de comunicação). Para ser efetivo, é necessário que este “compartilhamento de conhecimento” englobe tanto o conhecimento de formas (sistêmico) quanto o conhecimento de significados: de situações, de ideologias e de conceitos abstratos em geral, além de dominar a habilidade (segundo MOITA LOPES: 1996: 141) de “realizar a linguagem no uso” (desde que o simples conhecimento do sistema lingüístico não garante a

habilidade do seu uso). Este é o nível de conhecimento metaplícito⁴³ e está inserido no que GUIMARÃES (1992) cita como **universo de discurso** __é um contexto mais amplo que inclui o contexto extra-verbal imediato:

“(...) Contexto e situação __ ou referentes textuais e referentes situacionais articulados __ compõem as unidades lingüística, semântica e pragmática, indispensáveis para conferir ao texto significado pleno.” (GUIMARÃES, 1992: 13)

Completando a citação destutora, incluímos suas colocações obre “*situação comunicativa*”:

*“No horizonte da práxis, ou no mundo visto **sub specie communicationis**, ‘a mensagem requer um contexto ao qual remete’ (cita Jakobson, 1970⁴⁴), ou seja, a presença do texto como forma de sintonização da linguagem com o referente __ termo este geralmente adotado pelos lingüistas para designar esse contexto. Entre os referentes, é preciso distinguir os referentes chamados **textuais** __ os que remetem ao próprio texto __ e os **situacionais** __ dados extralingüísticos que referenciam a diversidade de situações em que se pode consumir a mensagem.(...) (GUIMARÃES, 1992: 7-8)*

Dentro deste enfoque, remetendo a um contexto real, externo, o texto carrega os valores de um dado grupo (culturais e ideológicos) e, unindo enunciado e condições de enunciação, ele faz a ligação com os elementos do universo que este texto reconstrói, ou seja, os **referentes situacionais**.

E a autora prossegue:

*“Na mobilização de componentes diversos __ cognitivos, discursivos, afetivos, sociológicos, culturais __ o texto chega a definir-se como a recriação verbal de dados situacionais bem como de pressupostos que condicionam sua significação. **Inferir do texto as possíveis circunstâncias de enunciação** __ ou encará-lo à sombra da dependência da **situação comunicativa** __ é exercício cuja ausência privaria sem dúvida o leitor de apreendê-lo na sua totalidade”. (GUIMARÃES, 1992)*

A análise das piadas não pode ser feita com base apenas no conhecimento lingüístico formal: é preciso o conhecimento intuitivo do processamento da língua (para compreender

⁴³ Incluímos no presente item esta explicação, por duas razões: para não nos estendermos excessivamente no item 1.2.1., na parte sobre “conhecimento metaplícito”; e ainda porque relacionamos à explicação acima outros pontos que consideramos importantes para o embasamento teórico deste trabalho.

⁴⁴ JAKOBSON, R. (1970). *Lingüística e comunicação*. Trad. de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix.

implícitos, processar comparações; buscar intenções ocultas do autor, etc.); procurar as circunstâncias da enunciação; verificar a imagem (de acordo com a Análise do Discurso) que o autor faz: de si mesmo, do leitor, dos personagens; é preciso conhecer o contexto histórico, geográfico, social e ideológico no qual o texto se insere; é, preciso, enfim, ter um domínio do nível metaplícito.

1.3.2. Os atos de fala

Ligados ao estudo da situação comunicativa, mais particularmente, ao aspecto pragmático da linguagem, estão os chamados “atos de fala”, cuja teorização é devida a AUSTIN (1990), seguido por SEARLE (1984). Optamos por continuar com a interpretação que GUIMARÃES (1992) dá também para este ponto:

*“... o texto passa a existir num processo global de comunicação e de interação. Identifica-se como um **ato** não apenas **locutório**, ou seja, produzido conforme as regras de um sistema gramatical, mas ainda como um **ato ilocutório**, isto é, orientado para influenciar o comportamento do receptor, e, finalmente, como **ato perlocutório**, responsável pelo efeito produzido no receptor ou alocutório.” (GUIMARÃES, 1992: 11)*

Todos estes elementos vão interferir na compreensão (leitura real) do texto e é necessário estarmos conscientes dos mesmos, para, numa expressão de COSTA VAL (1992: 1, eo): “vermos a linguagem em seu funcionamento discursivo, isto é: como efetivamente a usamos”, o que requer (prosegue a autora) “levar em conta outros fenômenos, além dos fonológicos, morfossintáticos e semânticos que se integram na constituição do código lingüístico”. A autora cita como exemplo justamente a interpretação de uma piada:

(101) __ *Patrão, o senhor me desculpe, mas meu salário está muito baixo.*
 __ *Pois não, está desculpado.*

Segundo COSTA VAL (1992: 1), a frase do patrão está gramaticalmente correta, mas parece inadequada ao leitor, porque ela desconhece a intenção comunicativa do empregado (reclamar contra o salário baixo), privilegiando um ato ilocutório de importância secundária (o pedido de desculpas). A autora destaca:

*“Reconhecer esses elementos como integrantes do processo de significação que se constitui na/pela atividade lingüística implica conceber a linguagem como forma de interação, cujo funcionamento prevê sua relação com as circunstâncias de enunciação. O código lingüístico __a estrutura fonológica, morfológica e sintática da língua (...)__ é uma das dimensões desse fenômeno. Além dessa **dimensão formal** (ou gramatical), é preciso considerar a **dimensão semântica** (a relação da língua com os sistemas de representação da realidade) e a **dimensão pragmática** (a relação da língua com seus usuários)”. (COSTA VAL, 1992: 3) (grifos nossos)*

Embora alguns autores, como MAINGUENEAU (1996a: 10), considerem que o ato perlocutório “escapa ao domínio da língua”, lembramos que o mesmo é básico para nossa pesquisa, porque “prova”, pela reação do riso, que houve a compreensão do humor pretendido pelo autor do texto.

Cabe ainda citar, como de grande importância, a nosso ver, para a geração de subentendidos, o chamado “ato de fala indireto” que, segundo KOCH : “...é aquele que é realizado através do recurso a formas típicas de outro tipo de ato. Nesse caso, é nosso conhecimento de mundo ou o traquejo social que vão nos permitir perceber a verdadeira força ilocucionária”. (KOCH, 1997: 22)

A autora cita, como exemplo o caso em que uma pessoa pergunta a outra se tem um cigarro, o que equivale a pedir que o interlocutor lhe dê um cigarro: a pergunta é o ato de fala aparente , mas o ato de fala real (indireto) é o pedido.

13.3. As máximas e as implicaturas conversacionais

1.3.3.1. As máximas conversacionais

Um outro elemento teórico a ser abordado são as “máximas conversacionais”⁴⁵, que integram o Princípio da Cooperação numa interação verbal.) Segundo GRICE (GRICE, 1982: 86), que as pesquisou,

“Nossos diálogos, normalmente, não consistem em uma sucessão de observações desconectadas, e não seria racional se assim fossem. Fundamentalmente, eles são, pelo menos até um certo ponto, esforços cooperativos, e cada participante reconhece neles, em alguma medida, um propósito comum ou um conjunto de propósitos, ou, no mínimo, uma direção mutuamente aceita. (...) A cada estágio da conversação, alguns movimentos são excluídos como inadequados.”

⁴⁵ As máximas foram pesquisadas pelo filósofo da linguagem H. P. GRICE (1967). *Logic and Conversation*. New York: Academic Press. As citações serão feitas pela edição brasileira.

O autor chega então a um princípio geral:

“Faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado. Pode-se denominar este princípio de PRINCÍPIO DE COOPERAÇÃO.”
(GRICE, 1982: 86).

De acordo com o enfoque maior ou menor a cada um dos elementos que caracterizam este princípio, o autor distinguiu quatro categorias, que muitos chamam de “máximas” e que esquematizamos a seguir.

1. Categoria da QUANTIDADE	1.1. Informação suficiente (não devem faltar dados). 1.2. Informação não-excessiva (não devem sobrar dados - se tal fato acontece, provoca a busca de implicaturas [ver adiante] para a razão daquele excesso, o que pode derivar em confusão e cair na questão da relevância. É uma máxima questionável). Metáfora com que o autor exemplifica a Máxima da Quantidade: “Se preciso de quatro parafusos para consertar um carro, não quero dois nem seis”.
2. Categoria da QUALIDADE	1.3. “Não diga o que você acredita ser falso.” 1.4. “Só diga aquilo para o qual você possa fornecer evidência adequada (o que é comprovável).” Sobre a afirmação: “Outras máximas operam somente supondo-se que esta máxima da Qualidade esteja sendo cumprida”, GRICE afirma que “isto pode ser verdade, mas ele a trata com o mesmo valor que as outras”. Metáfora com que o autor exemplifica a Máxima da Qualidade: “Se preciso de açúcar para um bolo, não espero que me dêem o sal”.
3. Categoria da RELAÇÃO	Única: “Seja relevante” (exige clareza e pertinência). (Indaga quais os focos de relevância; como os focos mudam, durante a conversação, etc.) Metáfora para a Máxima da Relação: “Se preciso mexer os ingredientes de um bolo, espero que me dêem uma colher e não um livro de receitas”.
4. Categoria de MODO (Seja claro → “como o que é dito deve ser dito”)	4.1. “Evite obscuridade de expressão.” 4.2 “Evite ambigüidades.” 4.3 “Seja breve (evite prolixidade desnecessária).” 4.4 “Seja ordenado.” Metáfora para a Máxima do Modo: “Quem ajuda a fazer algo, deve deixar claro como está ajudando e deve ser rápido”.

1.3.3.2. As implicaturas conversacionais

Gera-se uma implicatura conversacional, segundo GRICE (1982: 103),

“...quando surge o problema: como pode o fato de o locutor ter dito o que disse ser (um fato) conciliado com a suposição de que ele está observando o Princípio de Cooperação? Quando uma implicatura é gerada dessa forma, uma máxima está sendo utilizada”.

Segundo KOCH (1997: 28),

“Se as máximas entrarem em conflito, pode haver predominância de uma delas, isto é, uma máxima pode sobrepor-se a outra(s). Pode ocorrer, também, que o locutor infrinja intencionalmente uma das máximas, cabendo, então, ao interlocutor fazer um cálculo para descobrir o motivo da desobediência: tem-se, nesses casos, uma implicatura conversacional”.

Citamos o célebre exemplo de Grice, em que um professor, ao fornecer, para uma escola, informações sobre um aluno que se candidatava ao cargo de professor de Filosofia, deu a seguinte informação: “O conhecimento de Inglês do senhor X é excelente e ele tem participado regularmente de nossas aulas. Sem mais, etc.” (GRICE, 1982: 95). Aparentemente, foi infringida a Máxima da Quantidade, já que as informações parecem insuficientes. Como a pessoa que dá a informação está apta a fazê-lo, supõe-se que, se não diz mais, é porque o que há para ser dito desabona o candidato e, desde que o candidato é seu aluno, o informante considera tais informações provavelmente anti-éticas. Pela Máxima da Relação, o informante teria dito o que é pertinente, ou seja: ele disse uma verdade, mas a informação dada não parecia relevante. Chega-se, por meio de cálculo, à conclusão (implicatura) de que, não querendo desabonar o candidato, mas também não querendo mentir sobre qualidades que o mesmo não tinha, o professor deu, de forma implícita, a informação de que o candidato era fraco.

Assim, voltando a citar GRICE (1982: 103), conclui-se que: “Calcular uma implicatura conversacional é calcular **o que deve ser suposto**, a fim de preservar a suposição de que o princípio de Cooperação deve ser observado” (grifos nossos).

É evidente o quanto tais noções importam para nosso estudo, porque explicam várias situações de ambigüidades, de subentendidos ou até de pressupostos.

O desrespeito às regras conversacionais (implicaturas) são consideradas meios de se

atingir o humor, conforme vimos em TRAVAGLIA (1991, cf. Item 2.1.2.) e nos exemplos seguintes, tomados de ECO (1984), justamente para a criação do “cômico”. Assim, nos exemplos (99) e (100) tem-se a quebra da máxima da quantidade; em (101), a quebra da máxima da qualidade e em (102), a quebra da máxima da relação.

(102) “ __*Desculpe, sabe que horas são?*
 __*Sim.*”

(103) “*Acho o pensamento de Maritain inaceitável e irritante. Ainda bem que nunca li nenhum de seus livros!*” (“*A afirmação de um meu professor da universidade, personal communication, fevereiro de 1953*”, explica ECO, 1984).

(104) “ __*Sabe dirigir um barco a motor?*
 __*Pelas barbas de Maomé, ainda pergunta? Servi como militar em Cuneo!*”⁴⁶
 (Totó, apud ECO, 1984)

ECO (1984) não cita exemplo da quebra da máxima de modo, mas há muitos textos cômicos que são criados justamente a partir de laconismo excessivo, de excesso de prolixidade dos falantes ou de ambigüidade, como no exemplo seguinte, em que o verbo “cortar” tem duplo sentido:

(105) *Um português ao outro:*
 __*Diga-me cá, ô patrício, por que, a cada vez que vais fumaire, tu serras o cigarro a meio?*
 __*É que o doutoaire mandou-me cortaire o cigarro.*

1.3.4. “Uso” e “menção”

Na análise de algumas piadas, é imprescindível distinguir quando um determinado termo é simplesmente usado, ou quando vem em forma de conotação autonímica (conhecida por lingüistas e lógicos como “menção”). O “uso” consiste no emprego normal do termo, como parte do “fio do discurso” (com função sintática específica, sem maiores destaques); enquanto que, na “conotação autonímica”, o termo, além de fazer parte normal do discurso, é apresentado de forma metalingüística. Segundo AUTHIER-REVUZ (1982), “o fragmento

⁴⁶ Cuneo: Cidade da Itália continental onde, obviamente, não há condições de dirigir nenhum tipo de barco. (ECO, N. do T.)

mencionado é, ao mesmo tempo um fragmento do qual se faz uso”; “o fragmento designado como um *outro* é integrado à cadeia discursiva sem ruptura sintática”. O elemento mencionado é inscrito na continuidade sintática do discurso ao mesmo tempo que remete a um exterior, como no emprego do termo “pedra” nas frases seguintes:

(106) *José atirou uma pedra.*

(107) **Pedra** é um substantivo comum.

No exemplo (106), temos apenas o “uso” do termo, o qual participa do “fio” do discurso, enquanto no exemplo (107) o termo foi **mencionado**, pelo emprego em negrito (poderia ser também pelo recurso a aspas ou outro) e, ao mesmo tempo, fez parte da estrutura sintática da frase (é o sujeito da oração). Este duplo emprego (mencionado e usado na cadeia discursiva normal) é a menção, ou “conotação autonímica”.

Considerando ainda que muitas piadas são construídas com base na ironia e, relacionando a mesma à questão da menção, cumpre citar o artigo de SPERBER e WILSON (1978), no qual os autores afirmam que

“...devemos conceber que todas as ironias são interpretadas como menções que têm um caráter de eco: eco mais ou menos distante, de pensamentos ou de intenções, reais ou imaginários, atribuídos ou não a indivíduos definidos” (1986, apud JARDON, 1988: 88-91).⁴⁷

⁴⁷ “On peut concevoir que toutes les ironies sont interprétées comme des mentions ayant un caractère d’écho: écho plus ou moins lointain, de pensées ou de propôs, réels ou imaginaires, attribué ou non à des individus définis.”(SPERBER, Dan e WILSON, Deirdre, 1978, in “Les ironies comme mentions”, Poétique, n° 36, Seuil, 1978: 399-412, in JARDON, 1986: 88-91, apud JARDON, 1988).

2) CORPUS E METODOLOGIA

O corpus deste trabalho consta de piadas tanto em forma de diálogo quanto de piadas do tipo “one-liner”⁴⁸, (estas em várias formas: conselhos, máximas, definições, reestruturações de provérbios, etc.), que foram colhidas na Internet ou coletadas em revistas de piadas e são, basicamente, as tradicionais piadas de bêbado, de português, de político, de infidelidade, do tipo “non-sense”, etc.

Fizemos inicialmente uma seleção de cinquenta e sete piadas, e a justificativa para a escolha de tal número deve-se ao fato de nos basearmos na lista de “scripts e mecanismos criadores de humor”, de TRAVAGLIA (1991) para “o que provoca o riso” e termos, etnã, selecionado três ou quatro exemplos para cada script e para cada mecanismo criador do riso. São em número de cinco os scripts levantados pelo autor: da estupidez, da esperteza, do absurdo, do ridículo e da avareza e atingem um total de treze os mecanismos criadores de humor: da cumplicidade, da ironia, da mistura de lugares sociais, da ambigüidade, da contradição, da sugestão, da quebra de tópico, da ironia, do jogo de palavras, do exagero, do desrespeito a regras conversacionais, das observações metalingüísticas e da violação de normas sociais. Na lista proposta por TRAVAGLIA (1991), são também citados os mecanismos: “do estereótipo” (que acreditamos vir, de certa forma, subdivido nos scripts propostos) e o “mecanismo do quebra-línguas”, que só é previsto para textos orais, razão pela qual fomos obrigados a eliminá-lo, considerando o fato de nosso corpus restringir-se apenas a textos na modalidade escrita. Em contrapartida, fomos obrigados a acrescentar dois novos mecanismos à lista já proposta pelo autor, chegando, assim, a um total de quinze mecanismos. Justificamos as duas sugestões propostas por nós no fato de haver piadas que não conseguimos situar exatamente nos treze primeiros mecanismos.

A partir destes novos totais: cinco scripts e quinze mecanismos, procurando atribuir uma média de duas a três piadas para cada classificação (com exceção do mecanismo do exagero, para o qual, no nível lingüístico, encontramos apenas um exemplo), chegamos aos 57 textos iniciais do corpus. Consultamos uma média aproximada de 3880 piadas (1590 em

⁴⁸ Não encontramos a definição de piadas “one-liners”, mas, pelos exemplos analisados por estudiosos do humor, deduzimos que se trata de “piadas de uma linha” que podemos, de forma mais completa, considerar “piadas de uma só fala”, visto que uma fala (conselho, máxima, definição, etc.), às vezes ocupa até mais de duas linhas.

forma de diálogos e aproximadamente 2290 “one-liners”). As piadas passaram por uma seleção prévia de nossa parte, porque procuramos textos que parecessem ilustrar melhor cada script ou cada mecanismo criador de humor. A seleção de textos não se limitou a três para cada recurso, porque houve textos cuja análise não nos parecia, em princípio, muito evidente na demonstração de determinado mecanismo e foi para estes casos que se tornou necessária a escolha de mais uma piada para análise.

Desde que o uso de determinados scripts não dispensa o uso dos mecanismos criadores de humor (havendo mesmo determinados scripts que se ligam estreitamente a determinados mecanismos), nas piadas que ilustravam os scripts, descrevemos, além dos scripts, os mecanismos destes textos; nas piadas referentes aos mecanismos, descrevemos apenas os elementos que os caracterizavam.

Descrevemos, numa abordagem inicial do texto de cada piada visto como um todo, os elementos que (à primeira vista) caracterizavam cada um dos três níveis de compreensão: explícito, implícito e metaplícito.

Ao numerar os textos, um mesmo período recebeu uma segmentação por vezes maior que seu número de orações. Assim, houve períodos que tiveram numeradas algumas orações, ao lado de sintagmas que não se constituíam em orações, e ao lado de frases apenas exclamativas (por exemplo). Tal procedimento deveu-se ao fato de prevermos que haveria sugestões de modificações em apenas algum sintagma, o que fez parecer mais prática essa numeração, pois nos garantiu uma maior praticidade tanto no momento de o informante dar sua resposta, quanto no momento da análise que faríamos posteriormente. A numeração descrita pode ser verificada no capítulo 3, onde estão as piadas com as respectivas análises (excetuando-se parte das análises que nos pareceu repetitiva e que, por esta razão, apresentamos apenas no Anexo).

Entrevistamos um grupo de trinta pessoas, alunos, sendo vinte e quatro mulheres e seis homens, do primeiro ano de Letras, numa faixa etária que oscilava entre 19 e 40 anos. Pedimos que, individualmente, fizessem uma leitura silenciosa das 57 piadas selecionadas e tentassem fazer modificações em cada uma, de maneira que eliminassem o humor das piadas, mas que ainda preservassem a coerência dos textos. Para resguardar ao máximo os textos originais, foi recomendado, em relação às modificações a serem feitas, que as mesmas se restringissem a um mínimo possível de eliminações ou a um mínimo possível de trocas. Foram entregues aos entrevistados as folhas com as piadas numeradas (uma cópia para cada um, desde que se pediu uma leitura individual) e uma folha que repetia apenas o número geral de cada piada e reservava, à frente, um espaço em branco para o entrevistado repetir o número

da frase a ser eliminada ou substituída e a modificação que ele propunha para aquele ponto. A este procedimento, que, ao neutralizar a graça do texto, tinha por objetivo detectar o disjuntor de cada piada, demos o nome de “cancelamento do humor”.

Fizemos separadamente nossa própria análise: buscamos, nos primeiros frames detectados (dois, às vezes três) em cada piada, e que denominamos “frames de origem”, os elementos que faziam a interseção entre estes frames de origem e, se houve necessidade de fazer referência a tais itens, foram descritos como “elementos comuns aos frames de origem”. Quando houve necessidade, citamos ainda as “previsões” para cada frame de origem, as quais nos apontaram a seqüência congruente (em termos do “determinismo”, cf. FOURASTIÉ, 1983).

Aos resultados coletados entre os informantes, acrescentamos os de nossa própria análise e, para cada texto, descrevemos os testes feitos de “cancelamento (ou ‘anulação’) do humor”, cujas modificações atingiam diretamente o disjuntor ou outros pontos que, fora do disjuntor, estavam semanticamente ligados a ele. Incluímos em nossa descrição também outros detalhes constatados pela análise, sobretudo quando surgiam efeitos inesperados, provocados pelas substituições (ou eliminações) sugeridas no teste do cancelamento pelos informantes. Com esse levantamento (das sugestões de transformação que foram mais convincentes quanto ao objetivo proposto, ou seja: tirar o humor do texto, conservando-o coerente), verificamos a pertinência dos resultados apresentados, os quais nos ajudaram a localizar o disjuntor de cada piada. A partir das previsões feitas, observando dados que se “chocavam” e completando o disjuntor com esses dados, foi-nos possível descrever o frame da incongruência que havia no texto, ou seja: o frame da bissociação. Resumimos essa incongruência em um período formalmente coerente, por nós denominado: “frase-síntese da idéia incongruente”.

Após as entrevistas, vimos a necessidade de eliminar algumas piadas, porque os textos das mesmas se revelaram improdutivos em relação aos nossos objetivos, ou seja: a maioria dos entrevistados não encontrou uma forma de fazer as substituições ou eliminações requeridas para neutralizar o humor das piadas, ou, em sua tentativa, tornou o texto incoerente. Substituímos os textos eliminados por outros e, nos casos em que as análises ainda pareciam exigir uma maior precisão, acrescentamos novos textos, de forma que o corpus atingiu um número de sessenta piadas.

A análise de piadas para os cinco scripts e para os quinze mecanismos conhecidos e pertinentes para as piadas foi uma forma de garantir a verificação do objeto de nosso estudo (em que nível acontece o humor: implícito, explícito e metaplícito), num leque o mais

abrangente possível de formas de humor, que ocorrem nas piadas, o que, a nosso ver, dá mais sustentação às conclusões de nosso estudo.

Determinada a bissociação, estudamos, em relação aos critérios de criação do pressuposto, o ponto em que esta bissociação se manifestava. Quando os pressupostos surgiam, destacávamos a causa da formação dos mesmos, observando mais especificamente os mecanismos que influíam na “frase-síntese da idéia incongruente”. Lembramos a postura que adotamos em relação ao nível metaplícito: a de que ele está na base, tanto do explícito quanto do implícito, e que o texto se constitui, assim, num recorte do universo metaplícito. Por esta razão, este nível não foi apontado, na conclusão, como elemento específico no processamento do humor da piada. Entretanto, ao fazer a descrição dos elementos metaplícitos, destacamos a “regra de convívio social” violada pela piada, informação que consideramos fundamental no momento da conclusão, quando analisamos a forma como se processava o humor. Nesta conclusão, procuramos então verificar quais os dados que apontavam para as regras de convívio social violadas na piada e se, no processamento do humor, estes dados recorriam ao implícito ou ao choque de implícito com explícito.

Em seguida, procuramos comparar os resultados entre si e verificar os fatos que se apresentaram como constantes, indicando algum fato lingüístico relacionado aos objetivos a que nos propusemos, ou seja, a verificação do ponto em que se situa o humor das piadas: se no explícito, no implícito (pressuposto ou subentendido), se na passagem de um para o outro, ou se no choque entre eles.

3) **ANÁLISES DE SCRIPTS E MECANISMOS CRIADORES DE HUMOR, NOS NÍVEIS: EXPLÍCITO, IMPLÍCITO E METAPLÍCITO**

Reservamos para este capítulo os aspectos mais conclusivos das análises das piadas. Para maior praticidade de verificação, optamos por apresentar aqui os textos analisados, excetuando-se apenas aqueles cuja análise foi apresentada no referencial teórico. Por esta razão, as primeiras análises deste capítulo apresentarão todas as abordagens feitas e, à medida que os resultados correrem o risco de ficar repetitivos, só será apresentado o comentário e a conclusão sobre cada uma.

Também visando à organização do estudo a ser apresentado, as análises feitas neste capítulo seguem a ordem em que são dispostos os scripts ou mecanismos criadores de humor no artigo de TRAVAGLIA (1991), conforme exposto no referencial teórico, constituindo-se, cada recurso criador de humor, num sub-título desta parte. Indicamos, em cada sub-título, os números das piadas que “ilustram” aquele recurso, mas não apresentamos integralmente as análises feitas, limitando-nos aos fatos mais pertinentes que surgiram no estudo de cada texto e incluindo, no Anexo 1, para eventuais consultas, a parte das análises que não foi citada neste capítulo.

Apesar da extensão da exposição, achamos pertinente apresentar a análise de cada texto (piada) do corpus, por não vermos outra forma de evidenciar a validade de nossas conclusões sobre o nível (explícito, implícito, metaplícito) em que ocorre a compreensão do texto humorístico. Como parte dessa decisão, resolvemos também exemplificar com as piadas 1 e 2 (primeiras das selecionadas para o estudo dos scripts) e a piada 15 (primeira selecionada para o estudo dos mecanismos) todo o processo da análise. Para as demais piadas, deixamos um anexo com os elementos da análise que não precisavam ser postos no corpo do texto para fundamentarem as conclusões, mas que o leitor deste trabalho pudesse desejar conhecer/conferir.

3.1. Análise de piadas com scripts criadores de humor

Além dos dois frames iniciais (scripts ou frames “de origem”), básicos para o estabelecimento da oposição, temos, no caso específico de “scripts”, enquanto recursos criadores de humor, a presença de um script extra (um terceiro, mas ainda situado entre os scripts de origem), que serve para confirmar um traço característico do personagem, característica que é explorada pelo autor como pista (a reiteração atuando como elemento de coerência) e que facilita a descoberta do recurso *script específico* usado para criar o humor. Assim, o script da estupidez se constitui num frame à parte, podendo ser representado pela figura do português, da loura burra, do surfista ou de pessoas idosas. O script da esperteza terá um frame extra com um dos personagens seguintes: judeus, turcos, crianças espertas, políticos, matutos aparentemente tolos mas velhacos, etc. O script do absurdo terá também elementos extras que o caracterizem e será representado por uma das figuras a seguir: o louco, a “bicha louca”, a loura, pessoas idosas ou crianças. O script do ridículo não é representado por estereótipos como os dos scripts acima, mas parece haver um traço que caracteriza o personagem que aceita o ridículo: tem uma postura irônica e usa esta ironia no que ela tem de mais característico: reverter a situação, ou seja: ao apontar as próprias falhas, mostra que está consciente delas (comentário que, para ser confirmado, requer naturalmente maiores pesquisas). O script da avareza engloba turcos e judeus (que também aparecem no script da esperteza) e acrescenta a figura do rico.

3.1.1. Script da estupidez

Para demonstrar o script da estupidez, foram analisadas as piadas de 1 a 4 do corpus.

Análise da piada 1 do corpus

- 1__ *O que tem escrito na sola do sapato do português?*
- 2__ *Este lado para baixo.*

O script da estupidez nesta piada é representado pelo português. Os mecanismos criadores de humor utilizados por este script foram, no exemplo: o “mecanismo do uso do estereótipo” da estupidez e o “mecanismo do absurdo”, este, em relação ao conhecimento metaplícito do hábito de não se indicar o lado de manuseio de objetos que, por motivos óbvios, dispensam tal indicação.

Em relação aos **níveis de compreensão**, o texto apresenta os seguintes dados:

__ No **nível de compreensão explícito**: há o posto sobre algo que está escrito na sola do sapato do português e há a informação de que é aquele o lado de uso da mesma.

__ No **nível de compreensão implícito**, na primeira fala, há, na palavra “sola”, um pressuposto do tipo 1.2.4.13. (relação de restrição seletiva), em que o próprio nome já indica que é a parte do sapato que fica voltada para o solo durante o uso do sapato; há o pressuposto de que há algo escrito na sola do sapato do português, o que remete *dentro do previsível* a subentendidos, tais como as sugestões de substituição apresentadas pelos informantes para o “cancelamento do humor”: “o número e a marca de seu sapato”; “a marca do sapato”; “o nome do lugar onde foi fabricado”; “Feito em Portugal”.

Deparamo-nos aqui com um tipo de implícito que parece ter por base as “regras de convívio social”, no que diz respeito à “coerência” do comportamento do grupo, em relação a essas mesmas regras. Trata-se de dados lingüísticos cujo contexto é exofórico (extrapolam o co-texto). Por manterem com os dados situacionais uma relação que nos parece ser de contraste, acreditamos que criam pressupostos também a partir do mecanismo 1.2.4.14. das relações de contraste. Caberia um estudo mais abrangente deste tipo de pressuposto, mas, para utilizarmos em nosso trabalho esta noção, citamos apenas alguns exemplos que nos ocorrem: __ (a) avisos que aparecem em determinado tipo de objeto, entre os quais os de: frágil”, “este lado para baixo”, “tóxico”, etc., levando a pressupor que, na ausência de tais avisos, deve-se considerar que o objeto encontra-se na característica oposta equivalente, ou que há a possibilidade de a situação ser (enquanto oposta) considerada admissível. Assim, sobre um embrulho sem qualquer destes avisos, pode-se pressupor que: não é frágil, não tem um “lado específico para manuseio”, não é tóxico; __ (b) avisos expostos em lugares específicos, tais

como: “Entrada proibida”, “Só para funcionários”, etc., que levam ao pressuposto de que, sem tais avisos, o oposto é permitido; __ (c) ordens (ou avisos) públicos: “Não pisar na grama”, “Respeite a fila”, “Silêncio: hospital”, “Devagar: escola”, em que fica o pressuposto (cultural) de que, sem o aviso, as pessoas não têm informação (educação?) suficiente para saber a forma adequada de portar-se.

__ No **nível de compreensão metaplícito**, há, nesta piada, o conhecimento sobre dados que vêm escritos no solado dos sapatos (normalmente o número e, às vezes, o nome da fábrica); há o conhecimento do hábito de se colocar, em pacotes frágeis, a observação quanto ao lado mais adequado para se carregar e, finalmente, o conhecimento de que o português costuma aparecer em piadas como estereótipo de estupidez. A figura do português, como foi dito acima, apenas *confirma o “script” da estupidez*, porque, no caso de substituir “o português”, por exemplo, por um nome de pessoa, como “José”, ainda ficaria o humor causado pela “estupidez do José” e é, conseqüentemente, o conhecimento de mundo que leva o falante a reconhecer a dispensabilidade de informações óbvias.

Regra de convívio social violada: É no último item citado que se revela a regra de convívio social violada: “ninguém costuma afirmar o óbvio”. De acordo com certas regras de etiqueta, que também parecem fazer parte das regras de convívio social, não se usa afirmar claramente que uma pessoa é “estúpida”, a menos que se queira correr o risco de assumir as conseqüências da ofensa feita. Mas, chega-se a este resultado, e de forma bem mais convincente, revelando-se uma coisa estúpida que a pessoa fez. Dessa maneira, o locutor preserva sua face (“educada”), deixando ao interlocutor a responsabilidade da conclusão.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “Este lado para baixo”.
Termo (ou idéia) comum aos dois frames de origem: “lados de manuseio de objetos”

Frames de origem (ou frames dos elementos indicados inicialmente no texto) e as previsões que oferecem habitualmente			FRAME da BISSOCIAÇÃO
1º FRAME Indicação dos lados de manuseio de objetos em geral	2º FRAME Frame de sapato (uso, formato, finalidades)	3º FRAME (de origem) Script (ou frame) 3: Frame do personagem do português (não um português real, mas o estereótipo, tal qual aparece em piadas brasileiras)	(→ ruptura do determinismo → o imprevisível) Acontece a bissociação quando o traço (b) do frame 1 é aplicado ao frame 2, ignorando-se, conseqüentemente, o traço (b) deste último.
Os lados: “de baixo” ou “de cima”, em qualquer embrulho; (b) A indicação do lado correto de manuseio a ser considerado em embrulhos frágeis.	Os lados: “de baixo” (solado) ou “de cima”, em (cabedal) em sapatos. A não-indicação dos lados de uso do sapato, devido à evidência de tais usos, apresentada pelo próprio formato do sapato.	Este frame parece-nos dispensável, na medida em que ele tem apenas a função de “acentuar” a característica do personagem que cria condições para o humor: no caso, a estupidez. Sem ele, entretanto, acreditamos que a estupidez também seria detectada (pelas outras circunstâncias).	Frase síntese da idéia incongruente: “A sola do sapato do português precisa da indicação do lado de uso, porque ele desconhece o óbvio”.
(a) Implícito (b) Implícito	(a) Explícito (b) Implícito	Nível implícito	EXPLÍCITO e IMPLÍCITO

O teste do “cancelamento do humor” apontou, como disjuntor, a frase: “Este lado para baixo” (“este lado”: “este lado da sola do sapato” __ expressão recuperável, de acordo com a coerência). Houve sugestões de troca também da expressão “sola do sapato” pela palavra “cinto”, troca esta que também se refletia na frase disjuntora, mas, se houver a primeira troca, ela precisa ser acompanhada de alterações na frase 2, ou o texto fica incoerente.

Parece típico de qualquer disjuntor ser colocado mais para o final da piada, desde que, após seu aparecimento (que leva à bissociação e à conseqüente “deflagração do humor”), não se justifica a continuação da narrativa (cf. MORIN, 1971, que observa: “a anomalia disjuntora impõe um fim de narrativa que é o fim de tudo”).

Associando o disjuntor a dados apresentados antes (nos frames de origem), e que são aqui “recuperados” com o intuito de formar um todo congruente estruturado coerentemente, chegamos à idéia incongruente, que resume a “bissociação”: “a sola do sapato do português precisa da indicação do lado de uso, porque ele desconhece o óbvio”.

Conclusão: A bissociação serve-se do mecanismo da estupidez, para mostrar a falta de raciocínio de pessoas que utilizam *o óbvio* na comunicação. Há a explicitação de um traço que, pertencendo ao metaplícito, está consensualmente implícito (a indicação do lado de uso do sapato), mas esta explicitação é que conduz a novo implícito, em forma de conclusão: o óbvio não precisa ser explicitado. O humor do texto acontece, pois, quando os explícitos: a palavra “sola” (cf. mecanismo 1.2.4.13. de restrições seletivas, para a os traços selecionados por este primeiro pressuposto); em seguida, pelo mecanismo criador de pressuposição 1.2.4.14., das relações de contraste, chocam-se os traços citados com o implícito gerado pelo aviso sobre o lado de manuseio ao qual os mesmos remetem, porque fica pressuposta uma inadequação (esta, em relação a outros objetos em que tal aviso seria adequado).

Destacamos hipótese nossa, quanto ao fato de algumas anáforas implícitas poderem ser consideradas mais óbvias que outras.

Análise da piada 2 do corpus

1. *O português, caminhando pela rua, vê uma casca de banana e exclama:*
- ___ 2. *Ai, Jesus, outro tombo!*

O script da estupidez também nesta e nas piadas 3 e 4 é representado pelo português. Os mecanismos criadores de humor utilizados por este script foram, neste exemplo: o “mecanismo da inversão”, este, como consequência do uso do “mecanismo do uso do estereótipo” do português estúpido e do “mecanismo do absurdo”, que levaram o português a considerar a causa indissociável da consequência.

Em relação aos **níveis de compreensão**, o texto apresenta os seguintes dados:

__ No **nível de compreensão explícito**: há um português que caminha pela rua; há uma casca de banana que ele vê; há a exclamação do português sobre um tombo provável.

__ No **nível de compreensão implícito**, há, na oração adjetiva usada pelo narrador, o pressuposto de que o português tem o hábito de caminhar pela rua; na “apresentação” da casca de banana como “uma”, pressupõe-se (cf. 1.2.4.10. mecanismo das descrições indefinidas) que haja outras “cascas de banana”, o que é reafirmado pelo português, quando ele diz: “outro tombo”, afirmação que leva a outro pressuposto: a “casca de banana” levou-o a uma analogia com “tombo”, por causa de “outro tombo”, ou seja, uma experiência já vivida (cf. 1.2.4.18. mecanismo que cria o pressuposto de algum dado numérico). A exclamação “*Ai, Jesus!*” deixa o pressuposto (cf. 1.2.4.17. mecanismo relativo às interjeições) de que ele se encontra numa situação de aflição e os elementos que faltam para ligar a exclamação “*Ai, Jesus*” com “outro tombo”, o leitor os completa, buscando no imprevisível um elemento que faça rir. Como o imprevisível é a estupidez de não se reaplicar uma experiência anterior (cf. mecanismo 1.2.3.14., das relações de contraste), no lugar da elipse haveria termos que atestassem esta estupidez. A elipse pode então ser substituída por: “*Ai, Jesus, vou levar outro tombo!*”. Este fato foi constatado, quando um dos informantes sugeriu o cancelamento do humor, preenchendo o ponto da elipse (na frase 2) com a expressão “que perigo!”. Dessa forma, além de anular o humor da piada, daria um crédito extra ao sentido de previsão (inteligência, cálculo) do português: “*2. Ai, Jesus, que perigo de outro tombo!*”.

Acreditamos, pois, que haja aqui dois tipos de implícitos: primeiro, a interjeição gera, como pressuposto, a existência de uma situação de aflição, mas a forma como depois o leitor “justifica” este sentimento abre-se num leque de possibilidades (subentendidos).

__ No **nível de compreensão metaplícito**, há, nesta piada, o conhecimento de que o português costuma aparecer em piadas como estereótipo de estupidez, embora, conforme afirmamos acima, se se substituísse “o português”, por exemplo, pelo nome “José”, ainda ficaria o humor. Houve, entretanto, a sugestão de que, substituindo o português por “mãe”, o quadro também se modificaria, porque não é mais a experiência pessoal que serve de prevenção em acidentes para a própria pessoa; no caso, a experiência pessoal vem em benefício de outro (um filho, pressuposto no termo “mãe”): neste caso, também acabaria o humor. A figura do português serve para deixar claro que se quer demonstrar alguma estupidez. Há ainda o conhecimento metaplícito de que pisar em cascas de banana pode levar a escorregar/cair; e ainda o conhecimento lingüístico sobre termos que levam a pressupostos, como é o caso de “outro”, que supõe a repetição de uma situação anterior: a de pisar em uma casca de banana e, conseqüentemente, levar um tombo (situação anterior que não ensinou nada ao português),

bem como o conhecimento de que certas interjeições revelam a visão que o falante tem da situação.

Regra de convívio social violada: Quando é possível prever um acidente, o comportamento “dentro da regra” é evitar a repetição deste acidente, ou seja: usar a experiência como forma de prevenção. Quando o erro se repete, o ser humano “desculpa-se” atrás de “distração”, ou afirma não ter encontrado as pistas que indicavam o desastre iminente. A quebra das regras está no fato de revelar a previsão do fato “evitável” e, ao mesmo tempo, aceitar a inevitabilidade do mesmo.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “Ai, Jesus, outro tombo!”			
Termo (ou idéia) comum aos dois frames de origem do texto: “tombos”.			
Frames de origem (ou frames dos elementos indicados inicialmente no texto) e as previsões que oferecem habitualmente			FRAME da BISSOCIAÇÃO (→ ruptura do determinismo → o imprevisível)
1º FRAME Frame de tombos	2º FRAME Frame de experiências vividas	3º FRAME representado pelo português	O frame 1 parece ser um dos casos do frame 2, que é mais geral. Se o frame 1 está completo, o que impede que aconteça também o frame 2 é o fato de o português ignorar o item (b) do frame 2. A bissociação acontece quando a associação (casca de banana → tombo) “aprendida” com a experiência não é aplicada numa situação idêntica e é a falta de justificativa para tal procedimento que torna a situação risível.
O primeiro tombo (sofrido) → por pisar em um casca de banana; (b) O segundo tombo possível → a mesma causa constatada na casca de banana vista.	Experiência reaplicada → prevenção contra novos acidentes; (b) Experiência não reaplicada → prevenção impossível contra novos acidentes (dentro do previsível, se a justificativa for lógica).	Frame dispensável a nosso ver.	
(a) Implícito (b) Explícito	(a) Nível implícito (b) Nível implícito	Nível implícito	Frase síntese da idéia incongruente: “(Pré)Ver o tombo e considerar impossível evitá-lo.”
			EXPLÍCITO e IMPLÍCITO

O teste do “cancelamento do humor” apontou, como disjuntor, conforme está relacionado no esquema acima, a frase: “Ai, Jesus, outro tombo!”. Para neutralizar o humor, houve sugestões de modificar um dos três segmentos da expressão, por meio das formas seguintes:

_ eliminando a locução interjetiva “Ai, Jesus!” substituída por: “Que perigo de outro tombo!”;

_ eliminando o termo “outro”, que indica a repetição de uma experiência: “Ai, Jesus, que perigo de tombo!”, “Ai, Jesus! vou desviar, para não cair!”, “Que perigo de tombo!”;

_ eliminando o termo “tombo”: “Ai, Jesus! Outra casca de banana!”;

_ eliminando os dois termos “outro tombo”: “Ai, Jesus! Que sujeira!”, “Ai, vou desviar, para não cair”;

_ substituindo toda a frase 2: “Alguém vai cair com esta casca de banana!” ou “Ontem eu escorreguei numa casca de banana e caí. Hoje eu vou desviar e não cairei”, esta última substituição, de tão analítica, mais nos parece a “dissecação” de um processo mental. Esta forma de substituição, em que o português toma consciência da casca de banana e de um tombo eventual e, em conseqüência, desvia-se racionalmente do perigo tira o humor, conforme constatação nossa, da seguinte forma: a consciência do problema elimina o fator surpresa, o que também acontece, como veremos abaixo, com o desconhecimento total da situação de perigo.

As formas sugeridas para neutralizar o humor mostram que o disjuntor não é apenas um dos três elementos acima citados, mas a conjunção deles.

Entretanto, uma mudança sugerida em outro ponto também eliminou o humor, porque anula indiretamente o efeito do disjuntor: é o verbo “vê”, que traz a modificação do traço da circunstância do segundo tombo, em oposição (possível) ao tombo anterior”. Foram então sugeridas as seguintes modificações para a frase 1: “O português, caminhando pela rua, pisa numa casca de banana e exclama: __ “Ai, Jesus, outro tombo!”. Observe-se que, empregando-se, no lugar de “ver”, o verbo “pisar”, desaparece a constatação de um fato que está por acontecer e que pode ser evitado (como seria o caso de se “ver” e “prever-se” o tombo, caso este que torna fatalista a aceitação desse fato, pelo português, estereótipo de “burrice”, o qual, sabendo que a casca de banana vai provocar um novo tombo, não reage, não pode evitar o que o destino lhe reserva). Modificando o mesmo ponto, houve quem sugerisse o português “não ver a casca” e cair, o que, além de anular o humor, indica que a aflição pela iminência de outro tombo só é incoerente diante da “previsão” deste segundo tombo. É por esta razão que a frase-síntese da incongruência (bissociação) precisa “recuperar” a circunstância do “ver” e o pressuposto a que este verbo, junto com o termo “outro” leva: a experiência possibilita a

previsão.

Conclusão: Faz parte do conhecimento metaplícito (enquanto expectativa de comportamento mais coerente) o fato de que as pessoas costumam usar a experiência adquirida em situações desastrosas passadas, para evitar novos desastres. É a estupidez do personagem que leva à constatação do inevitável (e a nenhuma reação), ou a uma conclusão contraditória: um fatalismo diante do “evitável”, implícito na sua reação (ou “não-reação”). A expressão “outro tombo” sozinha não leva ao humor, como também não o faz, sozinho, o “ver a casca de banana”. O que leva a “aproximar” estes dois explícitos, cf. mecanismos: 1.2.4.17., é a interjeição, que pressupõe algo que aflige. A partir desta “pista”, o termo “outro”, cf. mecanismo 1.2.4.19., ligado a noções numéricas, conduz ao pressuposto de “um primeiro tombo” e, num processo que liga elementos a esse primeiro contexto da experiência vivenciada, surgem novos implícitos: outra casca de banana, outra vez a visão de uma casca _ A interpretação do “ver” como “re-ver” a casca de banana leva, pelo mecanismo 1.2.4.13, das anáforas implícitas, leva ao traço associado a este verbo: o de aplicar a habilidade adquirida com a primeira experiência, a de “pré-ver” o tombo. Assim, o verbo “prever” não vem explícito no texto, ele resulta da “conjugação” das informações analisadas acima, mas o seu reconhecimento, a partir destas informações implícitas é essencial para o humor do texto.

É, pois, a fusão dos dois explícitos iniciais que leva ao choque da constatação do verbo “prever” implícito, o que conduz a um terceiro dado implícito: o português aceita a fatalidade, num problema tão fácil de ser evitado (aceitação que se explica na estupidez do personagem).

Essa soma das informações, por sua vez, conduz ao implícito mais geral da intenção do autor: mostrar que a experiência deve ser um dado que se acrescenta à capacidade de “previsão” e, **na crítica (implícita) à situação contrária, é que se processa o humor do texto.**

Análise da piada 3 do corpus

1.O português estava próximo a um poste, “de quatro”. 2.Passou um amigo brasileiro e perguntou:

3_ Manoel, o que é que você está fazendo aí? 4. Que é que você está procurando?

5_ Perdi minha aliança.

6_ Não diga! Pois vou ajudá-lo a procurar.

7. Ficaram os dois longo tempo vasculhando o local, até que o amigo, já cansado, perguntou:

8_ Manuel, você tem certeza de que perdeu sua aliança foi aqui mesmo?

9_ Não foi bem aqui: foi ali mais na frente, só que lá está escuro...

Os mecanismos criadores de humor utilizados por este script foram, neste exemplo: o “mecanismo da contradição”, quando o português procura no “aqui” o que perdeu no “lá”, este mecanismo unido ao “mecanismo do estereótipo” da estupidez.

Na seqüência da análise desta piada, apresentaremos apenas as regras do convívio social, o esquema, os comentários e a conclusão.

Regra de convívio social violada: Pela regras de convívio social (ou, poderíamos dizer “regras de coerência social”?) o falante precisa dominar aspectos semânticos que, se não compartilhados, podem levar a problemas ou constrangimentos. Só se procura algo no local diferente do da perda, quando há circunstâncias que justifiquem essa alteração. A violação da regra está na falta de consistência para justificar a procura no local diferente do da perda e essa incoerência que “ameaça” a estabilidade que o mantém coeso é que o grupo social não admite.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “lá está escuro”.			
Termo (ou idéia) comum aos dois frames de origem do texto: “o português, a aliança perdida e o local da perda igual ao da procura”.			
Frames de origem (ou frames dos elementos indicados inicialmente no texto) e as previsões que oferecem habitualmente			FRAME da BISSOCIAÇÃO Apenas separar o elemento (a) do elemento (b) no segundo frame não causa a bissociação; também a opção pela variante Y2, por si só, não é incongruente. O incongruente é a justificativa apresentada para a escolha de Y2, ao invés de Y1: o fato de “lá” (local da perda) estar escuro não justifica a busca num local diferente do da perda.
1º FRAME Frame da perda de objetos	2º FRAME Frame da busca de objetos	3º FRAME Script da estupidez	
(a) Objeto perdido → X; (b) Local da perda: Y1. (circunstância relevante, dentro do previsível)	(a) Objeto procurado → X; (b) Local da perda Y1: local da procura → Y1 (circunstância dentro do previsível); mas Y2: sujeita a imprevistos.	Representado pelo português, estereótipo de burrice.	Frase síntese da idéia incongruente: “Justificar que o local da busca de um objeto perdido seja diferente do local da perda, apenas pelo fato de o local da perda estar escuro.”
(a) Explícito (b) Implícito	(a) Explícito (b) Implícito	Implícito	EXPLÍCITO e IMPLÍCITO

Há uma dupla de termos antônimos, nesta piada, os verbos “perder/procurar” que se encontram semanticamente ligados por dois fatores coincidentes (presentes implicitamente nestes verbos, cf. 1.2.4.13, mecanismo das anáforas implícitas): o objeto perdido/procurado e a circunstância de lugar. Assim, os verbos, além de se referirem a um mesmo objeto, pressupõem o “procurar” no mesmo local da “perda”. Quando a procura (frame 2) tem sucesso, o frame 2 neutraliza o frame 1. O único item que diferencia o frame 1 (perda) do frame 2 (procura) é, pois, a variante Y2, para o local da procura. Se, no primeiro frame, houve um afastamento do sujeito em relação ao objeto perdido; e, no segundo, há a tentativa de aproximação do sujeito e do objeto procurado, o que vai possibilitar a “neutralização” deste afastamento no frame da procura é o fato de o local da perda e da procura ser, dentro do previsível, o mesmo local. Quando há um imprevisto que torna o local da procura diferente do da perda, essa nova circunstância deve ser avaliada dentro de novas “previsões”. Embora surja o imprevisto desta nova circunstância (o local diferente), a bissociação acontece, porque esta nova circunstância não pode ser considerada dentro do previsível: ela é um contra-senso. Esta constatação aponta, então, como base da bissociação, a “justificativa”, que não se sustenta, para o fato de a procura ser em local diferente do da perda: “lá está escuro”.

O teste de cancelamento do humor confirma o disjuntor acima, considerando que o procedimento para eliminar o humor também elimina a estupidez (o que também prova que a estupidez é fundamental na criação da graça): assim, pode-se encontrar/ou não a aliança, sem questionar o local de perda/procura; modificar o local da busca, mas explicá-lo de forma racional, desde que é falta de coerência para se mudar o local da busca é que é considerada estúpida.

Para retirar o humor do texto, os entrevistados sugeriram duas situações diferentes (mas ambas terminavam por se refletir no termo disjuntor): primeira, encontrar a aliança e segunda, não encontrar a aliança; mas ambas eliminavam a estupidez da fala do português. Na primeira situação, sugeriram substituir apenas a 8: “Sim, acabo de encontrá-la”; ou substituir as frases 7 e 8, como a seguir: 7: “É esta a sua aliança?” e 8: “Sim, é esta mesma”. Na segunda situação, a de não encontrar a aliança, sugeriram modificar a frase 8 e, para tirar a estupidez da piada, propuseram duas novas opções: a) aceitar que o lugar da procura não era o mesmo da perda, mas justificar racionalmente a aparente contradição, como nas sugestões seguintes: “Não foi bem aqui: foi ali mais na frente, só que lá eu já procurei e não encontrei”, “Não foi bem aqui: foi ali mais em cima, só que ela pode ter rolado até aqui”; ou,

b) fazer coincidir o lugar da perda com o da procura, com substituições como as seguintes: “Claro que tenho”; “Sim, foi por aqui”; “Tenho, sim. Me ajude a procurar, por favor”; “Tenho, mas acho que alguém deve ter pego minha aliança”.

Conclusão: O conhecimento metaplícito leva-nos a aceitar que a circunstância de lugar comum aos dois verbos é um elemento implícito (e, como pressuposto intrinsecamente ligado ao aspecto semântico dos verbos, é, portanto, inseparável dos mesmos), a menos que haja uma justificativa plausível para dissociar este elemento comum: em casos de busca de afogados, por exemplo, deve-se considerar o movimento das correntezas, que podem deslocar os corpos. Os explícitos da busca da aliança e do local indevido para essa busca levam à razão apresentada pelo personagem, razão que não se sustenta. O leitor reconhece a insustentabilidade desta justificativa na comparação que estabelece (cf. mecanismo 1.2.4.14., das relações de contraste), entre seu próprio conhecimento de mundo e a razão apresentada pelo português. **Os explícitos levam a este cálculo** (presente implicitamente nos verbos “perder/procurar, cf. mecanismo 1.2.4.13. das anáforas implícitas) **implícito mais geral**, no qual reconhecemos a intenção do autor: a crítica a situações em que os argumentos humanos não encontram uma sustentação lógica. **É, pois, na complementação desses níveis que se processa o humor do texto.**

Análise da piada 4 do corpus

1. *O jornalista estrangeiro em visita a Lisboa ouve gritos, decide investigar e chega a um prédio com uma placa onde se lê: “cadeira elétrica”.*
- 2 *__ Por que esses gritos ? __ pergunta ao guarda na porta.*
- 3 *__ Estamos a executar um condenado __ diz o policial.*
- 4 *__ Mas não é cadeira elétrica ?*
- 5 *__ Pois! 6. Mas como falta energia estamos a executar o homem com uma vela.*

Os mecanismos criadores de humor utilizados por este script foram, neste exemplo: o “mecanismo do exagero” e o “mecanismo do uso do estereótipo” da estupidez.

Regra de convívio social violada: Pelas regras seguidas de forma previsível, em caso de problemas, quando se quer recorrer a soluções alternativas, um procedimento coerente é o de buscar algo que atenda à utilidade comum (entre o elemento que falta e o que o substitui).

No caso da vela, ela é um recurso alternativo na falta da eletricidade, em se tratando de iluminação; mas, em se tratando de “executar”, a vela não é uma alternativa. A incoerência da alternativa usada é que viola a regra.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “Estamos a executar o homem com uma vela”.			
Termo (ou idéia) comum aos dois frames de origem do texto: a execução do condenado.			
Frames de origem			FRAME da BISSOCIAÇÃO
1º FRAME Frame de “execução de condenados à morte” (cadeira elétrica, etc.).	2º FRAME Frame de recursos para iluminação.	3º FRAME Script do português, estereótipo de burrice.	Há bissociação, quando, provavelmente amparado pelo traço semântico (b) do frame 2 que permite a substituição de (a) por (b), neste frame, o personagem substitui, no primeiro frame, o traço negativo do item (b) de “vela”, pelo traço positivo.
(a) Eletricidade: + para executar	(a) Eletricidade + iluminar;		Frase síntese da idéia incongruente: “Executar alguém com uma vela”.
(b) Vela: - para executar.	(b) Vela: + iluminar.		
(a) Implícito (b) Explícito	(a) Implícito (b) Implícito	Implícito	EXPLÍCITO e IMPLÍCITO

Nesta piada os disjuntores são “Estamos a executar o homem com uma vela”. Para retirar o humor do texto, os entrevistados excluíram a possibilidade de “execução com vela”, sugerindo duas situações: 1º) aceitar o fato de que havia uma “cadeira elétrica”; ou 2º) não aceitar tal fato. No primeiro caso (a quase totalidade das sugestões), sugeriu-se trocar a frase 5 por uma das opções seguintes: “Pois! Mas a voltagem é um pouco baixa demais”; “Sim! Mas ele jura que é inocente”; “Sim, mas o choque também dói” (a última substituição mostrando pouca informação a respeito do assunto, desde que uma execução por choque elétrico parece, normalmente, excluir a possibilidade de gritos). No segundo caso, houve a sugestão de se substituir “cadeira elétrica” por “câmara de tortura” (na frase 1), embora o entrevistado não tenha previsto as modificações que deveriam ser feitas nas frases seguintes, para adaptar o diálogo a esse novo dado.

O “raciocínio” do português é meio “sinuoso”, porque, dos elementos que a situação lhe apresenta como impossíveis: “executar com eletricidade”, ele não se concentra na forma de achar um substituto do termo de base da expressão (o verbo), o “executar”, mas sim em substituir a “eletricidade”, para a qual “vela” é um substituto dentro do previsto no frame de “iluminação”. Assim, ao invés do traço “iluminar”, comum a este último frame, o personagem busca, em “vela”, um traço semântico que não lhe é pertinente (é inadequado a “vela”) e é pertinente a “eletricidade”, ou seja: a possibilidade de “dar choque para executar alguém”.

O uso do traço semântico específico a “eletricidade” no frame de “vela” (que causa a bissociação) justifica-se na estupidez do personagem e faz rir porque traz para o leitor a sensação de *“problema mal resolvido → solução inusitada”*. Se houvesse apenas o fato de uma pessoa estar matando outra usando uma vela (embora apresentasse requintes de crueldade), ainda assim poderia ser um fato no qual as pessoas pudessem acreditar. Chamar alguém de “estúpido” não tem graça, mas “mostrar” a estupidez do outro é risível (porque é incontestável e porque a “descoberta” da estupidez fica a cargo do leitor).

Conclusão: O conhecimento metaplícito leva-nos a aceitar como possível a execução de um condenado em cadeira elétrica, o que, obviamente, só é possível com o uso da eletricidade e, quando não há este recurso, recorre-se a outros meios de execução, como a força, gases ou injeções letais. O mesmo conhecimento metaplícito leva-nos a aceitar como possível substituir a eletricidade pela vela apenas em circunstâncias de iluminação. A solução absurda (substituição da eletricidade pela vela na execução) aparece explícita no texto e a causa disto (falta de eletricidade) vem igualmente explícita. Estes dois explícitos levam à busca da “analogia” que teria levado o português a ver, na execução com vela, um recurso alternativo. E o leitor percebe que ela só pode ter surgido de outra analogia paralela: a substituição da eletricidade pela vela em circunstâncias de iluminação. Este caminho de comparações a que o leitor é levado para “encontrar uma razão para a solução absurda” se processa a nível implícito e é o choque desta constatação que provoca o riso. A partir dos elementos explícitos, o leitor chega à constatação trazida pelos pressupostos gerados por restrição seletiva na palavra “vela” (cf. mecanismo 1.2.4.13); e nos pressupostos gerados pelo mecanismo 1.2.3.14., das relações de contraste, que conduzem a um implícito mais geral: a intenção do autor de mostrar as “analogias” insustentáveis que o falante por vezes faz. **É na complementação desses níveis que se processa o humor do texto.**

3.1.2. Script da esperteza, astúcia (o herói espertalhão)

Para demonstrar o script da esperteza, foram analisadas as piadas de 5 a 7 do corpus.

Análise da piada 5 do corpus

- 1__ *Quanto custa o cafezinho?*
- 2__ *Cinqüenta centavos.*
- 3__ *E o açúcar?*
- 4__ *O açúcar é de graça.*
- 5__ *Então me vê dois quilos.*

É evidente o script da esperteza representado pelo freguês que tenta levar vantagem sobre o vendedor.

Os mecanismos criadores de humor utilizados por este script foram, neste exemplo: o “mecanismo da avareza”, quando o freguês tenta tirar vantagem financeira sobre o vendedor e o “mecanismo da ambigüidade”, causada pelo uso dúbio da expressão (sem o determinante).

Regra de convívio social violada: A elipse do determinante é um “consenso” lingüístico e ninguém “finge” ignorá-lo, para tirar proveito do tipo financeiro, ou outro; mesmo porque o “tirar algum tipo de proveito” do próximo (pelo menos abertamente) é outra violação das regras de convívio social. O freguês violou então duas dessas regras.

Há dois pontos que contribuem para criar a situação de ambigüidade. Primeiro: os dois quilos poderiam ter dois referentes (anteriormente citados) no texto e semanticamente passíveis de serem ligados a “quilos”: o “café” e o “açúcar”, porque são ambos vendidos com este tipo de peso. Outro ponto: o hábito lingüístico de se elidirem os determinantes que parecem óbvios em determinadas expressões (sobretudo quando o termo de base da expressão foi utilizado imediatamente antes), como é o caso do “açúcar do cafezinho”. Assim, ao perguntar pelo preço do açúcar, o freguês deixa duas possibilidades de interpretação, ou seja:

- a) o preço tanto do cafezinho (sem açúcar) quanto o preço do açúcar (neste caso: “açúcar *do cafezinho*”, em que a expressão “*do cafezinho*” serve de determinante para o termo “açúcar”)
- b) ou o açúcar vendido separadamente (neste caso, simplesmente “açúcar”, com “determinante zero”, se pudermos designar assim os casos de palavras sem complemento ou sem adjunto previsto). Na maioria das vezes, o locutor não repete os elementos determinantes, cujo “resgate” ele deixa a cargo do “princípio de cooperação”, por parte do leitor.

O disjuntor fica na expressão “Então me vê dois quilos”, para a qual o leitor faz a

seguinte avaliação: dois quilos de açúcar não podem ser (dentro do previsível) “para pôr no cafezinho”, enquanto que “gratuito” é apenas o açúcar para o cafezinho, mas o freguês quer “levar dois quilos de açúcar gratuito”. A frase síntese da idéia incongruente é: “O açúcar gratuito é levado em quantidade que é própria apenas para a situação de compra”.

Conclusão: A bissociação utiliza o mecanismo da astúcia do freguês, que tenta levar vantagem sobre o dono do bar e serve-se de um “jogo semântico”, quebrando as regras de consenso lingüístico que supõem a consideração de um determinante que a própria situação explicita: o açúcar só poderia ser do “cafezinho”, porque, quem pede “cafezinho” em um bar, não pede café “para comprar”, mas sim “para tomar” e, na seqüência ao pedido do cafezinho, há, dentro do previsível, o pedido do açúcar (ou adoçante). A frase explícita do freguês e a avaliação do sentido à qual esta frase implicitamente remete mostra a incongruência (o freguês quer “comprar” dois quilos de açúcar “gratuito”, situação que, pela aplicação do mecanismo 1.2.4.14., das relações de contraste, leva ao pressuposto de que tais elementos se rejeitam semanticamente). O termo elíptico parece situar-se, enquanto forma pressuposta, no mecanismo 1.2.4.13., das anáforas implícitas (ou “restrição seletiva”), porque a recuperação do mesmo deve-se ao conhecimento do uso do termo em situação de comunicação, ou na circunstância, segundo MOITA LOPES (1996: 141) de “realizar a linguagem no uso”, desde que o simples conhecimento do sistema lingüístico não garante a habilidade deste uso. É também um caso que a coerência explica, porque a elipse só é aceita, porque houve referência anterior ao termo: a ambigüidade foi justamente o emprego de dois possíveis referentes: o “café” e o “açúcar”. Como todo esse “jogo lingüístico” serve a uma intenção oculta do freguês: a de usar de esperteza em relação ao comerciante, este implícito último parece “fechar” a análise da piada, o que nos leva a concluir que: **é, pois, no choque dos explícitos com os implícitos (mais o implícito final ao qual este “choque” conduz) que se processa o humor do texto.**

Análise da piada 6 do corpus

1. *Zezinho, assustado, pergunta:*
2. *__ Professora, alguém pode ser castigado por alguma coisa que não fez?*
3. *__ Não, Zezinho, nunca!*
4. *__ Então, estou livre! 5. Não fiz a lição.*

O script da esperteza é evidente na atitude do menino que tenta, abonado pelas

palavras da professora, livrar-se de um possível castigo. Este texto vale-se, como o anterior, da desconsideração de elementos deixados implícitos nas informações, nos casos em que o contexto encarrega-se de determiná-los, razão pela qual o locutor sempre conta com o “preenchimento” desses elementos em interações discursivas. As informações implícitas referem-se à palavra “coisa” (elemento genérico no discurso da professora e, por essa razão, elemento que substitui vários outros, entre eles, o termo “lição”, do discurso do menino), cujo determinante pode ser “certo” ou “errado”. Assim, ambos os personagens compartilham, em suas falas, de um elemento comum: “alguma coisa que não se fez”, mas a professora compreende que, na pergunta de Zezinho, está implícita a expressão: “alguma coisa errada que não fez” e não o oposto: “alguma coisa certa que não fez”. É o determinante implícito que gera a bissociação, ou seja, a frase da professora responde à sua “leitura” da expressão com o determinante “errado”, enquanto que o personagem espertalhão (Zezinho), jogando com a ambigüidade de emprego do termo, leva a professora a inocentá-lo antecipadamente de seu erro.

Os mecanismos criadores de humor utilizados por este script foram, neste exemplo: o “mecanismo da ambigüidade”, propiciado pelo termo, cujo determinante implícito, foi processado de duas maneiras diferentes e o “mecanismo de um jogo de palavras”, por meio do qual o garoto mostra sua esperteza em relação ao adulto.

Regra de convívio social violada: As questões de “certo” e “errado”, bem como as de “justiça”, que englobam as primeiras, recebem uma espécie de “ordenação” do tipo “causa e consequência” que leva a considerar coerente o “fazer coisa errada e ser castigado/ não fazer coisa errada e não ser castigado”; como também “fazer coisa certa e receber prêmio”. Entretanto, o “não fazer coisa certa” envolve novas variantes, do tipo: __se for equivalente a “fazer alguma coisa e não acertar”, tem como consequência “ser/não ser reprovado”; mas __se for equivalente a “não fazer algo que, conscientemente, a pessoa sabe que deveria ter feito (independente de ficar certo ou errado)”, tem como consequência o “ser castigado”, desde que a omissão é considerada um “fazer errado, porque nada se fez”. Tais convenções fazem parte das regras morais e a não consideração do aspecto semântico que envolve tais variantes é que leva à violação da regra.

O disjuntor desta piada é a expressão “Então, estou livre! Não fiz a lição”. A frase-síntese da idéia incongruente é: “O aluno não pode ser castigado, porque *fazer a lição* poderia ser considerada alguma coisa (errada) que ele fez”.

Conclusão: A desconsideração das convenções lingüísticas usadas para “organizar” as

regras morais é que leva à violação da regra na piada. Não há a explicação do aspecto moral da violação feita: esta violação é mostrada no diálogo, mas fica implícita a conclusão. Assim, no “jogo de palavras” explícito, o garoto deixa também explícita sua intenção. Mas é no “desmascaramento” desse jogo (feito por uma análise e avaliação do mesmo), que o leitor conclui (de forma implícita) a esperteza do garoto que tenta ludibriar o adulto. É, pois, o choque dos explícitos com o implícito (também explicado pela elipse, da mesma forma que os implícitos da piada anterior) que conduzem à intenção explícita do personagem: além de usar de esperteza com o outro (havendo, implícita também, a violação da regra que parece contestar as hierarquias estabelecidas pelo convívio social, quando essa esperteza é usada justamente contra aquele que lhe ensina: a professora). **É na soma desses dois níveis que se processa o humor do texto.**

Análise da piada 7 do corpus

Marido: 1 __Eu não agüento mais! 2.Vamos fazer o seguinte: você fica com um lado da casa e eu fico com o outro!

Mulher: 3 __Tudo bem! Eu fico com o lado de dentro!...

É evidente a esperteza da mulher, que distorce a expressão do marido sobre a partilha da casa, para tirar proveito da situação. O mecanismo criador de humor utilizado por este script foi, neste exemplo, o “mecanismo da ambigüidade”, este propiciado pelo termo cujo determinante implícito foi processado de duas maneiras diferentes.

A violação das regras nesta piada também atinge o sistema lingüístico, mas de forma diferente do que se vê nos dois exemplos anteriores: aqui, não é a ausência/ou não do determinante que causa a ambigüidade, mas uma “distorção” explícita do determinante. O disjuntor desta piada está na frase “Eu fico com o lado de dentro”. Este uso inusitado de “lado de dentro” vem do uso mais geral de “lado(s) da casa”, que permite(m) determinantes diversos: “um lado”, “outro lado”, “lado de dentro”, “lado de fora”. É evidente que, pretendendo “dividir” a casa em lados, o marido não pretendia referir-se a um lado que “não pertencesse à casa”. Entretanto, a forma como é usada a linguagem pela mulher dá a entender que o “lado de fora da casa” é também um “lado” que *pertence à casa*. Cabe aqui uma observação para os casos em que o “fora da casa” pode envolver outras propriedades, benfeitorias, etc. Na piada, parece que, na intenção do autor, não existe esta possibilidade (ou não haveria humor), há, ao contrário, um “fora da casa” que, financeiramente (e também

“habitacionalmente”), nada vale. O personagem do *script da* esperteza (no caso, a mulher) aproveita-se da não especificação do lado (na fala do marido), para deixá-lo fora da casa que ele pretende dividir com ela.

A frase síntese da idéia incongruente é: “na partilha de bens, alguém ficar com uma parte onde não há nada”.

Conclusão: Uma das regras “denunciadas” é a da imprecisão do sistema lingüístico que normalmente as pessoas não contestam, porque se servem dele para situações tanto de ganho quanto de perda. Uma característica das regras do convívio social é o fato de elas se constituírem num “acordo tácito” e, quando este acordo não é silenciado, deve-se fazê-lo sutilmente, porque o prejuízo que as pessoas eventualmente dão a outras só é “aceito” pelo grupo social, se acontecer de forma sutil. A piada em análise deixa explícito este lado “impublicável” (indizível) do caráter(?) das pessoas e o faz utilizando a violação acima citada: a do sistema lingüístico. O cômico do texto surge da “contestação” (feita pelo uso inadequado) desse sistema, quando convém à mulher violá-lo, de forma pouco sutil, para obter vantagem financeira. O posto: “ficar com o lado de dentro” leva ao pressuposto “lado de fora”, que, por sua vez, leva a outro pressuposto: a constatação de que “não há nada a ser dividido no lado de fora”. Nesta conclusão implícita é que o leitor encontra a violação das regras. Chega-se a este implícito (cf. mecanismo 1.2.4.14. das relações de contraste) por meio do disjuntor explícito. **É, pois, na interação desses dois níveis que se processa o humor do texto.**

3.1.3. Script do absurdo

Para demonstrar o script do absurdo, foram analisadas as piadas de 8 a 10 do corpus.

Análise da piada 8 do corpus

1 __ Alô. É do hospício?
2 __ Não... 3. O telefone daqui só vai ser instalado na semana que vem!

O script do absurdo justifica-se no termo “hospício” e no discurso do louco, que fala de um telefone que “ainda vai ser instalado”. O mecanismo criador de humor utilizado por este script foi, neste exemplo, o “mecanismo do estereótipo”, representado pelo louco.

O disjuntor é: “O telefone daqui só vai ser instalado na semana que vem” e a frase

síntese da idéia incongruente é: “falar de um telefone que ainda vai ser instalado”.

Conclusão: Nas regras que dizem respeito ao convívio social estão as de manuseio adequado de aparelhos e, no conhecimento de exigências “básicas” para o funcionamento dos mesmos. No caso, exige-se que o usuário conheça que, para o telefone funcionar, é necessário que esteja instalado. Devido a seu conhecimento pragmático, o leitor concluirá que a segunda enunciação só pode acontecer, se se admitir que há, indiscutivelmente, alguém falando ao telefone de algum lugar __ esse lugar seja/ou não o hospício__ e, para que alguém possa estar falando ao telefone, o aparelho está, indiscutivelmente, instalado (e não “ainda a ser instalado”) no “aqui” de onde veio a resposta, porque é o dêitico que atesta a presença do “eu” que fala (ao telefone). Quando o interlocutor responde que “o telefone daqui só vai ser instalado na semana que vem” nega a condição para o uso do dêitico que acabou de empregar, levando essa afirmação a chocar-se com a de que “o telefone (por meio do qual fala) ainda vai ser instalado”. Na negação destas circunstâncias (lingüística e de conhecimento de mundo), cf. mecanismo 1.2.4.14., das relações de contraste (que leva ao discernimento entre o previsível e o absurdo), **cai-se no absurdo (causa do risível) que consiste aqui na negação do óbvio. Esta negação acontece, quando os dois postos: o “falar ao telefone” e o “daqui” chocam-se com o pressuposto** (cf. mecanismo 1.2.4.13, da relação de restrição seletiva, pressuposto trazido ao texto pelos dois explícitos citados): “não se fala por meio de um telefone não instalado”.

Análise da piada 9 do corpus

1. No pátio do hospício, um louco estava rindo sozinho:

2 __ Tá rindo de quê, meu rapaz? __ 3. pergunta o médico.

4 __ Ah, doutor, é que eu adoro me contar piadas. 5. E essa última, eu não conhecia.

Novamente o script do absurdo é justificado pelos termos “louco” e “hospício”. Também o “mecanismo do estereótipo” é representado pelo louco, que processa de forma absurda os traços semânticos dos verbos “contar/ouvir”.

O disjuntor desta piada é: “*essa última (piada), eu não conhecia*”. Quando alguém afirma que “adora se dizer algo”, o leitor cooperativo procura um sentido para este “dizer a si mesmo” e supõe que seja uma forma de o locutor dizer que “reflete”. E se alguém diz que “adora contar piadas para si mesmo”, o ouvinte talvez ainda encontre certa lógica, supondo que o “contar” seja um sinônimo apenas de “falar alto”, em que a pessoa “ouve” a si mesma,

rememorando casos engraçados. Mas, quando o falante, referindo-se às piadas que “se conta”, acrescenta o comentário “esta eu não conhecia”, confirma o traço absurdo que poderia ser atribuído à frase anterior. É por esta razão que, antes do aparecimento do disjuntor, o absurdo ainda não parecia tão evidente.

O “eu”, sujeito de “contar”, tem, como traço semântico característico, o “conhecimento prévio” do fato a ser contado (e espera-se que o ser ao qual o fato vai ser contado não tenha conhecimento do mesmo). O ser que se diz “eu”, enquanto alvo da ação de “ouvir”, tem, como traço semântico característico, o “desconhecimento prévio” do fato a ser ouvido, ou seja: o sujeito de “ouvir” é um elemento passivo (em voz ativa!), enquanto o ser (objeto indireto) de quem o “eu” vai ouvir o fato deve ter conhecimento prévio do que vai fazer ouvir. Em termos de discurso, teríamos: só se pode contar algo para alguém que não seja o próprio enunciador; só se pode ouvir algo de alguém que seja um interlocutor do enunciador. Nas seguintes expressões do louco: “eu adoro me contar piadas” e sobretudo (conforme análise acima) “essa piada eu não conhecia”, respectivamente, aparece a negação destes traços, o que causa a bissociação. A frase-síntese da idéia incongruente é, pois: “o locutor desconhece o fato que conta e o ouvinte já conhece o fato que vai conhecer”.

Conclusão: O absurdo é reconhecido na incongruência de traços implícitos nas ações relacionadas pelo louco: “contar algo sem previamente conhecer o que conta” e “ouvir como novidade algo que já conhece”. Quando estes dois postos se chocam (cf. mecanismo 1.2.4.14., das relações de contraste) com a idéia implícita das exigências semânticas destes verbos (cf. mecanismo 1.2.4.13, da relação de restrição seletiva) acontece a bissociação. **O humor do texto resulta, pois, do choque de explícitos com implícitos (que se rejeitam).**

Análise da piada 10 do corpus

1. O velho milionário chama seu criado e diz-lhe:

2. James, estou muito cansado. 3. Tome um banho em meu lugar, mas... não ponha a água muito quente, por favor.

O script do absurdo é aqui representado pela figura do velho que traz ao texto a idéia de “caduquice”. Os mecanismos criadores de humor utilizados por este script foram, neste exemplo: o “mecanismo do estereótipo” da pessoa idosa, que faz coisas insanas e, no caso, ignora a incompatibilidade dos traços semânticos das expressões “tomar banho” e “sentir (a temperatura da água) por mim”.

O disjuntor da piada acima encontra-se na frase: “Tome um banho em meu lugar, mas... não ponha a água muito quente, por favor”. A expressão “tomar banho” apresenta o seguinte traço semântico: “ação que um sujeito faz a si mesmo”, o que implica em associações de sentido, como “sentir na própria pele a temperatura da água”. Dessa maneira, por duas vezes, o personagem vai contra estes traços que caracterizam semanticamente a expressão: quando pede ao criado que tome banho “em seu lugar” e quando escolhe a temperatura para o outro “sentir em seu lugar”. A primeira das duas afirmações seria, até certo ponto, aceitável, numa situação em que há uma “fila” de pessoas para tomar banho e uma diz este tipo de frase a outra, pretendendo ser entendida como: “Tome um banho em meu lugar, ou seja, no horário que estava reservado para mim”. Entretanto, quando o velho acrescenta a segunda frase, sobre a temperatura da água, vê-se que não pretende que seja esta a hipótese de significado proposta no contexto previsível: ele pede ao mordomo que o “substitua” na ação de tomar banho e que “sinta por ele a temperatura que ele considera ideal para a água”.

A frase-síntese da idéia incongruente é: “alguém tomar banho por outro e sentir por outro que a água está na temperatura que este outro considera ideal”.

Conclusão: Há, na piada, a violação do sistema lingüístico, que limita a expressão “tomar banho” ao traço seguinte: “o agente e o paciente da ação são o mesmo ser”; há também uma crítica à ambigüidade da expressão: “Pode tomar banho em meu lugar” (seja/ ou não referindo-se a ocupar o horário reservado ao outro). Há outra regra do convívio de grupo segundo a qual existe uma hierarquia social: o patrão manda e o mordomo obedece; e, na ordem absurda dada ao subalterno, há uma crítica que viola essa regra. Assim, quando o autor da piada critica o sistema lingüístico, propondo uma questão lingüística sem solução, ele usa esta primeira crítica como um instrumento para atingir a hierarquia social, quando ela, baseada apenas no poder, leva o homem menos capaz a impor idéias a outro mais competente.

Conforme o mecanismo 1.2.4.13, da relação de restrição seletiva, o leitor pressupõe os traços semânticos adequados às expressões “tomar banho” e “sentir a temperatura” e, conforme o mecanismo 1.2.4.14., das relações de contraste, já separa o sentido coerente do incoerente. Observamos que este mecanismo criador de pressuposição está intimamente ligado ao “determinismo” proposto por FOURASTIÉ (1983). Novamente os dois níveis: o explícito (dito pelo velho) e o conhecimento implícito da impossibilidade de se pôr em prática tal ordem chocam-se. **É, pois, no choque destes dois níveis que se processa o humor do texto.**

3.1.4. Script do ridículo

Para demonstrar o script do ridículo foi analisada apenas a piada 11.

Análise da piada 11 do corpus

1. *Coloquei o anúncio:*
2. *”Quero homem que lave ,passe, cozinhe, durma no emprego e faça sexo sem cansar.”*
3. *Por incrível que pareça, encontrei!*
4. *Ele lava dólares no exterior.*
5. *Passa a perna em mim.*
6. *Me cozinha.*
7. *Dorme profundamente __ chega a roncar no emprego__ 7.e faz sexo, com a vizinha.*
8. *É, eu sou uma mulher de sorte!*

Em relação a este script, concordamos com TRAVAGLIA (1991): “Este tipo de *script* se presta melhor ao humor situacional, em que, na caricaturação dos personagens, explora-se o exagero”. Julgamos, porém, que, nesta piada 11, há um exemplo do script do ridículo no nível lingüístico, porque o texto em análise vai além da situação em que uma pessoa expõe certas fraquezas ou defeitos: há aqui a denúncia de uma situação extremamente ridícula, o anúncio colocado pareceu, a princípio (até a frase 3) ter sido atendido na íntegra, até que se revelou a situação oposta: as qualidades requeridas para o candidato foram ironicamente deturpadas, a ponto de atingirem o ridículo.

Os mecanismos criadores de humor utilizados por este script foram, neste exemplo: o “mecanismo da contradição”, quando, procurando um ideal de marido, a personagem encontra, no ideal aparente, justamente o contrário do que pretendia”; o “mecanismo da ironia”, quando a personagem afirma que “encontrou o que procurava” e que “é uma mulher de sorte”, estando na situação oposta à que afirma; e há, finalmente, o “mecanismo do desrespeito a regras conversacionais”, no aspecto específico de não respeitar a chamada “face positiva” que as pessoas normalmente querem apresentar ao mundo, o que acontece quando a personagem ridiculariza a si mesma.

Os disjuntores (diferentemente dos casos analisados até aqui, em que o disjuntor “fecha” a piada) são múltiplos (ver casos abordados no item 1.1.1.7.2.: Problemas com o disjuntor): são todos os verbos que têm o homem para sujeito: “lave, passe, cozinhe, durma,

faça (sexo)”. Os dois frames em que os disjuntores aparecem são diametralmente opostos: no primeiro, os verbos deixam clara a intenção do anunciante de uma interpretação positiva de todas as ações relacionadas (que seriam, por exemplo: lavar vasilhas e dependências da casa; lavar e passar roupa; cozinhar as refeições; dormir “no emprego” __o que leva ao implícito de “tempo integral de dedicação”; fazer sexo com a própria mulher); no 2º frame, os verbos são usados em outro sentido, o que dá a cada um deles um sentido negativo: o homem lava, não o que a mulher pretendia que lavasse (pratos, roupas, etc.), mas “lava dólares no exterior” __ operação ilegal para justificar a posse de dinheiro (igualmente ilegal); ele passa (mas não roupa): “passa a perna na mulher”, o que significa que a engana; ele cozinha (não as refeições), mas ele “cozinha a mulher”, significando que a deixa esperando por ele; ele dorme “no serviço”, mas não no sentido de “ficar, após o expediente, para dormir no mesmo local de trabalho”, e sim no sentido de “dormir durante o horário de serviço”; e, finalmente, “faz sexo”, conforme exigência apresentada na lista, só que o faz com a vizinha e não com a mulher que o “contratou”.

Desde que os disjuntores são múltiplos (e o disjuntor fica, normalmente, na base da idéia incongruente), seria necessário fazer várias frases, uma com cada verbo, para mostrar as várias incongruências, que se resumem em: o pedido foi “atendido”, mas os predicados exigidos estavam invertidos.

Conclusão: Também neste texto, o autor “brinca” com o sistema lingüístico, que se presta a interpretações duplas, como no caso, em que o sentido próprio foi substituído pelo metafórico; há ainda a regra, segundo a qual o costume de recorrer a anúncios classificados (como o citado na piada) não é abertamente questionado. Embora haja cada vez mais pessoas que consideram válido tal recurso em determinadas situações (venda de imóveis, divulgação de vagas para empregos, etc.), o grupo social considera tal prática “constrangedora”, por exemplo, se o anúncio é para “procurar um(a) companheiro(a)”. Dessa forma, a violação maior das regras está, não na crítica ao sistema lingüístico, mas no “constrangimento” a que a personagem do texto se expõe diante da sociedade: primeiro, porque o único meio de ter um companheiro foi anunciando em classificados e, segundo, por admitir que ainda foi fraudada na resposta ao anúncio feito. Se o mesmo fato fosse narrado de forma “séria”, ficaria apenas o constrangimento a que a personagem se expõe, mas, na maneira como é narrado, além dos dados explicitados através do sentido próprio e do metafórico, fica a constatação dos logros consecutivos que a personagem sofre (a cada requisito que se “transforma” em defeito),

implícitos na comparação (cf. mecanismo 1.2.4.14. das relações de contraste). **É, pois, no choque dos explícitos com a ironia implícita que se processa o humor do texto.**

3.1.5. Script da mesquinhez ou avareza

Para demonstrar o script da mesquinhez ou avareza, foram analisadas as piadas de 12 a 14 do corpus.

Análise da piada 12 do corpus

1. *Isaac pediu ao filho Jacó:*

2. *Filhinha, toma conta da loja pro papai, que vai ao banco e volta já.*

3. *Ao voltar, pergunta:*

4. *E então? Filhinha de Isaac vendeu muita mercadoria?*

5. *Ah, papai... vendi um carretel de linha fiado para uma freguesa, mas esqueci de marcar e não lembro o nome!*

6. *Não tem problema, meu filha.* 7. *Marca carretel na conta de todas freguesas.* 8. *Se alguma reclamar, você estorna.*

A escolha entre “perder o pagamento relativo a um carretel” e “ganhar o pagamento relativo a vários carretéis” configura o *script* da avareza, realizada por uma esperteza, características estas que já têm no personagem do judeu (identificável pelos nomes de pai e filho) um duplo estereótipo: o judeu é um “modelo” de avareza e de esperteza. Também neste texto, o script da mesquinhez parece-nos dispensável, já que o humor aconteceria, pela esperteza, mesmo se não se recorresse à presença estereotipada do judeu.

Os mecanismos criadores de humor utilizados por este script foram, neste exemplo: o “mecanismo do estereótipo”, no caso, o do judeu avarento, mais o “mecanismo da sugestão” porque, além da avareza, há uma alusão à desonestidade.

Os disjuntores são: “Marca carretel na conta de todas freguesas. Se alguma reclamar, você estorna” e a frase-síntese da idéia incongruente é: “cobrar carretel vendido (na conta) de todas as freguesas, inclusive das que não compraram”.

Conclusão: Desfaz-se, do 1º frame, a proporção dentro do previsível, ou seja: “um comprador voluntário → um devedor voluntário”; chegando-se à proporção incongruente de: “não comprador → devedor involuntário”, esta, contrariando as regras de convívio social,

desde que uma pessoa só entrega a outro o dinheiro que lhe pertence, em caso de assalto. E o assalto “declarado” (talvez porque “assumido”) parece ser mais “legítimo”(!), dentro das regras de convívio social, do que o “assalto dissimulado”, como no caso narrado na piada. A constatação da intenção do judeu fica implícita (o autor “mostra” o roubo, mas “não diz” que aquilo é um roubo) e é trazida para o texto pelo disjuntor explícito. Conforme mecanismo 1.2.4.14. das relações de anáforas implícitas (ou “relação de restrição”), o leitor pressupõe os traços semânticos dos termos “venda”, “freguesa”, “conta”, “marca” (cobra), que são adequados ao contexto da piada. Entre estes, caracterizando os dois verbos (“vender” e “cobrar”) há o traço básico para o humor do texto, ou seja: o fato de ambos terem um objeto indireto comum às duas ações (vender “para alguém” → cobrar “deste mesmo alguém”), o que leva à conclusão: a “cobrança” deveria referir-se apenas a quem fez efetivamente a compra, ou seja, quem levou a mercadoria. O procedimento do judeu que manda o filho cobrar o carretel de todas as freguesas é risível, porque, no seu “raciocínio avaro”, o fato de “cobrar de uma freguesa” é tratado como um “hipônimo” de “cobrar de todas” (cf. mecanismo 1.2.4.12 das relações de hiponímia e hiperonímia). Mas, pelo mecanismo 1.2.4.14., das relações de contraste, o leitor compara, com o emprego citado, os casos coerentes de hipônimos/hiperônimos, o que o leva a concluir sobre a incongruência da relação estabelecida pelo judeu. **É, pois, no choque dos explícitos com o implícito ao qual eles conduzem que se processa o humor do texto.**

Análise da piada 13 do corpus

1. *Isaac foi almoçar com Munir num restaurante do Bom Retiro.*
2. *Terminado o almoço, começam os dois a se entreolhar, para saber quem paga a conta.*
3. *Ambos calados, sem falar nada, esperando que o outro pague.*
4. *Lá pelas tantas, o judeu vira para o lado e diz:*
5. *Garçon, traga a conta, que eu pago!*
6. *No dia seguinte, manchete de primeira página no jornal: “Turco ventríloquo esfaqueado em restaurante na José Paulino”.*

O script da avareza serviu-se, no texto, de dois estereótipos: o judeu e o turco. Os mecanismos criadores de humor utilizados por este script foram, assim: o “mecanismo do estereótipo”, na pessoa do judeu e do turco, ambos avaros, mecanismo associado ao da “ambigüidade”, no caso, situacional.

O disjuntor desta piada está na frase “Turco ventríloquo esfaqueado em restaurante na

José Paulino”, em que o termo “ventríloquo” tem, como traço característico o fato de a voz parecer originar-se de outro que não o locutor. A frase-síntese da idéia incongruente é: “o judeu não pediu a conta, mas foi obrigado a pagá-la”.

Conclusão: Um dado que julgamos interessante constatar é que o simples fato de explicitar a razão do esfaqueamento (sem usar o subterfúgio do ventríloquismo) tira também o humor do texto, o que nos faz voltar à questão: se a regra social recomenda que não se digam/ou não se façam coisas socialmente mal vistas (tais como reconhecer que não se quer pagar uma conta), parece que o humor pode, às vezes, não estar apenas na quebra dessas regras, mas na forma “dissimulada”, implícita, de quebrar essas regras. Os termos explícitos no disjuntor (“turco”, “ventríloquo”, “assassinado” e “esfaqueado”), cujos aspectos semânticos são pressupostos (cf. mecanismo 1.2.4.13. da restrição seletiva) levam ao pressuposto do que aconteceu com o turco, quando associados ao mecanismo 1.2.4.14., das relações de contraste, o que leva o leitor a contrapor todos os dados e a processá-los, em todas as variáveis possíveis: “judeu e turco → conta que nenhum quer pagar”; “judeu → conta espontaneamente[?] paga”; “turco esfaqueado → turco ventríloquo”; “conta paga → ventríloquo”; etc. Tais comparações remetem a uma reinterpretação (implícita) do pagamento da conta e **é no choque dos dois níveis (que provavelmente traduz o “choque” entre a violação da regra e sua inviolabilidade) que está o humor do texto.**

Análise da piada 14 do corpus

- 1. Na Itália, um sujeito foi procurar um padre e confessou:
 2_ Perdoe-me, padre _3. disse, soluçando _4. durante a Segunda Guerra Mundial, escondi um refugiado em meu sótão.
 5_ Bem _6. disse o padre _,7. isso não é pecado.
 8_ Mas o caso _9. confessou o homem _10. é que o fiz pagar aluguel.
 11_ Isso não foi muito bonito - 12. disse o padre _,13. mas você se arriscou.
 14_ Ah, obrigado, padre _15. disse o homem. Mas tenho mais uma pergunta.
 16_ O que é?
 17_ Acha que devo contar-lhe que a guerra terminou?*

O script da avareza, embora neste exemplo não faça uso de um estereótipo, afirma e depois confirma (por outros recursos) essa avareza.

Os mecanismos criadores de humor utilizados por este script foram, neste exemplo: o “mecanismo da ironia”, porque, revelando um gesto que a todo momento era elogiado pelo padre, o homem, na verdade, escondia (como revelou no final) que a “boa ação” era, na

verdade, uma mostra de má-fé. Há, de certa forma, também o mecanismo da cumplicidade” quando, no final, o homem que se confessa e ainda pergunta ao padre se este “achava” que ele deveria revelar a verdade ao refugiado. Na piada, mesclam-se também os scripts da esperteza (do homem que engana o refugiado) e do absurdo, desde que seria quase impossível que o refugiado não desse pela falta do barulho da guerra e que não fosse questionável a fonte de renda que servia para o refugiado pagar o aluguel (se este fosse pago em moeda).

O disjuntor desta piada está na frase “Acha que devo contar-lhe que a guerra terminou?” e a frase-síntese da idéia incongruente é: “existir um refugiado de guerra sem existir a guerra”.

Esta piada merece um comentário especial com relação a um fato novo detectado nos frames 2 e 3. O primeiro frame (frame de refugiados de guerra) inclui a existência da guerra e de todos os elementos a ela associados: no item (a): perseguições (prováveis) a prisioneiros de guerra, soldados e civis que buscavam refugiar-se de seus perseguidores; pessoas que davam refúgio a estes soldados; e (cf. sugestão KOESTLER, as associações nos remetem tanto a elementos semelhantes quanto a contrários) a guerra remete-nos, ainda neste frame, também ao item (b): à inexistência da guerra, eliminando-se tudo que lhe é associado. No script da esperteza (segundo frame), temos o enfoque sobre a cobrança de aluguel assim discriminada: item (a) o homem cobra aluguel do cômodo onde o outro mora e o outro paga aluguel (primeira evidência da avareza do homem); no item (b), sem guerra, não há ninguém que precise refugiar-se no quarto que o outro aluga, logo, não mais se justifica a cobrança de aluguel. Se as ações do homem pudessem ser descritas com os itens (a) dos dois frames, sua avareza se limitaria à (já inusitada) cobrança de aluguel do refugiado de guerra. Entretanto, quando ele revela que levou o refugiado a ignorar que a guerra acabou, o homem chega ao extremo da mesquinha: ele justifica a manutenção da figura do refugiado no “pós-guerra” pela cobrança do aluguel. O que diferencia esta piada das anteriores é o fato de a mesquinha (que caracteriza o script) estar num dos dois frames indispensáveis: nas piadas analisadas anteriormente, há uma figura estereotípica para representar especificamente aquele script e, como já afirmamos acima, um script até certo ponto dispensável. Acreditamos que o frame dispensável na piada (14) seja o da confissão, porque o diálogo do homem com o padre (eliminando-se o pedido de perdão) poderia passar-se simplesmente entre amigos e terminar da mesma forma, resultando no mesmo humor. Entretanto, ocorre-nos que talvez a idéia do “cenário” da confissão tenha parecido ao autor mais “saborosa”, porque envolve a questão do “certo e do errado”, que os padres habitualmente ajudam os fiéis a resolver, em caso de dúvida. Talvez esta dúvida seja a última gota de ingrediente do risível que o autor do texto

reservou, para “transbordar o copo” do humor, desde que, pelas regras de convívio social, ninguém teria dúvida quanto a uma atitude tão moralmente incorreta.

Conclusão: Os termos explícitos: “guerra” e “refugiado”(cf. mecanismo 1.2.4.13. da restrição seletiva) levam ao pressuposto de que o primeiro elemento é coerente com o segundo; o verbo “acabou”, também explícito” (cf. mecanismo 1.2.4.5. dos verbos transformativos) leva a outro tipo de pressuposto (cf. 1.2.4.14. da relação de contraste): o termo “guerra” transformou-se em “sem guerra” e tornou incoerente a relação entre os dois termos anteriores (se “a guerra acabou → acabou a condição de refugiado”). A expressão explícita “devo dizer-lhe” (cf. 1.2.4.14. da relação de contraste) leva a outro pressuposto: “o homem não disse ao refugiado que a guerra acabou”. Os explícitos acima conduzem, pois, a uma série de pressupostos, que, “somados”, resumem-se em: “a guerra acabou, não deveria mais existir a condição de refugiado, mas o homem não revelou ao refugiado que este não precisava mais esconder-se”. Surge então a pergunta: “Por que o homem não contou ao refugiado sobre o fim da guerra?”. A resposta é fornecida pelo termo explícito: “aluguel”, que (cf. mecanismo 1.2.4.13. da restrição seletiva), leva ao pressuposto final: “mantendo o refugiado nessa condição, o homem mantinha o pagamento do aluguel”. É, pois, a forma como o silêncio do homem (sobre o fim da guerra) é “justificado” que “choca”, porque a mesquinharia, de acordo com as regras de convívio, “constrange” o grupo social.

Poderíamos fazer o cancelamento do humor do texto, criando um novo contexto, em que os fatos não se justificassem na avareza do homem: o personagem cobrava de um refugiado de guerra, como aluguel, uma prestação de serviço, enquanto o hospedava; de forma que o refugiado, ao ajudá-lo nos seus trabalhos, apenas compensasse as despesas que dava. Neste novo contexto, o homem que cobrava estes serviços também não sabia do final da guerra e, ao tomar conhecimento disso, preocupou-se imediatamente em informar tal fato ao refugiado. Este novo contexto modificaria completamente a situação, pois, embora conservasse o “aluguel”, eliminaria a mesquinharia do homem.

No teste que propusemos aos informantes para o cancelamento do humor, pedimos que a modificação no texto fosse a mínima possível. Por esta razão, eles não tiveram a oportunidade de tentar modificar o contexto, que resulta da soma de diversos elementos e que aponta para a regra de convívio social implícita. Fica a impressão de que as piadas agem como um tipo de “fábula”, expondo o que há de errado ou constrangedor no comportamento humano. Esta constatação, em termos de nível de compreensão do texto, resumir-se-ia em: há uma crítica a um elemento do conhecimento metaplícito (no qual estão inseridas todas as

regras de convívio social) ao qual a piada, como um todo, remete. O texto, como já dissemos, constitui-se num “recorte” do universo metaplícito, recorte que tem elementos explícitos e implícitos. Todos estes elementos conduzem a uma intenção precisa: a violação de uma regra do convívio social, violação que, se explicitada, não seria cômica. Há, pois, na base do humor de cada piada, um implícito (correspondente às regras de convívio social) a ser descoberto. Este implícito último parece extrapolar o texto, mas o que consideramos mais complexo não é o tentar determiná-lo (os mecanismos criadores de humor, de TRAVAGLIA, 1991, ajudam nessa questão): a complexidade maior, a nosso ver, está em precisar a intenção do autor da piada: se fica mais no limite de utilizar estes recursos criadores de humor apenas com o intuito de “brincar com explícitos e implícitos” a nível lingüístico, ou se no limite de usar os recursos apresentados no texto com o intuito único de violar a regra de convívio social. Diante desses problemas, preferimos continuar, nas conclusões de nossas análises, a relacionar os níveis lingüísticos e a citar este implícito último como parte do todo em análise.

É, pois, na soma de todos estes fatores explícitos e implícitos (que levam ao implícito final e revelam a violação das regras de convívio social) que se processa o humor do texto.

3.2. Análise de piadas com mecanismos criadores de humor

Os scripts que se apresentaram nos mecanismos em estudo (quando houver algum) não foram analisados em detalhes, como aconteceu (de forma inversa) para os mecanismos presentes nas análises que ilustravam os scripts criadores de humor. Só eventualmente fizemos referência a outros mecanismos que se mesclaram ao mecanismo que a piada vem ilustrar.

Também por não estarmos analisando piadas cujo humor serve-se de um mecanismo específico, os esquemas seguintes mostrarão apenas dois frames de origem.

3.2.1. Mecanismo da cumplicidade

Para demonstrar o mecanismo da cumplicidade, foram analisadas as piadas de 15 a 17 do corpus.

Nesta primeira análise do grupo de mecanismos criadores de humor, julgamos útil incluir a análise dos níveis de compreensão e o esquema feito em todas as análises (cf.

Anexo), para lembrar que o recurso dos scripts criadores de humor tem, como característica, comportar sempre um frame específico do script que lhe dá o nome.

Análise da piada 15 do corpus

- 1. Quando você chegar em casa, bata na sua mulher! 2. Você não saberá por que está batendo, 3.mas ela vai saber porque está apanhando!*

O mecanismo da cumplicidade em textos não se processa no nível da narrativa, mas num processo que vai do nível endofórico para o exofórico, ou seja: do personagem (elemento virtual, interno ao texto) para o leitor (elemento da realidade, externo ao texto) o que se constitui, a nosso ver, em uma forma de metalinguagem. Aqui temos um exemplo de cumplicidade entre homens. Entra aqui também o mecanismo da inversão, porque a mulher encontra um motivo para apanhar, só porque está apanhando (o que é tautológico).

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Há um enunciador que se dirige a um interlocutor e diz-lhe para bater na esposa e apresenta o que parece ser uma explicação para o ato sugerido.

IMPLÍCITO: O enunciador dirige-se a um homem, este, implícito na expressão “sua mulher” (homem que é provavelmente o leitor) para dar-lhe um conselho (implícito no uso do imperativo). O *porque* deixa implícita a presença de uma explicação para o conselho dado, mas, como não apresenta a explicação de forma explícita, deixa margem a subentendidos que se ligam textualmente pelos termos: “sua mulher, bata, você não sabe, ela vai saber”, ou seja: criam um contexto de marido que espanca a mulher e que justifica tal atitude na possível infidelidade da esposa. É um implícito do tipo subentendido, porque, numa situação real, o enunciador poderia esquivar-se de ter sugerido tal interpretação, dizendo (por exemplo) que a explicação era de que a mulher gastara todo o dinheiro do marido, etc. Muda-se a idéia de traição conjugal, mas fica sempre o implícito (agora do tipo pressuposto) de que a mulher *merecia* apanhar porque teria feito algo reprovável. Como um ponto de interseção entre os verbos disjuntores (“bater” e “apanhar”), está implícita a circunstância de causa (comum às duas situações).

METAPLÍCITO: Há o conhecimento dos hábitos existentes na maioria das “culturas”, entre os quais o de maridos que espancam as mulheres quando julgam (ou mesmo quando não julgam) que exista uma razão para isso. Há o conhecimento lingüístico de que o conector

“porque” liga fatos às causas desses fatos. Há ainda o conhecimento lingüístico de que o “mas” opõe idéias e, no caso do texto, opõe à ignorância do marido quanto a determinados fatos, ao conhecimento da mulher e do enunciador em relação aos mesmos __ o que dá margem para a criação de implícitos. O falante também sabe, intuitivamente, que a proposição introduzida pelo “mas” tem maior “peso” que aquela à qual tal frase se opõe.

Regra de convívio social violada: Embora não seja bem visto o comportamento do marido que bate na esposa, a sociedade, para atender à justiça que as regras de convívio social exigem (e que cobra apenas uma “justificativa” para tal atitude), aceita a traição como uma das causas. Na piada, há a violação desta regra, porque há uma crítica a ela na “justificativa” apresentada. Esta crítica fica a cargo da inconsistência da causa explicitada; há o questionamento de sua pertinência, quando se sugere que a mulher teria tido algum tipo de procedimento errado, mesmo que o marido o desconhecesse __ e há aí um pressuposto que se deve ao tempo verbal que traduz hipótese. É como se alguém sugerisse bater em um recém-nascido, considerando (de acordo com as regras do catolicismo) que todas as pessoas nascem com o chamado “pecado original”.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “Você não saberá por que está batendo, mas ela vai saber porque está apanhando!”		
Termos (ou idéias) comuns aos dois frames de origem do texto: “o casal e o espancamento (sugerido)”.		
Frames de origem		FRAME da BISSOCIAÇÃO
Frame 1: Frame de “marido que bate na mulher”.	Frame 2: Frame de “mulher que apanha do marido”	O item (a) do frame 1 levaria a um dos dois ingredientes do frame 2, sendo que uma associação com o ingrediente (a) do frame 2 seria mais previsível que com o (b). Há a bissociação, quando o locutor sugere ao homem que associe o item (b) do frame 1, mais improvável, ao item (a) do frame 2.
(a) O homem sabe a razão de bater;	(a) A mulher sabe a razão de apanhar;	
(b) o homem desconhece uma razão para bater.	(b) A mulher desconhece uma razão para apanhar.	Frase síntese da idéia incongruente: “A mulher, pelo fato de estar apanhando, encontra um motivo que justifique a atitude do marido”.
(a) Implícito	(a) Explícito	EXPLÍCITO e IMPLÍCITO
(b) Explícito	(b) Implícito	

O disjuntor é “Você não saberá por que está batendo, mas ela vai saber porque está apanhando!” e, na base do mesmo, está a causa das ações “bater/apanhar”, causa que é, normalmente, um conhecimento implícito, comum à vítima e ao agressor. Pode acontecer de esse conhecimento só existir da parte de quem bate, mas é absurdo existir apenas da parte de quem apanha. Desde que a piada sugere isto, fica o implícito (subentendido) de que, sendo uma razão que o marido “possivelmente desconhece”, é certamente algo ligado a alguma forma de traição por parte da mulher. O implícito é do tipo subentendido, porque se pode alegar que a traição da mulher (embora o mais comum seja considerar apenas a forma da infidelidade conjugal), pode ser também de outro gênero, como em negócios comuns ao casal, por exemplo.

Nenhum dos informantes sugeriu substituir o “por que”, talvez pela dificuldade de substituição, para a qual conseguimos propor apenas um exemplo: trocá-lo (nas duas ocorrências) pela palavra “quanto” (“Quando você chegar em casa, bata na sua mulher! Você não saberá o quanto está batendo, mas ela vai saber o quanto está apanhando!”) que, ainda assim, mostra-se insatisfatório. E, se se retirar o conector de causa, são necessários alguns “reajustes” no texto, tais como: retirar o verbo “saber” nas duas seqüências e o conector de oposição “mas” __ caso em que a piada perde completamente a graça: “Quando você chegar em casa, bata na sua mulher! Você estará batendo, ela estará apanhando!”

Houve informantes que eliminaram o problema da causa, trocando a dupla de verbos. “bater/apanhar” pelo verbo “beijar”, este, respectivamente, na voz ativa e passiva, para as duas seqüências: “1.Quando você chegar em casa, beije sua mulher! 2.Você não saberá por que a está beijando, mas ela vai saber porque está sendo beijada!”.

Houve entrevistados que neutralizaram o humor, eliminando, da parte do marido, o conhecimento da circunstância de causa e, para isso: a) sugeriram levar a negação da frase 2 para a frase 3, como na seguinte substituição: “Você saberá porque está batendo, mas ela não vai saber porque está apanhando”; b) ou trocar o segundo verbo (apanhar): “Você não saberá porque está batendo, mas ela vai gostar” (caso de uma reação meio masoquista por parte da vítima e que conserva o problema do “não saber”, o qual fica sem solução); c) ou substituir a segunda oração da seqüência por outra que traga uma reação contra a ação de “bater”: “Você não saberá por que está batendo, e ela o expulsará de casa”. Houve quem sugerisse tirar a negação da frase 2 e substituir a frase 3 por uma explicação: “...pois ela o está traindo com o

vizinho”, o que tira o humor, porque justifica a sugestão dada (dentro das regras de convívio social). Houve ainda quem sugerisse trocar o conector “mas” por “nem”: “Você não saberá por que está batendo, nem ela vai saber por que está apanhando”, o que torna a situação ainda mais inexplicável, embora tire o humor.

Conclusão: A regra do convívio social justifica (até certo ponto) que o marido espanque a mulher e é esta “conivência” da sociedade que é criticada no texto, quando apresenta, como “argumento para justificativa” da mesma, um implícito do tipo mais vago e inconsistente, como é o caso do subentendido (a mulher provavelmente encontrará, em sua consciência, motivos para sentir-se culpada). O conselho para um espancamento não-justificado (violação da regra, desde que o homem que espanca sempre se refugia num “motivo”) é, assim, apresentado abertamente, mas com total inconsistência. Este implícito é criado pelo mecanismo 1.2.4.1. dos verbos factivos, no caso, o “saber”, na segunda ocorrência, o qual sugere que a mulher conhece razões que justifiquem o espancamento; razões cuja especificação abre-se num “leque” de subentendidos. Lembramos que esta última constatação difere do proposto por DUCROT (1978), segundo o qual os subentendidos precedem os pressupostos __ observação já feita por nós após estudo do exemplo (59.f), do item 1.2.3., no referencial teórico: é o pressuposto que parece preceder o subentendido.

Observamos novamente a possibilidade de pequenas alterações no contexto: se um homem X bate na esposa porque tem ciúmes, mesmo sem haver nada que comprove suas próprias suspeitas; ou, em outra variante do contexto: se ele a espanca por motivos mínimos, as pessoas podem julgar tais atitudes condenáveis, mas nunca risíveis. O que torna estes novos contextos tão radicalmente diferentes do da piada é justamente a falta de sustentação do argumento apresentado no texto de humor. Este é um caso em que a crítica maior parece ser a da regra social: o grupo social aceita o espancamento da esposa, se o homem apresentar uma justificativa qualquer. Este comentário vem confirmar o que dissemos acima sobre a dificuldade de delimitar a intenção do autor: se tal intenção fica no recorte de metaplcito em que se constitui o texto (podendo ser interpretada a partir unicamente dos explícitos e implícitos que o texto oferece) ou se a referida intenção extrapola o texto, o qual serve apenas de exemplo para ocorrências mais gerais do problema denunciado.

No texto em estudo, vamos, pois, considerar que **é no choque do implícito com os explícitos que levam a ele que se processa o humor do texto.**

Análise da piada 16 do corpus

1. Você sabia que o movimento feminista tem andado devagar? 2. Vai ver é o peso do sapato.

A cumplicidade aqui se processa entre locutor e leitor/ou leitora ideologicamente machistas e é também uma forma de metalinguagem (sobretudo na medida em que a intertextualidade e o conhecimento partilhado atuam de forma metalingüística, com releituras): reproduz-se o discurso machista e o preconceito contra homossexuais (homens ou mulheres).

A **regra de convívio social violada** é a de se dizer abertamente que o movimento feminista é formado por lésbicas e que a presença das mesmas é que deixa desacreditado o movimento (ou seja: ele anda “devagar”).

O disjuntor desta piada está na expressão “Vai ver é o peso do sapato”, em que “peso do sapato” é correspondente a “sapato pesado”, num primeiro frame e liga-se ao movimento de uma caminhada qualquer; num segundo frame, faz analogia com “sapatão”, termo usado para referir-se a lésbicas. A frase-síntese da idéia incongruente é: “a causa da vagareza do movimento feminista são os sapatões (mulheres que, ao mesmo tempo: são lésbicas e usam sapatos pesados)”.

Conclusão: Os comentários “sérios”, que explicitam preconceitos, comprometem o locutor e constroem (obrigam) quem ouve a se posicionar (situação que parece desagradar ao grupo social). Por essa razão, quando as pessoas expõem o tipo de preconceito focalizado pelo texto, elas normalmente o fazem de forma risível. E a maneira usada para dizer isto no texto só fica clara para quem sabe calcular os implícitos: primeiro, da expressão “andar devagar” (cf. mecanismo 1.2.4.19., dos processos metafóricos, em que a expressão significa “pouco entusiasmo” ou “pouca expressividade”); depois, da expressão “peso do sapato” (os traços semânticos isolados da expressão, cf. mecanismo 1.2.4.13. da restrição de seleção seletiva; depois, de acordo com o mesmo mecanismo, relacionada a “caminhada”; em seguida, cf. o mecanismo 1.2.4.19., que aponta um novo significado para a expressão, devido ao processo metafórico). Também na expressão “vai ver” (cf. mecanismo 1.2.4.2. dos verbos subjetivos, desde que a locução tem o valor de um verbo que leva ao pressuposto de que há alguma justificativa sendo anunciada), por meio da qual o locutor apresenta uma explicação para o dito anterior, o que acrescenta uma nota de “dato relevante” (argumentativo) ao dito seguinte (“é o peso do sapato”). É, pois, na crítica feita, que viola as regras, mas que o faz de

forma dissimulada, que o texto se torna risível. **O humor parte então do nível explícito e ambíguo** (“peso do sapato”), **esta ambigüidade pressupondo um outro sentido, além do sentido próprio; este o novo sentido aplicado a outro termo explícito** (“movimento feminista”) e **complementando-se na intenção de zombaria, no nível implícito.**

Análise da piada 17 do corpus

1. A mulher corneia o homem, 2. porque, sem os chifres, o homem é um animal indefeso.

Pelos termos utilizados e pelo significado do texto, fica evidente que o autor do discurso é uma mulher, dirigindo-se a prováveis leitoras, o que faz supor uma “empatia” entre as duas partes e aponta para o mecanismo da cumplicidade. A cumplicidade nesta piada é igualmente uma forma de metalinguagem, na forma desta função em que o personagem/autor “sai” do texto e toma conhecimento da presença/existência do leitor. O que diferencia este texto dos dois exemplos anteriormente analisados é que neste há um discurso entre mulheres, contra homens. Além do “mecanismo da cumplicidade”, há o “mecanismo da inversão”, desde que, em se tratando de “pessoas”, o “pôr chifres” toma o sentido de “traição por parte de um dos cônjuges” e tem, não o sentido de “defesa”, mas, ao contrário, o sentido de “agressão”. No texto em análise, a inversão se resumiria em: “só o homem indefeso tem condição de defender-se”. Na afirmação de que sem os “chifres” (agressão) o homem ficaria “indefeso” está, pois, a negação da própria situação e o disjuntor desta piada está no termo “sem os chifres, o homem é um animal indefeso”. O primeiro frame refere-se a animais e destaca a utilidade dos chifres para sua auto-defesa. O segundo frame refere-se ao fato de a mulher “corneiar” o homem (ou vice-versa), uma variante da gíria “pôr chifres”, que significa: cometer adultério. O termo é repetido (por anáfora associativa) no verbo “corneiar”. A frase-síntese da idéia incongruente é, pois, “pôr chifres no homem (adultério) é uma forma de ajudá-lo a defender-se”.

Conclusão: Quando uma traição conjugal é revelada (fato que já é normalmente contrário às regras), o mais “indizível” na situação é o fato de que a pessoa traída faz papel de tola e, nesse caso, o sentimento de solidariedade que inspira é muitas vezes mesclado de compaixão, esta última, normalmente considerada pelo grupo social uma nota negativa e inferiorizante. É por esta razão que o elemento que “agrider” a regra, na piada, é sobretudo o termo “indefeso”, porque, enquanto dá a ilusão de que os chifres (semelhantemente a chifres

reais de animais) dão ao homem o “poder de defender-se”, lembram o aspecto negativo: já que os chifres estão no homem porque ele não soube defender-se da traição, estão ali para que ele “aprenda” a não tê-los, o que também nesta piada cai numa afirmação tautológica implícita. Há, então, o choque do disjuntor (explícito) com o implícito (cf. mecanismo 1.2.4.14. das relações de contraste, em que “chifres, corneado” → “traído” choca-se com a idéia real de “defesa”) implícito a que o disjuntor conduz (expresso na idéia incongruente). **É, pois no choque destes dois níveis que se processa o humor do texto.**

3.2.2. Mecanismo da ironia

Para demonstrar o mecanismo da ironia, foram analisadas as piadas de 18 a 20 do corpus.

Análise da piada 18 do corpus

*1.O pastor protestante, de Bíblia em punho, sai em pregação por longínquas paragens. 2.Ao chegar num sítio, onde antes era um matagal, constata com satisfação o cuidado que o matuto, que ali construiu seu pedaço de chão, teve na transformação do lugar. 3.Trabalhando sozinho, o matuto capinou, arou, plantou, transformou o que antes era só mato, num belo sítio, com criação, pomar, horta e uma linda casinha. 4.O pastor comenta, entusiasmado:
5__ Bela obra vocês realizaram por aqui!
6__ Voceis?!
7__ Sim! 8.Você e Deus!
9__ Armh, sim! 10. Mai o sinhô pricisava de vê como é que tava isso aqui quando ele cuidava suzinho...*

A ironia, por apresentar uma afirmação na forma de negação e vice-versa, pode manifestar-se em diferentes “níveis”, ou seja: a negação (ou afirmação) nem sempre é completa: pode ser parcial, como também pode apresentar-se sob a forma de eufemismos, como na piada acima, em que o matuto não nega inteiramente a presença de Deus no sítio __ o cálculo desta conclusão fica na responsabilidade do leitor.

O disjuntor desta piada está na frase “Mas o senhor precisava de ver como é que estava isso aqui quando ele (Deus) cuidava sozinho...”, estando o termo “Deus” na base da disjunção e a frase-síntese da idéia incongruente é: ao invés de “Deus ajudando o homem”, o que acontece realmente é: “o homem é quem ajuda Deus”. E isso nos leva a um novo questionamento: se, de duas pessoas que discutissem crenças contrárias, uma afirmasse abertamente o que foi concluído por último, enquanto a outra defendesse o contrário, a

discussão poderia se manter num tom sério, até mesmo indignado. O que é, então, que torna risível a “argumentação” da piada? Parece-nos que devemos aceitar o fato de que a forma de “mostrar” a idéia tem um papel importante em relação ao humor. Acreditamos, pois, poder afirmar que é justamente a forma “dissimulada” e, ao mesmo tempo, indiscutível, de apresentar “argumentos” é que dá ao texto seu caráter risível: o recurso ao implícito para expor o “indizível” é, pois, a maior arma do riso.

Conclusão: Há vários pressupostos compondo a idéia implícita central: há (na fala do matuto), uma manobra lingüística que parte da expressão “trabalho de vocês” (da fala do pastor): o primeiro desvincula o trabalho de Deus sozinho e o do matuto sozinho. Fica, assim, não a idéia de “trabalho único e simultâneo”, mas a idéia de o trabalho de um ter-se alternado com o do outro; há (cf. mecanismo 1.2.4.3. dos sistemas subordinantes), na frase “quando ele cuidava sozinho”, o pressuposto de que “ele cuidou e o fez sozinho”. Há, na expressão “mas o senhor precisava de ver” (cf. mecanismo 1.2.4.14. das relações de contraste) a idéia de que o próximo dito contraria a situação do sítio (que merece o elogio feito pelo pastor). Há ainda o pressuposto das mudanças apresentadas pelos verbos transformativos: “capinou, arou, plantou, transformou”, não situados no “antes” (cf. mecanismo 1.2.4.6., dos marcadores aspectuais não-verbais), que pressupõe uma época anterior à ação desses verbos. Há o pressuposto (cf. mecanismo 1.2.4.14. das relações de contraste) gerado pelas duas expressões que se opõem: “só mato” e “um belo sítio, com criação, pomar, horta e uma linda casinha”. O matuto afirma, primeiro, de forma explícita, que “antes dele, Deus tomara conta do sítio sozinho”(frase 10); entretanto, na própria frase em que diz isso, há uma expressão que mostra a ironia e reverte a situação: “Mas o senhor precisava de vê como é que tava isso aqui...”. O “mas”, pelo mecanismo 1.2.4.14. das relações de contraste, deixa implícito que a situação do sítio era oposta à que o pastor elogiava. Assim, a “soma” de todos estes pressupostos leva a um pressuposto único que faz a síntese de todos e aponta a maior regra de convívio social violada pelo texto: a de dizer que “Deus ajuda o homem e, sem Deus, o homem nada realiza”. Ficam, pois, dois implícitos que se complementam: “é o homem quem ajuda Deus e não o contrário” ; e ainda: “Deus, sem a ajuda do homem, não faz nada”, viola a regra da crença religiosa que afirma o contrário. **Na soma dos vários explícitos que conduziram aos implícitos e, por sua vez, resultaram neste implícito final está o humor do texto.**

Análise da piada 19 do corpus

1. *Um psiquiatra cura um paciente, através do método da “auto-sugestão”:*

2. *Repita três vezes: “eu estou curado!”*

3. *Após muito exercício mental, o paciente acaba por sentir-se mesmo curado. 4. É quando o médico lhe apresenta a conta do tratamento. 5. Depressinha, o paciente põe em prática o que aprendeu, dizendo para o doutor:*

6. *Repita três vezes: “eu já recebi!...”*

A piada 19 parece oferecer a possibilidade de uma interpretação ambígua, ambas associando o “mecanismo da ironia” ao “script da esperteza”. Assim, a primeira interpretação seria: a frase 6 mostra que o paciente pretendia *efetivamente* ser levado a sério por seu interlocutor, ou seja: ele tentava realmente aplicar o método da auto-sugestão, tentando convencer o médico de que este já havia sido pago. Neste caso, a situação seria de esperteza, porque revelaria que, em troca do benefício recebido, o paciente pretendia utilizar o recurso usado na cura para fraudar o médico. Numa segunda interpretação, a frase 6 revelaria uma postura irônica, se o locutor tentasse, não fraudar o médico em relação ao pagamento, mas apenas ironizar quanto à validade do método, colocando o profissional numa situação “sem saída”, ou seja: após a aplicação do método da auto-sugestão no médico, a reação deste poderia ser a de desabonar/ou não a forma de tratamento usada, sendo as duas alternativas desvantajosas para o médico. No primeiro caso, para provar que o método realmente funciona, o médico deveria ficar sem receber seus honorários; no segundo caso, ao contrário, se recebesse seus honorários, o médico estaria provando que o método não funciona. É óbvio que, em se tratando de uma piada, ninguém vai contestar o grau de veracidade do texto (e a “máxima da qualidade” de Grice é, em piadas, quase sempre intencionalmente esquecida); assim, ninguém argumentaria, por exemplo, que um método assim, para ser eficaz, exige técnicas próprias de quem o aplica (o que eliminaria a idéia de o método ser posto em prática por um leigo).

O disjuntor desta piada está nos termos “Repita três vezes: eu já recebi” e a frase-síntese da idéia incongruente é: “a repetição (técnica do tratamento), se for eficaz, pode ser usada como método de pagamento”.

A bissociação parece vir do fato de que “tratamento” (primeiro frame) e “pagamento” (segundo frame) são trocas feitas, sendo que elementos internos ao “tratamento” (“Repita três vezes”) não interferem internamente no pagamento (“já recebi”), ou seja: relacionam-se enquanto “troca” (que se processa externamente, entre o todo de um frame e o todo do outro),

mas os elementos (internos) que formam o frame “tratamento” não podem ser mesclados a elementos (internos) do frame “pagamento” e vice-versa. O emprego do disjuntor leva a uma mistura de elementos internos desses dois frames, de forma inusitada.

Conclusão: Há duas regras de convívio social denunciadas: a primeira é o fato de as pessoas não questionarem abertamente certos métodos de tratamento, porque, embora não tenham uma garantia concreta que as leve a acreditar nos mesmos, não sabem como fazer esta contestação; a segunda é o fato de (de acordo com as regras), normalmente nenhuma pessoa pretender fraudar abertamente outra que lhe prestou um serviço. O disjuntor (explícito) traz para o texto os implícitos detectados (cf. mecanismo 1.2.4.19. dos processos metafóricos, entre os quais a ironia, e o mecanismo 1.2.4.14. das relações de contraste, desde que a ironia diz uma coisa para significar exatamente o contrário). **É, pois, no choque do sentido real explicitado pelo disjuntor com o sentido metafórico que se esconde na forma da ironia, que se processa o humor do texto.**

Análise da piada 20 do corpus

*1. Após anos e anos de pesquisa, cientistas e teólogos, num esforço conjunto, finalmente descobrem a nacionalidade do primeiro homem que habitou a Terra!
2. Sem dúvida nenhuma, Adão era brasileiro. 3. Não tinha o que vestir, só tinha uma maçã para comer... 4. E ainda achava que estava no Paraíso!*

A ironia surge da confusão entre situações extremas (opostas __ quase contrárias): o caso de Adão, no texto, que, em situação oposta à de quem está no paraíso, ainda pensa que está num lugar semelhante.

O disjuntor desta piada está na frase: “E ainda achava que estava no Paraíso!”, em que o “achava” leva a um segundo frame: o que se opõe ao “achava”. No 2º frame, o verdadeiro(?) Adão está nu; tem maçãs para comer, em um lugar que lhe oferece as condições que teólogos, etc. chamam de “paraíso” (e, por ser considerado um “lugar ideal”, tem, portanto, conotações positivas). No 1º frame, o brasileiro (ou qualquer outro habitante de países subdesenvolvidos) passa por dificuldades e “imagina” que está realmente no paraíso. A expressão “e ainda achava” leva aos implícitos seguintes:

__1º) se “achava” (cf. 1.2.4.16. mecanismo criado pelo tempo verbal) é porque, na realidade, “não era”;

__2º) o “ainda” (cf. 1.2.4.6. mecanismo de marcadores aspectuais não-verbais) supõe um

“além de tudo”, ou seja: o cúmulo de tudo, é um operador argumentativo decisivo; ___3º) o “e” (cf. 1.2.4.18. mecanismo que faz supor alteração numérica, no caso, um “acréscimo” de circunstância) não vem apenas adicionar uma informação, mas preparar para o “ápice” de todas as informações anteriores: a de o brasileiro “ainda achar que estava no paraíso!”, conclusão infundada, baseada simplesmente no “achar”, pois o brasileiro, além de viver mal, não tinha consciência disso.

Quando o autor coloca Adão como brasileiro, leva a um pressuposto que extrapola o texto: se todas estas constatações aplicam-se ao brasileiro em geral, este é aquela pessoa que vive em condições precárias e ainda não se conscientiza de que tal condição lhe é imposta.

A frase-síntese da idéia incongruente é: “na situação miserável em que vive, o brasileiro acha que está no paraíso”.

Conclusão: Se o texto falasse abertamente da miséria do brasileiro, não haveria graça. Quando, opondo-se à situação real, é apresentado o “mito” de “Brasil: país de Deus” (já que é comum dizer-se que “Deus é brasileiro”), a violação da regra violada aparece: é essa idéia corrente que a piada questiona, embora ninguém tenha coragem de contradizê-la explicitamente, como se o brasileiro ficasse temeroso com a possibilidade de que “deixando de reafirmar a frase, viesse a constar, como consequência, o agravamento da situação!!!...” O disjuntor da piada encarrega-se de “quebrar o mito” e o faz de uma forma indireta, usando como metáfora a figura de Adão (para citar a nudez e a falta de alimento) e criando um “paraíso” inusitado, porque de conotações negativas. Ao usar os termos “e ainda achava” para levar à comparação com o paraíso *real*, o autor do texto recorre a um caminho implícito para transformar as mesmas características do Adão bíblico e do paraíso em aspectos negativos. A ironia usada é, pois, a forma implícita pela qual se constrói o humor do texto e esta mesma ironia vem chocar-se com os elementos explícitos que conduzem a ela. Na ironia, este choque é mais evidente, porque ela resulta justamente da afirmação confrontada com a intenção contrária. Há, pois, o choque do explícito com o implícito (cf. mecanismo 1.2.4.19. dos processos metafóricos, no caso, a ironia; e cf. mecanismo 1.2.4.14. das relações de contraste, desde que, na ironia, o implícito contraria o explícito). **É, pois, no choque destes dois níveis que se processa o humor do texto.**

3.2.3. Mecanismo da mistura de lugares ou posições sociais do sujeito

Para demonstrar o mecanismo da mistura de lugares sociais (ou de posições do sujeito), foram analisadas as piadas de 21 a 23 do corpus.

Análise da piada 21 do corpus

1. Na fuga, após um roubo, os ladrões perderam parte das jóias que roubaram. 2. Um velhinho, encontrado nas imediações do local do dito desaparecimento, foi levado à cadeia como suspeito. 3. Quando o investigador lhe perguntava onde estavam as jóias, ele apenas dizia que não sabia. 4. Para que o velhinho confessasse logo o roubo, o investigador, irritado, resolveu “dar-lhe uma prensa”, mergulhando a cabeça do mesmo num tambor de água. 5. A cada vez que tirava a cabeça do velhinho da água, o investigador ironizava:

6. E então, vovô, “encontrou” as jóias? 7. Vai falar?

8. Na quinta vez em que retiraram o velhinho da água, quase afogado, ele falou:

9. Ah, moço, arranja outro mergulhador, porque eu não estou encontrando essas jóias não

A mistura de lugares sociais deve-se ao fato de que o velhinho era considerado apenas um “suspeito” (não um mergulhador) pelo investigador (a prova é que este último submetia o primeiro à tortura de “mergulhar a cabeça do velhinho na água”); enquanto que, na visão do velhinho, ele próprio se via na condição, não de suspeito, mas de “mergulhador” (com a tarefa de encontrar jóias no local do mergulho). Nesta piada há ainda o recurso ao “mecanismo da ambigüidade”, não no nível de termos, mas no nível situacional (é como se a situação se constituísse num bloco de informação e este texto não-verbal fosse “lido” como uma frase de duplo sentido).

O disjuntor desta piada é “Arranja outro mergulhador, porque eu não estou encontrando essas jóias não”, em que o termo “mergulhador” aparece como elemento inesperado na dupla associação de “mergulhar”. A partir da primeira idéia, ou seja, o conhecimento de “mergulhar no mar para procurar jóias”, vem a segunda: o “mergulhar a cabeça na água (seja/ou não por causa de jóias a serem encontradas)”. No último caso, há um exemplo evidente de “tortura”, o que pressupõe um duplo conhecimento de mundo: tanto dessa forma de tortura (mergulhar a cabeça da pessoa torturada em água até que fale o que o torturador pretende); quanto a consciência do fato de que tal procedimento é considerado pelo povo como usual entre investigadores de polícia. O emprego inadequado que o velhinho faz do disjuntor (com as conotações que caracterizam o primeiro frame), quando incide no

segundo frame, provoca o choque da bissociação. A frase-síntese da idéia incongruente é: “procurar jóias na água de um tambor usado para tortura”.

Conclusão: O humor é causado pela incongruência gerada pelo choque do explícito (na situação e na fala do velhinho) que leva ao implícito (pressuposto: o engano do velhinho ao interpretar a situação). O implícito recorre aos seguintes mecanismos criadores de pressuposição: na causa apresentada pelo velhinho (no disjuntor), há o mecanismo 1.2.4.3., que apresenta, no sistema subordinante (aqui especificamente o causal), uma razão para o fato explicitado na outra oração (principal): isto “prova” que, na visão do velhinho, havia realmente, jóias a serem encontradas no fundo do tambor de água; há ainda o termo “mergulhador” que, pelo mecanismo 1.2.4.13. de restrição seletiva, mostra também a visão do velhinho quanto à posição que ocupava na situação, noção acentuada pelo termo “outro”, que, segundo o mecanismo 1.2.4.18. traz a idéia de que ele é “um” dos mergulhadores que estão sendo levados a procurar as jóias; e, finalmente, pelo mecanismo 1.2.4.14. das relações de contraste, porque no “não estou encontrando”, fica o pressuposto de “era para estar encontrando (as jóias)”. **É, pois, na complementação do explícito com o implícito e na agressão (também implícita) ao sistema (regras do convívio social) que está o risível do texto.**

Análise da piada 22 do corpus

1.O chefe da repartição estava muito cabreiro com um de seus funcionários. 2.Sempre na quinta-feira o sujeito faltava ao trabalho e no dia seguinte não dava nenhuma satisfação. 3.Até que, numa semana,o chefe pede a um dos office-boys que, na quinta bem cedinho, fosse até a casa do funcionário e ficasse de butuca para ver o que ele fazia o dia inteiro.

4.No final do dia, o rapaz voltou e relatou para o chefe:

5_ Bem, seu Galhardo, ele saiu de casa lá pelas nove, pegou o seu carro e levou a sua mulher para passar o dia num motel.

6_ Ué, que estranho! 7.E precisa faltar ao trabalho pra levar a própria mulher num motel?

8_ Seu Galhardo, eu posso lhe tratar por tu?

9_ Pode, ora, mas por quê?

10_ Fica mais fácil para explicar! 11. O cara saiu às nove de casa, pegou o teu carro e levou tua mulher para um motel. 12.Entendeu?

A mistura de lugares existe enquanto o office-boy é o único a compreender que os pronomes “seu, sua, etc.”, que ele próprio está empregando, não se referem a uma terceira pessoa, no caso, a “ele (o funcionário)”, mas são referentes à pessoa do “você”, que é o

interlocutor (o chefe da repartição). Na explicitação dessa troca, “Seu Galhardo” é forçado a passar do lugar de “chefe da repartição” para o de “marido traído”; a passar do lugar de alguém que estava em situação vantajosa em relação ao funcionário, para a situação de “marido traído” pela mulher com o funcionário (situação desvantajosa). Aqui há também o recurso ao “mecanismo da ambigüidade”, desde que o pronome “seu/sua” é ambíguo.

Os possessivos “sua/seu”, dêiticos com dois valores: de 2^a e de 3^a pessoa, possibilitam a criação dos dois frames e o que esclarece a presença destes frames de origem é o disjuntor, que esclarece a mudança total do frame de “mulher do funcionário em situações normais para um casal (a única nota destoante sendo a ida ao motel)” ou seja: “mulher dele”, para o frame: “mulher do interlocutor em situação de traição”, a única nota destoante sendo o uso do carro do marido traído □ traição extra. O disjuntor desta piada está na frase: “O cara saiu às nove de casa, pegou o teu carro e levou tua mulher para um motel”, que esclarece o frame do relato do office-boy e o põe lado a lado com o frame entendido primeiramente pelo chefe da repartição. Feito o paralelo que possibilita a comparação, chega-se ao cálculo do grau de estranheza causado por um e outro. Se, no primeiro, parecia estranho o funcionário faltar de serviço para ir ao motel e ainda levar a própria mulher (os dois fatos assegurados pelo fato de o funcionário pegar o próprio carro); no segundo, a falta do funcionário e a ida ao motel parecem mais “normais” quando fica configurada a traição. Só o fato de o funcionário usar até mesmo o carro do marido traído traz uma nova estranheza, porque acrescenta mais uma “nota” agressiva, que torna incomum (e mais atrevida) a traição feita contra o chefe. A frase-síntese da idéia incongruente é: “o chefe, por não entender que o funcionário tenha levado a própria mulher a um motel (onde normalmente acontecem encontros clandestinos), precisa saber que a *sua* mulher da narrativa não era *sua* → *do funcionário*, mas *sua* → *do próprio chefe*”.

Conclusão: Parece haver “graus” de aceitação/ou não das regras de convívio social. Assim, os homens não consideram normal a traição conjugal, mas admitem falar sobre ela, quando se trata de um terceiro homem. A regra manda não revelar ao marido que ele é traído, portanto, se o relato de uma traição envolve o interlocutor, há um desrespeito a um tabu. Outra regra violada no mesmo texto é a que se refere ao sistema lingüístico, cujos termos se prestam à geração de situações (e ditos) ambíguas(os), como é o caso do possessivo “seu/sua”, que tanto pode referir-se a uma terceira pessoa (ele) quanto a uma segunda (você).

A incongruência central do texto (o imprevisto, o desvio, a bissociação) surge quando

o chefe de repartição, para compreender “a ida do funcionário ao motel com a própria mulher”, é forçado a aceitar a outra interpretação do possessivo (que pareceu recusar inicialmente): a mulher era a dele próprio. A outra interpretação possível, implícita no termo ambíguo (“seu/sua”), quando é depois explicitada pelos termos “teu/tua”, causa surpresa e traz para o texto a intenção (implícita) do autor: agredir a regra de convívio social, agredindo, ao mesmo tempo, o sistema lingüístico que, por sua imprecisão, causa situações ambíguas (como a de “mal-entendido” do caso, no momento da primeira narração). O implícito vai surgindo por meio dos mecanismos criadores de pressuposição: os termos “motel” e Galhardo”, pelo mecanismo 1.2.4.13, das anáforas implícitas traz toda a carga semântica que os mesmos sugerem. A expressão “assim fica mais fácil para explicar”, pelo mecanismo 1.2.4.14, das relações de contraste, esclarece dois pontos: “do outro jeito” e “era mais difícil explicar”. Juntas, elas, primeiro, mostram o pressuposto de que “se fica mais fácil de explicar” é porque, além de antes estar difícil, não tinha ficado claro; segundo, funcionam como uma locução interjetiva que traduzisse alívio para o narrador e, ao mesmo tempo, preocupação para o interlocutor, desde que: se há algo difícil de ser contado é porque não é algo agradável. Finalmente, o mecanismo 1.2.4.3, dos sistemas subordinativos mostra a incompreensão de “seu” Galhardo em relação à frase que explicitava a causa da falta do funcionário. A soma destes pressupostos levam a um pressuposto global: “seu” Galhardo não entendeu que ele estava sendo traído pela mulher e pelo funcionário. Quando a ambigüidade do “seu/sua” é esclarecida pelo explícito (frase final), **chocam-se os dois níveis de interpretação e é no choque desses dois níveis (choque que, quanto mais forte, mais agride a regra) que se processa o humor do texto.**

Análise da piada 23 do corpus

1.O governante, preocupado com a reforma penitenciária, convoca seus auxiliares na área de segurança e manda que seja feita uma reforma completa no presídio: limpeza, pintura, encanamento, etc. 2.Além disso, manda instalar televisão, video-cassete, frigobar, colchão de molas e uma porção de outras mordomias em cada cela. 3.E diz para contratarem um cozinheiro francês para ser o chef da cozinha.

4.Todos na reunião ficam pasmos. 5.Um dos assessores se atreve a perguntar:

6__ Mas, senhor, pra que todo esse luxo?

7__ Ah, meu caro! A gente nunca sabe o dia de amanhã...

A mescla de posições sociais está na previsão feita pelo governante de estar, no futuro, na condição de preso, mudança que o personagem assume voluntariamente no texto.

O disjuntor desta piada está na frase “A gente nunca sabe o dia de amanhã...”, que leva o leitor a encontrar a justificativa para o luxo, não no interesse dos presos atuais, mas dos futuros presos, entre os quais o governante se inclui. A expressão “esse luxo” caracteriza a reforma penitenciária que vai ser feita e (implicitamente) a condição atual de vida do governante. Os dois frames são: Frame 1 → condição atual dos presídios; Frame 2 → condição atual do governante. O termo comum aos dois frames (luxo) entra, no frame 1, como “sem luxo” e, no frame 2, na forma “com luxo”. A frase-síntese da idéia incongruente é: “a prisão ganha conforto, diante da possibilidade de receber o governante-ladrão”.

Conclusão: O elemento comum aos dois frames é “luxo”, mas o que aciona o terceiro frame é o disjuntor: “a gente não sabe o dia de amanhã”, base da bissociação, porque é ele que “explica” a incongruência de tanto luxo para os presídios e explica com a possibilidade de o governante tornar-se futuramente um preso e não querer abdicar das mordomias a que está habituado. Os implícitos a que o disjuntor conduz são gerados pelos seguintes mecanismos:

__ a expressão “a gente”, pode ser englobada no mecanismo 1.2.4.12. dos hiperônimos (embora tenha valor de pronome → “nós” ou “eu”), porque engloba o enunciador e/ou não os interlocutores;

__ a expressão “nunca sabe”, pelo mecanismo 1.2.4.2. dos verbos factivos, por conter uma negativa (nunca) torna-se um contrafactivo e, conseqüentemente, aponta para a situação incerta que é descrita em seguida (o dia de amanhã, para o político e seus assessores). A soma desses pressupostos gera um pressuposto único (mais geral) que consiste no fato de o político admitir (só implicitamente) que pode vir a tornar-se um preso no futuro, mas, mesmo admitindo isso implicitamente, há uma quebra da regra (porque nenhum político faz isso abertamente). **O disjuntor explícito é que permite chegar a este pressuposto maior e é na complementação desses dois níveis que se processa o humor desta piada.**

3.2.4. Mecanismo da ambigüidade

Para demonstrar o mecanismo da ambigüidade, foram analisadas as piadas de 24 a 27 do corpus.

Análise da piada 24 do corpus

- 1__ *Como se escrevia “farmácia” antigamente?*
- 2__ *Com ph.*
- 3__ *E hoje?*
- 4__ *Com f.*
- 5__ *Não, “hoje” se escreve com h.*

A ambigüidade é gerada pelas palavras “antigamente/hoje”: a primeira aparece em forma de “uso” e, devido ao emprego da primeira, o emprego da segunda é interpretado também como “uso”, quando, na verdade, havia uma “menção”⁴⁹. Os dois termos são os disjuntores da piada. Quando propiciam o redirecionamento da interpretação da pergunta (que não tem mais a palavra “farmácia” como foco), o disjuntor faz passar do primeiro frame: a dificuldade entre “ph” antes (porque se escreve com “f” hoje), para o segundo frame: a dificuldade do uso/ou não do “h”. No primeiro frame, a palavra “hoje” é vista como um advérbio e, no segundo, como o foco da pergunta (menção).

O disjuntor desta piada é “Não, *hoje* se escreve com h” e a frase-síntese da idéia incongruente é “a grafia de uma palavra é confundida com outra completamente diferente”

Conclusão: O termo “hoje”, enquanto “uso”, é amparado pela presença do termo “antigamente”, usado na primeira frase; enquanto o termo “hoje”, interpretado como menção, é amparado na “metalinguagem sobre a grafia de *farmácia*”. A incongruência é causada pelo desvio: a intenção era que o termo fosse considerado “uso” e não “menção”. Parece que o recurso a um dado implícito é, muitas vezes, a causa da ambigüidade e, para eliminá-la, é preciso explicitar este dado, seja no caso do “uso”, seja no caso da “menção”. No primeiro caso, não haveria dúvidas, se a frase 3 fosse: “Como se escreve a palavra *farmácia* hoje?; e, no caso de menção, o outro implícito, que se explicitado, resolveria a questão ambígua (também para a frase 3): “Como se escreve a palavra *hoje*?”. O implícito no texto é gerado pelo mecanismo de número 1.2.4.13., de restrição seletiva, em que a palavra “escrever” deixa o pressuposto de que “farmácia” e hoje” são palavras, porque podem ser grafadas. Há ainda, no “não”, na frase (5), o mecanismo 1.2.4.14. das relações de contraste, anunciando que a resposta (4) foi inadequada e, dessa forma, invertendo a situação: o que pergunta torna-se o que informa e deixa ainda subentendido que o outro, embora tivesse acertado uma resposta, não teve “competência” para acertar todas. É um tipo de implícito que é gerado pela situação

⁴⁹ Ver no item 2.3.: Outros aspectos teóricos pertinentes, em 1.3.4., a definição de “uso” e de “menção”.

e parece pretender agredir o que (segundo as regras) ensina, tornando-o, pela inversão de situação, no que “precisa aprender”.

Além da regra, cuja violação só se percebe pela compreensão global do contexto, na situação em que tem de resolver entre “uso” e “menção”, o destinatário parece ter sempre um sentido explícito chocando-se com um implícito, como aconteceu no texto. **É, pois, no choque do explícito com o implícito que se processa o humor do texto.**

Análise da piada 25 do corpus

- (25) *Um conhecido especulador da bolsa, também banqueiro, caminhava com um amigo pela principal avenida de Viena. 2. Quando passaram por um café, disse:*
 ___ *Vamos entrar e tomar alguma coisa?*
Seu amigo o conteve:
 ___ *Mas, Herr Hofrat, o lugar está cheio de gente!* (citada por Freud)

A análise desta piada foi mostrada no referencial teórico, por isso, incluiremos aqui apenas a conclusão sobre o humor e os níveis de compreensão da mesma.

Conclusão: É incongruente, diante das regras de convívio social, alguém não querer tomar uma bebida em público, em um local que existe para este fim. A bissociação acontece, porque o espanto (de que a ação seja em público) da interpretação do amigo de Herr Hofrat mostra que ele interpretou “tomar” não por “beber algo”, mas por “roubar”. É o espanto explícito do amigo que leva ao implícito acima. O implícito é gerado conforme o mecanismo 1.2.4.13., das anáforas implícitas, em que a expressão “tomar alguma coisa”, no primeiro sentido (beber) admite, entre seus traços semânticos, o do “lugar cheio de gente” e, no disjuntor, essa frase, por cair no mecanismo do contraste, em que “mas” remete para a busca de um oposto em que “o lugar está cheio de gente!” revela-se um traço que (pelo mesmo mecanismo) contrasta com o beber, levando ao pressuposto de que o “tomar” só pode ser compreendido em outro sentido (roubar). **Na complementação do disjuntor explícito e do implícito ao qual ele remete é nestes que se processa o humor do texto.**

Chamamos a atenção para um dado observado na última substituição, reforçando o já citado em análises anteriores: o recurso de tornar a alusão explícita também faz desaparecer o humor do texto, o que parece apontar para o fato de que o que provoca humor não é (como já

afirmamos anteriormente) a simples menção a um ato considerado desonesto, é o uso de formas implícitas (o não-dito) para apontar para o *não-dizível* (de acordo com as normas da sociedade).

Análise da piada 26 do corpus

1. *Foi quando chegou o amigo do Manuel e o convidou:*
 2 *Ó gajo! 3. Estou a lhe convidaire para a festa de quinze anos de minha filha.*
 3 *Está bem, patrício. 4. Eu irei. 5. Mas ficarei no máximo uns dois anos.*

O disjuntor *está nas frases* “Eu irei. Mas ficarei no máximo uns dois anos”, porque só estas frases mostram que houve uma segunda interpretação para a expressão ambígua “festa de quinze anos”, que pode ter os sentidos de: 1º) forma abreviada para: “festa de comemoração do aniversário de quinze anos”; 2º) “festa com duração de quinze anos”. É novamente o segundo frame tomado pelo primeiro que provoca o surgimento de um terceiro frame (convite para uma festa com duração de quinze anos) e causa o humor.

A frase-síntese da idéia incongruente é: “admitir que haja um convite para uma festa que durasse quinze anos”.

Conclusão: A bissociação surge do confronto do convite para comemorar um aniversário dos quinze anos da jovem (explícito) com a interpretação dada pelo português: implícita na sua frase: “ficarei só dois anos” que pressupõe: “Ficarei dois dos quinze anos para os quais me convidam”. Em “festa de quinze anos”, há um implícito gerado pelo mecanismo 1.2.4.13. de anáforas implícitas, em que, num contexto de convite para comemorar aniversário, a expressão é interpretada apenas como “uma festa em um determinado dia, para comemorar o aniversário de quinze anos”. O personagem gera um pressuposto do tipo 1.2.4.12., em que se considera “uns dois anos” um hipônimo de “quinze anos (de duração)”, para os quais teria sido convidado. É o fato de gerar inadequadamente o pressuposto que cria a ambigüidade. **É no choque do explícito (a duração real da festa) com o implícito (idéia da duração na compreensão do convidado) que se processa o humor do texto.**

Análise da piada 27 do corpus

(27) *Um brasileiro pergunta a um português:*

___ *Por favor! O senhor viu alguém dobrando esta esquina, agora há pouco?*

___ *Não, senhor. Quando aqui cheguei, ela já estava dobrada...*

Esta piada foi analisada no referencial teórico, razão pela qual também só incluiremos da mesma a conclusão sobre os níveis de compreensão em que se processa o humor.

Conclusão: São os seguintes os implícitos gerados no texto pelo disjuntor: cf. mecanismo 1.2.4.13., das relações de seleção restritiva, a palavra “esquina” já traz os traços semânticos de “dobra feita” mais “dobra que os outros contornam”, para chegar a uma rua (normalmente) perpendicular àquela em que estavam. Dizer que “a esquina já estava dobrada” faz recorrer ao mecanismo 1.2.4.7., dos “epítetos não restritivos”, o que torna a expressão equivalente a “a esquina, que foi dobrada” e leva a outro mecanismo: o de número 1.2.4.5., dos verbos transformativos, em que se pressupõe que a esquina passou por uma “transformação”: de “não dobrada” que a esquina era (absurdo!), ela tornou-se “dobrada”. A bissociação (choque de idéias opostas) surge do confronto do explícito (dizer que “viu alguém que mudava de direção na esquina”) com o implícito (pressuposto na bissociação: ver alguém torcer a esquina). **É, pois, na complementação do explícito com o implícito que se processa o humor do texto.**

3.2.5. Mecanismo da contradição

Para demonstrar o mecanismo da contradição, foram analisadas as piadas de 28 a 30 do corpus.

Análise da piada 28 do corpus

1. Estava um homem no cinema, na maior: as pernas na poltrona da frente, os cotovelos nos bancos dos lados, todo ‘a vontade. 2. Então, o gerente do cinema chega e diz-lhe:

3. ___ Que folga, heim, meu? 4. Não quer uns amendoinzinhos ou um whiskyzinho ?

5. ___ Não! 6. Eu quero uma ambulância. 7. Eu caí lá de cima...

A contradição está no fato de se poder afirmar, sobre o mesmo personagem, duas coisas opostas: que estava na “folga” (ou seja: estado agradável, de bem-estar, etc.) e, ao mesmo tempo (com base nas mesmas evidências), que se encontrava em uma situação desagradável, oposta a “folga”. O elemento comum às duas situações (a posição do homem) opõem-se no texto: 1º frame → “posição real de folga” vs 2º frame → “posição aparente de folga, embora posição (e situação) real de queda”. Apesar do “resultado” semelhante, as duas situações (folga/queda) são radicalmente diferentes (frames opostos).

O disjuntor é: “Eu quero uma ambulância. Eu caí lá de cima...” e a frase-síntese da idéia incongruente é: “aparentar folga, em situação de queda”.

Conclusão: Acreditamos que haja um choque entre a aparência de folga (explícita na fala do gerente e na fala tendenciosa do narrador que descreve a posição do homem) e a situação real (“Caí lá de cima”). Parece-nos, entretanto, que este choque poderia não ser risível, se a abordagem do gerente fosse outra, como por exemplo: “Por que o senhor está assentado desta maneira?”. Concluimos que o que torna risível a piada é a postura do gerente, ou seja, a forma como, sem um esclarecimento maior da situação, ele se dirigiu ao homem, reprovando-o. Acreditamos, pois, que não seja apenas a leitura errônea de uma situação, além da explicação (que resolve este mal-entendido) que causem o humor. É na atitude impensada diante de uma situação mal explicada que se constitui realmente na regra violada: as pessoas não admitem julgamentos errôneos (de outras pessoas) se provocam injustiças. Se houvesse apenas o choque de “mal entendido mais esclarecimento da situação real”, o humor se processaria no nível explícito. Mas parece que o humor é causado por julgamento impensado, que o leitor “recupera”, na fala do gerente, e há uma crítica à regra de convívio social, implícita. Pelo mecanismo 1.2.4.13. de relação de restrição seletiva, são pressupostos os traços semânticos dos termos “folga” e “caí” que servem ao contexto. Há, em seguida, o recurso a outro mecanismo: o de número 1.2.4.14. das relações de contraste, em que os dois termos podem ser comparados e, como resultado, ficam elementos semelhantes (o aspecto de folga) e elementos contraditórios: situação de queda e reprovação por “aspecto de folga”. **O choque dos explícitos (no disjuntor) com a interpretação implícita que a palavra “folga” levam, pelo mecanismo 1.2.4.14., das relações de contraste, a um “julgamento” da atitude do gerente e chega-se ao último implícito: a situação do gerente passa da de quem reprova para a de quem merece ser reprovado. É na fusão desses dois níveis que se processa o humor do texto.**

Análise da piada 29 do corpus

*1.O marido chega em casa, flagra a mulher com outro na cama, 2.pega o revólver no criado-mudo (3.todo corno tem um revólver no criado-mudo) 4.e já está pronto para descarregá-lo no Ricardão, 5.quando a mulher interrompe:
6__Pare! Pelo amor de Deus, não faça isso! 7. Não mate o pai de seus filhos!*

Há uma contradição que aparece quando a mulher, dirigindo-se ao marido (que ela trata por “você”, conforme nos mostram os imperativos usados), pede-lhe que não mate o outro (o amante), ao qual ela se refere como “pai de seus filhos”. Ora, supondo-se aqui que o possessivo refira-se ao pronome de tratamento “você” e não a “ele”, a afirmação da mulher corresponde a: “Seus filhos têm outro pai” ou “Você não é o pai de seus filhos”, o que, sendo contraditório, justifica a classificação do texto no “mecanismo da contradição”. Para a última proposição (sinônima da fala da mulher) ser considerada verdadeira, deveria haver uma correção, como por exemplo: “Você não é o pai daqueles que você acredita serem seus filhos”.

O primeiro frame envolve a situação de a mulher, flagrada em adultério, pedir ao marido para não matar o amante; o segundo frame envolve a questão de que as crianças não são filhas do marido. O disjuntor desta piada está na frase “Não mate o pai de seus filhos!” Esta frase da mulher só se justificaria se o marido estivesse tentando suicídio. Como o marido tenta matar o “outro”, ou é a palavra “pai” que está inadequada, ou é a expressão “seus filhos”. A frase-síntese da idéia incongruente é: “dizer que um terceiro homem é o pai dos filhos do interlocutor”.

Conclusão: É incongruente dizer que um terceiro homem é o pai dos filhos do interlocutor. O explícito “ele é o pai” choca-se com “seus filhos”, havendo, no pronome “seus”, o pressuposto de que os filhos são do marido (cf. mecanismo de anáforas implícitas: número 1.2.4.13: tanto no termo “pai quanto na expressão “seus filhos”). Numa tentativa de explicação, fica a afirmação tautológica, que “os filhos são (filhos) do que é o pai”, a **bissociação se processa no choque entre o explícito e o implícito.**

Análise da piada 30 do corpus

1. O camarada vai trabalhar numa obra como ajudante de pedreiro. 2. Logo no primeiro dia, o mestre-de-obras chama sua atenção:

3. Ô Vicente! 4. Os outros serventes levam dez tijolos de cada vez! 5. Por que você só leva cinco?

6. Sei não, sinhô! 7. Vai vê eles tem prigiúça de fazê duas viagem.

As duas afirmações (a do mestre-de-obras e a do servente) se contradizem duas vezes: o mestre-de-obras deixa implícito que os outros serventes não têm preguiça e que Vicente é preguiçoso, enquanto Vicente afirma o contrário sobre cada um: ele (Vicente) não tem preguiça, enquanto os outros serventes são preguiçosos.

O disjuntor desta piada está na frase “Vai vê eles tem prigiúça de fazê duas viagem”. Quando o servente passa da situação desvantajosa de “uma viagem para dez tijolos” para a situação “duas viagens para dez tijolos”, o que representa o mesmo número de tijolos, mas um número maior de viagens (ou seja: menos preguiça da parte dele), Vicente torna contraditória a reprimenda do mestre-de-obras. A frase disjuntora contesta o elemento “reprimenda” da frase usada para “chamar sua atenção” (do frame da relação patrão/empregado), quando demonstra, pelo “frame das proporções”, que a reprimenda é contraditória em relação à situação. Muda assim: “preguiça dele/disposição dos outros serventes” para “disposição dele/preguiça dos outros”.

A frase-síntese da idéia incongruente é: “a prova de que o rendimento de Vicente no trabalho não é por preguiça é que a preguiça dos outros é maior”.

Conclusão: Se, nas regras de convívio social há o respeito à hierarquia de trabalho, esta hierarquia incomoda, sobretudo quando parte de argumentos que não se sustentam. O humor da piada está no fato de o servente inverter, com proporções matematicamente incontestáveis, os argumentos do mestre de obras, quando acrescenta a variante “tempo” implícita em “número de viagens” ao rendimento questionado. Vicente o faz de forma tão categórica, que reverte a situação: de preguiça dele e disposição dos outros para a situação contrária. Com isso, contesta a repreensão sofrida e desqualifica o próprio discernimento de quem lhe dá ordens. Os implícitos são gerados conforme o mecanismo: 1.2.4.13., da relação de seleção restritiva, em que os traços semânticos de “preguiça” são “checados” por outro mecanismo, o 1.2.4.14., das relações de contraste (e aí avaliados na forma como se apresentam na frase-síntese da idéia incongruente).

É, pois, no choque do explícito (o disjuntor) com o implícito (a comparação a que o leitor é levado a fazer das duas proporções) que se processa o humor do texto.

3.2.6. Mecanismo da sugestão

Para demonstrar o mecanismo da sugestão, foram analisadas as piadas de 31 a 34 do corpus.

Análise da piada 31 do corpus

- 1. Iam dois bêbados por uma ponte, quando um deles se desequilibrou e caiu no rio.
2. De imediato o outro foi pedir socorro, mas quando tiraram o primeiro da água, ele já estava morto.
3. Então, como é que ele está? 4. perguntou o outro bêbado.
5. Não escapou: bebeu água demais.
6. Vejam só... 7. Bebe água pela primeira vez e morre!*

O que prova que o mecanismo criador de humor utilizado é o da sugestão é o fato de o amigo do bêbado morto dar a entender, de forma contraditória, que a água “mata” mais que a bebida. Além do mecanismo citado, comprova-se também o recurso ao “mecanismo criador de humor da contradição”, porque um elemento visto como positivo (a água) é apresentado como negativo diante da bebida e vice-versa. Há ainda a utilização do “mecanismo da mudança de focalização”, quando o bêbado concentra sua argumentação, não no afogamento ou na embriaguez, como a maioria das pessoas faria, mas concentra-se num detalhe sutil, quase despercebido no frame geral de “bebidas alcoólicas”: o “primeiro gole”.

O disjuntor desta piada está na frase “Bebe água pela primeira vez e morre”, que leva do frame de “bebida alcoólica e suas conseqüências (diretas e indiretas)” ao frame de “beber água e suas conseqüências”, trazendo para este a circunstância do “beber pela primeira vez e passar mal”, normalmente aplicada a casos em que a pessoa é criticada por não ter resistência a bebidas alcoólicas. Normalmente, a água e a bebida alcoólica, se ingeridas em pequena quantidade, não fazem mal e, conseqüentemente, não matam. Porém, tanto a água quanto a bebida alcoólica, se ingeridas em excesso, podem provocar a morte: a água provoca diretamente a morte, nos casos de afogamento, mas não provoca a morte indiretamente, ou seja: não leva normalmente a doenças ou outros problemas que causem a morte; a bebida alcoólica em excesso tanto causa a morte diretamente (nos casos de cirrose), como pode

causar indiretamente a morte de alguém, quando o estado de embriaguez leva a algum acidente fatal (como no texto).

Se foi o estado de embriaguez que levou o primeiro bêbado a cair na água e afogar-se, foi, pois, a bebida, a causa indireta da morte, mas foi o afogamento (“beber água”, numa interpretação popular mais superficial do processo de afogamento) a causa imediata. Entretanto, é a circunstância de tomar água “primeira vez” que torna humorística a razão apresentada para a morte, porque sugere (como foi dito acima) que a água “mata” mais que a bebida.

O discurso do bêbado origina-se no fato de o “primeiro gole” de bebidas alcoólicas gerar normalmente citações do tipo: “Puxa! Bebe (bebida alcoólica) pela primeira vez e passa mal!”. Neste tipo de discurso parece haver, da parte de quem tem a “capacidade de tolerar a bebida”, certa crítica (reprovação), para aqueles que não têm a mesma tolerância a álcool. Quando, no texto em análise, o detalhe citado é considerado a causa da morte, é enfatizado, porque é mais surpreendente um elemento mínimo num extremo e um elemento máximo no outro extremo, do que dois elementos de mesmo peso opondo-se nos dois extremos (a “balança para pesos” seria uma metáfora adequada para este caso, porque nela percebemos a diferença das duas últimas observações: no primeiro caso, o contraste; no segundo, a monotonia, que deixa os elementos passarem despercebidos). A frase-síntese da idéia incongruente é: “alguém morrer por ter tomado água pela primeira vez”.

Conclusão: O humor está no comentário cínico do amigo do bêbado, quando ele sugere que a água faz mais mal que a bebida, contrariando a “voz do povo”(as regras) que afirma sempre o contrário. É preciso “somar” a informação do disjuntor (explícito) à conclusão implícita (e buscada, como todo implícito, no conhecimento metaplícito), que leva ao riso. São gerados pressupostos a partir dos explícitos “água” e “bebida” conforme o mecanismo: 1.2.4.13., da relação de seleção restritiva; os quais, depois de comparados entre si, geram novos pressupostos pelo mecanismo 1.2.4.14., das relações de contraste. Entretanto, o detalhe mais risível fica a cargo do pressuposto 1.2.4.6., dos marcadores aspectuais não-verbais, quando aplicado à expressão “pela primeira vez” (este, normalmente usado em função do termo “bebida” e, na piada, usado em relação a água). **É, pois, na complementação dos dois níveis que se processa o humor do texto: parte-se dos dados explícitos, sem os quais seria impossível chegar aos dados implícitos.**

Análise da piada 32 do corpus

1.Reúnem-se as mães dos presidentes de diversos países. 2.Diz a mãe do presidente dos Estados Unidos:

3__ O governo do meu filho é forte! 4.Ele só faz coisas fortes, porque foi criado com leite de cabra!

5.A mãe do presidente da Rússia rebate:

6__ Meu filho também só toma decisões com firmeza! 7.E só poderia mesmo fazer coisas fortes, ele foi criado com leite de vaca holandesa!

8.Aí fala a mãe do nosso presidente:

9__ Meu filho... foi criado com leite de magnésia...

Fica clara a sugestão de que a alimentação dada a cada presidente tem uma conseqüência direta (e característica) no destino do seu país.

O disjuntor desta piada está em “Meu filho... foi criado com leite de magnésia”. O que causa a bissociação é o fato de a palavra “leite” apresentar como determinante a seqüência inesperada “de magnésia”, quando a previsão era do nome de outro mamífero que continuasse a lista citada: cabra, vaca, etc., continuando o paralelo iniciado. Assim para os “leites de animais”, citados como alimento que resultam em “só fazer coisas fortes”; segue-se, no mesmo “eixo” do paralelo que indicava alimento, o “leite de magnésia” cuja conseqüência (implícita e baseada no conhecimento de mundo) é apenas a diarreia. A frase-síntese da idéia incongruente é: “o governo do Brasil é conseqüência de o presidente, em criança, ter sido alimentado com leite de magnésia”.

Conclusão: A crítica aos governos, com a divulgação da idéia de “democracia” (ou talvez justamente para fazer crer que ela existe), tem-se tornado parte das regras (que antigamente proibiam tal procedimento); mas, a forma de criticar o governo ainda obedece a uma certa regra que barra os “excessos na forma de fazê-lo”. Por esta razão, ninguém diz, abertamente, em um discurso “sério”, que o governo do presidente é “uma merda”. Na piada em questão, embora o implícito seja do tipo pressuposto, a responsabilidade de explicitação do mesmo é deixada ao leitor. É por essa forma “dissimulada” de “dizer, sem assumir o dito”, que o autor torna o texto risível. **É, pois, na “soma” da informação do disjuntor (explícito) com a conclusão à qual esta soma leva (implícita) que se processa o humor do texto.** Os implícitos foram gerados pelos mecanismos descritos a seguir. O mecanismo: 1.2.4.13., da relação de seleção restritiva, é aplicado aos termos “leite (de cabra, de vaca)” e “leite de magnésia”, selecionando-se os traços que contexto leva a pressupor como pertinentes. Os pressupostos selecionados são relacionados às frases imediatamente seguintes aos mesmos

(introduzidas por “porque” (causal, explícito ou não), segundo o mecanismo 1.2.4.3. dos sistemas subordinantes. Em seguida, os traços semânticos pressupostos nos três tipos de “leites” foram submetidos ao mecanismo 1.2.4.14., das relações de contraste e, aplicando o mecanismo 1.2.4.19. das expressões metafóricas às reticências finais, “recupera-se” o pressuposto elíptico da consequência de leite de magnésia” pressuposto que é a conclusão final proposta pelo autor.

Análise da piada 33 do corpus

1. Diz o garoto a um amigo:

2. Eu gostaria de morrer dormindo, como o meu avô. 3. E não gritando, apavorado, como os passageiros do ônibus que ele estava guiando...

A sugestão no texto passa da figura de um velhinho que morre calmamente deitado, para a de um velho (sem o diminutivo afetivo) irresponsável, que dorme ao volante.

O disjuntor desta piada está na frase 3: “e não gritando, apavorado, como os passageiros do ônibus que ele estava guiando”, em que o termo “guiando” muda do frame 1: “dormindo” (na cama, em casa), para o frame 2: “dormindo, dirigindo ônibus lotado, com pessoas gritando”. A frase-síntese da idéia incongruente é: “o avô morrer tranquilo, enquanto dirige um ônibus lotado com pessoas gritando” (subentendido: dirigir tranquilo um ônibus que está sofrendo um acidente”).

Conclusão: Choca-se com as regras de convívio social, considerar “tranquilidade” a atitude de quem dorme ao volante e desejar copiar tal modelo (como é o caso do menino, em relação ao avô): agride mais as regras. Como o garoto explicita a tranquilidade do avô ao morrer dormindo e não explicita diretamente que ele foi o causador do acidente, esta conclusão fica na responsabilidade do leitor. Os implícitos são gerados a partir dos mecanismos descritos a seguir. O mecanismo 1.2.4.13. da relação de seleção restritiva é aplicado às expressões: “morrer tranquilo”, “dormindo”, “gritando” (observando que, se este mecanismo gera pressupostos que restringem determinados termos aos traços semânticos que os constituem, nas expressões, esta restrição torna-se maior). Os dados resultantes da “seleção” anterior são depois submetidos ao mecanismo 1.2.4.14., das relações de contraste que, por sua vez, conduz ao mecanismo 1.2.4.19. dos processos retóricos, em que a recuperação da elipse leva ao pressuposto final: “o avô estava tranquilo enquanto dirigia o ônibus que sofreu o acidente, porque estava dormindo na direção”. Portanto, **o humor se**

processa justamente no choque dos explícitos com este último implícito.

Análise da piada 34 do corpus

1__ *Eu me casei duas vezes e... nunca mais!*

2__ *Por quê?*

3__ *Minha primeira mulher morreu depois de comer cogumelos envenenados. 4. A segunda, de fratura no crânio...*

5__ *No crânio?! 6. Mas o que aconteceu?*

7__ *Não quis comer os cogumelos!*

Fica claro o mecanismo da sugestão apresentado na fala do homem, quando este dá a entender que matou as duas esposas.

O disjuntor desta piada é “Ela (a segunda mulher) não quis comer os cogumelos (envenenados)!”. A ingestão dos cogumelos envenenados aparece então nos dois frames: no 1º frame, é a causa da morte da primeira esposa (crime ou não); no 2º frame é a causa de o homem ter recorrido à fratura no crânio para provocar a morte da segunda esposa. A bissociação acontece, quando surge um novo ingrediente acrescido à questão dos cogumelos envenenados: “a segunda esposa não quis ingeri-los” e, conseqüentemente, sofreu uma fratura no crânio, provocada sem dúvida pelo marido. Como a primeira mulher não se recusou a ingerir os cogumelos, o marido não precisou recorrer a outro meio para matá-la. Conclusão: o viúvo matou as duas esposas. A frase-síntese da idéia incongruente é: “a recusa (o que indica *escolha*) da segunda mulher em comer os cogumelos envenenados é uma justificativa para a morte por fratura no crânio”.

Conclusão: Como foi analisado acima, choca-se com as regras de convívio social, o fato de alguém assumir (sobretudo de forma casual, inconseqüente) dois crimes e ainda deixar o implícito de que não continua com tal procedimento (frase 1: “...nunca mais”) devido à dificuldade encontrada no segundo. Nas expressões “cogumelos envenenados” e “fratura no crânio”, pelo mecanismo: 1.2.4.13., da relação de seleção restritiva, foram gerados como pressupostos os traços semânticos das expressões anteriores; no termo “envenenado”, pelo mecanismo 1.2.4.5. dos verbos transformativos, pressupõe-se o estado dos cogumelos de “sem veneno” para “com veneno” (colocado certamente pelo marido). Estes são submetidos ao mecanismo 2.2.4.3. dos sistemas subordinantes representados pelo termo “por que” (linha 2), que estabelece a relação de causa entre tais dados (a causa da morte de cada mulher) e, em seguida, pelo mecanismo 1.2.4.14., das relações de contraste, a fala do homem: “não quis

(comer os cogumelos)”, gera novo pressuposto: “a mulher *deveria querer*” e, provavelmente pelo mesmo mecanismo (que leva a uma comparação) a “fratura no crânio” tem como explicação (inusitada) a recusa pressuposta acima (da primeira forma de morrer). Se a recusa da segunda mulher (explícito) conduz à explicação dos dois crimes (implícito) é a **complementação do explícito pelo implícito que causa o humor.**

3.2.7. Mecanismo da descontinuidade ou quebra de tópico

Para demonstrar o mecanismo da descontinuidade ou quebra de tópico, foram analisadas as piadas de 35 a 37 do corpus.

Análise da piada 35 do corpus

1. Um garoto vem andando pela calçada e pergunta a um senhor que está parado na porta de um prédio:

2__ Vovô, qual é o caminho mais curto para se chegar ao hospital municipal?

3__ É só você me chamar novamente de vovô!

Explica-se a quebra do tópico na conversação, quando o homem, ao invés de responder ao garoto com a informação pedida, ignora o conteúdo da pergunta e, sem dar à conversação a seqüência esperada, muda o rumo do diálogo, focalizando a enunciação e não o enunciado.

O disjuntor desta piada está na frase: “É só você me chamar novamente de vovô!” que muda do 1º frame, de “chegar ao hospital como visita/ou para fazer algo”, para o 2º frame: “chegar ao hospital como paciente, depois de machucado pela surra (provável) que vai levar” e cria o terceiro (da bissociação). A frase-síntese da idéia incongruente é: “chamar alguém de “vovô” (e levar uma surra) é um modo de aprender o caminho para o hospital”.

Conclusão: As duas atitudes: a do garoto que chama o homem de “vovô” e a do homem que o ameaça são consideradas violações das regras de convívio social. Quando o homem sugere que um “meio” de o garoto chegar ao hospital é chamá-lo novamente de “vovô”, deixa implícita a sugestão de uma surra e, nesta sugestão, há um novo implícito: a reprovação que o homem faz ao garoto pela descortesia. Os pressupostos da piada são gerados sobretudo por três mecanismos: o 1.2.4.13., da relação de seleção restritiva, em que, sobretudo as expressões “chegar ao hospital” e “chamar de vovô” são analisados em relação

ao contexto; os traços semânticos das expressões anteriores são submetidos ao mecanismo 1.2.4.14., das relações de contraste que, por pressuporem uma incongruência (se em relação direta), levam ao pressuposto de uma elipse entre as duas falas; recorre-se, então, ao mecanismo 1.2.4.19. dos processos retóricos e chega-se, pela explicitação das etapas 1 e 4, descritas a seguir, às etapas faltantes (intermediárias e final) da seqüência: (1) chamar de vovô → (2) provocar irritação no homem → (3) levar uma surra do homem → (4) chegar ao hospital → (5) para tratar os ferimentos causados pela surra. **O humor se processa, pois, na complementação da informação dada pelo disjuntor (explícita) com a conclusão (nível implícito) à qual aquela informação leva.**

Análise da piada 36 do corpus

1. *O veterinário fica doente e vai ao médico. 2. O médico pergunta:*
 3 *__ Afinal, o que o senhor está sentindo?*
 4. *E o veterinário:*
 5 *__ Assim não vale!*

Explica-se a quebra do tópico na conversação, quando o cliente, ao invés de responder a pergunta feita pelo médico, só considera o conteúdo da pergunta para questionar o fato de ela ter sido enunciada, logo: muda o rumo do diálogo, sem dar à conversação a seqüência esperada.

O disjuntor desta piada está nos termos “Assim não vale”. É o “assim” que diferencia a consulta do médico e a do veterinário, desde que este último é obrigado (nas consultas que dá) a saltar a fase correspondente à frase 3, considerando que seus clientes, os animais, não têm como responder. A contestação deste “assim” é que muda a característica do 1º frame de: “o paciente lhe conta a doença dele”, para a do 2º frame: “você descobre a doença do paciente”. A frase síntese da idéia incongruente é: “para verificar a validade da consulta do médico, é necessário *avaliá-la* nos moldes da consulta do veterinário”.

Conclusão: Há a contestação da validade (ou a competência) da consulta do médico em relação à forma de consulta do veterinário, cujos pacientes não podem “ajudar”, dando informações sobre o próprio estado. Como o procedimento do médico na consulta (de acordo com as regras) é o usual desde o surgimento da medicina, ninguém questiona a validade do mesmo, mas a simples existência de “consulta com veterinário” já poderia constituir-se em um questionamento à primeira. Os pressupostos da piada são gerados pelos mecanismos

descritos a seguir. Pelo mecanismo 1.2.4.13., da relação de seleção restritiva, os termos básicos do texto: “médico”, “veterinário”, “consulta”, têm restringidos os seus traços semânticos que sejam pertinentes ao contexto. Pelo mecanismo 1.2.4.6., dos marcadores aspectuais não-verbais, o leitor busca, no contexto, o pressuposto a que leva o termo “assim”, termo que, além de ser anafórico, tem correspondência de significado com a expressão “dessa maneira”, logo, refere-se à forma de o médico “diagnosticar” a doença, forma explícita imediatamente antes na enunciação. Depois, pelo mecanismo 1.2.4.14., das relações de contraste, submetendo-se a expressão “assim não vale” ao questionamento de qual seria o oposto (→o que realmente é válido) na fala (e visão) do veterinário e chega-se ao pressuposto final: “contar o que está sentindo” não é válido, se a consulta tem como finalidade o diagnóstico a ser dado exclusivamente “pelo profissional”. Há ainda o subentendido de que ninguém é tão apto a fazer tal comparação quanto o veterinário. Considerando que **o humor surge da resolução do pressuposto final e este, a partir da informação dada pelo disjuntor(explicito), é na complementação desses dois níveis que se processa o humor desta piada.**

Análise da piada 37 do corpus

1. Um cara encontra com outro na rua:

2__ Demerval! 3. Puxa, Demerval, como você mudou! 4. Você era loiro, agora está moreno. 5. Tinha os olhos verdes, agora tem olhos negros. 6. Você era alto, agora está baixinho. 7. Era magro, está gordo. 8. Você está mesmo mudado, hein, Demerval!

9__ Qual é, cara? 10. Eu não sou o Demerval! 11. Eu me chamo Antônio Carlos.

12__ Puxa, Demerval! 13. Você mudou até de nome?!

O mecanismo da descontinuidade de tópico se revela, quando o amigo de alguém chamado Demerval, ignorando completamente as frases (9, 10 e 11) do interlocutor, continua a confundir o interlocutor com a pessoa desse amigo.

O disjuntor está em “Puxa, Demerval! Você mudou até de nome?!”. Demerval, na fala do amigo do Demerval, é virtualmente a pessoa com a qual este “amigo” conversa; e, na visão e no discurso do outro, Demerval é alguém que o primeiro sujeito conhece, mas que não tem nenhuma característica dele próprio (o homem encontrado na rua). A frase-síntese da idéia incongruente é: “teimar com o interlocutor que não admite que ‘ele é ele próprio’, deixando a sugestão de que nem ele próprio se reconhece”.

O humor acabaria se, no lugar do disjuntor, houvesse uma frase do tipo: “Desculpe,

pensei que você era o Demerval!”.

Todas as mudanças apontadas pelo amigo de Demerval poderiam ter uma explicação razoável: o “ter-se tornado de loiro em moreno” explica-se de forma muito comum pelo tingimento dos cabelos (ou também um “bronzamento”, se, mais que à cor dos cabelos, houvesse referência ao tom da pele); para os olhos terem-se tornado em “negros” quando eram “verdes”, o uso de lentes pode ser uma explicação; para o fato de antes ser magro e agora estar gordo, a explicação é a mais banal; e, para a mudança de nome também a explicação pode ser trivial. Nem uma pessoa que faz uma plástica para rejuvenescimento, nem uma pessoa que fica com o rosto deformado em razão de algum acidente, mesmo sabendo que a mudança é clara, gosta de ver tais mudanças alardeadas. É o que o amigo de Demerval faz.

Após insistir com argumentos absurdos, entre os quais a mudança da altura (“Você era alto, agora está baixinho”) que, por ser a mais absurda, supõe-se que seria reservada para o “ápice” da piada, o amigo de Demerval se fixa num item, cuja mudança, de acordo com o senso comum, é menos absurda, porque pode ter uma explicação banal, mas que é considerado, de acordo com as regras de convívio social (que se pretendem coerentes) *característico da pessoa*: o nome. Esta mudança chega a ser enfatizada, pelo emprego do “até” e é reservada para ser o disjuntor e “fechar” o texto. Isso leva a crer que há uma crítica a essa regra absurda de considerar o nome de uma pessoa o traço incontestavelmente característico da mesma. Na insistência das mudanças alegadas pelo “amigo de Demerval” fica a crítica ao sistema, na forma do implícito: o homem (que se diz chamar Antônio Carlos) passou por mudanças tais, que não sabe que ele é ele próprio” (o que é outro exemplo de piada que recorre à tautologia).

Conclusão: Os pressupostos da piada são gerados sobretudo pelos mecanismos descritos a seguir. O mecanismo 1.2.4.17., das interjeições, leva ao pressuposto de uma determinada postura (no caso, o espanto, a dúvida) por parte do enunciador. Pelo mecanismo da relação de seleção restritiva são levantados os traços pertinentes dos termos básicos do texto: “nome” e “mudar” (que avalia, do frame de “mudanças”, todas as que são/ou não possíveis ou, ao menos, explicáveis). O mecanismo 1.2.4.1., dos pressupostos existenciais deixa evidente a existência de um “Demerval”. O mecanismo 1.2.4.5., dos verbos transformativos, aponta para o fato de que “mudou” traz vários pressupostos, nas várias circunstâncias de mudança apontadas. O mecanismo 1.2.4.9., das expressões enfáticas retira

do termo “até” as informações de que “a mudança do nome era o cúmulo”. O termo “você”, como dêitico, deixa pressuposta a presença do interlocutor que o homem chama de “Demerval” (observamos que os dêiticos não foram indicados como um mecanismo criador de pressuposto: o único caso foi o da dêixis de lugar citada no mecanismo 1.2.4.15.; mas parece que o dêitico deve também ser considerado de forma mais abrangente, já que pressupõe, no enunciado, os elementos do momento da enunciação). Finalmente, pelo mecanismo 1.2.4.14., das relações de contraste, comparam-se as mudanças e percebe-se o realce dado à mudança do nome, o que leva ao pressuposto final: nas regras de convívio social, é o elemento menos característico que é o mais considerado. Conclui-se ainda que não é a constatação das mudanças em si que se constitui no tipo de regra social que a piada critica, mas três pontos: primeiro, o fato de as pessoas não gostarem de ver estas mudanças reveladas; segundo, o fato de que, com tais mudanças, a pessoa pode chegar ao “absurdo” de não reconhecer a si mesma(!); terceiro, o fato de um elemento tão “inconsistente” como o nome da pessoa ser considerado “característico” para fins de identificação. **É, pois, na complementação do explícito pela informação implícita, que se processa o humor do texto.**

3.2.8. Mecanismo da paródia

Para demonstrar o mecanismo da paródia, foram analisadas as piadas de 38 a 40 do corpus.

Análise da piada 38 do corpus

1. *Como é que um surfista impõe ordem no pedaço, usando só vogais?*
2. *__ Eu! Ó o auê aí, ô!*

A piada se vale da paródia de gírias do surfista. As gírias do texto em estudo aparecem em estruturas características da fala de pessoas jovens (frases sem verbo, uso de termos monossilábicos). Fazendo nova restrição (especificação) dentro do grupo de jovens, as gírias do texto apontam para pessoas de vocabulário com poucos recursos (o que deixa um questionamento sobre a razão deste “estilo”). “Somando” as etapas da reflexão anterior,

chega-se ao “vocabulário de louras ou de surfistas” (ambos estereótipos de estupidez) e à situação de “comunicação” que é peculiar a um destes personagens. A palavra “surfista”, clara no texto, acaba de “fechar” a interpretação do mesmo.

Considerando ainda que a paródia vale-se de um “arremedo”, de uma “caricatura” do texto “sério” que lhe dá origem, vemos a manifestação do “mecanismo da paródia” na caricaturação dos elementos inseridos neste contexto: desde a fala do personagem (pelo fato de ser gíria) até a “caricaturação do próprio contexto”, recriado nas gírias. É assim que “o espaço/o local onde a turma de amigos costuma reunir-se” vira “pedaço”; “conseguir que os amigos o escutem e respeitem” vira “impor ordem”: além da transformação da idéia de “preste atenção/corrija a desordem/diminua o barulho”(opções de interpretação possíveis), que vira “Olha o auê aí”. A frase-síntese da idéia incongruente esbarra numa questão pragmática, que dá margem a duas interpretações: a intenção do autor. Pode ter havido a intenção (a): “o surfista, devido a sua linguagem restrita, só sabe usar vogais) elaborar uma frase que impõe ordem”; ou a intenção: (b) o surfista, mesmo com fama de ser estúpido, usando recursos mínimos, atinge seu objetivo de comunicação”. Assim, na frase-síntese (a), a intenção do autor seria a de mostrar a estupidez do surfista; na frase-síntese (b), a intenção do autor seria justamente o oposto de (a): o surfista é, na realidade, inteligente.

Consideraremos como intencional (dentre as duas opções) a primeira interpretação acima: frase-síntese (a). Nela, o primeiro frame é o apresentado no texto, quando o surfista utiliza o disjuntor: “Eu! Ó o auê aí, ô!”, para impor ordem. O segundo frame é hipotético: imagina-se um rapaz “não-surfista” (e com características opostas ao primeiro), dizendo a mesma frase. Vejamos algumas hipóteses: (a) Se, no lugar de “surfista”, o enunciador da frase disjuntora for, por exemplo, substituído pela palavra “alguém”, a piada fica apenas interessante. (b) Se se perguntasse a um adolescente de alto QI como consegue estabelecer a ordem entre os amigos, apenas com o uso de vogais, a mesma resposta (*Eu! Ó o auê aí, ô!*) seria considerada inteligente, porque seria uma solução criativa em resposta a um desafio. Neste caso, haveria uma paródia da comunicação, mas não haveria a mesma dose de humor. Sendo o surfista o personagem da piada, o que se apresenta ao leitor é a paródia de uma comunicação: é o discurso cheio de gírias (e ainda com sugestão de se valer de poucos recursos de linguagem) do “surfista” (equivalente masculino da “loira burra”), se ficarmos, como optamos acima, pela frase-síntese (a) da incongruência.

Conclusão: A piada pode estar criticando o fato de o surfista, para comunicar algo, só

dispor de recursos pobres de linguagem, como pode também pretender exatamente o contrário: mostrar que, com os recursos pobres de linguagem que lhe atribuem, ele consegue ter sucesso na comunicação. Os pressupostos da piada são gerados, sobretudo, pelos seguintes mecanismos: o 1.2.4.13., da relação de restrições seletivas, em que o termo “surfista” deve ser interpretado no contexto atual para textos humorísticos (equivalente de “loira-burra”); o mecanismo 1.2.4.16, dos modos verbais, em que o verbo “olha”, no imperativo, deixa a ordem pressuposta; o significado do verbo (que não é o de “olhar”, mas de “moderar, controlar”) e o sentido de “auê” (confusão, barulho) ficam a cargo do mecanismo 1.2.4.19., dos pressupostos que surgem pelo processo metafórico (no caso, as gírias); e a exclamação final “ô!”, pode ser pressuposta de acordo com o mecanismo 1.2.4.18., em que as interjeições trazem alguma “postura” do falante implícita: no caso, o falante sente-se em posição de dar ordens e a imagem que ele tem dos interlocutores é a de pessoas que “devem” seguir suas ordens. Finalmente, o mecanismo 1.2.4.14., das relações de contraste é que vai estabelecer uma comparação entre o “quadro” formado pelos pressupostos acima e um quadro hipotético, contrário. A conclusão só é alcançada (para qualquer das duas opções de interpretação) pelo cálculo do implícito, a partir dos elementos explícitos. **É, pois, na complementação do explícito com o implícito que se processa o humor do texto.**

Análise da piada 39 do corpus

Papai Noel passa com seu trenó sobre a Etiópia. Lá embaixo, um bando de negrinhos raquíticos e famintos começa a gritar:

__Papai Noel! Papai Noel! Joga presente! Joga presente!

E o bom velhinho:

__Na-na-ni-na-não! Criança que não come não ganha brinquedo!

Se a paródia se caracteriza por ser um discurso que repete outro discurso (o “discurso fundador”), ao qual foram acrescentados “ingredientes” humorísticos (porque burlescos), no texto em análise há uma paródia, não de um outro texto, mas de um script, a partir da figura do Papai-Noel, invocada pelos pais, quando estes, pretendendo levar os filhos a alimentarem-se adequadamente, recorrem à “chantagem” de dizer às crianças que, se não comerem direito, não receberão presentes do Papai-Noel. O que é acrescentado ao script original, de forma a dar-lhe o caráter de paródia, é justamente a mudança de contexto. Se, diferentemente da Etiópia, o contexto fosse o de um lugar em que crianças bem nutridas recusam voluntariamente a comida, merecendo (do ponto de vista dos pais) ser punidas com a falta de

presentes de Papai Noel, a resposta deste perderia a graça. O contexto é, entretanto, o da Etiópia, onde faltam alimentos e as crianças são subnutridas devido à falta de alimentos. O primeiro frame apresenta a figura de Papai-Noel em seu contexto originalmente conhecido: o de uma figura que passa de trenó, voando pelo céu e carregando presentes para crianças. O disjuntor “Criança que não come não ganha brinquedo!” leva a esse primeiro frame, porque tais presentes são uma condição imposta pelos pais a crianças que, por serem obedientes, alimentam-se de acordo com sua orientação. O segundo frame apresenta crianças que não se alimentaram de acordo e que também querem ganhar presentes de Papai-Noel. A frase-síntese da idéia incongruente é: “o parâmetro de Papai-Noel para recusar presentes a crianças que não se alimentaram direito é aplicado a crianças da Etiópia... onde o alimento não lhes é oferecido”.

Conclusão: A regra de convívio social violada é a questão da fome na Etiópia, que o mundo todo conhece, mas não assume que sabe, para não ter que tomar providências contra. A quebra da regra usa como recurso (como crítica) a falta de informação de Papai-Noel, que aplica seus parâmetros para premiar/ou não as crianças com presentes a crianças da Etiópia, e, ignorando a questão da fome neste país, julga que as mesmas estejam magras por se recusarem a comer, como qualquer criança. O autor do texto vai, dessa forma, ainda mais longe em sua denúncia: atribui o estado das crianças a uma razão que as pessoas, embora não digam, bem preferiam que fosse a razão verdadeira, ou seja: a culpa de tal situação deve ser atribuída às próprias crianças.

Há uma crítica (mais na forma de uma “zombaria”) ao hábito dos pais que, sem força para imporem suas ordens e convicções aos filhos, valem-se da figura de Papai-Noel, que pune ou premia os meninos “bonzinhos”. No contraste, fica uma denúncia mais ampla: contra a situação contrastante de haver, de um lado, crianças que morrem de fome e, de outro, crianças que precisam ter a promessa de presentes, para “condescenderem” em aceitar o alimento. Essa discrepância social que, conforme as regras, deve ser aceita e calada, é denunciada (violada) pela piada.

Os pressupostos da piada são gerados sobretudo pelos mecanismos descritos a seguir. Pelo mecanismo 1.2.4.1., dos pressupostos existenciais”, a figura de Papai-Noel (ele e todo o frame que compõe sua figura: trenó, presentes para crianças que seguiram os conselhos dos pais...) aparece no texto como alguém cuja “existência” ninguém contesta; o mesmo serve

para a Etiópia que, embora seja um país real, se não for conhecido de algum leitor, este não o contesta (pressupõe sua existência). Pelo mecanismo 1.2.4.16., dos modos verbais, o imperativo “joga (presente)” pressupõe que seja natural uma resposta afirmativa ao pedido, ou seja: Papai-Noel, em resposta vai realmente jogar presentes para as crianças. Pelo mecanismo 1.2.4.7. dos epítetos não restritivos, de acordo com a expressão “bom velhinho”, ninguém duvidará de que ele “é tido como bom”; e no mecanismo 1.2.4.19. dos processos metafóricos, a enunciação final de Papai-Noel levará a uma releitura da expressão bom velhinho”, como uma ironia (sentido pressuposto). Entre o “não” peremptório da penúltima frase (“Na-na-ni-na-não!”) e na frase final, vem implícito um “porque” (cf. mecanismo 1.2.4.3. dos sistemas subordinantes) que leva ao pressuposto de existir realmente uma razão para a negação. Pelo mecanismo 1.2.4.14., das relações de contraste, a frase negativa leva à afirmativa (pressupondo-se, na afirmativa, o critério normal a ser obedecido). Finalmente, para responder à causa de as crianças não terem comido, é necessário um conhecimento metaplícito a que o texto só remete pelos termos: “Etiópia, crianças negras raquíticas e famintas”, que o mecanismo 1.2.4.13., das anáforas implícitas só remete, se o leitor tiver o conhecimento deste último frame (a fome na Etiópia). Não há uma frase explícita para esta denúncia, mas o fato é apresentado de forma chocante, deixando o leitor encontrar a conclusão na soma dos pressupostos, o que leva ao pressuposto final e obriga o leitor, dessa forma, a encarar tais fatos, ao menos enquanto ri. **É, pois, no choque da frase explícita, dita por Papai-Noel, e na interpretação errônea (implícita) que o leitor sabe que ele faz da situação, que se processa o humor do texto.**

Análise da piada 40 do corpus

- 1 __ Domingo à tarde, o político vê um programa de televisão. 2. Um assessor passa por ele e pergunta:
3 __ Firme?
4. O político responde:
5 __ Não. 6. Sírvio Santos.*

A paródia está presente na caricaturação do personagem do político, que fala como um mineiro caipira ou como um paulista interiorano, ou ainda como uma pessoa de pouca instrução.

O disjuntor desta piada é “Sírvio Santos”, que vem propiciar a bissociação, de acordo com o seguinte raciocínio: se “Sírvio” equivale a “Sílvio”, “firme” equivale a “filme” ou a

“firme” mesmo. Deve-se considerar então, no 1º frame, o das formas polidas de cumprimento, que “firme” significa, na língua coloquial, um cumprimento, em que uma pessoa pergunta pelo estado da outra, ou seja: “Está firme?”, equivalendo a “Tudo bem?”; no 2º frame, deve-se considerar também um fato comum na língua falada por pessoas menos escolarizadas (ou também por “caipiras”): a troca do “l” por “r”, que vem posposto à vogal de base da sílaba tônica (formando, na língua oral, um ditongo “fiume”). Assim, “firme” seria equivalente a “filme”, como “Sírvio” seria equivalente a “Sílvio”, constatação possível, visto haver uma alusão ao conhecido apresentador da televisão brasileira: “Sílvio Santos”, que tem um programa na emissora SBT, nos domingos à tarde. A frase-síntese da idéia incongruente é: “diante de um cumprimento polido, a resposta do político é o nome de um programa”.

Conclusão: É incongruente a resposta do político “Sírvio Santos”, quando o assessor perguntou se ele estava “firme” (ou seja: “estava bem”). Esse texto utiliza também o recurso, não de explicitar a crítica às regras violadas, mas de “apresentar a situação”, em que quem viola as regras é o leitor, ao concluir; o autor apenas explicita o disjuntor e este sugere esta conclusão por meio dos implícitos. Os pressupostos da piada são gerados sobretudo pelos mecanismos descritos a seguir. No mecanismo 1.2.4.10., das descrições definidas, destacam-se os traços pertinentes ao contexto sobre: “o político” (há aqui o pressuposto de que seja “aquele” político conhecido, no caso, um estereótipo do político ignorante) e “um assessor” (em que há o pressuposto de que existem vários assessores para aquele político). Há o mecanismo 1.2.4.12., dos hiperônimos, em que “ver algo na televisão” pressupõe uma diversidade de programações, entre as quais, “filmes” e o “programa de Sílvio Santos”. Com base no pressuposto anterior, surge o mecanismo 1.2.4.14., das relações de contraste, que permite ao político (ao compreender na pergunta a palavra “filme”) responder com o nome de outro programa. Ainda com base no mecanismo anterior é que o termo “firme” é compreendido como “filme” pelas pessoas que tem um nível de pronúncia mais próximo do caipira, mas é compreendido, de forma diversa, como “estar bem” pelas pessoas que usam gíria, mas não têm o padrão de pronúncia do caipira. Finalmente, pelo mecanismo 1.2.4.19. dos processos metafóricos que, no nível situacional permitem a existência da paródia, é que o leitor “lê”, na figura do político do texto, um estereótipo do político ignorante. **É, pois, o choque do explícito (da fala do político) com os implícitos (pressupostos pelo leitor) que se processa o humor do texto.**

3.2.9. Mecanismo do jogo de palavras

Para demonstrar o mecanismo do jogo de palavras, foram analisadas as piadas de 41 a 43 do corpus.

Análise da piada 41 do corpus

1. Campanha de prevenção: 2. Faça sexo seguro pela Internet. 3. Use sempre anti-vírus.

Se o jogo de palavras, segundo TRAVAGLIA (1988), “é criado lançando mão de homonímia, polissemia e semelhanças fônicas entre termos de sentidos diferentes”, reconhecemos um jogo de palavras no emprego do termo “vírus”, como uma homônima com sentidos distintos para cada um dos frames em que é empregada (logo, há aqui também o mecanismo da “ambigüidade”).

O disjuntor desta piada está na frase “Use sempre anti-vírus”, em que “vírus” tanto pode apresentar-se num 1º frame, com traços relativos a “sexo”; como pode apresentar-se, num 2º frame, com traços relativos a “computador”. É transportando o traço do primeiro frame para o segundo, por meio do jogo explícito de palavras que o disjuntor torna o texto risível. A frase síntese da idéia incongruente é: “para fazer sexo seguro pela Internet (logo, virtual) deve-se usar anti-vírus do computador”.

Conclusão: É incongruente a idéia de fazer sexo (seguro ou não) “pela” Internet e, para ter segurança no sexo, usar anti-vírus próprio para computador. São os termos polissêmicos que propiciam esta ambigüidade, logo, o texto critica, num primeiro momento, este aspecto da língua. Uma segunda crítica é (embora ninguém diga que é realmente isso que acontece) para o fato de o homem estar mais preocupado com os vírus que atacam os computadores do que com os vírus que atacam o próprio homem ao fazer sexo. E, diante da segunda hipótese, fica a conclusão de que, havendo mais proteção contra os vírus para computador, é mais seguro fazer sexo de forma virtual.

Os pressupostos da piada são gerados pelo mecanismo 1.2.4.13., da relação de seleção restritiva, em que o termo “vírus” é duplamente selecionado: no frame de doenças e no frame de computadores. Outro mecanismo, o 1.2.4.14., das relações de contraste, leva a distinguir e a comparar dois blocos no texto: de um lado, “campanha de prevenção” e “fazer sexo seguro”

e, de outro, “Internet” e “vírus” (de computador). O mecanismo 1.2.4.19., dos processos metafóricos permite ver uma forma de “sinestesia” na mistura dos dois blocos que não se misturam e, como nas metáforas, quando um autor diz, por exemplo, que “Maria é uma rosa”, o leitor fica tentando “fundir” as informações em algo que tenha alguma lógica. É o que se passa no texto, em que o leitor é levado a um pressuposto absurdo: só é seguro fazer sexo virtual (e pela Internet). Se é preciso fazer o cálculo acima para chegar à mensagem que a piada quer transmitir, e se esse cálculo é sugerido pelo disjuntor explícito, **é nos níveis explícito e implícito que se processa o humor do texto.**

Análise da piada 42 do corpus

1. Chato é o sujeito que fica mais tempo com você... 2. do que você com ele.

Se a expressão usada fosse “ele fica mais tempo com você do que com outros” não haveria um “jogo de palavras”. Este surge no momento em que o termo “outros” (hipotético) é substituído por “você” e, neste caso, submete o restante da expressão a uma avaliação semântica do tipo: se ele fica um tempo X com você, então você, inquestionavelmente fica o mesmo tempo X com ele. Na troca sugerida pelo jogo de palavras fica uma interpretação esdrúxula do disjuntor, o que nos revela o emprego também do “mecanismo do absurdo”.

O disjuntor desta piada está na frase “Fica mais com você do que você com ele”. A frase-síntese da idéia incongruente é: “X fica algum tempo com Y e Y não está simultaneamente com X”.

Um elemento que também contribui para o humor desta piada é o fato de a palavra a ser definida: “chato”, ser uma palavra de caráter negativo. Se, no lugar da mesma, fosse usada uma palavra que apresentasse traços positivos de qualidade, a frase conservaria o absurdo do desencontro de tempo citado, mas perderia o humor, como nas sugestões de substituição apresentadas pelos informantes: “bom”; “amigo”; “apaixonado”. Analisando esta última sugestão de substituição, por exemplo, acreditamos que na nova definição: “Apaixonado é a pessoa que fica mais tempo com você do que você com ele”, o termo “apaixonado” teria o seguinte significado: “é o que tem o outro perto de si, que pensa no outro, mesmo quando o

outro não pensa nele”, ou seja: “ele está com o *você* (interlocutor) em pensamento, quando está longe” ou “ele está perto de você, porque só pensa em você, ainda que você não preste atenção nele”.

Conclusão: O que foi dito acima leva a concluir que, na análise das regras de convívio social, a violação está na crítica ao sistema lingüístico, que não tem recursos específicos para atender todas as necessidades de comunicação do falante. É também uma denúncia do fato de haver pessoas que não desconfiam quando sua presença é indesejável. Como a piada não explícita (de forma séria) esta opinião das pessoas, a piada o faz, mas também de forma dissimulada, porque deixa ao leitor a conclusão do pressuposto. Os pressupostos da piada são gerados sobretudo pelos seguintes mecanismos: o 1.2.4.12., da relação de seleção restritiva em que o leitor deve pressupor o que implicam os termos “chato” e a expressão “X fica um tempo com Y”. As relações de contraste (mecanismo 1.2.4.14.) levam a perceber o contraste “forçado” na separação da circunstância pressuposta em “ficar com alguém”, de acordo com o mecanismo anterior. Finalmente, há o mecanismo 1.2.4.19., dos processos metafóricos que levam o leitor (quando o sentido próprio da expressão processada não fica coerente) a buscar um sentido metafórico e reprocessar o mecanismo de contraste, com o novo significado. **Na “soma” dos termos explícitos, que levam à conclusão acima (implícita) é que se processa o humor do texto.**

Análise da piada 43 do corpus

1. Papo de patricinhas:

2. Ai, Bruna, nem me fale do Rafael! 2. Esse sujeito me cansa!

3. Pudera, né, Patrícia! 4. Você vive correndo atrás dele!...

O mecanismo criador de humor do jogo de palavras fica implícito na piada e torna-se explícito quando resumimos o texto, como na seguinte frase: “Rafael está deixando Patrícia cansada, não porque corra atrás dela ou faça coisas que lhe desagradem, mas porque ela corre inutilmente atrás dele”. É evidente também o recurso a outro criador de humor: o “mecanismo da inversão”, desde que a situação X (“Patrícia corria de Rafael” e “Rafael corria atrás dela”) transforma-se na situação Y (“Patrícia corria atrás de Rafael” e “Rafael corria/ou não de

Patrícia).

O disjuntor desta piada está na frase “Você vive correndo atrás dele!”, em que o “correr atrás de” como causa do cansaço alegado leva à releitura do cansaço, cuja causa (implícita em “Ele me cansa”) é atribuída a “correr de” (→ “ser chateada por”). A leitura do cansaço alegado é feita no segundo sentido, porque, com base no conhecimento metaplícito (justamente nas regras de convívio social), as pessoas, por uma questão de valor pessoal, não costumam admitir que estão cansados em razão de perseguirem outras inutilmente, mas sim em razão de serem assediadas por quem lhes desagrade. Não há, pois, um “cansaço físico” (como o causado por corrida, enquanto exercício físico), mas sim há um “cansaço nervoso”, causado pela rejeição à presença imposta. A frase síntese da idéia incongruente é: “perseguir alguém e ser simultaneamente perseguido”.

Conclusão: Supondo-se um contexto diferente para o diálogo, em que Patrícia fosse, por exemplo, uma investigadora que devesse seguir os passos de Rafael e que, ao abrir-se com uma amiga (que conhecesse as circunstâncias referidas), citasse para esta o fato de que tal perseguição estava lhe causando cansaço, o comentário da amiga seria apenas uma forma de concordar. No entanto, sendo um contexto em que “patricinhas” (conforme mecanismo 1.2.4.13., das anáforas implícitas, em que, acompanhando o termo, há todo um “halo” de conotações que o envolvem), conversam (“futilidades”, dentro do previsível), a resposta da amiga não pretende apenas explicar o cansaço (se fosse assim, o humor ficaria no nível explícito): a amiga pretende “denunciar” a idéia contrária, dissimulada na fala de Patrícia: ela pretendia dizer que era Rafael que corria atrás dela. Para chegar a este último pressuposto, o leitor ativa a compreensão referente ao mecanismo 1.2.4.14., das relações de contraste, ao comparar “correr atrás de” e “correr de”. O pressuposto gerado pelo mecanismo 1.2.4.19., dos processos metafóricos, associado ao anterior (das relações de contraste) vai apontar as duas idéias trazidas pela palavra “cansaço” e, na soma de todos os pressupostos concluídos, o leitor chega ao pressuposto final. **É, pois, novamente nos dois níveis: implícito, calculado a partir do disjuntor explícito, que o humor se processa.**

3.2.10. Mecanismo do exagero

Para demonstrar o mecanismo do exagero, foram analisadas as piadas de 44 a 46 do corpus.

Análise da piada 44 do corpus

1. *Século XXI. FHC está todo eufórico, comemorando o seu sexto mandato. 2. Ainda sob o efeito das comemorações, na hora de dormir, vai para a cama de cuequinhas, meias, gravata e a faixa presidencial, sem se dar conta da coisa. Ao vê-lo nesses trajes ridículos, a primeira dama exclama:*

3. *Meu Deus!*

4. *E o presidente:*

5. *Obrigado, Ruth!* 6. *Mas aqui na cama pode me chamar de Fernando...*

É evidente o exagero das atitudes megalomaniacas do presidente apresentadas pelo autor do texto.

O disjuntor desta piada está na frase “Aqui na cama pode me chamar de Fernando...”, que mostra que a frase de espanto da mulher do presidente (“Meu Deus!”) foi entendida pelo marido como um vocativo cheio de admiração/adoração. Também nesta piada, o disjuntor envia a dois frames: as duas interpretações possíveis para a frase ambígua. A frase-síntese da idéia incongruente é: “o presidente acha possível que, no lugar de uma exclamação, a expressão *Meu Deus!* seja um vocativo”.

Conclusão: O sistema lingüístico novamente é agredido, quando uma mesma expressão pode servir a usos tão diversos. Mas a regra intencionalmente mais violada parece ser a que se refere à megalomania do presidente, o que, por ser sempre dito em forma de piada, mostra justamente o verdadeiro temor/respeito em relação à regra: ninguém diz abertamente ao presidente de seu país que o considera megalomaniaco e pretensioso. Conclui-se que “mostrar a megalomania” é uma forma implícita de apontá-la: o não-dito caracteriza-se, então, por ser um dito de responsabilidade de quem interpreta o texto e o leitor chega ao pressuposto pelo mecanismo que o gerou: o 1.2.4.14., das relações de contraste, que permitem distinguir espanto e admiração, de acordo com o contexto. Quando o disjuntor (explícito) remete à conclusão “Meu Deus!” (também explícita), surge a conclusão (implícita) quanto à intenção real do autor do texto. Antes do mecanismo citado, o leitor terá processado o mecanismo 1.2.4.1., dos pressupostos existenciais, segundo o qual existe, no século XXI, alguém chamado FHC (presumivelmente o mesmo que todos os brasileiros conhecem hoje) e que ele é (de novo!) presidente. Também pelo mecanismo 1.2.4.14. das relações de contraste, surgirá o pressuposto de que “quem acha ridículos os trajes do outro” (pressupomos aqui um discurso indireto-livre na fala 2, em que o narrador se mescla com a personagem de D. Ruth) não fará, em relação aos mesmos trajes (ou à pessoa que os usa), uma exclamação de admiração. É,

pois, na “soma” destes dois níveis que se processa o humor do texto.

Análise da piada 45 do corpus

1__ Óia, eu ando com uma sorte disgramada, cumpádi! 2. Calcule ocê que ôtro dia eu pesquei um lambari de cinco quilos!
 3__ Lambari de cinco quilos?!
 4__ Tá duvidando, cumpádi?
 5__ Não, de jeito nenhum! 6. Esse rio onde nóis pesca é um assombro mesmo!
 7. Calcule o cumpádi que ôtro dia eu tava pescando e o anzol começô a puxá. 8. Logo vi que era coisa grande! 9. Dei um pôco de linha, aí fui puxando, puxando... quando tirei o danado da água, sabe o que era? 10. Um lampião! 11. E o mais impressionante é que tava aceso!
 12__ Ah, não! 13. Aí o cumpádi forçô demais! 14. Lampião aceso?! 15. Onde é que já se viu pescá um trem desse, sô?!
 16__ Tã bão, tá bão! 17. Então vamo fazê assim: o cumpádi diminui o seu lambari e eu apago o meu lampião...

O peso do peixe e a lanterna acesa dentro d’água mostram o exagero nas narrativas dos personagens.

O disjuntor desta piada está na frase “O cumpádi diminui o seu lambari e eu apago o meu lampião”, que deixa o implícito de que as duas narrativas eram mentirosas, havendo, portanto, em cada frame (seja de peixes, seja de outros objetos pescados), um lado de verdades (possíveis) e outro de mentiras. A frase-síntese da(s) idéia(s) incongruente(s) é: “mudar as circunstâncias de fatos já acontecidos antes de terem acontecido: apagar o lampião pescado aceso, se o peixe (já pescado) for diminuído”.

Se o determinante “aceso”, que acompanha “lâmpião” fosse substituído, por exemplo, pela palavra “novo” (com a eliminação do termo do campo semântico oposto: “apagar”, na frase 17), a graça acabaria. É o lampião “aceso dentro da água” que remete ao paralelo (do exagero) do lambari “de cinco quilos”, gerando um tipo de comparação na avaliação das duas afirmações: se “lâmpião aceso” significa mentira, “lambari de cinco quilos” também significa.

Conclusão: O frame dos peixes poderia, até certo ponto, ser considerado completamente verdadeiro, inclusive para o item (b), se se cogitasse em explicar de forma racional o aparecimento de peixes tão grandes (por exemplo: pelo fato de algo ter sido jogado no rio, alterando a alimentação dos peixes, etc.). A narrativa sobre o lampião aceso, em um filme de ficção científica seria tranqüilamente aceita. Mas, na piada, a narrativa do pescador

sobre o lampião pescado aceso é uma forma indireta de afirmar (cf. mecanismo 1.2.4.19., dos processos metafóricos) que a história contada pelo outro (sobre o peso exagerado do lambari) é mentirosa. Quando o pescador do lambari duvida da história do lampião aceso, o segundo pescador (percebendo que o amigo não entendeu a sugestão de comparação pretendida com a narrativa do lampião pescado aceso, conforme mecanismo 1.2.4.14., das relações de contraste, que levam o leitor a estabelecer comparações) faz nova tentativa de levá-lo a esta conclusão, mas, novamente, sem usar formas explícitas. Se este pescador usasse formas explícitas (tais como: “Seu caso é mentiroso e o meu também”) a piada perderia a graça. O pescador do “lâmpião” propõe ao primeiro exatamente isso, mas de forma implícita, por meio de metáforas (cf. mecanismo citado acima). É a incongruência criada pela forma de denunciar a mentira, por meio de metáfora, que provoca humor. Quando ele propõe: “O cumpádi diminui o seu lambari e eu apago o meu lâmpião”, tem-se a impressão de ser possível voltar a um tempo passado e diminuir um peixe já pescado, da mesma forma que apagar (antes da pesca), um lâmpião que seria pescado aceso. É a segunda tentativa (não explícita, por meio de metáforas) que o segundo pescador faz para, sem chamar abertamente o outro de mentiroso (atitude que a regra condena), levá-lo a admitir isso. **A partir dos explícitos que apresentam as metáforas no texto, chega-se ao cálculo dos implícitos. Fica, pois, na complementação destes dois níveis, o humor do texto.**

Análise da piada 46 do corpus

1. Um helicóptero cai em cima de um cemitério, em Lisboa. 2. Horas depois, a equipe de salvamento já havia resgatado mais de trezentos corpos!...

O exagero como recurso de humor é evidente no número de corpos (mais de trezentos) resgatados em um acidente de helicóptero

O disjuntor desta piada está em “Horas depois, a equipe de salvamento já havia resgatado mais de trezentos corpos!...”. O grande número de corpos poderia ser considerado coerente em qualquer dos dois itens do frame 1 (Frame de “inúmeros corpos”). Entretanto, o acidente narrado refere-se a um helicóptero, cujas vítimas seriam em número restrito. Se o helicóptero caísse em algum lugar que estivesse de acordo com o item (b) do frame 2 (Frame de pouco corpos”), o leitor tentaria verificar o número de pessoas que os helicópteros mais modernos podem transportar. Para o leitor não ter dúvidas (quanto à incongruência), o autor

empregou logo um número exageradamente alto de corpos: mais de trezentos. E, para justificar tal número, o autor trouxe a idéia de “cemitério”, que também faz parte do frame de “inúmeros cadáveres”, dos quais o leitor cooperativo não questiona o estado de decomposição e, quando o faz, ignora a “máxima da qualidade”, segundo a qual só se deve dizer o que se acredita ser verdadeiro. Sem o termo “corpos (→ cadáveres), a história poderia ser tomada como absurda, mas não teria o mesmo grau de humor. Numa hipótese em outro extremo, se o local da queda justificasse um grande número de pessoas (como em igrejas ou fábricas), a história seria plausível e perderia totalmente o humor. Da mesma forma, ainda que o helicóptero caísse em um cemitério e os corpos resgatados não ultrapassassem o número possível de passageiros deste tipo de aeronave e o estado desses corpos fosse de “morte recente”), a piada perderia o humor. Acreditamos que haja, às vezes, o choque de dois elementos básicos na construção do texto de humor: no caso, a expressão referente ao número de corpos e o termo “cemitério”, como se, para “amparar” o disjuntor, houvesse um outro termo que funcionasse com uma espécie de “âncora”, que “amarrasse” o disjuntor à situação absurda. Embora acreditemos que seja um ponto a ser mais pesquisado, não fizemos maiores indagações a respeito. A frase síntese da idéia incongruente é: “os corpos do cemitério são usados para explicar o grande número de vítimas do acidente com o helicóptero”.

Conclusão: A impropriedade dos resultados mostrados como sendo do acidente: número de corpos e estado dos mesmos, são apresentados, respectivamente, de forma explícita (para o número) e implícita (para o estado dos mesmos). É, pois, processando o mecanismo 1.2.4.13., das anáforas implícitas, que o leitor vai chegar aos pressupostos trazidos ao texto pelos termos “cemitério” e “acidente com helicóptero” (esta expressão, já uma conclusão, a partir do mecanismo 1.2.4.5., dos verbos transformativos, em que “caiu” faz a diferença entre as duas situações). O mecanismo 1.2.4.14., das relações de contraste, leva o leitor ao pressuposto de que o número de corpos de “acidente com helicóptero” é incompatível com o número explícito no texto. Com base no primeiro mecanismo citado acima (que trouxe, com o termo “cemitério”, a explicação para a presença de tantos corpos) e o mesmo mecanismo das relações de contraste, o leitor chega aos cálculos (pressupostos) do estado dos corpos resgatados (maior decomposição para os corpos do cemitério e estado de morte recente para os corpos do acidente). A complementação de explícito e implícito servem para concluir, de forma implícita (porque a conclusão não vem explícita no texto) que há uma impropriedade entre tais resultados (número de corpos) e o tipo de veículo envolvido no acidente (o helicóptero). É por esta razão que **o humor se processa no choque do**

explícito (representado pelo nome do aparelho e pelo número de corpos) **com o implícito dos dados concluídos.**

3.2.11. Mecanismo do desrespeito a regras conversacionais

Para demonstrar o mecanismo do desrespeito a regras conversacionais, foram analisadas as piadas de 47 a 49 do corpus.

Análise da piada 47 do corpus

1. Duas “Cobras” olhando o céu, numa noite estrelada:
 2 __ *Como nós somos insignificantes!*
 3 __ *Você e quem?* (L. F. Veríssimo, 1997: 07)

O desrespeito a regras conversacionais se evidencia na frase 3 que, embora em forma de pergunta, apresenta claramente um uso do “mecanismo de correção” da conversação (cf. MARCHUSCHI, 1991).

O disjuntor do texto é “Você e quem?”, que pode ser entendido, como exige a bissociação, em duas direções (ou “sentidos”, ou “frames”): 1º frame: “eu e você”; 2º frame: “eu e ela(s)”, o que possibilita o “desvio” intencional de sentido que a segunda cobra dá ao dêitico. A frase-síntese da idéia incongruente é: “a segunda cobra substitui o termo *eu*, no termo *nós* (→ você e eu), pelo termo *quem*, para excluir-se do aspecto negativo atribuído ao *nós*”.

Um termo que, se modificado, atinge o disjuntor, é a palavra “insignificantes” (que consideramos uma possível “âncora” do disjuntor), elemento de caráter negativo que leva ao desrespeito às regras conversacionais e, se retirada, também neutraliza o efeito do disjuntor, como na hipótese de modificação seguinte:

- “ __ *Como somos parecidos!*
 __ *Você e quem?*”

Conclusão: A ambigüidade apontada no pronome “nós” é uma crítica ao sistema lingüístico e leva à hipótese de que manifestar a falta de “solidariedade” na comunicação (e em outras circunstâncias de relacionamento entre os membros do grupo) viola as regras de convívio social. Valendo-se da ambigüidade, o personagem faz uma má-interpretação do

termo, o que indica recusa ao princípio de cooperação. É evidente que tal fato poderia acontecer mesmo em um texto “sério”, logo, não é simplesmente este desrespeito às regras conversacionais que torna o texto risível. O humor também não aconteceria, se a segunda cobra recusasse de outra forma este compartilhamento, simplesmente não aceitando o pressuposto, ao dizer, por exemplo: “Se você se considera insignificante, eu não penso o mesmo de mim!” (neste caso, haveria o desrespeito às regras conversacionais, mas não haveria humor). Assim, quando a segunda cobra recusa o pressuposto sugerido pelo “nós” (cf. mecanismo 1.2.4.13., das anáforas implícitas), ela desrespeita as regras conversacionais, mas não é esse desrespeito a causa direta do humor: a recusa em se aceitar como parte do “nós” é uma recusa em compartilhar com a outra cobra o “defeito” apontado pela primeira. Assim, acreditamos que a má-interpretação do termo ambíguo serviu a um propósito maior: o de violar as regras do convívio social, na recusa de compartilhamento do aspecto negativo do termo “insignificantes”. **O humor se encontra no processamento destas informações implícitas, a que só é possível chegar, por meio do disjuntor explícito.**

Análise da piada 48 do corpus

1 __ Munido de credenciais impecáveis, o homem candidatou-se a um cargo numa companhia de alto gabarito. 2. Mas ele tinha problema num dos olhos, que piscava constantemente.
3 __ Teríamos o maior prazer em contratá-lo __ disse o vice-presidente da companhia __ mas esse seu piscar é muito perturbador.
4 __ Espere! 5. Posso parar com isso se tomar duas aspirinas __ 6. disse o candidato.
7 __ Está bem. Então me mostre __ 8. retrucou o executivo.
9. O candidato ao emprego enfiou a mão no bolso, puxou uma dúzia de preservativos e colocou-os na mesa, antes de encontrar duas aspirinas.
10. Tomou os comprimidos e parou de piscar.
11 __ Ótimo __ 12. disse o vice-presidente, com frieza. __ 13. Entretanto, não aprovamos a promiscuidade.
14 __ Não, não é nada disso __ 15. respondeu o homem. __ 16. Já pediu aspirina na farmácia enquanto piscava o olho?

O mecanismo de desrespeito às regras conversacionais aparece no relato feito pelo candidato ao emprego: no diálogo entre ele e o rapaz da farmácia, este ignorou o pedido de aspirinas e “leu” apenas o gesto do “piscar de olhos” do freguês.

Observamos anteriormente que o autor da piada às vezes utiliza até três frames (sobretudo nas piadas que ilustram os scripts específicos para criar humor), mas, quando o faz, consideramos que um deles seria dispensável. No exemplo acima, acreditamos que o

frame do emprego seria dispensável. O mal-entendido (da interpretação feita pelo vendedor da farmácia para o “piscar de olhos”) poderia ser inserido apenas no frame da compra de camisinha. Parece que o frame da entrevista para o emprego age como um intensificador (uma circunstância), apenas para destacar o “piscar de olhos” e destacar a questão da promiscuidade.

A frase “Já pediu aspirina na farmácia enquanto piscava o olho?” constitui-se no disjuntor, porque leva do 1º frame, que o leitor já conhecia, para o segundo frame, com valores semânticos diferentes. No 1º frame, o “piscar de olhos” é apenas um tique nervoso; diferentemente do 2º frame em que, associado à palavra “preservativos”, esta carregada de conotações de ordem sexual, a expressão adquire um caráter de cumplicidade. Na realidade, o empregado da farmácia faz a leitura do gesto e não do texto verbal, quando ignora o último (o pedido feito oralmente pelo freguês) e concentra-se na “piscada”, como se ali estivesse o verdadeiro “pedido” do cliente __ entende, assim, que deve haver o termo “preservativos”, como um “não-dito” na fala do cliente. Foi o “piscar” que possibilitou o aparecimento de “preservativos” na piada, porque é ele que é carregado de ambigüidade (situacional), a ponto de poder ter duas interpretações, que permitem a bissociação. A frase síntese da idéia incongruente é: “alguém pede aspirinas (para comprar) e recebe preservativos”.

Conclusão: A mostra da situação de constrangimento ligada a aspectos da vida sexual (e apresentada de forma ridícula) é que se constitui na violação das regras citadas. Os pressupostos da piada são gerados sobretudo pelos seguintes mecanismos: o 1.2.4.13., da relação de restrição seletiva, por meio da qual o leitor já conhece os traços semânticos que carregam os termos básicos da piada: o homem (candidato ao emprego), os preservativos (que trazem, para o texto, conotações de ordem sexual e, conseqüentemente, “indizíveis”, de acordo com as regras de convívio social), a farmácia (da qual “preservativos” e “aspirinas” fazem parte). Após o pedido de aspirina, há o aparecimento dos preservativos, que podem ser explicados pela leitura feita pelo empregado da farmácia de um implícito não-verbal no “piscar de olhos” (mas a leitura do não-verbal e os implícitos a ele relacionados não faz parte deste trabalho). Há, entretanto, o mecanismo 1.2.4.14., das relações de contraste, em que o leitor compara as duas leituras possíveis para o gesto de piscar, o que o leva ao pressuposto final: o vendedor na farmácia ignorou o pedido real, entendendo, no pedido de aspirinas, um pedido dissimulado de preservativos. A leitura errada do vendedor da farmácia é básica para tornar o texto risível e, para chegar a ela, é necessário, além de conhecer os dados explícitos que relatam o mal-entendido, ainda buscar, no implícito, a explicação para este mal-entendido

da parte do vendedor. Assim, **é no choque entre as informações explícitas e o implícito calculado que se processa o humor.**

Análise da piada 49 do corpus

1. *No primeiro dia no novo emprego, a criada fica alguns instantes sozinha na casa.*
2. *O telefone toca e ela atende:*
3. *Alô!*
4. *De onde está falando?*
5. *De debaixo da escada!...*

O mecanismo de desrespeito às regras conversacionais aparece quando a criada dá uma informação não usual, porque específica: “um lugar determinado na casa de alguém”, num caso em que a resposta esperada deveria conter uma informação mais genérica, ou seja: “casa de quem”.

O disjuntor desta piada está na frase “De debaixo da escada”, que, além do primeiro frame (que mostra a visão de quem telefonou e espera ouvir o nome do proprietário da linha telefônica), aponta para um 2º frame (com a visão inexperiente da criada), quando traz para o texto uma associação inesperada: a do local específico onde o aparelho está instalado. A frase-síntese da idéia incongruente é: “a resposta *de debaixo da escada* substitui o nome do proprietário do telefone”.

Conclusão: Os pressupostos da piada são gerados sobretudo da seguinte forma: pelo mecanismo 1.2.4.13. da relação de seleção restritiva, que leva a compreender que, na expressão “atender o telefone”, há um frame (para o início da conversação) de um par adjacente constituído pela pergunta “De onde fala?”, para a qual a resposta prevista é a que completa a frase: “da casa de X”. Parece-nos que o mecanismo 1.2.4.14., das relações de contrastes permite que, em todo termo ambíguo, fique pressuposto o sentido que o contexto não previa, como, no caso, a palavra “onde”, que pode ter um emprego mais geral, como na resposta sobre a casa de onde se responde ao telefonema, e outro, mais específico, que foi a forma compreendida pela criada. **É, pois, no choque da resposta explícita da criada com o implícito calculado que se processa o humor do texto.**

3.2.12. Mecanismo das observações metalingüísticas

Este mecanismo, proposto por TRAVAGLIA (1991) como usual nos programas humorísticos de televisão, também pode (a nosso ver) realizar-se unicamente no nível lingüístico. Embora não tenhamos submetido nenhuma piada desse tipo à análise dos entrevistados, incluímos, como “ilustração” do mesmo, a análise do texto seguinte.

Análise da piada 50 do corpus

Carteiro feliz é o que gosta de sê-lo.

O recurso das observações metalingüísticas como mecanismo criador de humor apresenta-se, quando o leitor, interagindo com o texto, reflete sobre o significado dos termos que, sendo homófonos, não são, entretanto, homógrafos. Mas, como, oralmente, cabem os dois significados no contexto, os dois sentidos permanecem, como que “em alternância”, disputando a prioridade.

O disjuntor desta piada é a expressão: “...o que gosta de sê-lo”, que aparece usada nos dois sentidos: “sê-lo” significando “ser isto” (ser carteiro) e “selo” significando “selo de carta”. A frase-síntese da idéia incongruente é: “os dois significados: sê-lo/selo agem concomitantemente”.

Conclusão: O que parece risível no texto é justamente a possibilidade indefinida de alternância das duas opções “ouvidas”: “sê-lo” e “selo”. O mecanismo 1.2.4.14., das relações de contrastes parece ser ativado a cada interpretação oposta, ficando sempre o outro sentido implícito. O mecanismo 1.2.4.13. da relação de seleção restritiva seleciona os traços tanto da palavra “selo”, que cabem perfeitamente no contexto, quanto os da expressão “sê-lo” (ser isto), que igualmente são adequadas, se se considerar a atualização oral do texto. É provavelmente a surpresa da possibilidade de alternância dos dois significados (que disputam indefinidamente a primazia pelo sentido do texto) e a impossibilidade de solução desta ambigüidade, em termos fonéticos, que causa o humor. Acreditamos que, na bissociação, os dois explícitos se disputam, mas, enquanto um predomina, o outro lhe cede espaço, permanecendo implícito. **É pois, novamente no choque, ou antes, na alternância do**

explícito com o implícito, que se processa o humor do texto.

3.2.13. Mecanismo de violação de normas sociais

Segundo TRAVAGLIA (1991), neste mecanismo, a graça “decorre de um dos objetivos básicos do humor: o de contestar, romper a estrutura social vigente (...)o personagem tem comportamentos que contrariam o que a sociedade estabeleceu”. O que o autor chama de “normas sociais”(cf. item 1.1.2) parece ser justamente o que ECO denomina “regra violada pelo cômico”(ECO, 1984: 349), e a que nos referimos nas análises como “regras de convívio social”. Preferimos manter a classificação, porque acreditamos que os exemplos que ilustram este mecanismo apontam para uma manifestação mais explícita de afrontamento a estas “regras de convívio social”, como nos exemplos seguintes: da mulher que foi chamada de gorda pelo filho da vizinha, espancou o menino e ouviu a mãe perguntar se ela achava que ia ficar magra com esta forma de bater (“malhar”); do médico que “garante” ao paciente que este vai morrer; do dentista que propõe ao paciente arrancar devagarinho o dente deste, para fazer jus ao preço cobrado.

Para demonstrar o mecanismo da violação de normas sociais, foram analisadas as piadas de 51 a 53 do corpus.

Análise da piada 51 do corpus

1. *O menino apanha da vizinha e a mãe, muito brava, vai tirar satisfação:*
2. *__Por que a senhora bateu no meu filho?*
3. *__Ele é muito malcriado! 3. Ele me chamou de gorda!*
4. *__E a senhora acha que vai emagrecer batendo nele?*

O mecanismo de violação das normas sociais fica claro na frase 4, em que a mãe do menino diz à vizinha coisas que, de acordo com normas de conduta social (especificamente as “regras de etiqueta”, que fazem parte das regras de convívio social), as pessoas não costumam dizer umas às outras. Ela ofende a vizinha duas vezes: ao repreendê-la por ter batido no menino e ao chamá-la também (indiretamente) de “gorda”. É a audácia da violação destas normas por parte da personagem que torna possível a frase 4 e, com ela, o uso de um duplo sentido do verbo “bater”, que está na base do disjuntor, porque remete aos dois frames: “bater”, significando “espancar”, no primeiro frame, e, no segundo frame, “bater”

significando “malhar”, gíria usada tanto pelo profissional que lida com ginástica, quanto pelo profissional que lida com obesidade, os quais recomendam o “malhar” como uma forma para “emagrecer”. Como a briga gira em torno do insulto “gorda” dito pelo menino, a mãe, ao invés de minimizar o dito do filho, reforça-o, por sugerir que a vizinha estivesse, ao bater no menino, pretendendo emagrecer.

O disjuntor é “Acha que vai emagrecer batendo nele?”, que indica a presença de um segundo frame na idéia de bater (→ malhar) e mistura os dois num 3º frame (o da bissociação) no qual a mãe repreende a vizinha, ao mesmo tempo em que repete a ofensa do filho. A frase síntese da idéia incongruente é: “espancar um menino para fazer um exercício (malhação) para emagrecer”.

Conclusão: O mecanismo 1.2.4.13., da relação de seleção restritiva é ativado para mostrar os pressupostos trazidos pelos traços semânticos de “bater”, significando “espancar” e de “bater”, significando “malhar”, sentido não explícito no texto, mas trazido ao texto pelas frases (3) e (4). Nestas frases, o mecanismo 1.2.4.5., dos verbos transformativos é aplicado à compreensão do verbo “emagrecer”, em que a mãe (ao dizê-lo) reafirma o insulto usado pelo filho, porque faz pressupor uma transformação: do estado de gorda (da vizinha) para o de magra; a mãe também revela, pelo gerúndio usado em “batendo”, que os dois processos são concomitantes, ou seja: enquanto bate no menino, a mulher emagrece. No verbo “achar”, no texto em questão, o mecanismo 1.2.3.2., dos verbos subjetivos, mostra, como pressuposto do verbo contrafactivo, a “possibilidade de emagrecimento” da vizinha. Quando a mãe usa um verbo que pressupõe apenas uma “possibilidade”, ou seja, apenas uma porcentagem de certeza, ela ativa também o mecanismo 1.2.4.14., das relações de contraste, em que a porcentagem restante do achar” deixa o pressuposto de “impossibilidade” de a vizinha emagrecer daquela forma. Se o insulto fosse outro qualquer, após o “espancamento”, a mãe poderia repreender a vizinha com um discurso do tipo: “Acha que assim vai corrigir meu filho batendo nele?” e a piada não teria mais graça. O humor está, pois, em relacionar a inutilidade da surra dada pela vizinha com a utilidade de tentar emagrecer, invertendo a situação: a vizinha não estava tentando corrigir o menino, nem vingar-se do insulto que ele lhe dirigira: ela estava tentando corrigir o mal (a gordura dela) que o menino constatara. Quando a fala da mãe explicita as intenções da vizinha, fica implícita a alusão ao verbo “bater” como “malhar”(como recurso para emagrecer), como se a vizinha estivesse confundindo as duas

formas: **é, pois, no choque entre o explícito e os implícitos, que se processa o humor.**

Análise da piada 52 do corpus

*1__Doutor, o senhor tem certeza que eu estou com pneumonia? 2.Às vezes os médicos diagnosticam pneumonia e o doente morre mesmo é de outra doença.
3__ Pode ficar tranqüilo. 4.Quando eu digo que é pneumonia, o cliente morre é de pneumonia mesmo.*

O mecanismo de violação de normas sociais fica claro na frase 4, desde que um médico jamais faria tal afirmação para um paciente.

O disjuntor desta piada resume-se na frase “Quando eu digo que é pneumonia, o cliente morre é de pneumonia mesmo”, em que a idéia de morrer abre-se para dois frames: frame 1: “morte incerta”, na visão (esperança) do paciente; frame 2: “morte certa”, na visão do médico. O doente quer, mais que certificar-se de que “está” com pneumonia, certificar-se de que “não está” com pneumonia e, conseqüentemente, assegurar-se de que não vai morrer, ao menos, daquela causa; ou, se for daquela causa, que ao menos não seja daquela vez. E o médico leva esta certeza ao exagero, quando certifica ao paciente que este vai mesmo morrer do mal diagnosticado. A frase síntese da idéia incongruente é: “no lugar da esperança de vida, o médico dá a certeza da morte”.

Conclusão: O médico explicita a doença do paciente de forma normal: ele parece (ou finge) ignorar que, na dúvida do paciente quanto ao diagnóstico haja mais que a dúvida pura e simples: há uma intenção oculta na mesma: a de que o médico lhe dê esperanças de vida que o tranquilizem. Parece haver três etapas na seqüência de sentimentos que o doente persegue em seu discurso: 1) começa com a dúvida quanto ao diagnóstico do mal, 2) esperança de engano, porque → esperança de vida; 3) busca da tranqüilidade (busca da certeza da etapa anterior). O que acontece, no entanto, é que o médico, como se “lesse” no discurso do paciente apenas a etapa inicial (dúvida) e a final (tranqüilidade) e, “queimando” a etapa que faz interseção entre a 1ª e a 3ª: a (2ª) da “esperança de vida”, relaciona diretamente as outras duas. Esse tipo de insensibilidade da parte de um profissional da saúde é visto como uma “quebra” das regras de convívio social. Quando o médico ignora, na seqüência de intenções do paciente, a segunda etapa (a da “esperança”), ele considera apenas o explícito, mas o leitor é levado a processar

implícitos e descobrir as outras informações pressupostas.

Há pressupostos gerados pelo mecanismo da relação de seleção restritiva, em que o leitor ativa, de “médico”, “paciente”, “pneumonia”, “doente”, “morrer”, os traços semânticos de que o texto, embora precise, não explicita. As expressões: “tem certeza”, “às vezes”, “mesmo”, ou expressam explicitamente ou deixam implícita tanto dúvida quanto certeza, da parte de um e de outro personagem. Pelo mecanismo 1.2.4.3., dos sistemas subordinantes, na oração subordinada da frase final, a noção de tempo pressupõe uma “concomitância” entre a ação de “dizer” e a certeza de morrer”, como se fossem uma dupla inseparável. Finalmente, pelo mecanismo 1.2.4.14., das relações de contraste, o leitor é levado a contrapor a frase 3 (“Pode ficar tranquilo”) com a certeza da frase 4 e concluir: o médico deu, não a certeza que o paciente queria (de vida), mas a certeza oposta: de que o paciente vai mesmo morrer. Assim, **o humor nasce do choque do explícito do discurso do médico, que desengana o paciente, com a esperança implícita deste último.**

Análise da piada 53 do corpus

1.No consultório dentário, o sujeito recebe o orçamento:

2__ O quê?! 3.Tudo isso só para arrancar um dente?! 4.O senhor não leva nem um minuto para fazer o serviço!

5__ Ok! 6.Se você prefere, eu posso fazer a extração bem devagarinho...

O mecanismo de violação de normas sociais, na frase 6, dita pelo dentista e na frase 4, dita pelo paciente, é bem claro, porque as pessoas podem até dizer as mesmas coisas, mas, quando o fazem, tentam atenuar as formas do discurso, para não ferirem explicitamente as regras (a “boa conduta social”).

O disjuntor desta piada está nos termos: “Arranco bem devagarinho” que, do 1º frame, colocado pelo cliente: “serviço rápido do dentista → serviço mais barato” e vice-versa, remete ao 2º frame, o da visão do dentista: “serviço lento do dentista → serviço mais dolorido para o cliente” e vice-versa, implícito na fala do dentista. Este parte do argumento do dentista, que, ao invés de propor abaixar o preço, propõe demorar com o trabalho de extração, mostra ao interlocutor que a proporção sugerida por ele (paciente) não se sustenta. A frase-síntese da idéia incongruente é: “arrancar o dente de forma dolorida, para compensar o alto preço cobrado”.

Conclusão: Pelo mecanismo 1.2.4.14., das relações de contraste, o paciente aplica uma proporção muitas vezes considerada em orçamentos: valor a ser pago vs tempo de trabalho. De acordo com o mecanismo 1.2.4.13., da relação de seleção restritiva, ao processar as informações sobre “orçamento dentário”, o paciente e o dentista sabem que, para “arrancar um dente”, o orçamento envolve, além de um serviço que consome tempo (como qualquer serviço) a questão da dor que o paciente está sujeito a sofrer (numa piada, descarta-se facilmente *como fica pressuposto* a questão da anestesia que, mesmo se for dispensada, em casos de extrações inteiramente gratuitas, parece estar automaticamente incluída em casos onde há um “orçamento”, o que não aconteceu aqui). O dentista retoma este dado que ficou apenas no pressuposto e, sem explicitá-lo, destaca-o da mesma forma, quando, ao invés de focalizar a questão do preço, focaliza a questão do tempo. Pelo mesmo mecanismo de contraste, o paciente é levado a restringir sua comparação apenas aos dois elementos: arrancar o dente devagar ou arrancar rapidamente, e, na primeira opção, sujeitar-se à dor maior que fica pressuposta nesta circunstância. O raciocínio do paciente passa por três seqüências: 1) questiona o pouco tempo de serviço, como argumento para → 2) questionar o preço alto, logo → quer diminuir o preço, mas não aumentar o tempo. O dentista ignora a relação de causa da segunda etapa com a primeira e, na solução que propõe, deixa implícito que não pretende modificar o preço. **Este implícito choca-se com a solução (explícita) apresentada e é no choque destes dois níveis que o humor se processa.**

3.2.14. Mecanismo da inversão

Para demonstrar o mecanismo da inversão, foram analisadas as piadas de número 54 a 56 do corpus.

Análise da piada 54 do corpus

1. *O cara supermagro, abatido, um trapo, vai ao médico, que examina o sujeito e manda:*

2. *Seguinte: você tem que parar de fumar.* 3. *Pode, no máximo, um cigarrinho após as refeições.*

4. *Passa um mês, volta o sujeito, gordo que nem um porco, robusto, um monstro de vitalidade.*

5. *Puxa !* 6. *espanta-se o médico ___ parece que o tratamento deu certo.*

7. *Pudera!* 7. *Com vinte refeições por dia...*

O mecanismo da inversão é evidente no procedimento do paciente: ele inverte a

proporção de “menos cigarros, porque menos refeições” em “mais refeições, porque muitos cigarros”.

O disjuntor desta piada está em “Pudera! Com vinte refeições por dia!”, que indica a presença de outro frame diferente daquele da visão do médico e mostra que o resultado pretendido no primeiro é obtido de forma imprevisível neste segundo. É a mudança de proporção que transforma o frame de “uma refeição/um cigarro” em “vinte refeições/vinte cigarros” (nessa ordem, já que a refeição precede o cigarro). A frase-síntese da idéia incongruente é: “tomar vinte refeições para fumar vinte cigarros”.

Conclusão: A recomendação do médico baseia-se no conhecimento de mundo (metaplícito) do número normal de refeições diárias de uma pessoa e significa então que ele esteja recomendando: “menos cigarros, em relação ao número habitualmente fumado (antes de iniciar o tratamento)”, ficando o número de refeições como um referente para este “menos”. Há, na interpretação do paciente, uma inversão de dados da situação, na medida em que o elemento usado como referente (número de refeições) é trocado de lugar com o termo referido (número de cigarros) criando a proporção que se muda de: “comer normal/fumar igual” para “comer muito/fumar igual” (sempre o “comer” primeiro, porque é o referente do “fumar”). Há também uma contradição, desde que a intenção do médico foi a de levar o cliente a fumar menos e não a de justificar com mais refeições os vinte cigarros diários. O resultado da inversão é apresentado de forma explícita pelo narrador (frase 4) e a própria inversão é explicitada pelo cliente (na frase 7), mas o mal entendido gerado pela inversão poderia não ser risível, se a consequência (levar o homem a engordar) não fosse a mesma perseguida pelos personagens (sobretudo, se fosse uma consequência negativa em termos de saúde). Pelo mecanismo 1.2.4.17., em que as interjeições levam a um pressuposto sobre a postura do enunciado diante do fato, percebe-se a surpresa do médico diante do resultado do tratamento que ele mesmo propusera __ parece que o humor começa aí. O mecanismo da relação de seleção restritiva leva o leitor a considerar os traços semânticos que se relacionam em: “consulta médica”, paciente “supermagro”, “parar de fumar”: no consenso geral, há mesmo o pressuposto de que o cigarro traz muitos prejuízos para a saúde e, também neste consenso (embora normalmente não dito) está o fato de que, na falta de outro motivo para os males dos clientes, os médicos “aproveitam” o uso do cigarro (da mesma forma que se aproveita hoje o diagnóstico de “víroses” para explicar todo problema de saúde sem causa

nítida). De acordo com o mecanismo 1.2.4.14., das relações de contraste, o leitor compara as duas proporções (de cigarros e refeições) e chega a dois pressupostos: se o médico estivesse certo, o paciente estaria pior, porque aumentou o número de cigarros; se o paciente, ao contrário, curou a magreza, o cigarro não era o problema. Assim, **o que torna o texto risível é a explicitação da inversão (e de suas conseqüências) chocando-se com o implícito** (este também resultado do processamento final do mecanismo 1.2.3.14.) da crítica ao óbvio: o homem era magro porque não comia (e médico não questionou, na primeira consulta, este dado básico).

Análise da piada 55 do corpus

1. Uma menina a outra:

2 __ O que você quer ganhar no Natal ?

3 __ Ah! eu quero uma bicicleta! __ e você ?

4 __ Eu quero um absorvente higiênico!

5 __ Um absorvente?! Por quê ?!

6 __ É que eu vi na televisão que com ele a gente anda a cavalo, nada, anda de bicicleta, faz uma porção de coisas!!!

O mecanismo da inversão evidencia-se no fato de a menina entender que as situações apresentadas pela publicidade na televisão são mordomias, ou coisas que ela gostaria de fazer. Ela considera que se tem acesso às mesmas pelo uso do absorvente; ao invés de considerar que, para estas situações serem possíveis, em termos de conforto, é que o uso do absorvente é recomendado. O ingrediente de convencimento usado pela publicidade (o conforto e a segurança para praticar os esportes mostrados, mediante o uso do absorvente), passou, de “circunstância de meio” para “conseqüência deste uso”. O conforto e a segurança (implícitos na mensagem publicitária) não foram processados na interpretação da menina, ficando como uma etapa que ela tivesse “queimado” no processo de interpretação da mensagem publicitária.

O disjuntor desta piada é a frase “com ele a gente anda a cavalo, nada, anda de bicicleta, faz uma porção de coisas!!!”, frase na qual há, implícito, o verbo “poder” (a partir do “com ele” que não é, evidentemente, nem um adjunto adverbial de companhia nem um adjunto adverbial de instrumento). Este verbo implícito leva a uma dupla interpretação: o 1º frame mostra a visão proposta pelo publicitário: “com o absorvente, a mulher que pratica tais

esportes *pode* acrescentar a essa prática já habitual, o conforto (e continuar a fazer isso, só que de forma mais segura)”; o 2º frame mostra a visão da menina: “com o absorvente, a mulher *pode* praticar tais esportes, mesmo que não tenha acesso econômico, social, etc. a eles”. O desejo último da menina é evidentemente o status que fica implícito nos esportes apresentados pela publicidade. A frase-síntese da idéia incongruente é: “o uso do absorvente permite o acesso a esportes de determinada classe social”.

Conclusão: Quando a menina, pelo mecanismo 1.2.4.3., dos pressupostos gerados pelos sistemas subordinantes, liga o termo “absorvente” à frase (6), introduzindo esta pelo “é que”, ela deixa implícito que, nestes últimos dados encontra-se a razão para ela querer o absorvente: não é apenas pelo absorvente em si, mas pelo que ele “no cálculo dela para o implícito” lhe proporciona. Fica a impressão de que, na interpretação que faz da publicidade, a personagem considerou, de acordo com o mecanismo 1.2.4.13., das anáforas implícitas, que os esportes mostrados fizessem parte do frame de “absorvente”. Ora, pelo mesmo mecanismo, qualquer pessoa pressupõe que o recurso básico para convencer uma mulher a comprar um absorvente é o “conforto” que este lhe proporciona (não importam as situações que o publicitário use para lembrar que o conforto é necessário). Quando ela ignora o “conforto” implícito no discurso publicitário, ela faz, do uso do absorvente, um meio para atingir o verdadeiro fim visado. Pressupõe-se, cf. mecanismo 1.2.4.14., das relações de contraste, quando se comparam as duas interpretações da publicidade, que a menina não queira ter acesso à simples prática dos esportes mostrados na mesma, pelo fato de ser uma “desportista nata”, que não tem como realizar sua vocação; mas quisesse, sim, o status pressuposto na prática dos mesmos, o que ela resume em “com ele, a gente faz uma porção de coisas” (independente de tais coisas serem/ou não esportes). Fica ainda pressuposta, pelo mesmo mecanismo, uma crítica a todas as publicidades que levam o consumidor a fazer falsas analogias. É, entretanto, no cálculo do verdadeiro objetivo da personagem, ao qual o leitor é levado pela inversão que a mesma faz, inversão que “distorce” a intenção do publicitário é que há uma razão para rir. **É, pois, no choque deste explícito com o implícito (da conclusão errada da menina) que está o humor do texto.**

Análise da piada 56 do corpus

1. Seguiam dois homens por uma estrada em um carro, 2. quando, mais à frente apareceu um preto andando de bicicleta. 3. O passageiro gritou para o motorista:
 4 __ Olha o preto de bicicleta!... olha o preto de bicicleta!... olha o preto de bicicleta!...
 5. O motorista não disse nada 6. e passou o carro por cima do preto.
 7. O passageiro deu um suspiro e falou:
 8 __ Ah!... pensei que você não tinha visto.

É evidente o mecanismo da inversão, quando o leitor percebe que, ao invés de avisar ao motorista da presença do negro para aquele não atropelar este último, o que o passageiro pretendia era que o negro fosse atropelado.

O disjuntor dessa piada está na frase “Ah!...Pensei que você não tinha visto”. É ele que mostra a presença de outro frame, além do primeiro (este, dentro da interpretação comum e do previsível), em que havia apenas a situação de avisar alguém, na estrada sobre o risco de um atropelamento: no 2º frame, o passageiro mostra o preconceito racial dele próprio e do motorista. Da “soma” destes dois frames, surge a bissociação, em que o preconceito inverte a situação de aviso de perigo, transformando, de forma inesperada, o aviso “para não atropelar” em aviso “para atropelar”. A frase-síntese da idéia incongruente é: “o aviso em situação de perigo de atropelar alguém ser o aviso para não *correr o risco* de ficar sem atropelar essa pessoa”.

Conclusão: O mecanismo 1.2.4.13., da relação de restrições seletivas já traz, pressuposta na forma de referir-se ao homem de bicicleta como “um negro” o pressuposto de que a cor do homem era relevante para a situação, o que, no desenrolar da narrativa é confirmado pelo comportamento racista dos passageiros do carro. A interjeição, que (cf. mecanismo 1.2.4.18.) pressupõe alívio com o final da narrativa, é explicada pela frase: “pensei que você não tinha visto”, que analisamos a seguir. De acordo com o mecanismo 1.2.4.2., dos verbos subjetivos, o verbo “pensar” pressupõe o julgamento de uma hipótese (que, por sua vez, “justifica” o aviso inútil; inútil, porque o motorista já vira o negro). Pelo mecanismo 1.2.4.14., das relações de contraste, o leitor faz o cálculo dos pressupostos seguintes: “o motorista viu o negro e o atropelou; se não o tivesse visto, poderia não tê-lo atropelado → então, o *aviso para ver* era também um *aviso para não deixar de atropelar*”. O passageiro não diz explicitamente: “Eu quero que você atropele este negro”, caso em que se

conservaria o espanto pelo imprevisível, mas não haveria graça. É a forma de “dizer o indizível” (violar a regra sem deixar que o próprio discurso o comprometa) que torna o texto risível. **É, pois, nos dois níveis: partindo do disjuntor explícito, para se chegar ao “indizível” (implícito), que se processa o humor do texto.**

3.2.15. Mecanismo da mudança de focalização

Para demonstrar o mecanismo da mudança de focalização, foram analisadas as piadas de número 57 a 60 do corpus.

Análise da piada 57 do corpus

1. E o médico pergunta:

2 __ Sua filha sempre gagueja dessa maneira?

3 __ Não, doutor, só quando quer falar.

O mecanismo da mudança de focalização evidencia-se na interpretação que a mãe faz de “gagueja sempre dessa maneira”, não como o modo (em que o “sempre” incide sobre a expressão “dessa maneira”, significando “sempre gagueja do mesmo jeito”), mas como uma circunstância de tempo (em que o “sempre” incide sobre o “gagueja”, significando “habitualmente gagueja desse jeito”) ou seja: “gagueja dessa maneira e sempre”, o que deixa na frase o pressuposto de que “sempre → quando quer falar” opõe-se a “nunca → quando não quer falar”, enquanto, no enfoque do médico, o “dessa maneira” opõe-se a “de outra maneira”.

O disjuntor desta piada está na frase “Só quando quer falar” e os dois frames trazidos para o texto pelo disjuntor devem-se à focalização de circunstâncias: uma que o disjuntor mostrou, outra que, por oposição (pressuposto no “só”), ficou implícita. A frase-síntese da idéia incongruente é: “a menina não consegue mostrar a gagueira quando não fala”.

Os dois frames podem ser representados pelo seguinte esquema:

Frame 1 (Interpretação do médico)	Frame 2 (Interpretação da mãe)
A menina gagueja dessa maneira { <i>quando quer falar.</i>	A menina gagueja dessa maneira { <i>quando quer falar.</i>
A menina não gagueja dessa maneira { <i>quando quer falar.</i>	A menina não gagueja dessa maneira { <i>quando não quer falar.</i>

No frame entendido pelo médico, há uma constância no “gaguejar quando quer falar”, variando a circunstância de modo (“dessa maneira”) entre “sim (desse jeito)” e “não (não de outro jeito também)”. No frame entendido pela mãe, a possibilidade do “gaguejar” não se dissocia da possibilidade do “falar”, ou seja: “fala → gagueja”; “não fala → não gagueja”. A variante do frame entendido pela mãe está na circunstância de tempo: “quando quer falar/quando não quer falar”, o que atinge simultaneamente as duas ações.

Conclusão: Quando é a regra lingüística que sofre a violação, o grupo social parece não ser diretamente atingido, como se o sistema lingüístico existisse de forma autônoma, independente da vontade do falante (embora este viva a modificá-lo). Mas a impressão que se tem é de que as piadas voltadas para a crítica ao sistema lingüístico, parecem ter um caráter mais “ingênuo”, não no sentido de raciocínio, mas no que diz respeito a observações mordazes em relação ao próprio grupo (hipótese que demandaria uma pesquisa específica, para ser provado). Viemos até este ponto de nosso trabalho, afirmando que tais críticas visam ao sistema lingüístico, mas (numa última reflexão) cabe a avaliação de outra possibilidade. Como tais violações costumam (pelo grupo social) ser atribuídas à incompetência do falante, a crítica pode ser dirigida tanto ao falante, quanto ao sistema lingüístico que constrange este falante a um domínio (da língua) que ele na verdade não tem.

O mecanismo 1.2.4.15., da relação de restrições seletivas faz o leitor considerar no termo “médico”, (no frame de “consulta”), alguém que faz perguntas pertinentes e objetivas em relação ao problema do cliente. Pelo mecanismo 1.2.4.14., das relações de contraste, o leitor percebe que a expressão “sempre dessa maneira” pode levar à focalização de um dos dois pressupostos: o tempo (*sempre*) ou o modo (*dessa maneira*). A imprecisão da língua

criticada pelo texto também deixa implícita uma crítica ao usuário (no caso, o médico) que, em situações nas quais precisa de exatidão nas informações, não sabe usar um recurso lingüístico mais objetivo. **O humor da piada realiza-se, pois, no choque no explícito (dito pela mãe) com o implícito que fica pressuposto (atribuído ao médico) na mesma fala.**

Análise da piada 58 do corpus

- 1 *__ Você tem aí quinhentos mangos para me emprestar?*
- 2 *__ Não.*
- 3 *__ E em casa?*
- 4 *__ Tudo bem, obrigado.*

É intencional a focalização de um elemento da enunciação que permite o desvio do primeiro para o segundo frame. O falante da frase 2 (a quem o dinheiro é pedido) vê, na frase 3, apenas uma pergunta gentil sobre o estado (de saúde, etc.) de sua própria família (fato implícito na resposta dada: “Tudo bem, obrigado”). Se a pergunta sobre a família do interlocutor tivesse vindo primeiro, introduzindo normalmente um diálogo de duas pessoas que acabaram de encontrar-se, poderia, na seqüência deste diálogo, haver o pedido de empréstimo. No entanto, foi o pedido de empréstimo que iniciou a conversa e a mudança, no “meio” do diálogo, para um assunto que habitualmente introduz uma conversação, evidencia uma mudança intencional de tópico. Mas esta mudança não partiu do primeiro falante e sim do segundo que, aproveitando a ambigüidade da frase como uma oportunidade que esta lhe proporcionava para esquivar-se do pedido de empréstimo, desviou-se do assunto que queria encerrar. Já o falante das frases 1 e 3 apenas mudou a focalização do mesmo tópico: do dinheiro a ser emprestado, que passou do “aí” (no primeiro foco), para o “em casa” (segundo foco), conservando o diálogo dentro do mesmo tópico (→ empréstimo de dinheiro).

É igualmente explorado neste texto o “mecanismo da ambigüidade” (se o disjuntor aponta para um frame que não era inicialmente desenvolvido, é porque a frase 3 serve a dois contextos), mas observamos que este mecanismo não deve ser confundido com o mecanismo da focalização (que propomos), visto que, na piada seguinte (número 59 do corpus) há mudança de focalização, sem haver o recurso à ambigüidade. Acreditamos que a focalização parece nascer do fato de um dos interlocutores fazer uma escolha explícita do frame a ser

considerado, enquanto na ambigüidade, um dos empregos ambíguos do disjuntor costuma vir implícito, num frame diferente daquele em que vem explícito.

O disjuntor desta piada é a expressão “Tudo bem, obrigado” que traz para o texto o frame de fórmulas de cortesia que as pessoas trocam entre si no grupo social. O que possibilita a “entrada” deste frame no texto é a frase ambígua “E em casa?”, que pode servir tanto ao 1º frame, de pedido de empréstimo (significando: “Você tem quinhentos *mangos* em casa, para me emprestar?”); quanto ao 2º, o das perguntas polidas sobre a família (significando: “Em casa, como estão todos/a família?”). A frase-síntese da idéia incongruente é: “a um pedido de empréstimo, o amigo responde sobre a saúde da família”.

Conclusão: Se se considerar que houve dois pares adjacentes (“pedido de empréstimo/recusa” e depois “pergunta polida sobre a família/ resposta” não haverá humor). Há humor, porque a hipótese anterior é descartada. Fica, assim, como base da criação do humor, novamente o “indizível”, que existe no relacionamento entre as pessoas e que é apontado. Reiteramos a nossa constatação: a simples explicitação de algo que constrange não é suficiente para tornar o texto risível. O risível está, então, na “soma” das duas circunstâncias: a alusão ao “indizível” (constrangedor) e a “forma dissimulada” de fazê-lo, deixando o interlocutor numa espécie de “vazio comunicativo” (o que, na gíria da juventude, corresponde a “ficou no vácuo”). Este “vazio” só é preenchido pelo conhecimento pragmático do leitor, que percebe, na última fala, a intenção que a simples interpretação das palavras não esclarece. Pelo mecanismo 1.2.4.13., da relação de seleção restritiva, o leitor sabe quais traços do material lingüístico empregado numa situação de comunicação devem ser selecionados, de acordo com o contexto (e, a partir deste, o aspecto pragmático: a intenção dos falantes); por isso, ao usar também o mecanismo 1.2.4.14., das relações de contraste, para comparar as duas possibilidades de interpretação das seqüências do diálogo, chega ao pressuposto de que houve um “desvio” (da parte do falante da frase 4) do assunto enfocado. Na busca da razão desta mudança de foco, o primeiro mecanismo acima aponta para o termo “emprestar”, como algo que o último falante quer evitar. **É, pois, na “soma” do explícito** que é a mudança de foco presente no texto **e do nível implícito** (a busca da razão para esse “desvio”) **que se processa o humor deste texto.**

Análise da piada 59 do corpus

1. *Conversa de meninos de 4 anos:*

2__ *Ontem eu vi uma camisinha no pátio!*

3__ *O que que é pátio? (Citada por POSSENTI, 1998)*

O frame proposto pela fala do primeiro menino focaliza “camisinha”, podendo ser parafraseado por: “Vi uma camisinha que estava no pátio”, enquanto o segundo focaliza “pátio”, o que pode ser parafraseado por “Vi um pátio que tinha uma camisinha”. A diferença entre os dois frames é que o elemento focalizado em um torna-se circunstancial em outro. Há também a utilização do mecanismo da descontinuidade de tópico, desde que o segundo menino ignora o que o amigo diz (não continua com o assunto sobre a camisinha), para fixar-se no termo cujo significado não compreende.

O disjuntor desta piada está na frase “O que que é pátio?”, que mostra que, além do frame de coisas relativas a sexo (trazidas ao texto pelo termo “camisinha”) há outro frame na visão do menininho que escuta, no qual o termo “pátio” é algo novo, a ser “desvendado”. A frase síntese da idéia incongruente é: “o menininho de quatro anos sabe o que é camisinha, mas não sabe o que é pátio”.

Além das sugestões previstas, eliminando ou substituindo o disjuntor (que podem ser verificadas no Anexo), cabe destacar dois tipos de substituições que ocorreram nesta piada, com diferentes efeitos de sentido. Já dissemos que a explicitação do tema do humor (a regra explicitada) costuma neutralizar o humor. Houve um informante que chegou ao extremo desta explicitação, na tentativa de neutralização do disjuntor e que, paradoxalmente, provocou uma outra forma de humor (precocidade surrealista?!), embora se tenha conduzido na mesma “linha” de pensamento que norteou o autor da piada, ou seja: mostrar crianças que lidam com naturalidade com problemas sexuais. Esse entrevistado sugeriu a substituição da frase 3 por: “Era minha” (!!!).

Houve informantes que neutralizaram o humor da piada, trocando, não o termo “camisinha” nem o disjuntor, mas a expressão “meninos de 4 anos”, como nos seguintes exemplos de substituição na frase 1: “rapazes”; “prostitutas”, substituição que leva à hipótese de que o humor esteja ligado a situações que, de alguma maneira “chocam”, como é o caso de

meninos de 4 anos falando naturalmente sobre questões relativas a sexo (a troca aqui sugerida deixava a piada sem graça).

Conclusão: A última sugestão de troca mostrou que o risível está, de alguma forma, ligado ao inesperado (seja de conteúdo, seja de forma). Na piada acima, há dois detalhes inesperados: o fato de o diálogo ser entre crianças de 4 anos e o fato de o segundo menininho não saber o que seja “pátio”, embora saiba o que é “camisinha”, fato pressuposto no desvio de foco causado pela pergunta final. Observamos que o “desvio de foco” não foi considerado um mecanismo criador de pressuposição, mas fica evidente que o mesmo só acontece quando, na seqüência anterior do diálogo, houve algum dado que “incomodou” o falante que provoca este desvio (como na piada 58) ou que, ao contrário, houve um dado que lhe pareceu mais interessante (como nesta piada). A mudança de focalização parece, dessa maneira, talvez mais um “criador de subentendidos”, porque não direciona para um determinado implícito, embora indique a presença de “algo implícito”.

Admitir explicitamente o conhecimento do termo “camisinha” (e continuar naturalmente o diálogo sobre o assunto), ou a pergunta explícita sobre o que é camisinha, ou a mudança dos personagens (excluindo crianças tão novas), todos estes recursos anulam o humor. O “choque” só existe quando se conservam as crianças e quando o menininho, ao perguntar sobre o significado de pátio”, revela o implícito: ele não precisa de esclarecimento sobre o termo “camisinha”. No processamento destes implícitos, ficam claros os mecanismos descritos a seguir. Submetendo-se a expressão “meninos de 4 anos” ao mecanismo 1.2.4.13., da relação de seleção restritiva, constata-se que o termo “camisinha” provavelmente fica destoante, porque, de acordo com os traços que caracterizam crianças desta idade, presume-se certa ingenuidade em questões relacionadas a sexo. O mecanismo 1.2.4.14., das relações de contraste, ao partir da comparação de “perguntas possíveis” a serem feitas sobre a frase (2), entre os termos de base da informação “camisinha” e pátio”, aponta como mais previsível, para meninos de 4 anos, o questionamento do primeiro termo. **É pois, no choque do explícito** (da frase final e da caracterização dos personagens e, com esta, o previsível dentro das regras de convívio social) **com o implícito da última frase que se processa o humor do texto.**

Análise da piada 60 do corpus

1. *Duas peruas conversando:*
2. *Meu marido não anda mais bebendo!*
3. *Que maravilha, transmita-lhe meus parabéns!*
4. *Parabéns? Por quê?*
5. *Ué! Ele não parou de beber?*
6. *Não, agora ele só bebe sentado!*

A mulher que fala do marido focaliza o verbo “andar” (em oposição a “sentar”) e quando, após ouvir a frase 5, toma conhecimento da focalização feita pela interlocutora, corrige a interpretação feita pela amiga, esclarecendo o verdadeiro foco de sua frase inicial.

O disjuntor desta piada está na expressão “agora ele só bebe sentado”, em que o verbo “andar”, pela ambigüidade de seu emprego, propicia a passagem para os dois frames: o primeiro: “anda bebendo” (significando “tem estado bebendo”), na interpretação da amiga que parabeniza o marido da outra, enquanto esta apresenta o segundo frame: “bebe andando/ bebe sentado”, de acordo com o esquema abaixo. A frase-síntese da idéia incongruente é: “a afirmação de que alguém *anda bebendo*(→ *tem bebido*) ser compreendida como *caminha bebendo*.”

1º frame	2º frame
<p style="text-align: center;">Andar (=estar) bebendo \neq Não andar (=estar) bebendo</p> <div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: center;"> <div style="text-align: center;"> <p>↓</p> <p>Verbo auxiliar da locução</p> </div> <div style="text-align: center;"> <p>↓</p> <p>Verbo auxiliar da locução</p> </div> </div> <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;">Circunstância de negação</p>	<p style="text-align: center;">Beber + { <u>andando/sentando</u> }</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;">Circunstância de modo</p>

Conclusão: Quando a situação é constrangedora, porque a regra foi violada, não se dão pêsames, pois, se a regra é um tipo de acordo tácito entre os membros do grupo, o comportamento que ela recomenda em tais situações é o de silenciar: a regra manda, pois, que

as pessoas ignorem o constrangimento e calem-se (pêsames no lugar de parabéns e vice-versa também são considerados constrangedores pelas regras de convívio social). Na piada em análise, o que vemos é justamente a mulher que, além de falar sem constrangimento do vício do marido, coloca também a amiga em situação constrangedora, levando-a à situação que aparentemente “propicia” um cumprimento, o qual, logo em seguida, vai-se revelar inadequado. Entretanto, não é apenas a situação de constrangimento que causa o humor: é também a forma como a mulher do bêbado conseguiu isso: “brincando” com a ambigüidade do termo, utilizando o mecanismo 1.2.4.14., das relações de contraste, em que, na utilização de um termo ambíguo, fica pressuposto o outro significado. Assim, ao explicitar a mudança de foco (o questionamento do cumprimento feito), que se choca com a interpretação da amiga, depois explicitada na frase (5), fica implícita a inadequação do cumprimento feito, desde que o mesmo se referia à outra interpretação. **É pois, no choque de explícitos com o implícito que se processa o humor deste texto.**

Após a apresentação das análises das piadas do corpus, faremos, a seguir, em duas tabelas, um levantamento que sintetize os resultados obtidos.

3.3. Tabelas relativas a dados das análises

Em relação ao nosso objetivo geral, ou seja: verificar se o humor das piadas se manifestava a nível explícito, implícito ou metaplcito, acreditamos ter deixado claro que todo texto constitui-se num “recorte” do metaplcito que se manifesta nas duas formas: explícito e implícito. Partindo dessa conclusão, apresentamos, nas tabelas seguintes, apenas os resultados detectados nesses dois níveis em cada piada.

A primeira tabela apresenta a incidência desses dois níveis de compreensão nas piadas disposta em três “blocos” de colunas: os dois primeiros subdividindo-se em três novas colunas que descrevem a manifestação dos níveis explícito e implícito nos frames de origem (E e I nos dois frames; só E, ou só I no frame focalizado) e o terceiro bloco, uma única coluna, referente ao frame da bissociação (E e I).

A segunda tabela aproxima os resultados dos dois primeiros frames de origem, tentando verificar alguma relação entre os níveis de compreensão desses dois contextos de

base do texto. Descreve, então: a) se há manifestação de explícitos e implícitos nos dois frames; b) se um frame apresenta os dois níveis, enquanto outro só apresenta o nível explícito ou só o nível implícito; c) se há apenas explícitos num frame enquanto há só implícitos no outro; d) se os dois frames de origem têm apenas explícitos ou apenas implícitos.

3.3.1. Tabela 1: Os níveis de compreensão em relação a cada um dos três frames de cada piada.

Observação: O nível metaplícito não foi aqui relacionado, porque aceitamos como óbvio o fato de que o conhecimento de mundo e o conhecimento lingüístico são básicos para a construção de um texto (seja da parte do autor, seja na interação entre leitor, autor e texto). Ficaria, pois, redundante, apontar o nível metaplícito no que já consideramos um “recorte do metaplícito”, ou seja, o texto.

Na coluna de conclusão da tabela, usaremos as abreviaturas: E, para o nível explícito e I, para o nível implícito. Esclarecemos que a coluna de “conclusão” não “soma” os “resultados” do que foi constatado nas colunas referentes a cada frame de origem. Os três “blocos de resultados” pretendem apresentar uma visão geral da manifestação de explícitos e implícitos nos textos estudados. Desta forma, o implícito final, relacionado na coluna da conclusão, só é sugerido pela própria bissociação, não havendo, nos frames de origem, algum dado **específico** que sirva de **previsão** para o surgimento do mesmo. O que constatamos é que sempre há um implícito a que o leitor é levado pela bissociação. Vimos, em todas as análises, que o disjuntor, que vem explícito, constitui-se na última “pista” fornecida pelo texto, para chegar-se ao implícito final. Esse implícito parece referir-se sempre às regras de convívio social, por esta razão, deve ser buscado diretamente no metaplícito, a partir das pistas apresentadas pela piada como um todo. Por isso, só após a leitura integral da piada é possível chegar-se a ele. E também por esta razão que a coluna da conclusão fica aparentemente “desconectada” das duas outras.

Blocos de resultados→		Níveis 1º Frame			Níveis 2º frame			Con- clu- são	
SCRIPT/ MECANISMO	Níveis	Piada nº	1			1			Ní- veis da Bis- So- cia ção
			Explí- cito e 1 Implí- cito	2 Explí- citos	2 Implí- citos	Explí- cito e 1 Implí- cito	2 Explí- citos	2 Implí- citos	
Script Estupidez		01			x	x			E-I
Idem		02	x					x	E-I
Idem		03	x			x			E-I
Idem		04	x					x	E-I
Script Esperteza		05	x			x			E-I
Idem		06	x			x			E-I
Idem		07			x	x			E-I
Script do Absurdo		08		x				x	E-I
Idem		09	x			x			E-I
Idem		10	x			x			E-I
Script do Ridículo		11	x			x			E-I
Script da Avareza		12	x			x			E-I
Idem		13	x			x			E-I
Idem		14	x			x			E-I
Mecanismo da cumplicidade		15	x			x			E-I
Idem		16		x				x	E-I
Idem		17	x			x			E-I
Mecanismo da ironia		18	x			x			E-I
Idem		19	x			x			E-I
Idem		20	x					x	E-I
Mecanismo da mistura de lugares sociais		21	x					x	E-I
Idem		22		x			x		E-I
Idem		23			x	x			E-I
Mecanismo da ambigüidade		24	x			x			E-I

Idem	25	x			x			E-I
Idem	26	x			x			E-I
Idem	27	x			x			E-I
Mecanismo da contradição	28	x			x			E-I
Idem	29		x		x			E-I
Idem	30	x				x		E-I
Mecanismo da sugestão	31	x					x	E-I
Idem	32		x		x			E-I
Idem	33	x			x			E-I
Idem	34	x				x		E-I
Mecanismo da quebra de tópico	35		x				x	E-I
Idem	36	x					x	E-I
Idem	37	x			x			E-I
Mecanismo da ironia	38		x				x	E-I
Idem	39			x		x		E-I
Idem	40		x				x	E-I
Mecanismo do jogo de palavras	41		x				x	E-I
Idem	42	x			x			E-I
Idem	43	x			x			E-I
Mecanismo do exagero	44	x			x			E-I
dem	45	x			x			E-I
Idem	46			x	x			E-I
Mecanismo do desrespeito a regras conversacionais	47			x	x			E-I
Idem	48	x				x		E-I
Idem	49	x				x		E-I
Mecanismo das observações metalingüísticas	50	x				x		E-I
Mecanismo da violação de normas sociais	51		x		x			E-I
Idem	52	x			x			E-I
Idem	53		x		x			E-I
Mecanismo da inversão	54	x			x			E-I
Idem	55	x			x			E-I
Idem	56	x			x			E-I

Mecanismo da mudança de focalização	57	x			x			E-I
Idem	58	x				x		E-I
Idem	59	x			x			E-I
Idem	60	x			x			E-I
Porcentagens em 60 piadas		43/60	11/60	6/60	40/60	8/60	12/60	60/60
		71,5 %	18,5 %	10,0 %	66,67 %	13,33 %	20,0 %	100 %
		100% (1º frame)			100% (2º frame)			

Na tabela 1, tentamos fazer um levantamento dos resultados das grades que, ao final de cada texto analisado, esquematizavam a análise de cada uma das sessenta piadas.

Nos dois primeiros frames, tentamos fazer um “levantamento” dos esquemas cognitivos que foram dispostos, no campo de “luta” do texto, como “frames de origem”, para entrarem em conflito e provocarem o aparecimento do terceiro frame, onde se processa a bissociação.

Tanto nos níveis do primeiro quanto do segundo frame, no jogo de explícitos (E) e implícitos (I), temos as seguintes médias:

- a) utilização de um E e um I: no primeiro frame: 71,5%; no segundo frame: 66,67%. Média: 69,1%.
- b) utilização de dois E: no primeiro frame: 18,5%; no segundo frame: 13,33%. Média: 15,9%.
- c) utilização de dois I: no primeiro frame: 10,0%; no segundo frame: 20,07%. Média: 15%.

Há uma predominância de construção do humor nos dois níveis: E e I nos dois frames (69,1%), em relação ao uso só de explícitos (15,9%) ou só de implícitos (15%) nos dois primeiros frames. Entretanto, esses resultados não mostram a relação de um frame com o outro, o que nos levou à construção de uma segunda tabela, que apresenta a relação entre os dois frames de origem, no que se refere aos níveis de compreensão.

Há, entretanto, algo que esta tabela nos mostra de conclusivo: é o fato de que, **no frame da bissociação, sempre há o recurso a explícitos e implícitos (100%)**. Sem os

explícitos, não seria possível apresentar o disjuntor, e é justamente a partir dos explícitos do disjuntor que nos são apontados novos implícitos, que completam a idéia incongruente. A incongruência da bissociação (e isto requer certamente uma nova análise, apenas sobre este ponto) pode ser um meio de apontar a violação de alguma regra de convívio social, mostrando elementos que se apresentam como inadequados ao nosso conhecimento de mundo (sistemas criados pelo homem e necessários à convivência em grupo, bem como a forma como o homem se porta diante das convenções geradas por esses sistemas que ele criou para si mesmo). Violando tais regras, a piada, de alguma forma, critica-as. Esta constatação vem do fato de haver conclusões que apontamos nos implícitos e que são mais ou são menos precisas. Há implícitos que parecem fazer uma referência mais direta (mais incontestável) a algum tipo de regra (violando-a); enquanto há outros que podem ser interpretados apenas como subentendidos, portanto, de certa forma, contestáveis.

Este comentário é mais um “balanço” das minúcias de reflexão a que tais análises nos expuseram.

Por considerar a sutileza de recursos de que certos textos se valem, e, enfim, por julgar que ainda há bem mais informações do que aquelas que focalizamos, supomos que nossa análise possa ter insuficiências e, não estar, portanto, isenta de falhas. Acreditamos, no entanto, que o procedimento usado pode servir para pôr em prática análises deste tipo.

3.3.2. Tabela 2: Comparação dos níveis de compreensão nos dois frames de origem

Esta tabela visa a afunilar dados da anterior, ou seja: fazer um balanço dos dados a que chegamos na tabela 1, sobre os níveis de compreensão nos frames de origem e no frame da bissociação. Não cogitamos de verificar a ordem de aparecimento de tais dados, nem no texto, nem nos títulos das tabelas, em que descrevemos, por exemplo: “E e I num dos frames”, sem especificar se este frame é o primeiro ou segundo, visto que a escolha de qual seria o primeiro ou segundo frame a ser trabalhado em cada piada foi feita de forma aleatória.

SCRIPTS/ MECANISMOS	Núme- ros totais de piadas	COMPARAÇÃO DOS NÍVEIS DE COMPREENSÃO NOS DOIS FRAMES DE ORIGEM					
		E e I nos dois fra mes	E e I num frame e só E no outro	E e I num frame e só I no outro	Só E num frame e só I no outro	Só E nos dois frames	Só I nos dois frames
Script Estupidez	3			x			
Idem	1	x					
Script Esperteza	2	x					
Idem	1			x			
Script do Absurdo	1				x		
Idem	2	x					
Script do Ridículo	1	x					
Script da Avareza	3	x					
M. da Cumplicidade	2	x					
Idem	1				x		
M. da ironia	2	x					
Idem	1			x			
M. da mistura de lugares sociais	2			x			
Idem	1					x	
M. da ambigüidade	4	x					
M. da contradição	1	x					
Idem	2		x				
M. da sugestão	1	x					
Idem	2		x				
Idem	1			x			
M. da quebra de tópico	1				x		
Idem	1		x				
Idem	1	x					
M. da paródia	3				x		
M. do jogo de palavras	1				x		
Idem	2	x					
M. do exagero	2	x					
Idem	1			x			
M. do desrespeito a regras conversacionais	1			x			
Idem	2		x				
M. das observações metalingüísticas	1		x				
Mecanismo da violação de normas sociais	2		x				
Idem	1	x					

M. da inversão	3	x					
M. da mudança de focalização	3	x					
Idem	1		x				
TOTAL PIADAS	60	31	11	10	07	01	zero
PORCENTAGENS	100 %	51,65 %	18,40 %	16,65 %	11,65 %	1,65 %	0%

Observamos que o levantamento de explícitos e implícitos em cada frame de origem pode ter resultado em dados nem sempre específicos, desde que, mesmo tentando “cercar” todas as possibilidades de interpretação, ainda corremos o risco de (como qualquer falante) valorizar mais certos “ângulos” do discurso, em prejuízo de outros. Se esta observação não desculpa insuficiências que possam ser apontadas neste estudo, ao menos nos garante o mérito de termos consciência de nossa limitação.

Observando, pois, as tabelas acima, chegamos às conclusões que se seguem.

A maior incidência do uso dos dois níveis de forma equilibrada nos dois frames de origem fica, predominando sobre as outras “combinações”, para a ocorrência de explícitos e implícitos, com 51,65 % das 60 piadas referentes aos scripts e mecanismos criadores de humor.

A segunda maior porcentagem (18,40%) de elementos diferenciados nos dois frames de origem fica para a ocorrência de explícitos mesclados a implícitos em um dos frames, com elementos apenas explícitos no outro.

Em terceiro lugar (16,65%) para o uso mesclado de níveis nos dois frames ficam os resultados de explícitos mesclados a implícitos em um dos frames e apenas implícitos no outro. Comparando estes resultados (em que o implícito se destaca) ao resultado imediatamente anterior, chegamos à conclusão de que o recurso a implícitos antes do final do texto (nos frames de origem), embora menos comum que o recurso a explícitos, fica quase na mesma porcentagem.

Ainda focalizando o emprego dos dois níveis numa mesma piada, observamos que o recurso apenas a explícitos num frame e apenas a implícitos no outro fica com 11,65% do emprego, o que parece indicar que, na apresentação de um frame, o autor prefere contrabalançar o uso dos dois níveis em cada frame que apresenta ao leitor. Há, entretanto, um dado que observamos nas piadas em que acontece essa separação tão evidente: das sete piadas que representam esse resultado, cinco apelam para a ambigüidade (ainda que o mecanismo criador de humor não seja especificamente o da ambigüidade). As duas piadas

pertencem ao mecanismo da paródia. Por essa razão, exigem que o leitor recorra a um frame cujo conhecimento precisa “recuperar”, a fim de estabelecer uma comparação com o frame apresentado explicitamente no texto. É o caso do frame de Papai-Noel, na piada 39 e ainda o caso da piada número 38, do surfista. Em ambas, é necessário “recuperar” o “texto fundador” da paródia: no primeiro exemplo, é necessário o conhecimento do script de origem (script de Papai-Noel, tal como é “seriamente” apresentado às pessoas); no segundo, o leitor deve basear-se num “contexto sério” em que um rapaz de QI elevado (que represente um frame oposto, como vimos no referencial teórico) para estabelecer a “comparação” e “compreender” a incongruência.

Finalmente, num caso extremos (só explícitos nos dois frames) temos uma percentagem mínima: 2%, o que nos leva (num “balanço” geral) à hipótese de que o falante não costuma ser completamente explícito em piadas.

Num “balanço” mais abrangente, observamos uma incidência ligeiramente maior de explícitos, que descrevemos a seguir. Se na coluna que registra os dois níveis nos dois frames temos 51,65% para o uso equilibrado (como foi citado acima) de explícitos e implícitos, podemos separar 50% deste total como ocorrência apenas de explícitos, ou seja: 25,82%. Para o total da segunda coluna, em que o primeiro frame apresenta E e I (25% de cada), e o segundo só apresenta E (mais 50%), podemos considerar que há 75% de explícitos, que, calculados sobre 18,40% correspondem a 13,8% deste total. Na coluna três, em que um frame apresenta E e I (25% de cada nível) e outro, apenas I (50%), temos, em 16,65%, uma percentagem de 25% de explícitos, ou seja: 4,16%. Na quarta coluna, para os 11,65% que se dividem de forma equitativa entre explícitos e implícitos, temos 50% de explícitos, o que dá novo sub-total: 5,82%. Finalmente, na coluna cinco, temos o uso apenas de explícitos, que vai acrescentar 1,65% aos sub-totais acima. O total exclusivo de explícitos fica, pois em 51,26% e, por uma operação inversa, o total exclusivo de implícitos fica em 48,74%.

Este último resultado nos leva a refletir sobre o fato de que o falante praticamente equilibra os dois níveis em seu discurso, informando explicitamente esses 51,65% e confiando na cooperação de seu interlocutor para a descoberta dos 48,35% de informação implícita. Pode ser que o autor do texto confie também na coerência das pistas que deixou ao leitor para que este explicita a informação implícita.

Outro dado a observar é que em 86,7% dos casos, o produtor do texto trabalha com o jogo de E e I nos frames de origem: em 29,05%, utiliza os dois níveis em pelo menos um dos frames; em 51,65%, usa E e I nos dois; mas há apenas 13,3% em que utiliza apenas E ou apenas I em cada um dos níveis. O recurso apenas ao nível implícito ficou em zero por cento,

o que parece lógico, diante de nossa afirmação anterior de que o explícito é, de certa forma, um “veículo” do implícito.

Há ainda um exemplo de explícitos nos dois frames, que é o caso da piada 22, caso para o qual julgamos necessário fazer algumas colocações. Devemos esclarecer que, por mais criteriosa que tenha pretendido ser nossa análise, ela está sujeita a falhas. O problema maior que encontramos é certamente o do levantamento dos itens de cada frame de origem. Esta parte de nosso trabalho demandou sucessivas e diferenciadas experiências de interpretação, numa abordagem por “ensaio-e-erro”. Tal procedimento levou-nos a excluir vários possíveis frames de origem para uma mesma piada, até ficarmos com os dois que pareceram melhor atender às exigências da análise de cada uma. Isto nos expõe a duas possibilidades: a) o leitor deste trabalho pode não considerar os frames apontados como sendo os mais relevantes ou mesmo considerar que há outros frames de origem que poderiam ser os indicados; b) na hipótese de concordar com nossa indicação dos frames, o leitor pode julgar que há itens que merecem mais destaque do que aqueles que apontamos. Qualquer dessas hipóteses terá, como conseqüência, o aparecimento de novos explícitos e novos implícitos. É o que poderia acontecer, por exemplo, com a piada acima citada: a de número 22. No primeiro frame (frame da visão do chefe para o primeiro relato _explícito_ feito pelo office-boy), indicamos os seguintes itens, todos explícitos; a) Seu carro: carro do funcionário; (b) Sua mulher (mulher do funcionário); (c) O motel; (d) Os itens acima com o funcionário. Como o mecanismo criador de humor neste texto é o da mistura de lugares sociais, consideramos que essa “mistura”, no texto em questão, já começa a manifestar-se no primeiro frame. Observamos que a “mistura de lugares sociais”, pelo fato de “funcionar” como um tipo de mal-entendido, caracteriza-se como tal, já que é vista de duas maneiras diferentes pelos personagens. Optamos, pois, por indicar assim o primeiro frame, porque é o que vai “opor-se” ao outro e, desta forma, atender tanto às necessidades da bissociação quanto às do mecanismo que a piada ilustra. Se optássemos por indicar, como primeiro frame, a “visão” do office-boy (que, tanto no momento em que narrou a primeira versão da história, quanto no momento da segunda narrativa, sabia exatamente que a primeira interpretação do chefe estava errada), não haveria frames opostos (na visão do office-boy, há apenas o frame da traição). É o chefe da repartição que faz a “mistura de lugares sociais”, ao interpretar de forma errada os fatos narrados pelo office-boy; é a interpretação ambígua que gera os dois frames. Essa dupla apresentação vai mostrá-lo com duas imagens: no primeiro contexto, ele que inspira respeito e tem um status positivo, ele é o que tem o poder de fiscalizar e repreender; no segundo contexto, adquire uma condição negativa, é o enganado e ridicularizado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além dos resultados apresentados nas tabelas acima, fizemos algumas observações que consideramos pertinentes incluir no final deste estudo, na descrição seguinte.

1. Todos os textos apresentam elementos dos três níveis de compreensão, explícito, implícito e metaplícito (considerando-se aqui apenas os dados descritos especificamente sobre os conhecimentos de mundo exigidos em cada texto), o que pode ser verificado em todas as análises.

2. O nível explícito é básico para a construção do implícito, porque é aquele se constitui no elemento “concreto”, detectável no nível lingüístico, pelo qual se passa, para chegar-se ao implícito. Verifica-se, nos textos analisados, que toda ocorrência de implícito tem, em sua origem, um dado explícito.

Um de nossos objetivos específicos era verificar se o metaplícito constitui-se/ou não no nível mais geral. Acreditamos, ao final deste estudo, poder reafirmar nossa hipótese de que o texto (com recurso a explícitos e implícitos) é um “recorte” do “universo metaplícito”: o nível metaplícito é a base dos outros dois níveis, porque, sem o conhecimento de mundo e o conhecimento lingüístico, não se produz um texto. Esta afirmação é atestada pela análise do nível metaplícito de todas as piadas estudadas.

Poder-se-ia, por exemplo, afirmar, sobre a piada 1, que o conhecimento do fato de que há algo escrito nas solas dos sapatos pertence ao conhecimento metaplícito. Concordamos que pertence realmente ao metaplícito, enquanto “conhecimento armazenado para uso” (tal qual o sistema lingüístico, antes de transformado em “material discursivo”, se pudermos fazer esta metáfora), mas este conhecimento só é “acionado”, porque há informações explícitas, bem como “pistas” (nos explícitos) que apontam para novas informações implícitas. Assim, na frase: “o que está escrito na sola do sapato do português?”, já se pressupõe que o português tenha um sapato e que, como na maioria dos sapatos fabricados no mundo ocidental, haja algo escrito na sola. Quando aparece a resposta: “Este lado para baixo”, é também por meio do conhecimento implícito (pressuposto ao qual o leitor chega pelo “mecanismo das relações de

contraste”) que encontramos a incoerência, devido à não-necessidade desta indicação: o leitor chega ao incongruente da situação, ou seja: há uma afirmação do óbvio.

Acreditamos que o mecanismo das “relações de contraste” (criador de pressuposição) é, portanto, fundamental para a compreensão das piadas (ou para a coerência, de um modo geral), porque é por alguma forma de comparação (comparações pressupostas neste mecanismo) que o leitor reconhece a incoerência do texto.

3. Também atendendo a nossos objetivos específicos, as análises feitas verificaram os frames que o autor de cada piada destacou em cada texto, os quais denominamos “frames de origem”, e nos quais procuramos elementos comuns (que ligassem um contexto ao outro). Quanto a esse ponto, nossa conclusão é a de que o que mais propicia a bissociação (ou “incongruência”) é justamente o fato de se desconsiderarem pontos em comum aos frames de origem, ou, ao considerá-los, fazê-lo de forma incoerente. São exemplos desta conclusão as piadas de número 3, 4 e 2.

Na piada 4, a circunstância de lugar, que “une” os verbos “perder” e “procurar” só é aceita como distinta nos dois, dentro do previsível, se houver uma justificativa plausível para esta mudança (como, por exemplo, em casos de afogamento, em que os corpos podem ser afastados do local da “perda” pelas correntezas). Assim, quando a primeira previsão falha (e o lugar da busca não coincide com o da perda), a previsão que se segue imediatamente a esta é a de uma justificativa coerente para essa mudança. Se a justificativa for insatisfatória, como no texto citado, a incongruência resulta da inconsistência desta justificativa.

No texto 4, o leitor cooperativo, ao primeiro sinal de problema (indicado pela primeira seqüência do disjuntor: “como faltou energia...”), também busca uma alternativa dentro do previsível, de acordo com seu conhecimento metaplícito. Para substituir a cadeira elétrica (como forma de execução) ele encontra outras formas de execução, as quais o leitor compara com o “recurso” encontrado pelo português: “executar o condenado com uma vela. Percebe-se, então, uma “analogia absurda”, desde que a vela é um recurso para substituir a eletricidade, apenas em caso de o objetivo ser a iluminação.

O texto 2 também é um exemplo de “previsão” lograda. Diante de uma casca de banana, que pode provocar um tombo, espera-se (é o mais previsível) que a pessoa que já passou por esta situação (ou já viu alguém passar) use sua experiência para evitar novo acidente. Não é um novo tombo que é risível: é o fato de o português, depois de ver a casca, ainda considerar o tombo como uma fatalidade.

4. Eram ainda objetivos específicos nossos: reconhecer o disjuntor pela técnica da neutralização do humor do texto e resumir a bissociação em uma frase-síntese.

O disjuntor sempre aparece explícito no texto, em um primeiro frame, a partir do qual remete, por meio de um implícito, a um outro frame. Por exemplo: na piada 21 do corpus, o disjuntor foi indicado como “E ainda achava que estava no Paraíso!”. Se esta frase não apresentasse os três termos iniciais “e ainda achava”, o leitor poderia simplesmente considerar o frame do “paraíso bíblico” (embora ainda ficasse uma alusão de que “o Brasil equivale ao paraíso”, o que conservaria algum humor). É, entretanto, a presença desses três termos (carregados de pressupostos) que leva o leitor à verdadeira informação, cuja base é “se *achava*, é porque a realidade era diferente”. Isto leva à frase síntese da bissociação: “Na situação miserável, o brasileiro acha que está no paraíso”, na qual ficam evidentes os dois aspectos contraditórios: de um lado, miséria; de outro (ao mesmo tempo, por isso mesmo, incongruente), a ilusão de paraíso.

O percurso da análise feita foi aquele que nos propusemos no início deste trabalho: partir do riso para chegar à interpretação do humor. Desta forma, na piada 46 do corpus, a partir do elemento “trezentos corpos resgatados” presente no disjuntor (“Horas depois, a equipe de salvamento já havia resgatado mais de trezentos corpos”), o leitor, pelo mecanismo (criador de pressuposição) das relações de contraste, estabelece uma comparação com o número provável de corpos que se resgatariam num acidente com helicóptero... reconhece a discrepância entre as duas quantidades apresentadas e busca, no texto, uma “explicação” para isso. O leitor encontra essa “explicação” na palavra “cemitério”, e, desde que o mundo da narrativa tem sua lógica própria, isto é mais válido ainda, quando se trata de piadas: por essa razão, o leitor não contesta o estado de decomposição dos corpos “resgatados”. Com estes dados completando a compreensão do disjuntor, chega-se à idéia-síntese da incongruência: “os corpos do cemitério são usados para explicar o grande número de vítimas do acidente com o helicóptero”.

5. Era também um objetivo deste estudo verificar a incidência dos níveis pesquisados no frame da bissociação. Consideramos que esta meta foi atingida, o que pode ser comprovado pelos resultados que, além de registrados por meio das tabelas acima (última coluna da primeira tabela), mereceu as considerações que registramos a seguir.

Pode-se constatar, pelas tabelas feitas, que reconhecemos a presença de explícitos e de implícitos na elaboração da “frase-síntese da incongruência”. Chega-se a esta síntese pelos

elementos explícitos do disjuntor, que são completados, por dedução, com outros elementos, buscados no restante do texto, explícitos ou implícitos (como vimos no item anterior). De acordo com VOESE (1990): “o discurso humorístico só se constitui como tal, quando traz implícita a informação mais importante”, mas, num primeiro momento, ficamos com a hipótese de que esta informação necessita do explícito como um veículo, sem o qual não há meios de ela ser processada. Todos estes elementos parecem conduzir a uma intenção precisa: a violação de uma regra do convívio social, violação que, se explicitada (e aceita ou contestada), não seria cômica, como vimos, por exemplo, na análise da piada 45 (dos casos dos pescadores) em que, de acordo com a regra de convívio social, não se diz abertamente ao interlocutor que ele está mentindo. Também a simples aceitação das mentiras, sem contestação, acabaria com o humor. É na forma como essa contestação é feita que reside o humor da piada.

Em resumo, há dois pontos a destacar: há, na base do humor de cada piada, um implícito último a ser descoberto (correspondente às regras de convívio social); mas os implícitos só podem ser detectados, porque há explícitos que conduzem a eles (esta afirmação será revista no final).

6. Acreditamos poder afirmar que o disjuntor fica no final do texto (após o qual, como já dissemos), não se justifica a continuação da narrativa. Justificando esta afirmação, propomos, a título de teste, que se invertam as seqüências das piadas (sobretudo as mais longas), tentando manter a coerência da narrativa. Observe-se o exemplo da piada 13 do corpus, que reformulamos a seguir (como 13.b), aplicando o teste proposto.

*(13.b) Manchete de primeira página no jornal: “Turco ventríloquo esfaqueado em restaurante na José Paulino”. Isto aconteceu no dia seguinte àquele em que Isaac foi almoçar com Munir num restaurante do Bom Retiro. Terminado o almoço, começaram os dois a se entreolhar, para saber quem pagaria a conta. Ambos calados, sem falar nada, esperando que o outro pagasse. Lá pelas tantas, o judeu virou para o lado e disse:
 __Garçom, traga a conta, que eu pago!*

A inversão dos fatos tira, da frase disjuntora, seu caráter de “explicação”, na qual há sempre um elemento que “choca”: no caso, o que choca é a constatação de que o judeu fora alvo de um estratagema do turco, quando este, usando o ventriloquismo, deu a entender que era o judeu quem estava pedindo a conta. O disjuntor é, então, apresentado como elemento

“decisivo” para, ao mesmo tempo, “explicar” e “chocar” o leitor.

Repetimos a prova sugerida acima com uma piada curta: a piada 2 (2.b., na reformulação).

(2.b) *O português exclama: “Ai, Jesus, outro tombo!”, quando, caminhando pela rua, vê uma casca de banana.*

No último exemplo, sobretudo, quase não houve modificações, além da inversão na ordem da narrativa e é evidente que o humor não é o mesmo da piada original.

Deixamos claro que este recurso de reestruturação pode não funcionar em muitos casos: a história pode ficar descaracterizada; ou pode também suceder que o texto não surta efeitos, principalmente com piadas muito curtas.

Sobre o disjuntor, constatamos também que é a partir dele que é possível elaborar o que chamamos “frase-síntese da idéia incongruente”. Um exemplo é a piada 7 do corpus, em que o disjuntor é “Eu fico com o lado de dentro!” e o resultado da dedução feita, a partir do disjuntor é: se a mulher fica com “o lado de dentro”, o marido vai ficar (pelo pressuposto das relações de contraste), com “o lado de fora”, logo, a frase-síntese da incongruência é: “Na partilha de bens, alguém fica com uma parte onde não há nada”.

Podemos, pois, caracterizar o disjuntor com estes três dados: a) é a frase conclusiva da piada; b) leva à descoberta da existência de um frame cuja previsão não era até então considerada; c) está na base da incongruência (cuja idéia ele ajuda a completar, por um processo de dedução).

7. Há, entretanto, um dado a ser observado: parece existir um elemento que se reflete diretamente no disjuntor, embora não faça parte do mesmo. Por não ter encontrado referência a ele em estudos de humor, nós o denominamos “termo âncora”, porque, eliminando-se este termo, o disjuntor também é neutralizado. É o que acontece, por exemplo, na piada 59 do corpus: se substituirmos a palavra “camisinha” por outra qualquer (bola, livro), sem conotações sexuais, a frase disjuntora (“O que que é pátio?”) perde a graça. Em piadas que apresentam ambigüidade, é normalmente o termo ambíguo que se constitui nesta “âncora”, que não chegamos a estudar mais detalhadamente. A piada 47 (das cobras) perderia o humor, se, por exemplo, substituíssemos o termo “nós”(“termo-âncora”) por “vocês”. Também na piada 25, o verbo “tomar” (“termo-âncora”) aparece com dois significados, um dos quais só se esclarece, quando o disjuntor remete a um segundo frame.

8. Em relação ao objetivo específico de número 4, ou seja, destacar, dos elementos de um frame, os traços semânticos que se chocam, acreditamos ter abordado bastante este ponto em todas as análises feitas. No entanto, registramos aqui, especialmente, o traço semântico que une os verbos “bater” e “apanhar” (da piada one-liner número 15): a razão do espancamento não ser conhecida por quem espanca, circunstância que é apontada no texto pelo verbo “saber”. O que procuramos destacar com este comentário é o fato de o autor de piadas valer-se, por vezes, de um traço mínimo para criar o humor.

9. Há graus diferentes de implícito, ou seja: há implícitos mais evidentes que outros, como podemos constatar pela comparação entre pressupostos e subentendidos: aqueles sempre mais evidentes do que estes, pela própria caracterização, pois o pressuposto é recuperável a nível lingüístico e o subentendido abre-se em um leque de possibilidades. É por esta razão que o uso de subentendidos deixa meio difusa, incerta a verificação da opção de sentido escolhida pelo autor, embora haja casos em que o objetivo do falante pode ter sido o de provocar ambigüidade.

Há, no entanto, um tipo de grau do implícito que acreditamos ser demonstrável: um implícito do tipo pressuposto, mas mais evidente, porque parece ser ocasionado por um acúmulo de pistas para a mesma evidência. Por exemplo, na piada de número 44 do corpus, o número de pressupostos quase(?) dá ao leitor a ilusão de que não são pressupostos, mas explícitos, o que não é verdade. Este engano pode ser comprovado pela análise dos elementos das frases que conduzem a esta forma de implícito. Mas, por estes pressupostos serem três, representam, juntos, um acúmulo de “pistas” que mostram a megalomania de FHC: “estar no poder ainda no século XXI”, estar no “seu sexto mandato”, ir para a cama “com a gravata e a faixa presidencial”. Estes elementos preparam o leitor para o ápice do mecanismo do exagero (no caso, exagero de megalomania, termo que, pela própria definição já se constitui em um “exagero”), quando ele confunde a exclamação de espanto da esposa com uma exclamação de admiração.

Diferente da piada acima citada, temos a piada de número 45, em que as pistas são em menor número (duas mentiras: o peso do lambari e o lampião aceso), mas em que o exagero se constrói a partir da “intensidade” (próxima do absurdo) da mentira, quando o homem diz ter pescado um lampião aceso.

10. Os scripts são, a nosso ver, implícitos situacionais. São implícitos, a partir do momento em que foram “consagrados” pelo conhecimento metaplícito: ninguém precisa

esclarecer um leitor brasileiro que uma piada com português terá certamente o “script da estupidez”, porque o leitor já espera isso. Já para a figura do surfista (enquanto os exemplos com o mesmo como estereótipo de estupidez ainda são pouco numerosos) há leitores que ainda precisam de algum esclarecimento prévio.

11. Os “mecanismos criadores de humor” de TRAVAGLIA (1991) ajudam a determinar o implícito final (apontam para regra social que vai ser violada no texto) e ajudam a precisar a intenção do autor da piada. Por exemplo, na piada 14, ilustrando o script da mesquinhez ou avareza, o homem que cobra aluguel do refugiado de guerra dá a entender que o último não sabe que a guerra terminou. Há graça, quando o leitor, ao buscar um dado que explique a situação absurda, percebe que este dado é a cobrança do aluguel. De acordo com as regras de convívio, a “justificativa” para a situação inesperada está num comportamento que “constrange” o grupo social, a mesquinharia.

O mecanismo da cumplicidade em textos não se processa no nível da narrativa, mas num processo que vai do nível endofórico para o exofórico, ou seja: do personagem (elemento virtual, interno ao texto) para o leitor (elemento da realidade, externo ao texto) o que se constitui, a nosso ver, em uma forma de metalinguagem.

12. O mecanismo da ambigüidade sempre está presente nas piadas, seja no nível lingüístico ou no situacional, o que pode ser constatado em algumas análises, embora, devido à extensão deste trabalho, este tópico não tenha merecido atenção especial de nossa parte. Quando é utilizado o mecanismo da ambigüidade, podem ocorrer três tipos de “desenlace”, sempre com a ambigüidade explorada no nível da bissociação:

a) há a escolha, no termo ambíguo, de um dos traços que seja normalmente condizente com um senso comum (no lugar de outro traço que surgiu e o qual, ainda que seja igualmente comum, fica descartado nesta escolha);

b) há a escolha do traço mais incomum do termo ambíguo, não se descartando totalmente, porém, o traço mais comum, o qual, embora presente, fica num segundo plano, como um elemento que serve de referência para uma comparação;

c) os traços ambíguos ficam em perene “disputa pela predominância”, causando um tipo de “tensão”, em que a ambigüidade não se “resolve”.

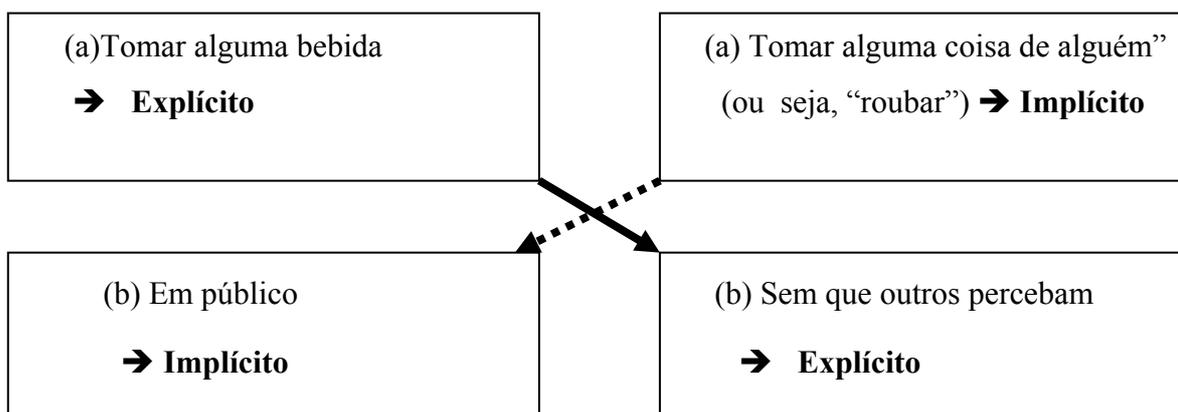
Exemplo do primeiro caso é a piada de número 24, em que o próprio personagem “escolhe” desfazer a ambigüidade, optando pelo sentido de “como escrever a palavra *hoje*”.

Exemplo do segundo caso está nas piadas de número 26 e 27, em que o personagem escolhe um traço da ambigüidade para ser o definitivo. Na piada 26, o personagem escolhe como “fecho” “ficar apenas uns dois anos na festa de quinze anos para a qual está sendo convidado”; na piada 27, a “esquina sofrendo a dobra” é o traço escolhido pelo personagem para encerrar a piada.

Exemplo do terceiro caso está na piada número 25, em que o leitor dá um “crédito” à honestidade de Herr Hofrat e supõe que ele está realmente convidando o amigo para “beber alguma coisa”, isto, com base na mesma afirmação do amigo de que “o lugar está cheio de gente” (justamente o argumento que o amigo usa para que ele não “roube” alguma coisa). O crédito que o leitor dá ao personagem é o de supor que o banqueiro, sendo certamente um ladrão cuidadoso, não se arriscaria a praticar um roubo em um local tão “cheio de gente”. Ficam entretanto, os dois sentidos sem solução. Outro exemplo para este último caso é o da ambigüidade que aparece em jogos de palavras, como no exemplo da piada número 25 do Referencial teórico, na qual os dois sentidos do verbo “adiantar” ficam em perene alternância, como na interpretação a seguir: ou “Relógio que atrasa não adianta (□ não fica adiantado) ou “Relógio que atrasa não adianta” (→ não tem valia). A escolha de um sentido não exclui o outro.

Quanto a esse mecanismo, cabe uma observação final: parece que, nas situações ambíguas, de um frame para o outro, os itens invertem de nível, ou seja; os itens semelhantes aparecem, explícitos em um frame e implícitos no outro, e vice-versa, como no exemplo seguinte, da piada número 25:

Finalmente, nos dois extremos (só explícitos ou só implícitos nos dois frames) temos uma porcentagem mínima: 2% para cada caso, o que nos leva à hipótese de que o falante não costuma ser completamente explícito em piadas, nem costuma valer-se de muitos implícitos, antes do frame da bissociação.



Assim, um sentido do verbo “tomar” (a → tomar bebida) aparece explícito, enquanto a circunstância ligada a esta ação (“em público”) só pode ser pressuposta a partir da circunstância (b → “sem que outros percebam”), esta, explícita na última fala do amigo de Herr Hofrat (“Mas o lugar está cheio de gente!”). Ao contrário do item (a) do primeiro frame, que vem explícito, o item (a) do segundo frame (o sentido de “roubar”) apresenta-se implícito.

13. O “mecanismo do jogo de palavras” pode recorrer ao “mecanismo da ambigüidade” e ocorrer sob duas formas em relação a este segundo: (a) servir-se de um dos traços do disjuntor ambíguo; (b) ou não se servir do traço do disjuntor que apresenta ambigüidade. Um exemplo do primeiro caso é a piada de número 24 do referencial teórico: é a piada do padre que troca “Corpo de Dio” por “Dio, que corpo” (não é um caso de ambigüidade). Um exemplo do segundo caso é o da piada número 24 do anexo, em que há ambigüidade no uso do termo “hoje”, tanto como menção como em forma de uso (parte normal do sintagma, empregado como adjunto adverbial), mas não há jogo de palavras.

14. O “script da avareza” aparece sempre associado ao “mecanismo da esperteza”, mas a recíproca não é sempre verdadeira (pode acontecer ou não). A prova da primeira destas afirmações está nas seguintes piadas: a) a de número 12, em que o judeu, para não ficar com o prejuízo (→ avareza) manda o filho marcar, na conta de todas as freguesas, o débito da freguesa desconhecida (→ esperteza); b) a piada de número 13, em que o turco ventríloquo, para não pagar a conta do restaurante (→ avareza) imita a voz do judeu (→ esperteza); c) a piada de número 14, em que o sujeito que cobra aluguel do refugiado de guerra (□ avareza) não conta a este último que a guerra terminou (→ esperteza).

O fato de a recíproca nem sempre ser verdadeira, ou seja: o “script da esperteza” vir/ou não vir associado ao “script da avareza”, é demonstrado a seguir. Primeiramente, apresentamos exemplos em que o “script da esperteza” tem elementos do “script da avareza” associados, como nos textos seguintes: a) a piada de número 5 (em que o freguês quer levar um quilo do “açúcar do cafezinho”, porque este é gratuito); e b) a piada de número 7 (em que a mulher propõe, na partilha da casa, ficar com o “lado de dentro” do imóvel). Estes são exemplos em que a esperteza vem mesclada à avareza. Mas a esperteza “não necessariamente vinculada à avareza” pode ser comprovada por exemplos como os analisados nas piadas seguintes: c) a piada de número 6, em que o menino pergunta à professora se “alguém pode ser castigado pelo que não fez, desde que ele próprio não tinha feito o exercício” apresenta um exemplo de esperteza, mas não há o mecanismo da avareza. É evidente que todo espertalhão,

em uma piada ou em situações reais, pretende ter uma espécie de “lucro” sobre o interlocutor, mas este lucro não envolve, necessariamente o aspecto financeiro.

15. O “mecanismo da cumplicidade” parece trazer sempre, implícito, o “mecanismo da sugestão”, mas a recíproca não provou ser verdadeira em nenhum exemplo. O “mecanismo da cumplicidade” associado ao “mecanismo da sugestão” pode ser atestado pelos exemplos seguintes: a) a piada número 15, em que o autor, numa atitude de “cumplicidade”, “recomenda” ao leitor que bata na mulher, pelo fato de apresentar uma “razão” (!) para que ele faça isso, traz a “sugestão” de que a surra seria justa; b) a piada de número 16, em que há cumplicidade no “tom do tipo confidencial” do “Você sabia...?” (expressão que costuma introduzir discursos em que há trocas de confidências) “sugere” que há apenas “sapatões” nos movimentos feministas; e sugere, ainda, que são as lésbicas que prejudicam o movimento feminista; c) a piada de número 17 em que há cumplicidade entre a (provável) autora e leitoras contra os homens, sugere, de “forma cúmplice”, que a mulher está certa ao trair o homem.

A afirmação recíproca: de que o “mecanismo da sugestão” não está vinculado ao mecanismo da cumplicidade”, pode ser atestada pelos exemplos das piadas do corpus referentes ao primeiro mecanismo: a) a de número 31, em que o amigo do bêbado morto “sugere” que o outro teria morrido, não pelo afogamento, mas por ter bebido água pela primeira vez (desde que estava habituado a só ingerir álcool); b) a piada de número 32, em que o alimento dado ao filho pela mãe do nosso presidente (leite de magnésia) teria conseqüências diretas no governo do mesmo (este só faria no país o equivalente a uma “diarréia”); c) a piada de número 33, em que o garoto sugere que o avô dormiu tranqüilo, para depois sugerir que a tranqüilidade dele atingiu o excesso, quando se tornou irresponsabilidade, ou seja: dormiu ao volante do ônibus em que ele próprio e mais pessoas teriam morrido; d) a piada de número 34 em que o viúvo sugere ter matado as duas mulheres.

16. O “script do absurdo” serve-se do “mecanismo da contradição”, quando apresenta elementos da situação em contradição com o discurso, como nas piadas 8, 9 e 10. Na piada 8, ao mesmo tempo que o louco refere-se ao telefone como “o telefone daqui” (discurso), ele nega a situação de que o telefone esteja instalado. Na piada 9, o louco está rindo da piada (situação) que, de acordo com sua afirmação (discurso), ele próprio contara para si. Na piada 10, a situação apresenta o milionário ordenando (plano do discurso) ao criado que tome um banho (situação), mas que isto seja feito no lugar do patrão (afirmação

presente no discurso). O inverso do observado acima nem sempre acontece: há casos em que o “script do absurdo” vem associado ao “mecanismo da contradição”, mas tal fato não é uma constante. Na piada 31 do corpus, é absurda e contraditória a fala da mulher: “Não mate o pai de seus filhos”, mas os outros exemplos citados neste mecanismo não recorrem ao absurdo, recorrem, no máximo, a situações ou desenlaces inusitados.

17. O “mecanismo da paródia” exige um conhecimento metaplícito específico do texto “fundador”: a forma, a situação, os personagens, o estilo, etc. que originou a imitação. Como reverte a situação do sério para o grotesco ou para o trágico, há o recurso ao “mecanismo da ironia”, como na piada 39, em que há um “Papai-Noel que nega presentes a crianças da Etiópia, justamente porque estas crianças não se alimentaram convenientemente”, o que transforma a falta de opção em opção (ou seja: pela falta de alimentos, as crianças “tiveram” que escolher passar fome), e torna o trágico da situação em situação cômica.

18. As oposições mais acentuadas parecem provocar uma reação de humor mais forte do que as oposições mais atenuadas. É o que ocorre, por exemplo, na piada 20. O que torna risível a situação do “Adão brasileiro” é justamente a miséria com que ele é apresentado, em oposição a “paraíso”. Se tivessem apresentado Adão (representando o brasileiro) como alguém que tivesse poucos recursos, como uma casa pequena, carro velho, etc., a piada não teria tanto humor, porque haveria sempre alguém que acharia esta situação aceitável (até possível de ser considerada um “paraíso”).

Na piada 21, o velhinho-mergulhador é o que ajuda a causar o “choque” dos opostos que propicia o humor. Se o personagem fosse um homem qualquer, que não inspirasse pena ou carinho, a piada perderia muito do humor.

Em trabalho anterior nosso (1997, não publicado) junto a entrevistados, tentamos verificar se havia, de uma piada para outra, mudança no “direcionamento” do preconceito. Para isso, testamos com os entrevistados, a piada 56 deste corpus, substituindo o personagem do negro por personagens diferentes, todos vítimas de preconceito: o “gay”, o português, a mulher. Constatamos que o preconceito existe sempre numa determinada “direção”, criando “características” próprias para cada tipo de vítima, ou seja: a mulher é normalmente estúpida, vive às custas do marido, costuma trair o cônjuge; o “gay” sempre aparece como escandaloso, irreverente, etc.; o português aparece sempre como estúpido; o negro aparece sempre como desonesto, inepto para trabalhos que requerem inteligência, etc. Entretanto, os “defeitos próprios de cada estereótipo” são intransferíveis para outro, ou seja: o negro não é

apresentado como estúpido; o português não é apresentado como desonesto, etc. A substituição de um personagem por outro leva um estereótipo de racismo para um contexto que não é normalmente o seu e a piada perde o humor. Assim, na mudança do personagem da piada: a mulher substituindo o negro (conforme fizemos), houve entrevistados que afirmaram não ter achado nenhuma “graça”. Parece, pois, haver um grau maior de preconceito contra o preto do que contra a mulher e isso é outra prova do item em análise: quanto maior o leitor considera a oposição, maior o humor. Logo: atropelar, de propósito, um negro, parece ser mais risível(!) do que atropelar, de propósito, uma mulher.

19. O mecanismo da troca de lugares sociais ou posições do sujeito pode ocorrer em circunstâncias diferenciadas: o personagem entender/ou não que está “sendo trocado” de posição, como é o caso do “velhinho-mergulhador” da piada 21; pode (inconscientemente) recusar essa troca, como é o caso de “seu Galhardo”, na piada 22; ou pode assumir esta troca, como é o caso do personagem do político, na piada 23.

20. Outra circunstância que reduz o grau de humor da piada é o recurso a elementos mais explícitos. Na piada 19 do corpus, quando o paciente diz ao médico para repetir a expressão “Já recebi” (frase 6), fica implícito (é apenas um dos implícitos analisados) que o primeiro pretende usar o mesmo método do tratamento para não pagar ao segundo. Um entrevistado sugeriu substituir a frase 6 por “Eu vou pagar, eu vou pagar, eu vou pagar”. A repetição “mostra” o método usado no tratamento, como se o paciente o tivesse “assimilado” e, como se apresenta numa forma explícita, faz cair o implícito do texto original, sobre as intenções do paciente de fraudar o médico. A substituição ainda conservou o humor, mas, pelo fato de ter recorrido a um dado explícito, foi um humor em grau menor.

21. Há ainda duas situações que também normalmente anulam o humor de uma piada. Ambas referem-se à postura dos personagens diante do fato. A primeira situação é quando não há nada a ser contestado; a segunda é quando, mesmo havendo contestação, ela ocorre de forma explícita.

Vejamos a primeira situação a que nos referimos acima, no texto 45. Se as duas histórias dos pescadores fossem consideradas verdadeiras, ou seja, se houvesse a hipótese de uma explicação racional para cada uma, não haveria humor nas mesmas. Podemos imaginar para o lambari de cinco quilos explicações do tipo: “têm surgido lambaris desse porte, desde que jogaram naquele rio um alimento X, rico em hormônios”. Quanto ao “lâmpião aceso”,

numa narrativa de ficção, o fato não seria jamais contestado, mas, mesmo numa história ancorada no real, poderíamos, com tantos avanços da ciência, imaginar um lampião com algum sistema próprio para evitar o contato com a água, como o das lanternas usadas por mergulhadores.

A outra situação em que não haveria mais humor seria a de os dois pescadores, por não acreditarem nas histórias um do outro, dizerem isto abertamente, ou seja, cada um afirmar de forma clara ao outro que considerava mentira o caso contado pelo mesmo. É evidente que tal postura levaria a uma discussão pouco amistosa entre ambos, criando uma situação oposta à do humor. Poderíamos então dizer (usando um trocadilho) que a mentira seria “levada a sério”, o que costuma acontecer sobretudo quando há choques entre culturas distintas ou falta de intimidade entre os interlocutores. Quando não existe esta última circunstância, ou seja, quando há certo grau de intimidade entre os interlocutores, se ambos admitem a própria mentira, isto é feito de forma pacífica e costuma provocar sorrisos, que consideramos um “riso atenuado”. Se, neste caso, a piada em análise provoca apenas o sorriso, mas não o riso, perguntamo-nos então: “O que faz com que a história dos dois pescadores seja risível?”. Acreditamos que seja a sugestão de que as duas narrativas sejam falsas, que vem **implícita** na bissociação e que causa o humor, ou seja, a regra violada (quando a mentira não é “levada a sério”) e ainda o fato de esta violação ser tratada no texto de forma implícita. Quando o segundo pescador propõe ao outro para que ambos cheguem a um acordo quanto aos dados de cada relato, ele não o diz na forma explícita como o problema foi colocado aqui. A proposta para que a mentira seja admitida tanto por um como pelo outro vem na **forma indireta (implícita)** das metáforas: “você diminui seu lambari → admite sua mentira”, que “eu apago o meu lampião” → admito minha mentira.

Assim, o humor fica no implícito de que o lampião aceso, tanto quanto o lambari de cinco quilos tem um mesmo valor de verdade, ou seja: ambos representam mentiras.

De tudo o que foi dito, concluímos que é a soma das informações de todos os níveis lingüísticos que conduz a um implícito final, no qual se encontra a violação de uma regra do convívio social. Ao final de cada piada, constata-se que a intenção do autor era atingir alguma dessas regras. Esta intenção última do autor do texto fica pressuposta numa comparação que o leitor faz entre dois elementos: primeiro, as regras que ele leva (introjetadas) e, segundo, a incongruência detectada no texto (comparação pressuposta, à qual o leitor ele chega por meio do mecanismo que consideramos o mais fundamental da criação de pressuposição: o

mecanismo das relações de contraste).

Levantemos, finalmente, dois pontos: primeiro, as regras do convívio social constituem-se, conforme referência que fizemos às mesmas, no “indizível” do relacionamento do grupo. Segundo: estas regras constituem-se no aspecto “questionável”, que o homem não consegue neutralizar, mas são violadas (numa violação do tipo “faz-de-conta”) nas piadas. Quando há um “ataque” sério às regras citadas, não há graça; por isso, a violação das regras, se explicitada, conforme demonstramos por meio de substituições, não seria cômica.

Considerando, finalmente, que parece haver um tipo de “coerência” de procedimento entre “questões/problemas” e “respostas/soluções”, em todo “fazer humano”, coerência que ela explica por que a violação das regras citadas, se feita abertamente, não tem graça: se a regra é resultado de um “acordo tácito”, só de forma dissimulada é que as pessoas não se constroem em violá-la. **O recurso ao implícito para expor o “indizível” é, pois, a maior arma do riso e pode-se dizer que, se o humor é construído nos três níveis: explícito, implícito e metaplícito, ele só funciona, como tal, fundamentalmente, no implícito da regra violada.**

RESUMÉ

L'objectif de cette recherche est celui de vérifier à quel niveau de compréhension est engendré l'humour des "blagues"⁵⁰: si au niveau explicite, implicite ou métaplicite. On a essayé, alors, de "fondre" dans ce travail, deux grandes lignes théoriques: celle de l'étude de l'humour et celle des niveaux de compréhension dans la lecture.

L'étude des niveaux de compréhension: l'explicite, ou contenu "posé" et l'implicite __ dans ses deux formes: "presupposé" et "sousentendu" __ seront pris au sens que leur donne DUCROT (1978) et selon des interprétations faites de ce texte, enrichies de données personnelles par KOCH (1996) et KERBRAT-ORECCHIONI (1998). Pour le métaplicite, on a pris, comme soutien, le texte de POERSCH (1991), auquel on a ajouté les contributions d'ECO (1984) sur les règles ou valeurs du savoir-vivre social, dont les parleurs se sont appropriées.

Dans l'analyse, on a aussi travaillé avec les "mécanismes créateurs de présupposition", basés sur les études de: KERBRAT-ORECCHIONI (1998), KOCH (1984), MAINGUENEAU (1996a) et SCHOTT-BOURGET (1994), en y incluant, à la fin, nos hypothèses par rapport aux mécanismes non rapportés par les auteurs cités.

En ce qui concerne l'humour, on a pris comme base théorique, l'étude de la "bisociation", proposée par KOESTLER (1964), la "théorie sémantique des frames" appliquée à l'humour, d'après RASKIN (1985 et 1987) et les "mécanismes créateurs d'humour", selon TRAVAGLIA (1991).

À cause de la confrontation des contextes qui, pour aller contre le prévisible, s'opposent d'une façon incongrue dans les blagues, on a cherché une plus grande compréhension en ce qui concerne le concept de "frame", selon les théories proposées par VAN DIJK (1996), par RASKIN (1985), par KOCH et TRAVAGLIA (1989). Par rapport au concept d'"incongruité" ou "rupture du déterminisme", qui on a utilisé comme instrument d'analyse, on s'est basé sur VOESE (1990) et FOURASTIÉ (1983). On a confronté le concept de "détente" de RASKIN

⁵⁰ Ce mot est pris au sens de "cas humoristiques", "cas drôles" ou "historiettes comiques".

(1985) et le concept de “disjoncteur”, de MORIN (1971), tout en conservant ce dernier pour indiquer le point où se révèle la “bissociation”, ou incongruité.

Appuyés sur des “scripts et mécanismes créateurs d’humour” proposés par TRAVAGLIA (1991), on a fait une sélection de deux à trois “blagues” qui exemplifiaient chacun de ces recours, de manière à atteindre un total de soixante textes. On les a soumis à un groupe d’interviewés, en leur demandant de, avec un minimum possible de changements, chercher la “neutralisation de l’humour” des blagues, c’est-à-dire, essayer de les transformer dans des textes non-humoristiques, tout en préservant leur cohérence.

Ensuite, on a fait nos propres analyses, en les confrontant avec les résultats présentés par les informateurs et, pour en finir, on a réalisé, après chaque blague, une description avec les données suivantes: a) le rapport entre la blague et le “script” ou les “mécanismes” créateurs d’humour que ce texte exemplifiait; b) le rapport entre les éléments présentés par le texte dans les trois niveaux de compréhension: explicite, implicite ou métaplicite; c) la tentative de montrer les “frames” dont chaque blague s’en est servie et les prévisions qui étaient offertes par ces “frames”, aussi bien que les éléments qui leur étaient communs; d) la localisation de l’élément disjoncteur; e) la complémentation des informations introduites par le disjoncteur avec les données des frames présentés, en essayant de résumer la “bissociation” dans une seule phrase dont le contenu soit incongru; f) la tentative de vérifier les niveaux de compréhension les plus probables pour chaque “frame” et, finalement, g) le niveau de compréhension où en est arrivé la “bissociation”. À partir de la comparaison de ces analyses, on est arrivée à des tableaux, où l’on a constaté la réitération de certaines données et, enfin, on a présenté nos “considérations finales”.

On croit que le niveau métaplicite du texte d’humour est la base pour les deux autres, dès que, soit par rapport au contenu “posé”, soit par rapport à l’implicite, présumé ou sousentendu, tous les deux s’appuient sur la connaissance métaplicite. Le métaplicite n’est pas seulement la “sustentation” des deux autres niveaux, mais il est aussi le responsable de la connaissance “tacite” des règles du savoir-vivre social, dont la transgression lie, structurellement, le **contenu** du texte comique: c’est la violation de ces règles qui crée le conflit dans les blagues. L’explicite est le niveau qui actualise les informations pertinentes à un texte spécifique; l’implicite est celui qui nous semble être utilisé pour la “structuration **formelle** de la surprise”, sans laquelle le contenu de base n’aurait pas son apparence comique: on peut attribuer la plupart du “risible” (d’ailleurs, la partie la plus savoureuse) d’un texte aux informations “à être découvertes”, aux implicites. On peut, alors, dire que la condition d’existence de l’implicite est soutenue dans un texte quelconque par son contenu métaplicite

vu comme un ensemble (*d'une façon générale*). Ainsi, il est possible de trouver des “pistes” renvoyant à l'implicite, qui sont *spécifiquement* véhiculées par le contenu explicite de ce texte. De cette façon, on a pu conclure que c'est la “surprise” de la découverte de l'imprévu qui provoque l'humour et cette incongruité se sert presque toujours de l'implicite. Alors, les textes d'humour, en général, font appel à l'implicite.

MOTS-CLÉS: 1. Humour. 2. Texte. 3. Discours. 4. Compréhension
5. Niveau explicite, implicite et métaplicite.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRUDA FERNANDES, Vânia Maria Bernardes (1997). “*Pressuposição, Argumentação e Ideologia - Análise de textos publicitários*”. Campinas: UNICAMP, IEL: Tese de Doutorado.
- ÁLVARUS, Álvaro Cotrim (1970). “Caricatura e Caricaturistas”. *Revista Vozes de Cultura*. Ano 64. Abril 1970. Petrópolis: Vozes (39-46).
- AUSTIN, John Langshaw (1962). *Quando dizer é fazer – Palavras e Ação*. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho (1990). Porto Alegre: Artes Médicas.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline (1982). *Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l’autre dans le discours*. DRLAV 26. Paris: Centre de Recherche de l’Université de Paris VIII.
- BERGSON, Henri (1940:1ª ed., 1995: 8ª ed.). *Le Rire*. Paris: Quadrige/ Presses Universitaires de France.
- CHAROLLES, Michel (1990, cf. nota 42, p. 114). “Anaphore associative. Problèmes de délimitation”, *Verbum*, XIII, 3. Paris: Université de Nancy II. (119-148).
- COSTA VAL, Maria da Graça (1992). “Concepção de Linguagem e ensino de Português”. Belo Horizonte: UFMG. Mimeo. 16p.
- DEMOUGIN, Jacques (org.) (1992). *Dictionnaire des littératures - française et étrangères*. Paris: Larousse.
- DUCROT, Oswald e TODOROV, Tzvetan (1988). *Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem*. Trad. de Alice Kyoko Miyashiro e alii. São Paulo: Perspectiva.
- DUCROT, Oswald (1978). “Pressupostos e Subentendidos (Reexame)”. Tradução de Ana Maria Guimarães e Eleni Jacques Martins. In *O Dizer e o Dito*. Campinas: Pontes.
- ECO, Umberto (1984). “O cômico e a regra”, in *Viagem na irrealidade cotidiana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (p. 343-353)
- ESCARPIT, Robert (1960/1994). *L’Humour*. Paris: PUF _ Presses Universitaires de France.
- EVARD, Franck (1996). *L’Humour*. Paris: Hachette. (1996: 60-61)
- FERNANDES, Millôr et alii (1968). *Dez em humor*. São Paulo: Editora Expressão e Cultura.
- FERNANDES, Millôr et alii (1968). *Cõposiciones infantis*. São Paulo: (s/n).

- FIORIN, José Luiz (1997). *Linguagem e Ideologia*. São Paulo: Ática.
- FORTUNA, Reginaldo (1970): “Um compromisso com a pesquisa”. *Revista Vozes de Cultura*. Ano 64. Abril 1970. Petrópolis: Vozes. (5-8)
- FOUCALT, M. (1996). *A ordem do discurso*. Trad. de Laura Fraga de Almeida (3ª ed.). São Paulo: Edições Loyola.
- FOURASTIÉ, Jean (1983). *Le rire, suite*. Paris: Éditions Denoël/Gonthier.
- FREUD, Sigmund (1905/ 1988). *Le mot d’esprit et sa relation à l’inconscient*. Paris: Éditions Gallimard/ Londres : Imago Publishing Co. Ltd..
- GALISSON, R. e COSTE, D. (1976). *Dictionnaire de didactique des langues*. Paris: Librairie Hachette.
- GERALDI, João Wanderley e ILARI, Rodolfo (1985). *Semântica*. São Paulo: Editora Ática.
- GIL, Célia M. Carcagnolo (1991). “*A Linguagem da surpresa _ Uma proposta para o estudo da piada*”. São Paulo: USP/FFLCH: Tese de Doutorado. 220 páginas.
- GRICE, H. P. (1982). “Lógica e Conversação”. In: DASCAL, Marcelo (org.): *Fundamentos Metodológicos da Lingüística: vol. IV- Pragmática*. Trad. de João Wanderley Geraldi. Campinas: UNICAMP. (81-103)
- GUIMARÃES, Elisa. *A Articulação do Texto*. São Paulo: Ática.
- ILARI, Rodolfo (1985). *A Lingüística e o Ensino da Língua Portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes.
- JARDON, Denise (1988). *Du Comique dans le texte littéraire*. Paris.: De Boeck-Duculot.
- JERKOVIC, Jerônimo (1970). “Duas ou três coisas que eu sei de humor”. *Revista Vozes de Cultura*. Ano 64. Abril 1970. Petrópolis: Vozes. (47-53)
- JOHNSON, Ragnar (1976). “Two Realms and a joke: bisociation theories of joking”. In *Semiotica* 16: 3. La Haye, Pays-Bas: Mouton Publishers, 1976: 195-221.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine (1998). *L’Implicite*. Paris: Armand Colin Éditeur.
- KOCH, Ingedore G. Villaça (1996). *Argumentação e Linguagem*. São Paulo: Cortez.
- KOCH, Ingedore G. Villaça (1997). *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto.
- KOCH, Ingedore G. Villaça e TRAVAGLIA, Luiz Carlos (1989). *Texto e Coerência*. São Paulo: Contexto.
- KOCH, Ingedore G. Villaça e TRAVAGLIA, Luiz Carlos (1993). *A coerência textual*. São Paulo: Contexto.
- KOESTLER, Arthur (1964). *The Act of Creation*. London: Pan Books.
- LUIZ, Macksen (1970). “O triste bom-humor brasileiro”. *Revista Vozes de Cultura*. Ano 64. Abril 1970. Petrópolis: Vozes. (63-66)

- MAINGUENEAU, Dominique (1996a) (fevereiro). *Les termes clés de l'analyse du discours*. Paris: Seuil.
- MAINGUENEAU, Dominique (1996b) (junho). *Pragmática para o discurso literário*. Tradução de APPENZELLER, Marina, com revisão de BRANDÃO, Eduardo. São Paulo: Martins Fontes.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio (1991). *Análise da Conversação*. São Paulo: Ática.
- MOISÉS, Massaud (1974). *Dicionário de Termos Literários*. São Paulo: Cultrix
- MOITA LOPES, Luiz Paulo da (1996). *Oficina de Lingüística Aplicada*. Campinas: Mercado de Letras.
- MORIN, Violette (1971). "A Historieta Cômica". In *Análise Estrutural da Narrativa* (Original do Francês: *L'Analyse Structurale du Récit*, 1966). Petrópolis: Vozes.
- NORRICK, Neal R. (1984). "Stock Conversational Witticisms". In *Journal of Pragmatics* vol. 8, número 2. Amsterdam: North Holland, abril/1984 (195-209).
- NORRICK, Neal R. (1986a). "A frame-theoretical analysis of verbal humor: Bissociation as schema conflict". In *Semiotica* 60 -3/4 (225-245).
- NORRICK, Neal R. (1986b). Resenha de RASKIN, Victor. "Semantic Mechanisms of Humor". (1985). *Syntheses Language Library* 24. Dordrecht: Reidel, 1985 (154-157), XIX + 244 p.
- OTONI, Maria Aparecida Resende (1999). "*O humor radiofônico: um estudo sobre o Estabelecimento da coerência em textos do programa 'Café com Bobagem'.*" Uberlândia: Dissertação de Mestrado. UFU/ ILEL, 199: 184 páginas.
- PENNA, Maura (1996). "A textualidade do riso: uma análise da coluna de José Simão". São Paulo: *Revista Letras*, PUCCAMP 15 (1/2) dez/1996 (119-134).
- PEREIRA, Lúcia Maria de Sá Silva (1970). "Humor, Um Enfoque Psicológico". *Revista Vozes de Cultura*. Ano 64. Abril 1970. Petrópolis: Vozes.
- PERRET, Michèle (1994). *Énonciation en grammaire du texte*. Paris: Éditions Nathan.
- PINO, Wladimir Dias (1970). "Humor de vanguarda em 10 respostas". *Revista Vozes de Cultura*. Ano 64. Abril 1970. Petrópolis: Vozes..(54-56).
- POERSCH, José Marcelino (1991). "Por um Nível Metaplícito na Construção Textual" (Comunicação apresentada no III Congresso Internacional de Psicolingüística Aplicada, realizado na Universidade de Toronto, no Canadá). Porto Alegre: *Letras de Hoje*.(127-143).
- POSSENTI, Sírio (1998). *Os Humores da Língua*. Campinas: Mercado de Letras

- RASKIN, Victor (1985). *Semantic mechanisms of humour*. Dordrecht and Boston: D. Reidel Publishing Company.
- RASKIN Victor (1987) “Linguistic heuristics of humor: A script-based semantic approach”. *The International Journal in the Socioly of Language* 65 (Special Issue on Language and Humor. Berlin/ New York/ Amsterdam: M. Apte (ed.) (11-26).
- SANT’ANNA, Affonso Romano de (1985). *Paródia, Paráfrase e Cia*. São Paulo: Ática, Col. Princípios, nº 1.
- SAREIL, Jean (1984): *L’Ecriture comique*. Coll. Ecriture. Paris: Presses Universitaires de France.
- SCHOTT-BOURGET, Véronique (1994). *Approches de la linguistique*. Paris: Éditions Nathan.
- SEARLE, John (1984). *Os Actos de Fala*. Trad. de Carlos Vogt et alii. Coimbra: Livraria Almedina.
- TAFARELLO, Maria Cristina de Moraes (1995). “Humor e justiça”. In: *Estudos Lingüísticos XXIV _ ANAIS DE SEMINÁRIOS DO GEL-SP*. São Paulo 1995: (629-635).
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos (1989). “Recursos lingüísticos e discursivos do humor: Humor e classe social na televisão brasileira”. In: *Estudos Lingüísticos XXIII _ ANAIS DE SEMINÁRIOS DO GEL*. Lorena, São Paulo: GEL. (670-677)
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos (1991). “O que é engraçado? __Categorias do risível no humor brasileiro”. *Revista Leitura: Estudos Lingüísticos e Literários do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas*. Maceió: CHLA-UFAL. (42-72). Maceió, Alagoas: UFAL.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos (1990). “Uma introdução ao estudo do humor pela lingüística”. *DELTA*, vol 6, número 1. São Paulo: ABRALIM/PUC – SP (55-82).
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos (1992). “Homônímia, mundos textuais e humor”. *Organon* 23. Porto Alegre: UFRGS. (41-50).
- VAN DIJK, Teun A. (1996: 2ª ed.). *Cognição, discurso e interação*. Apresentação e organização de Ingedore Villaça Koch. São Paulo: Contexto.
- VIEIRA, Lúcia Mosqueira de Oliveira. *O desvio de foco na produção do texto escrito*. Dissertação de Mestrado. Uberlândia: UFU, 1999.
- VOESE, Ingo (1989/1990). “O Discurso humorístico” um estudo introdutório”, in *Linguagem e humor*, Revista Leitura: Estudos Lingüísticos e Literários do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Maceió: CHLA-UFAL. (07-20).

- WATZLAWICK, Paul, BEAVIN, Janet Helmith e JACKSON, Don D. (1968)
Pragmatics of Human Communication: Study of Interactional Patterning Pathologies, And Paradoxes. London: Faber and Faber.
- ZIRALDO Alves Pinto (1970). “Ninguém entende de humor”. *Revista Vozes de Cultura*.
 Ano 64. Abril 1970. Petrópolis: Vozes. (21-38).

BIBLIOGRAFIA DO CORPUS

- CHARLAB, Sérgio (sem data) (Editor-chefe) *Rir é o melhor remédio __ Uma compilação das melhores piadas publicadas na revista Seleções*. Rio de Janeiro: Reader's Digest.
- FEU, Edie Van (org.) (s/d). *Piadas e Charadas* (Ano 1: n. 6). Rio de Janeiro: Editora Escala/ Fernando Chinaglia Distribuidora.
- GOMES, Ivan (Batoré). (s/d). *Piadas do Batoré*. São Paulo: Editora Escala.
- LONZA, Furio (s/d). *Anedotas: Médicos e Loucos*. São Paulo: Circo Sampa.
- LOURENZI, Hercílio de (s/d). *Piadas selecionadas* (Ano 1, número 1). São Paulo: Editora Escala.
- MENDES, Toninho - LONZA, Furio e MATTOSO, Glauco (1994). *365 Motivos para Odiar Brasil*. São Paulo: Circo Editorial.
- PP & S (Projeto e execução) (Outono de 2000). *Coleção de piadas*. (Ano 1, número 10). São Paulo: Editora Escala.
- RODRIGUES, Renato & MATOS, Marcelo (s/d). *Piadas e Charadas* (Ano 1, número 7). São Paulo: Editora Escala.
- RODRIGUES, Renato (s/d). *Só Charadas 2*. (Ano 1, número 2). São Paulo: Editora Escala.
- SARRUMOR, Laert (1999). *Mais mil piadas do Brasil*. São Paulo: Nova Alexandria Ltda.
 Site: <humor-1@ufu.br>. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia.
- VERÍSSIMO, Luís Fernando (1997). *As Cobras*. São Paulo: L&PM Editores.

ANEXO

1. Scripts criadores de humor

1.1. Script da estupidez

Piada 01 (toda a análise transportada para o corpo do trabalho)

Piada 02 (Idem)

Piada 03

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Há um português que procura, perto de um poste, uma aliança perdida; há um amigo do português, um brasileiro, que se prontifica a ajudá-lo na busca; há o questionamento do brasileiro sobre o local da perda; há a resposta do português. Os verbos (perder/procurar) que explícitos no texto, bem como a frase 9, que é o disjuntor: “Não foi bem aqui: foi ali mais na frente, só que lá está escuro...” Se a razão da procura em outro local tivesse alguma lógica, o disjuntor não seria ativado.

IMPLÍCITO: Está implícita a circunstância de lugar, como ponto de interseção entre os dois verbos: “perder” e “procurar”. Está implícito que o brasileiro é amigo do português. Também a posição em que o brasileiro encontra o português (“de quatro”) é um dado situacional que leva ao pressuposto que vem explicitado pelo brasileiro na frase (4). Na frase (7), o “até que” do brasileiro pressupõe uma reação (à inutilidade da busca) que vem em seguida, explícita na pergunta (8). A forma como é elaborada a pergunta 8) também leva ao pressuposto de que o brasileiro estava com dúvidas a respeito do local da perda. O “bem” da frase (9) leva ao implícito de que o “eufemismo” quanto à inexactidão do lugar encobre um dado importante, dado do tipo subentendido, porque depende da abrangência do “aqui”, o qual, por sua vez, como dêitico que é, está vinculado ao gesto/olhar usado para acompanhá-lo _ gesto pressuposto. O “aqui” pode ser então, perto do “ali mais na frente” ou podem estar distantes um do outro.

METAPLÍCITO: Há, nesta piada, além do conhecimento de que o português costuma aparecer em piadas como estereótipo de estupidez, o conhecimento lingüístico sobre a circunstância de lugar, que deve ser a mesma para os dois verbos (isso, se não houver, interferindo nessa relação, novas circunstâncias, tais como a explicação sugerida por um dos entrevistados: “A aliança pode ter rolado para cá”).

Regra de convívio social violada: Pela regras de convívio social (ou, poderíamos dizer “regras de coerência social”?) o falante precisa dominar aspectos semânticos que, se não compartilhados, podem levar a problemas ou constrangimentos. Só se procura algo no local diferente do da perda, quando há circunstâncias que justifiquem essa alteração. A violação da regra está na falta de consistência para justificar a procura no local diferente do da perda e essa incoerência que “ameaça” a estabilidade que o mantém coeso é que o grupo social não admite.

Piada 4

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Há um jornalista que visita Lisboa; há gritos vindos de um local onde consta haver uma cadeira elétrica; há pergunta do jornalista sobre a razão dos gritos; há a explicação do policial que esclarece a falta de eletricidade no prédio.

IMPLÍCITO: Há o implícito de que os gritos podem sugerir ao jornalista algum fato que mereça destaque; há o implícito de que o português __devido a sua estupidez__ tenha achado que a vela poderia substituir a eletricidade para executar alguém, tanto quanto substituía para iluminar.

METAPLÍCITO: Há, além da figura do português como estereótipo de estupidez, o conhecimento de se executarem criminosos em cadeiras elétricas e o conhecimento de que tanto “vela” quanto “eletricidade” têm, em comum a propriedade de “iluminar” - propriedade comum que justifica a aproximação do traço “executar” ao frame Y (vela), quando só cabia no frame X (eletricidade).

1.2. Script da esperteza, astúcia

Piada 05

O disjuntor fica na expressão “Então me vê dois quilos”, que tanto remete ao preço do cafezinho (sem açúcar) quanto ao preço do açúcar (aqui ambíguo: “açúcar *do cafezinho*”, em

que a expressão “do cafezinho” serve de determinante para o termo “açúcar”) ou açúcar vendido separadamente (neste caso, simplesmente “açúcar”, com "determinante zero" __se pudermos designar assim os casos de palavras sem complemento ou sem adjunto). Este segundo uso surge do hábito lingüístico de se deixarem implícitos os determinantes de certas expressões, como no caso citado acima (fala 3): “E o açúcar do cafezinho?”. Na maioria das vezes, o autor não repete os elementos cujo “resgate” ele deixa a cargo do “princípio de cooperação”, por parte do leitor. Devido a este segundo uso, surge a ambigüidade na interpretação do elemento “açúcar”: o 1º frame __enquanto “açúcar” vem como determinante de “cafezinho” (preço “açúcar do cafezinho”), __ou 2º frame: enquanto açúcar vem como elemento isolado (“açúcar vendido separadamente”, com "determinante zero").

O freguês dá seqüência a suas perguntas, como se todas pertencessem ao frame 2, enquanto o dono do bar entende que ele passara do preço (a)-do 2º frame, para o preço (b)-do 1º frame (a). Desde que (a) e (b) do 1º frame são equivalentes e que já estavam na primeira resposta dada (frase 2) → (a)-do 1º frame, o dono do bar resolve ser mais explícito: diz que (b)-do 1º frame é gratuito. O freguês, na sua própria seqüência de conversação, faz o pedido (frase 5) e causa a bissociação.

Tiveram consciência da diferença de emprego de termos com e sem o determinante, os entrevistados que sugeriram, para retirar o humor do texto, que se explicitasse o determinante na frase 4: “O açúcar do cafezinho é de graça”.

Outro recurso sugerido pelos entrevistados foi eliminar a ambigüidade, não mais na fala do vendedor, mas na fala do cliente, utilizando aqui dois recursos: 1º) explicitar o determinante , agora na fala do cliente, este entendendo que o “açúcar” era “do cafezinho”; ou, 2º) eliminar a ambigüidade, entendendo que o açúcar era algo à parte, com "determinante zero".

No primeiro caso, foi sugerida a eliminação da frase 5; ou simplesmente a substituição da mesma por uma frase que desfizesse esta primeira ambigüidade, como a frase seguinte: “Duas colherinhas, por favor”; “Então coloque duas colheres”; “Então me dê um cafezinho bem docinho”; “Que bom! Vou tomar mais”; ou ainda desfazendo a segunda ambigüidade, e compreendendo a pergunta sobre o preço do açúcar no segundo sentido, ou seja: o preço do quilo de açúcar (com "determinante zero"), independente do cafezinho, como na seguinte sugestão de troca da frase 4: “Três reais”.

Níveis de compreensão:

EXPLÍCITO: Há um vendedor; há um freguês que pergunta ao primeiro sobre o preço do café e depois o preço do açúcar; há o pedido feito pelo freguês.

IMPLÍCITO: No segundo frame, vem implícito o determinante para o termo açúcar, quando, na frase 3, o freguês não explicita que quer saber o preço do “açúcar do cafezinho” __ implícito do tipo subentendido, e não pressuposto, porque, no caso de o dono da mercadoria reprovar o freguês por não querer pagar, este pode alegar que perguntara o preço apenas do açúcar.

METAPLÍCITO: Há o conhecimento do hábito de se vender o café, mas de se oferecer gratuitamente o açúcar para este café a ser ingerido na hora; além do conhecimento lingüístico de se deixar implícito o determinante de um termo, quando este determinante é considerado facilmente pressuposto pelo leitor.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “Então me vê dois quilos.”			
Termo (ou idéia) comum aos dois frames de origem do texto: o preço do açúcar.			
Frames de origem			FRAME da BISSOCIAÇÃO
Frame 1: Frame do cafezinho tomado em bares	Frame 2: Frame da compra de mantimentos	3º:Script do esper-talhão.	Há bissociação, quando o freguês pretende levar o que lhe foi proposto em (b) do 1º frame como se fosse o item (b) do 2º frame, ou seja: levar como comprado (pesado) o açúcar gratuito do cafezinho. A incongruência é apontada pelo peso do açúcar que o freguês pede..
(a) Café pedido para se tomar no bar; (b) Açúcar pedido na quantidade adequada ao cafezinho.	(a) Café a ser pesado (em quilos) e vendido sozinho; (b) Açúcar a ser pesado (em quilos) e vendido sozinho.		Frase síntese da idéia incongruente: “O açúcar gratuito sendo “comprado”, ou melhor, sendo levado em quantidade própria da situação de compra.”
(a) Explícito (b) Implícito	(a) Implícito (b) Explícito	Implícito	EXPLÍCITO e IMPLÍCITO

Piada 06

O disjuntor desta piada é a expressão “Então, estou livre! Não fiz a lição”.

Ambos os personagens compartilham, em suas falas, de um elemento comum: “alguma coisa que não se fez”, mas a professora compreende, na pergunta de Zezinho, como implícita, a expressão: “alguma coisa errada que não fez” e não o oposto: “alguma coisa certa

que não fez”. É o determinante implícito que gera a bissociação, ou seja, a frase da professora responde à sua “leitura” da expressão com o determinante “errado”, enquanto que o personagem espertalhão (Zezinho), na realidade, leva a professora a, num jogo de palavras, inocentá-lo antecipadamente de seu erro.

Níveis de compreensão:

EXPLÍCITO: Há um menino e a professora do mesmo; há a pergunta sobre conceitos de certo e errado, por parte do menino; há a resposta da professora e a conclusão do menino. Está explícita a expressão “fazer alguma coisa” e a expressão “ser castigado”, básicas ao questionamento levantado no texto pelo menino.

IMPLÍCITO: Na primeira fala do menino há um implícito (pressuposto) de que ele/alguém deixara de fazer algo; fica implícita na resposta da professora, que ela se referia “deixar de fazer alguma coisa errada “condenável”; fica ainda implícita a questão de um provável castigo para o “fazer o errado” ou o não-castigo para o “fazer o certo”; fica implícita ainda a possível injustiça para o “ser castigado por fazer uma coisa certa”.

METAPLÍCITO: Está no conhecimento de mundo a questão ideológica de: “fazer algo errado e ser castigado”, bem como o inverso: “fazer o que é certo e não dever ser castigado”. Pertence ainda ao metaplícito o conhecimento lingüístico _ cuja recuperação é deixada a cargo do leitor cooperativo_ de discursos que deixam certos implícitos (no caso, os determinantes “certo” ou “errado”) _imprescindíveis para a criação da “trama” da piada.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “Então, estou livre! Não fiz a lição.”		
Termo (ou idéia) comum aos dois frames de origem do texto: “alguma coisa que não se fez”.		
Frames de origem		FRAME da BISSOCIAÇÃO bissociação acontece, porque o jogo de palavras do menino leva o traço “certo” do item (a) do 2º para o 1º frame → deixar de fazer alguma coisa (certa) e → não ser castigado
Frame 1: Ação mais recompensa ou castigo.	Frame 2: Frame de relacionamento entre professora e aluno.	
		3º FRAME Script do espertalhão.

(a) Não fazer alguma coisa (errada) → (b) não ser castigado	(a) Não fazer alguma coisa (certa) → (b) ser castigado.	Representado pelo menino que tenta enganar a professora	Frase síntese da idéia incongruente: “O aluno não poder ser castigado, porque “fazer a lição” poderia ser considerada alguma coisa (errada) que ele fez.”
(a) e (b) Explícitos; Implícito: o determinante “errado”.	(a) e (b) Explícitos: os dois itens; Implícito: o determinante “certo”.	Implícito	EXPLÍCITO e IMPLÍCITO

Piada 7

O disjuntor desta piada está na frase “Eu fico com o lado de dentro”, que deixa pressuposto um outro tipo de oposição: “lado de dentro” vs “lado de fora” da casa///’.

Para retirar o humor do texto, os entrevistados sugeriram os três seguintes tipos de modificações: 1. retirar a frase 3; 2. eliminar a segunda frase da linha 3, conservando apenas a expressão: “Tudo bem”; 3. conservar a primeira frase da linha 3 e substituir a segunda por uma das opções: “Eu fico com o lado esquerdo”; “Então vamos dividi-la amigavelmente”; “Eu fico com a metade”; “Fico com o lado em que está o quarto”. Em qualquer uma das sugestões, as trocas sugeridas pelos entrevistados para acabar com o humor atingiam indiretamente a palavra “lado”, quando usada com o determinante “de dentro”.

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Há um casal que discute e decide por separar os lados da casa em que vivem. Estão explícitos os termos “lados da casa”, na fala do marido, dois determinantes para o termo em questão. Na fala da mulher vem a expressão “lado de dentro”, a qual deixa implícita a expressão contrária.

IMPLÍCITO: A expressão usada pela mulher na última frase: “Eu fico com o lado de dentro (da casa!)” deixa implícita outra expressão: “lado de fora” - como a única opção que sobra para o marido na partilha deste bem. Outra forma de implícito que surge é justamente devido a uma certa “restrição” imposta pelo texto (Ver POSSENTI, 1998: 51-62) em que o limite estabelecido pela tipologia do texto (de humor, neste caso) não permite que haja implícita a

idéia de que o “lado de fora” seja um terreno enorme e valioso, mas apenas um lado que não é mais a casa, ou seja: nada da casa/ nada de valor. O leitor poderia argumentar que há, no implícito, a característica do subentendido, quando se abrem novas opções de interpretação (inclusive a citada acima), mas, na busca específica do humor, a única opção risível é a primeira interpretação.

METAPLÍCITO: Está no conhecimento de mundo o aspecto legal de que, em uma separação de casais (esta, implícita na fala do marido no “Eu não agüento mais”) surge a questão da partilha de bens, na qual se enquadra a proposta do marido para “dividir” o bem que é a casa. Faz também parte do conhecimento metaplícito da língua o uso/a aceitação como normal de expressões como: “Você fica com um lado e eu com o outro”. Não faz parte do uso comum da língua a expressão usada pela mulher (“Eu fico com o lado de dentro!”), mas é novamente o conhecimento lingüístico que conduz o leitor para o implícito da palavra que (como antônima), ou seja: “o lado de fora”, opõe-se ao “lado de dentro”.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “Eu fico com o lado de dentro”.			
Termo (ou idéia) comum aos dois frames de origem do texto: “os lados de alguma divisão”.			
Frames de origem			FRAME da BISSOCIAÇÃO
Frame 1: Partilha de imóvel entre casais que se separam, em que a divisão (por dois) se traduz por “metades”.	Frame 2: Frame de referências espaciais (dentro/ fora).	3º FRAME Script do espertalhão.	A bissociação acontece, porque a mulher se aproveita da expressão sobre a divisão dos “dois lados da casa e substitui, o traço (b) do frame 1, pelo traço (b) do frame (2), além de substituir “um” (de todo o frame 1) pelo determinante “o” (de todo o frame 2).
a) “um lado dentro da casa” = uma metade b) “outro lado dentro da casa” = outra metade.	a) “o lado dentro da casa” → a casa & b) “o lado fora da fora” → sem a casa.	Representado pela mulher que quer tirar proveito sobre o marido na divisão de bens.	
(a) Implícito (b) Implícito	(a) Explícito (b) Implícito	Implícito	Frase síntese da idéia incongruente: “Na partilha de bens, alguém ficar com uma parte onde não há nada.” EXPLÍCITO e IMPLÍCITO

1.3. Script do absurdo

Análise da piada 8 do corpus

Devido a seu conhecimento pragmático, o leitor concluirá que a segunda enunciação só pode acontecer, se se admitir que: há, indiscutivelmente, alguém falando ao telefone... de algum lugar __ainda que esse lugar não seja o hospício__ e, para que alguém possa estar falando ao telefone, o aparelho está, indiscutivelmente, instalado no “aqui” de onde veio a resposta. Esta constatação leva ao traço diferenciador _traço este que causa a bissociação: a negação ou afirmação do “aqui”, porque é o dêitico que atesta a presença do “eu”, que fala ao telefone. Quando o interlocutor responde que “o telefone daqui só vai ser instalado na semana que vem” nega a condição para o uso do dêitico que acabou de empregar.

Dessa forma, para acabar com o humor do texto, foi sugerida a eliminação do disjuntor, como nas opções seguintes: a substituição da frase 2 por uma das frases seguintes: “Não..”; “Sim”; “Discou o número errado”; “Não; este é o antigo telefone do hospício”; “Não, os números são parecidos”; “Não, é da residência da Maria”; “Não, lá não tem telefone”; “Não... o telefone de lá só vai ser instalado na próxima semana”(aqui, com grifo do próprio entrevistado); “O telefone daqui era o de lá”; “Aqui é do açougue/ da farmácia/ do hospital”.

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Há duas pessoas que conversam ao telefone, há, igualmente explícito o consenso entre ambas de que a pessoa que atendeu está falando de um hospício (O primeiro pergunta se é do hospício; o segundo, embora negue que aquele telefone seja do hospício, refere-se ao telefone “daqui” como sendo o “aqui” igual ao hospício).

IMPLÍCITO: Na pergunta do primeiro locutor, temos a primeira sugestão de um implícito (quando pergunta se ligou realmente para o hospício): alguma “loucura” pode ser prevista. E a loucura esperada vem implícita no jogo enunciativo: a negação da própria enunciação, quando, na frase 3, o “aqui” é admitido, para tornar mais ilógica a negação de que o telefone esteja ligado.

METAPLÍCITO: Há o conhecimento de mundo relativo a aparelhos telefônicos; há o conhecimento lingüístico do que seja um hospício; há ainda o conhecimento lingüístico do uso de dêiticos (no caso, o termo “aqui”) e há o conhecimento de que a desobediência a esta convenção lingüística pode ser interpretada como falta de lógica e que a mesma é justificada pela palavra “hospício” (porque sugere que um louco atendeu o telefone).

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “O telefone daqui só vai ser instalado na semana que vem”.			
Termo (ou idéia) comum aos dois frames de origem do texto: aparelho para uso instalado/ou não.			
Frames de origem			FRAME da BISSOCIAÇÃO
Frame 1: Frame de conversa ao telefone	Frame 2: Frame de aparelhos que só funcionam mediante uma “instalação” com uma central.	3º FRAME Script de hospício	Há bissociação, quando os itens do primeiro frame só podem realizar-se mediante a condição de haver o item (a) do segundo frame; a incongruência está em substituir o item (a) pelo (b) no segundo frame e ainda se realizar tudo que é previsível no primeiro frame. considerado “aqui” pelo 2º falante.
(a) O primeiro falante pede uma informação sobre o local para onde discou e (b) O primeiro falante obtém uma resposta.	(a) Um telefone ligado à central recebe e faz ligações; (b) Um telefone não ligado à central não recebe nem faz ligações.	Representa do pelos termos: hospício e louco.	
(a) Explícito (b) Explícito	(a) Implícito (b) Implícito	Implícito	Frase síntese da idéia incongruente: “Falar de um telefone que ainda vai ser instalado.” EXPLÍCITO e IMPLÍCITO

Piada 9

Para eliminar o humor da piada, os entrevistados deram as seguintes sugestões para mudar a frase 4, trocando o termo “contar”, que se reflete no disjuntor: “Ah, doutor, é que eu adoro escutar/ ouvir piadas”.

Houve quem sugerisse alterar a frase 1, mudança esta que também se reflete no ponto de divergência dos disjuntores: “No pátio do hospício, um louco estava rindo, acompanhado de outro” __ mas apenas esta mudança deixa o texto incoerente, se não se modificar o “me contar”.

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Vêm, explícitos no texto, os seguintes dados: a existência de um médico e de um louco, a existência de um pátio no hospício, onde os dois personagens se encontram; há a constatação do riso do louco feita pelo médico; há a curiosidade do médico quanto à razão para aquele riso e há uma resposta gramaticalmente bem construída pelo louco.

IMPLÍCITO: O riso do louco deixa implícito que ele acha algo engraçado; a pergunta do médico deixa implícita a curiosidade do mesmo; a resposta do louco traz uma “explicação” que, pela falta de lógica, deixa implícita a falta de lógica do falante da frase 5.

METAPLÍCITO: Há o conhecimento de mundo relativo a hospícios; há ainda o conhecimento lingüístico tanto dos traços semânticos do verbo “contar” quanto do uso dos dêiticos _ no caso, “eu/me”, que se chocam com o traço semântico da necessidade de um interlocutor para o “contar” (obviamente distinto da pessoa do locutor); há o conhecimento de que a desobediência a tais convenções lingüísticas pode ser interpretada como insanidade.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “...essa última (piada), eu não conhecia”			
Termo (ou idéia) comum aos dois frames de origem do texto: “piadas”.			
Frames de origem			FRAME da BISSOCIAÇÃO
Frame 1: Frame de contar casos (piadas).	Frame 2: Aparelhos que só funcionam mediante uma “instalação” com uma central.	3º FRAME Script de hospício	Há bissociação, porque, aos itens (a) de cada frame associam-se os ingredientes (b) do frame oposto:, ficando a incongruência: o louco “conta novidades” para si mesmo.
(a) Contar novidade + (b) conhecimento prévio	(a) Ouvir novidade + (b) desconhecimento prévio.	Justificado pelos termos “louco” e “hospício”.	
(a) Explícito; (b) Implícito.	(a) Implícito; (b) Explícito.	Implícito	Frase síntese da idéia incongruente: “O locutor não desconhece o fato que conta e o ouvinte já conhecer o fato que vai conhecer”(??)
			EXPLÍCITO e IMPLÍCITO

Piada 10

Os entrevistados sugeriram substituir sempre a frase (onde se localiza o *non-sense*) por frases do tipo: “Tome um banho e pode ir dormir”, “Prepare-me um banho, mas não ponha a água muito quente, por favor”; “Ajude-me a tomar um banho”; “Quero tomar um banho, por favor”.

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Há um homem e seu criado; há a ordem do patrão para que o criado tome o banho e que a água não seja muito quente.

IMPLÍCITO: É implícita a autoridade do patrão sobre o criado, como também a extrapolação do limite desta autoridade pelo milionário, nas ordens sem sentido que dá ao mesmo.

METAPLÍCITO: Há o conhecimento de hierarquias sociais que tornam possível a um milionário ter um criado que lhe presta serviços e ao qual, conseqüentemente, o primeiro dá ordens. Há ainda o conhecimento lingüístico dos traços semânticos do disjuntor e, finalmente, o conhecimento de que o desrespeito a tais convenções semânticas da língua podem ser interpretadas como falta de lógica, mesmo insanidade, preocupação que o autor do texto teve o cuidado de justificar, ao empregar a palavra “velho” para caracterizar o patrão –e entra aqui o conhecimento também lingüístico do aspecto lexical.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “Tome um banho em meu lugar, mas não ponha a água muito quente, por favor.”			
Termo (ou idéia) comum aos dois frames de origem do texto: “ordem de tomar banho”.			
Frames de origem			FRAME da BISSOCIAÇÃO A bissociação vem da exigência do patrão de que o criado pratique uma ação intransferível e sinta uma impressão intransferível (de um indivíduo para outro), ou seja: o locutor manda o interlocutor tomar banho por ele (e observar a temperatura da água que agrada ao primeiro).
Frame 1: Tomar banho	Frame 2: Patrão e empregado (relacionamento)	3º FRAME Script de caduquice	
(a) A ordem do patrão (b) Apresenta os traços semânticos de	(a) Há o patrão e o empregado e uma ordem que o primeiro dá ao segundo;		

“ação que uma pessoa faz a si mesmo”; e de “sensações (tato) intransferíveis de uma pessoa para outra”.	(b) Há, dentro do previsível, ordens supostamente transferíveis, como: _verificar se está chovendo; _dizer se julga a chuva fria, etc.		Frase síntese da idéia incongruente: “Alguém tomar banho por outro e sentir por outro que a água está na temperatura que este outro considera ideal”.
(a)Explícito (b)Implícito	(a) Explícito (b)Implícito	Implícito	EXPLÍCITO e IMPLÍCITO

1.4. Script do ridículo

Piada 11

O frame de ridículo é trazido para o texto justamente pela quebra da imagem idealizada que o locutor faz de si (como alguém que merecesse) um pretendente com tais qualidades, em oposição ao pretendente que realmente lhe coube.

Esta piada não foi submetida à análise dos entrevistados, mas, para acabar com o humor da mesma, seria necessário eliminar (ou modificar) todo o emprego do disjuntor no segundo frame.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Elementos disjuntores: Os verbos dos predicados exigidos, no sentido figurado (gírias).			
Termo (ou idéia) comum aos dois frames de origem do texto: “os mesmos verbos no sentido próprio e nas gírias”.			
Frames de origem			FRAME da BISSOCIAÇÃO
Frame 1: PREVISÃO 1: Frame de anúncios classificados, em jornais	Frame 2: Frame dos termos usados na descrição do homem ideal	3º FRAME Script do ridículo	A bissociação acontece quando há a constatação de que as circunstâncias em que as qualidades dos pré-

(a) Pré-requisitos divulgados;	(a) O sentido denotativo das qualidades pré-requisitadas (com traços positivos);	Justifica-se este <i>script</i> , quando a mulher usa a decepção no relacionamento entre casais para acentuar sua condição.	requisitos foram atendidas invertem o caráter das mesmas de positivo em negativo.
(b) Pré-requisitos preenchidos.	(b) O sentido metafórico das qualidades pré-requisitadas → gírias (com traços negativos).		Frase síntese da idéia incongruente: “Pedido “atendido”, mas trazendo, às avessas, os predicados exigidos.
(a) Explícito	(a) Explícito;	Implícito	EXPLÍCITO e IMPLÍCITO
(b) Implícito.	(b) Implícito (porque de sentido metafórico)		

1.5. Script da mesquinhez ou da avareza

Piada 12

A escolha entre “perder o pagamento relativo a um carretel” e “ganhar o pagamento relativo a vários carretéis” justifica-se no *script* da avareza, característica esta que já tem no personagem do judeu (identificável pelos nomes de pai e filho) um estereótipo (um mecanismo igualmente usado nesta piada).

As mudanças sugeridas para anular o humor da piada foram: a) eliminar a possibilidade de cobrança, ou: b) direcionar a questão do débito para uma compradora específica; ou c) direcionar o prejuízo (ou uma repreensão) para o filho. No caso (a), foram apresentadas as seguintes sugestões de frases, no lugar de 6, 7 ou de 6, 7 e 8: “6_ Não tem problema, meu filha.. 7. Carretel é coisa barata”. No caso (b), foram sugeridas as seguintes frases, no lugar de 6, 7 e 8: “6. Não tem problema, meu filha.. 7. Marca carretel na conta de Maria. 8. Se ela reclamar, você estorna”; “6. Não tem problema, meu filha.. 7. Marca carretel na conta de Maria, pois a vi saindo da loja com um carretel”; “6. Não tem problema, meu filha. 7. Depois eu descubro para quem foi...”; “6. Não tem problema, meu filha.. 7. Amanhã o cliente aparece”; “6. Mas que problema, meu filha!. 7. De quem iremos cobrar?...”. No caso (c), foram sugeridas as seguintes frases, no lugar de 6, 7 ou de 6, 7 e 8: “6. Não tem problema, meu filha.. 7. É bom que você fica mais esperto”; “6_ Não tem problema, meu filha.. 7. Você paga o carretel”.

Houve ainda quem sugerisse apenas se retirarem as frases 7 e 8.

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Há dois judeus: o pai e o filho; e há a loja da família; há a evidência de que a loja vende aviamentos, inclusive carretéis; há a necessidade de o pai ausentar-se; há a substituição do pai pelo filho no atendimento de fregueses; há a venda a prazo de um carretel para uma freguesa; há a ignorância do nome da freguesa por parte do filho; há a solução apresentada pelo pai para evitar o prejuízo.

IMPLÍCITO: No fato narrado pelo filho sobre a venda não registrada, fica implícita a possibilidade de prejuízo; fica também implícita, na solução adotada pelo pai, que este escolhe prejudicar todas as freguesas que não compraram o carretel a ter, ele próprio, o prejuízo da venda de uma unidade da mercadoria; fica implícita ainda a esperteza do judeu de transformar em lucro o que inicialmente parecia ser um caso de prejuízo (um “outro script: o da esperteza”, que aqui se associa ao da avareza).

METAPLÍCITO: Há o conhecimento de mundo de que judeus são considerados avaros (o que resulta no “mecanismo do uso deste estereótipo” associado ao “script da avareza”) e que se dedicam a comércios, onde exercem esta avareza; há o conhecimento lingüístico dos traços semânticos do disjuntor, que, numa espécie de acordo ético tácito entre as pessoas que negociam, só permite a cobrança de uma mercadoria por quem efetivamente tornou-se proprietário da mesma.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Elementos disjuntores: “Marca carretel na conta de todas freguesas. 8. Se alguma reclamar, você estorna.”	
Termos (ou idéias) comuns aos dois frames de origem do texto: “objeto vendido/cobrado; vendedor e freguesas”.	
Frames de origem	FRAME da BISSOCIAÇÃO
Obs.: O previsível (para os dois primeiros frames) é indicado até pela sintaxe: o único objeto (indireto) de “vender” é normalmente o único objeto (indireto) de “cobrar”.	A bissociação acontece, porque respeitando o frame

Frame 1: Frame de compra.	Frame 2: Frame de cobrança.	3º FRAME Script da esperteza	que lhe compete (o primeiro), o comerciante ” multiplica em vários
(a) Há a compra de um carretel; (b) Há “regras” que regem as compras: (b.1) O sujeito que pratica ação de vender adquire o direito de cobrar; (b.2) O sujeito a quem se vende fica obrigado a pagar. (Exceção para casos em que uma pessoa <i>assume voluntariamente</i> o débito de outra).	(a) (a) Há a venda de um carretel; (b) Há “regras” que regem as vendas: (b.1) O sujeito que cobra só pode ter como objeto da cobrança o indivíduo que levou a mercadoria; (b.2) O sujeito de quem se cobra só deve pagar se levou a mercadoria.	Representad o pelo judeu comerciante.	os objetos (indiretos) do “cobrar”, mas com o desconhecimento e sem a permissão destes. Frase síntese da idéia incongruente: “Marcar (cobrar) carretel vendido (na conta) de todas as freguesas, inclusive das que não compraram”.
(a) Explícito (b) Implícito	(a) Explícito (b) Implícito	Implícito	EXPLÍCITO e IMPLÍCITO

Piada 13

O disjuntor desta piada está no termo “Turco ventríloquo esfaqueado em restaurante na José Paulino”, que, ao mesmo que tempo que explica que o almoço terminou em morte, revela que o turco era ventríloquo, ou seja, pessoa que tem como traço característico o fato de a voz parecer originar-se de outro que não o locutor. Este traço vai refletir-se na afirmação da frase 4: “O judeu diz...”, criando um novo *frame*: o judeu na realidade nada disse, mas “pareceu dizer”_ o uso da palavra “ventríloquo” nega o discurso atribuído ao judeu (houve o discurso, mas não partiu dele).

Sem o termo “ventríloquo”, que está na base do disjuntor, a piada perde a graça, mas nenhum dos entrevistados simplesmente a retirou ou o substituiu, fato que se justifica, talvez porque o esfaqueamento do turco, dessa forma, ficaria sem outra explicação – ou ficaria a

hipótese de insatisfação do judeu por ter pago a conta. O disjuntor, entretanto, foi automaticamente retirado por quem sugeriu cortar as frases 6, 7 e 8 do texto.

Outras modificações sugeridas foram as dos seguintes tipos (que também eliminam o disjuntor, porque alteram a frase onde o mesmo se localiza): a) mudar a notícia do jornal, substituindo a frase 7 por: “Munir e Isaac tratam de negócios num almoço no Bom Retiro”; b) eliminar o impasse (quanto a quem deveria pagar a conta), ou retirando as frases 6 e 7, ou substituindo-as por: “O garçom trouxe a conta, os dois pagaram e foram embora”; c) deixar explícita a razão do esfaqueamento, (mas, o simples fato de explicitar, sem usar o subterfúgio do ventriloquismo, tira também o humor do texto), substituindo a frase 5 por : “Garçom, traga a conta aqui, que ele paga”.

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Há um turco e um judeu que almoçam num restaurante do Bom Retiro; há, da parte de cada um, a expectativa de que o outro pague o consumo; há o pedido _ feito aparentemente pelo judeu_ ao garçom, para que traga a conta; há uma notícia no jornal do dia seguinte ao almoço, relatando o esfaqueamento e a morte do turco no restaurante e um dado sobre o mesmo: o turco era ventríloquo.

IMPLÍCITO: Fica implícito que, usando sua capacidade de ventríloquo, o turco fez parecer que era o judeu quem pedia (e conseqüentemente, era obrigado a pagar) a conta e, conseqüentemente, o judeu matou o turco, para vingar-se da esperteza do último (veja-se a presença também deste script), causada pela avareza, a qual, por sua vez, também “agrediu” a avareza do primeiro. Fica sempre implícito, pela necessidade de colocar em prática o Princípio de Cooperação, que o leitor vai procurar uma explicação para um fato que não ficou esclarecido no texto (e só o disjuntor __explícito__ vai levar à explicação da causa de o judeu ter matado o turco).

METAPLÍCITO: Há o conhecimento de mundo de que judeus e turcos são considerados avaros; há o conhecimento lingüístico do significado do termo “ventríloquo”. Há ainda o conhecimento lingüístico (intuitivo ao falante) sobre o processamento de associações e o conseqüente processamento de implícitos.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “Turco ventríloquo esfaqueado em restaurante na José Paulino”.
Termos (ou idéias) comuns aos dois frames de origem do texto: “o pedido da conta”.

Frames de origem			FRAME da BISSOCIAÇÃO
Frame 1: Frame de tomar refeição em restaurante.	Frame 2: Frame de ventríloquo.	3º FRAME Script da esperteza	O primeiro frame se fecha quando, após o item (a), o item (b) é <i>aparentemente</i> atendido – especificamente com a opção (b.1): o judeu pede a conta e paga. A bissociação ocorre, quando os dois itens do frame 2 invertem a situação – o que é explicado pela morte do ventríloquo.
(a) Dois homens (um judeu e um turco) almoçam juntos em restaurante; (b) Quem pedir a conta deverá pagá-la.	(a) O turco, sendo ventríloquo, poderia falar e parecer que não falou; & (b) O judeu nada falou, mas pareceu falar.	Representado pelo judeu e pelo turco.	Frase síntese da idéia incongruente: “O judeu não pediu a conta, mas foi obrigado a pagá-la.”
(a) Explícito; (b) Implícito	(a) Explícito (b) Implícito	Implícito	EXPLÍCITO e IMPLÍCITO

Piada 14

O disjuntor desta piada está na frase “O senhor acha que devo contar-lhe que a guerra terminou?”, em que o termo “guerra” (não qualquer guerra, mas a Segunda Guerra Mundial) vem explícito no texto. O primeiro frame inclui a existência da guerra e de todos os elementos a ela associados: perseguições (prováveis) a prisioneiros de guerra, soldados que buscavam refugiar-se de seus perseguidores; pessoas que davam refúgio estes soldados. Neste primeiro frame, um elemento inédito (cobrar aluguel de refugiado) apresenta a primeira evidência da avareza do sujeito. Num segundo frame, a “guerra” transforma-se em “pós-guerra”, o que modifica todos os elementos associados ao elemento quando no frame 1: não há mais perseguições, logo, não há soldados que buscam refúgios e não há, também, pessoas que abrigam refugiados. A manutenção da figura do refugiado num frame de “pós-guerra” justifica-se pela cobrança do aluguel (o sujeito não apenas “cobrou aluguel”, mas “ainda cobra”) – o que confirma a avareza do homem que se confessa.

Tiraram o humor da piada os entrevistados que excluíram ou alteraram a idéia de que “a guerra terminou”, eliminando o segundo frame, como nas sugestões de frases seguintes para substituir a frase 17: “Acha que devo dizer-lhe que me arrependi?”; “Acha que devo

pedir-lhe perdão pelo aconteceu durante a guerra?"; "Acha que eu devo devolver o dinheiro para ele?"; "Acha que devo hospedá-lo em minha casa, sem cobrar-lhe aluguel?"; "Quando devo voltar, para me confessar de novo?"; "Que penitência o senhor vai me dar?".

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Há, na Itália, um confessor e um homem que se confessa e que pede conselhos ao padre; há o fato de o homem ter abrigado um refugiado de guerra em seu sótão desde a época da guerra e há o fato de este homem sempre ter cobrado aluguel do refugiado.

IMPLÍCITO: Há um implícito na frase 17: o de que homem não contou ao refugiado sobre o término da guerra, para poder continuar a cobrar-lhe aluguel (pressuposto revelado pelo termo "ainda" → no momento da confissão); assim ele cobrou aluguel do refugiado: na época da guerra, e durante todo o tempo que veio desde o final da guerra até o momento da confissão.

METAPLÍCITO: Há o conhecimento de mundo a respeito de guerras e do fato de haver pessoas que abrigavam refugiados; há o conhecimento de que o aluguel de cômodos é uma forma para se ganhar dinheiro; há o conhecimento da prática católica de um fiel contar seus pecados a um padre; finalmente, há o conhecimento lingüístico que leva o falante a processar pressupostos: _a partir de termos como "ainda" (implícito na frase 17 que dá a idéia de "ação contínua"): _e a partir do conteúdo semântico da informação da mesma frase, de modo a chegar à conclusão sobre o aspecto pragmático (a intenção de continuar a receber o aluguel) que havia na atitude do homem que se confessa.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: "Acha que devo contar-lhe que a guerra terminou?"	
Termos (ou idéias) comuns aos dois frames de origem do texto: "um local onde alguém fica escondido; alguém que é dono do local; alguém que usa o local, com permissão do dono".	
Frames de origem	FRAME da

Frame 1:Frame de refugiados de guerra	Frame 2: Script da esperteza: a cobrança de aluguel de local para morar	3º FRAME : Frame da confissão	BISSOCIAÇÃO A bissociação acontece, porque, pela necessidade
(a) Durante a guerra, existência de refugiados que, são escondidos do inimigo por alguém; (b) após a guerra, não há mais refugiados de guerra, nem quem os refugia.	(a) O homem cobra aluguel do cômodo onde o outro mora e o outro paga aluguel; (b) Se não há ninguém que precise morar no quarto que o outro aluga, não há mais aluguel.	Representado pelo frame da confissão, na qual o homem parece querer um “aval” para sua avareza.	de manter o item (b) do frame 2, o homem mantém o inquilino na ilusão de que ainda existe o item (a) do frame 1. Frase síntese da idéia incongruente: Existir um refugiado de guerra sem existir a guerra.
(a) Explícito (b) Implícito	(a) Explícito (b) Implícito	Explícito	EXPLÍCITO e IMPLÍCITO

2. Mecanismos criadores de humor

2.1. Mecanismo da cumplicidade

Piada 15

Esta piada teve sua análise completa incluída junto às análises, no capítulo 3.

Piada 16

Quando o entrevistado sugeria retirar o disjuntor, o humor desaparecia, como nas frases sugeridas, apresentando substituições que conservavam a frase 2 intacta só até a palavra “peso”: “Vai ver é o peso do preconceito”; “Vai ver é o peso dos problemas”. Houve quem sugerisse conservar da frase original apenas a expressão “Vai ver”, ou modificá-la completamente, o que também eliminava o disjuntor, como nos seguintes exemplos: “Vai ver é a falta de recursos”; “Vai ver que desanimaram”; “...porque a líder morreu”; “Vai ver falta uma líder mais entusiasmada”; “Elas não levam nada para a frente”; “Deve ser por causa dos machões de plantão”; “Vai ver as integrantes caíram na real”; “Vai ver as mulheres já conseguiram o que queriam”. Houve ainda quem sugeriu substituir, na frase 1, a palavra “feminista” por “nazista”, mudança que incide sobre o disjuntor, já que, dessa forma, o

“sapato” não pode mais ser interpretado como “sapatão”, sugerindo talvez as botas dos soldados nazistas.

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Há o reconhecimento da existência do movimento feminista e do fato de que tal movimento não está mais conquistando tantos adeptos quanto no seu período inicial; há a referência ao uso de sapatos pesados (botas) pelas integrantes do movimento; há a hipótese claramente levantada de que o peso de tais sapatos possa ser o responsável pela diminuição do impulso do movimento citado.

IMPLÍCITO: Ao opor o termo “movimento” (que supõe certa velocidade) e a gíria “andar devagar” está implícita uma conotação pejorativa ao movimento feminista, o que já indica uma predisposição contrária do enunciador. É esta predisposição que leva o leitor a compreender, na expressão “peso do sapato” a sugestão (outro mecanismo utilizado nesta piada) do termo “sapatão”, gíria usada para referir-se a mulheres homossexuais. Fica implícita ainda a conclusão de que as integrantes do movimento feminista são todas lésbicas (o que também exclui a luta por direitos de mulheres que não sejam homossexuais). A conclusão é um implícito do tipo subentendido, mas o implícito referente a “sapatão” é do tipo pressuposto, por ser recuperável no nível lingüístico. Há o conhecimento também lingüístico de que a expressão verbal “vai ver” tem grande poder argumentativo, desde que a hipótese lançada ao leitor fica mais forte que a afirmação, por dar a este último a ilusão de livre-arbítrio, enquanto a afirmação (numa hipotética substituição do “vai ver” pelo “é”) é mais sujeita a contestação, porque fica na responsabilidade do enunciador.

METAPLÍCITO: Há o conhecimento de mundo sobre movimentos feministas e sobre a postura de machistas em relação a esse movimento; há o conhecimento lingüístico de que o termo “sapatão” é usado pejorativamente para designar mulheres homossexuais; há o conhecimento lingüístico instintivo ao falante sobre a forma de processar implícitos, com a finalidade de preencher “lacunas” que estejam impedindo a compreensão do texto.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “peso do sapato”.	
Termos (ou idéias) comuns aos dois frames de origem do texto: “caminhada devagar e a causa da vagareza”.	
Frames de origem	FRAME da BISSOCIAÇÃO

Frame 1: Frame de caminhadas	Frame 2: Frame de movimento feminista	Há bissociação, quando o traço (b) do frame 2 interfere no frame 1.
(a) Movimento de caminhada (sentido literal); (b) peso real do sapato; (c) desaceleração visível de movimento.	(a) Movimento de caminhada (por uma causa); (b) peso (→ azar) dos “sapatões” (→ lésbicas); (c) desaceleração do movimento (→ sentido metafórico).	Frase síntese da idéia incongruente: Idéia incongruente: A causa da vagareza do movimento feminista são os sapatões (ao mesmo tempo: lésbicas e de sapatos pesados).
(a) Explícito (b) Explícito	(a) Implícito (b) Implícito	EXPLÍCITO e IMPLÍCITO

Piada 17

O disjuntor desta piada está no termo “sem os chifres, o homem é um animal indefeso”, que leva à comparação entre “chifres (colocados) em homens” pelas esposas e entre “chifres (existentes) em animais”. O primeiro frame refere-se ao fato de a mulher “cornear” o homem, uma variante da gíria “pôr chifres”, que significa: cometer adultério. O segundo frame refere-se a animais e destaca a utilidade dos chifres para sua auto-defesa.

Houve um entrevistado que trocou a dupla de verbo/substantivo (“corneia/chifres”), respectivamente por: “beija/beijos”, deixando mal explicado o emprego de “animal indefeso” (ou tornando o “animal indefeso” uma “explicação” talvez romântica em excesso para a falta de beijos). A maioria dos entrevistados, entretanto, tirou o elemento disjuntor, trocando a frase 2 por outras como: “...porque ela acha que o homem também a está traindo”; “...porque o homem acaba chifrando-a”; “...porque o homem a corneia também”; “...porque o mesmo não a satisfaz.”; “...porque ela não consegue ser fiel”; “...porque ela é mal-amada”.

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Embora use gírias, o texto deixa explícito o fato de que a mulher trai o homem (corneia) e que o homem, sem os chifres é indefeso, mas, com os chifres que recebe, pode defender-se.

IMPLÍCITO: Se os chifres que a mulher põe no homem (ou seja: quando o trai com outro) servem para o homem defender-se, como acontece com a maioria dos animais que têm chifres, conclui-se que: o homem só fica protegido (com chifres) quando é traído, logo: é

melhor que a mulher lhe ponha chifres, para dar-lhe a possibilidade de defender-se (se extrapolarmos esta noção de “defender-se” especificamente para o campo da traição conjugal, teremos o uso também do “mecanismo da inversão” – a ser analisado mais adiante).

Há um implícito que extrapola o texto: se a traição feminina transforma-se em algo útil ao homem, este deve ser grato a ela por este “benefício” que a mesma lhe traz.

METAPLÍCITO: Existe aqui o conhecimento de mundo sobre traições conjugais, o conhecimento de que certos animais usam os chifres para defenderem-se; o conhecimento lingüístico do léxico e, em especial, das gírias empregadas; há ainda o conhecimento do aspecto semântico de opostos e há a capacidade intuitiva ao falante do processamento de opostos e trocadilhos na leitura.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “sem os chifres, o homem é um animal indefeso.”		
Termos (ou idéias) comuns aos dois frames de origem do texto: “chifres para defesa”.		
Frames de origem		FRAME da BISSOCIAÇÃO
Frame 1: Chifres reais: defesa de animais.	Frame 2: Frame de traição conjugal: pôr chifres, em sentido metafórico (gíria)	Há a mistura de um ingrediente positivo do frame 1 (utilidade para defesa) ao frame 2 (de caráter negativo). A bissociação acontece, porque os “chifres” significando adultério são “recomendados” como meio de a defesa para o homem.
(a) Refere-se a animais;	(a) Adultério entre casais;	Frase síntese da idéia incongruente: Pôr chifres no homem (adultério) é uma forma de ajudá-lo a defender-se.
(b) Caráter positivo (servem para defesa).	(b) Caráter negativo (traição → agressão).	
(a) Explícito	(a) Explícito	EXPLÍCITO e IMPLÍCITO
(b) Implícito	(b) Implícito	

2.2. Mecanismo da ironia

Piada 18

Se, na frase “Belo trabalho vocês realizaram aqui!”, o termo “vocês” fosse substituído pelo seu equivalente singular (“você”), considerando-se, nesse caso, apenas o primeiro contexto, poderiam manter-se as confirmações nas frases (7, 8 e 9) subseqüentes (“7.Sim.

8.Você!/ 9. Armh, sim!”) e eliminar-se a frase 10 (disjuntora), o que levaria a anular a graça da piada. Também perderia a graça, se a palavra “Deus” (presente no segundo frame) fosse substituída, por exemplo, por “seu filho”, ou “seu irmão”. Houve entrevistados que deram esta sugestão, como nos exemplos seguintes de substituição para a frase 8: “Você e seu filho”; “Você e José”. A palavra “Deus” direciona o termo “vocês” e, quando este é parcialmente negado (pela situação do sítio quando “Deus cuidava sozinho”), acontece a bissociação (novo frame).

Outras mudanças sugeridas foram as seguintes: eliminar a frase 10 ou substituí-la por uma das opções seguintes: a) concordar com o segundo frame ou b) discordar do segundo frame (mas aqui sem criar o frame 3 → Deus cuidando sozinho). a) Exemplos em que o matuto concorda com a fala do interlocutor: “O sinhô pricisava de vê como é que tava isso aqui quando eu cuidava sozinho”; “O sinhô pricisava de vê como é que tava isso aqui , quando ele não me ajudava”; “Ele sempre me ajuda em tudo que faço”. b) Exemplo em que o matuto discorda da fala de seu interlocutor, quando se substituem as frases 9 e 10 por: “Não, ninguém me ajudou”.

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Há um pastor e um matuto; há o sítio bem cultivado pelo matuto num local que era antes um terreno inculto; há o propósito claro do pastor (“de Bíblia em punho, sai em pregação”) de incutir no matuto suas próprias convicções religiosas (o pastor sugere que a transformação do terreno foi feita pelo matuto, com o auxílio de Deus), há a resposta do matuto, separando a presença de Deus da dele próprio (matuto) pela distinção de épocas em que cada um “cuidou” do terreno.

IMPLÍCITO: O pastor sugere, nas frases: “Belo trabalho vocês realizaram...” e “Você e Deus”, que o matuto só conseguiu realizar a transformação do terreno inculto em um sítio próspero, graças à ajuda de Deus. A resposta do matuto não descarta a presença de Deus, mas sugere que Deus estava presente apenas quando o terreno era inculto, o que equivale a dizer que o matuto fez o trabalho sozinho. No termo “matuto”, está implícita a noção de pessoa ignorante e, portanto, possivelmente influenciável.

METAPLÍCITO: Há o conhecimento de mundo de que existem pastores que, carregando bíblias, fazem visitas a pessoas, com o intuito de evangelizá-las; há o conhecimento lingüístico de que o termo “matuto” é um termo usado para agricultores, mas que acrescenta uma conotação pejorativa: a de pessoa rude, ignorante; há o conhecimento lingüístico intuitivo ao falante que o leva a avaliar o dêitico “vocês” e sua abrangência (o interlocutor e uma terceira pessoa; ou mais de um interlocutor) em situações de comunicação.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “Mas o senhor precisava de ver como é que estava isso aqui quando ele cuidava sozinho...”		
Termos (ou idéias) comuns aos dois frames de origem do texto: “o sítio e sua transformação”.		
Frames de origem		FRAME da BISSOCIAÇÃO Os dois frames são completamente aceitos na crença do pastor, considerando-se o frame 2 condição para as transformações do frame 1. Quando o matuto exclui o traço (b) do 1º frame ele questiona o 2º frame inteiro, porque nega a existência de Deus.
Frame 1: Frame da transformação do sítio	Frame 2: Frame da ajuda de Deus como fator de sucesso nas coisas que o homem faz (idéia da qual o pastor é o “porta-voz”)	
(a) Com transformação: com interferência do trabalho do matuto;	(a)) Com transformação: com interferência do trabalho de Deus;	Frase síntese da idéia incongruente: Idéia incongruente: Ao invés de “Deus ajudando o homem” o que conta é “o homem ajudando Deus”.
(b) Sem transformação: sem interferência do trabalho do matuto.	(b) Sem transformação: sem interferência do trabalho de Deus.	
(a)Explícito	(a)Explícito	EXPLÍCITO e IMPLÍCITO
(b)Implícito	(b)Implícito	

Piada 19

Houve entrevistados que eliminaram o humor da piada, anulando as frases disjuntoras, como nas seguintes substituições sugeridas para a frase 6, propondo duas direções diferentes: (1) aceitando a cobrança, como em: “Depressinha, o cliente paga a conta”; “Aqui está o seu dinheiro”: “Eu vou pagar, eu vou pagar, eu vou pagar” (este último caso, conservando algum humor” pelo sentido de “futuro” do verbo “vou”, ou pelo fato de “insistir” na repetição aprendida no tratamento); ou (2) desviando-se da cobrança, como na substituição seguinte: “Mas o senhor ainda não me passou os remédios!” Houve também entrevistados que sugeriram substituir a frase 6 por: “Repita três vezes: Eu te curei!” (caso em que o texto fica meio incoerente, diante da reação do cliente à cobrança), e houve ainda quem sugerisse substituições como as seguintes: “Repita três vezes: É parcelado!”; “Repita três vezes: eu

atendo pelo SUS” ou / substituir a 5 e a 6 por: “Repita três vezes: Meu cliente não vai pagar...”, sendo que essas últimas sugestões ainda conservam o humor, em maior ou menor grau. Houve quem substituísse a palavra “conta” por “receita”, caso em que era preciso também eliminar a última frase (desde que o pagar/receber têm, na conta, seu “ponto de interseção”); ou ainda, sem eliminar a última, levar à idéia de que o paciente ficara com mania de repetia frase (mesmo no caso em que não havia recebido a receita).

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Há um psiquiatra, um paciente deste psiquiatra, há o tratamento do último pelo primeiro, há o método da auto-sugestão empregado na cura, há a apresentação da conta pelo médico e a reação do paciente a essa cobrança.

IMPLÍCITO: Da frase 1 à 3, fica implícito que o método da auto-sugestão é eficaz para a cura de certos problemas psiquiátricos. Na frase 6, quando o paciente sujeita o médico ao mesmo procedimento, deixa implícito que está: _ou acreditando no método e tentando usar de esperteza (outro mecanismo) para com o médico, _ou mostrando que ainda não está convicto de que o método tenha realmente funcionado e está ironicamente fazendo testando o método justamente naquele que o aplicou: o médico. Fica ainda implícito, nesta última hipótese, que o médico fica sem opção: ou admite que o método funciona e não recebe seu pagamento, ou admite que o método não funciona e que, nesse caso, não merece receber pagamento algum.

METAPLÍCITO: Há o conhecimento de mundo sobre o tipo de relação entre um psiquiatra e um paciente, em busca de algum tipo de cura para o último; há o conhecimento da questão cultural sobre o fato de tal tratamento ser feito mediante um pagamento; há o conhecimento do método da auto-sugestão; há o conhecimento lingüístico dos verbos “tratar” e “pagar”, relacionados dentro da modalidade de “trocas comerciais”; há o conhecimento lingüístico intuitivo do leitor sobre o processamento de implícitos.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “Repita três vezes: eu já recebi!”
Termos (ou idéias) comuns aos dois frames de origem do texto: “a repetição”.

Frames de origem		FRAME da BISSOCIAÇÃO
Frame 1: O tratamento	Frame 2: O pagamento	
(a) O psiquiatra cura o paciente; (b) o método usado é o da auto-sugestão; (b) O frame “tratamento” apresenta elementos internos que independem do frame “pagamento”.	(a) O paciente recebe a cobrança do tratamento do psiquiatra; (b) o paciente quer pagar pelo método da auto-sugestão; (c) O frame “pagamento” tem elementos internos que independem do frame “tratamento”.	No frame “pagamento”, foi inserido um elemento interno do frame “tratamento”: a auto-sugestão. Frase síntese da idéia incongruente: A repetição (técnica do tratamento), se for eficaz, ser usada como método de pagamento.
(a) Explícito (b) Explícito (c) Implícito	(a) Explícito (b) Explícito (c) Implícito	EXPLÍCITO e IMPLÍCITO

Piada 20

Consideramos que a substituição mais econômica para anular o humor da piada (sem modificações excessivas) poderia ser: “Mas estava no paraíso” – caso em que seria necessário focalizar o “estava no paraíso” (porque introduzido pelo “mas”) como uma compensação para haver tão poucas indicações desse fato, obrigando Adão a contentar-se com a certeza (promessa?) de que, estando no paraíso, tudo ficaria muito bom. Os entrevistados que mais se aproximaram desta proposta sugeriram trocar a frase 4 por: “Mas sabia que estava no paraíso”. A forma mais objetiva de anular o humor da piada foi trocar a palavra “brasileiro” por outra nacionalidade: “inglês”, “americano”, etc., o que atinge diretamente o disjuntor, por anular um dos frames que conduzem a ele. Esta mudança de nacionalidade mudaria completamente a situação, ou seja: Adão, que era o primeiro homem naquele lugar, ainda que não tivesse o que vestir e que só tivesse uma maçã para comer, ainda assim, podia confiar no fato de que realmente estava no paraíso. O mesmo não acontece com o brasileiro. Houve um entrevistado que sugeriu substituir a frase 2 por: “Sem dúvida nenhuma, ele era o Tarzã”.

A expressão “e ainda achava” leva aos implícitos seguintes: 1º) se “achava” é porque, na realidade, “não era”; 2º) o “ainda” supõe um “além de tudo”, ou seja: o cúmulo de tudo; 3º) o “e” não vem apenas adicionar uma informação, no caso, mas preparar para o “ápice” de

todas as informações anteriores (“ainda achar que estava no paraíso!”). Tendo consciência (ainda que intuitiva) destes implícitos, houve entrevistados que sugeriram: a) substituir a frase 4 por: “...e ainda achava que estava sozinho”; “Ele ainda não sabia reclamar”; b) houve quem sugeriu eliminar as frases 3 e 4; c) houve, finalmente, um entrevistado que sugeriu substituir a frase 4 por: “E ainda achava pouco!” _ nesse caso, haveria uma crítica a reclamações “infundadas” da parte do brasileiro (o que conservaria o humor, mas com recurso a outra forma de ironia: mais explícita, talvez).

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Há cientistas e teólogos e há uma pesquisa feita pelos dois grupos sobre o país de origem de Adão. Há as conclusões a que a pesquisa os conduz: Adão era brasileiro. Há as evidências: falta do que vestir, apenas uma maçã para comer.

IMPLÍCITO: Das características apresentadas para a situação de Adão, fica implícito que não tinha o que vestir, porque não tinha meios (financeiros) para adquirir roupas; só tinha uma maçã para comer (porque maçã não pode ser excluída do frame Paraíso), mas conclui-se que não tinha mais nada. Considerando que Adão é um personagem sempre ligado a “paraíso” (e que, além da noção apenas de “lugar”, o termo tem também a conotação de “lugar ideal”), os termos “e ainda achava” conduzem aos seguintes implícitos, analisados a seguir: “e ainda” – leva à interpretação de “além de tudo” (ou seja: achava... *mesmo passando por todas estas privações*); “achava” leva à idéia de que Adão não estava realmente no paraíso – ele “*apenas achava*”, ou seja: “supunha isso” e, se tal postura era o resultado de simplesmente “achar”, Adão, além de viver mal, não tinha consciência disso. Quando o autor coloca Adão como brasileiro, faz pressupor que todas estas constatações aplicam-se ao brasileiro em geral: este é aquela pessoa que vive em condições precárias e ainda não se conscientiza de que tal condição lhe é imposta.

METAPLÍCITO: Há o conhecimento do tipo de estudos que fazem teólogos e cientistas; há o conhecimento das indagações que se fazem sobre o(s) primeiro(s) habitante(s) da Terra; há a versão cristã sobre o primeiro habitante do mundo ter sido alguém chamado Adão; há o conhecimento das condições precárias de vida do brasileiro; há o conhecimento da postura do brasileiro, que não reage aos problemas que o atingem; há o conhecimento lingüístico intuitivo ao leitor no sentido de processar termos ou situações opostas e ainda de processar metáforas.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “E ainda achava que estava no Paraíso!”
--

Termos (ou idéias) comuns aos dois frames de origem do texto: “o paraíso, o homem nu, a maçã”.		
Frames de origem		FRAME da BISSOCIAÇÃO
Frame 1: Frame das condições do brasileiro	Frame 2: Frame de paraíso	Pela identificação dos itens (a) e (b) de cada frame, o brasileiro também se identifica com o item (c) do segundo frame. A bissociação acontece, porque a semelhança dos itens leva o brasileiro a achar” que “paraíso” é o lugar onde ele vive (ou seja: não percebe as conotações negativas dos dois itens que caracterizam sua condição de vida.
(a) Um brasileiro sem o que vestir; (b) só com uma maçã para comer; (a) em um lugar que lhe oferece as condições (a) e (b).	(a) Adão sem o que vestir; (b) com maçãs para comer; (c) no paraíso, cujas conotações são positivas (segundo cientistas e teólogos).	
(a) e (b) Explícito (c) Implícito	Implícitos	Frase síntese da idéia incongruente: Idéia incongruente: Na situação miserável, o brasileiro achar que está no paraíso. EXPLÍCITO e IMPLÍCITO

2.3. Mecanismo da mistura de lugares ou posições sociais do sujeito

Piadas 21

Para retirar o humor do texto, os entrevistados sugeriram apenas modificações na frase 8, escolhendo a interpretação de que o velhinho reconhecesse que estava sendo tratado como suspeito e, neste caso, com duas opções diferentes para a seqüência do texto: 1º) que o velhinho admitisse ser o ladrão ou admitisse saber onde estariam as jóias; 2º) que o velhinho declarasse a própria inocência. Seguindo a primeira opção (em menor número), foram sugeridas substituições como: “Eu confesso: coloquei as jóias na minha casa, debaixo do meu colchão”; “Ah! moço, elas estão com os bandidos e não comigo”. Seguindo a segunda opção, foram sugeridas substituições como: “Não sou o ladrão”; “Olha, moço, pode até me afogar, mas não fui eu quem roubou nada”; “Por favor, moço, não faça isso comigo, eu não roubei nada”; “Ah! moço, eu não sei onde estão estas jóias”; “Não. Não sei de nada”; “Ah! moço, arranja outro suspeito, porque eu não vi jóia nenhuma”.

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Há jóias que foram perdidas; há um velhinho; há um investigador de polícia; há um tambor com água, na qual o investigador faz mergulhar a cabeça do velhinho; há o pedido do velhinho para ser substituído por outro mergulhador.

IMPLÍCITO: O investigador supõe que o velhinho tenha roubado as jóias, por isso o tortura, tentando fazê-lo confessar. O velhinho parece ter conhecimento de narrativas (verdadeiras ou fictícias) em que algum mergulhador busca jóias no fundo da água de algum lugar (fundo do mar, provavelmente), mas não tem conhecimento de tal forma de tortura. Dessa forma, tentando “somar” as informações que domina __a de mergulhos em busca de jóias no fundo da água, o mergulho ao qual está sendo submetido e a pergunta pelo paradeiro das jóias __ interpreta a situação como sendo de um mergulho para achar jóias perdidas no tambor. O termo “velhinho”, no diminutivo (descartada a idéia de um velhinho ladrão) parece deixar implícito um sentimento de carinho em relação ao suspeito, devido à ingenuidade do mesmo. Esta conotação inspira, da parte do leitor, certa piedade (comentário dos entrevistados) contra a violência feita ao velhinho e torna a mistura de humor e revolta próxima ao sentimento provocado pelo humor-negro.

METAPLÍCITO: Há o conhecimento de procedimentos policiais em casos de roubos, levando como suspeitas pessoas que estejam próximas ao local do crime; há o conhecimento de mergulhadores que buscam jóias no fundo do mar; há o conhecimento de formas de tortura aplicadas por policiais a suspeitos, para obrigar os últimos a confessarem crimes (cometidos ou não) _ entre tais formas de tortura, a de mergulhar a cabeça da pessoa torturada em tambores com água. Há o conhecimento lingüístico intuitivo ao falante do processamento de comparações, seja de situações, seja de estruturas formais; há o conhecimento pragmático das intenções do personagem do investigador. Há uma falha na comunicação, quando só o investigador e o leitor têm conhecimento do que realmente se passa (a tortura), enquanto o velhinho (ingênuo), procura, também como falante cooperativo, inclusive na leitura de situações, fazer uma leitura (embora errada) do que se passa.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “Arranja outro mergulhador, porque eu não estou encontrando essas jóias não.”
--

Termos (ou idéias) comuns aos dois frames de origem do texto: “mergulho, busca de jóias”.		
Frames de origem		FRAME da BISSOCIAÇÃO
Frame 1: Frame da tortura	Frame 2: Frame do mergulho	A bissociação acontece quando a tortura (frame 2) é entendida como um mergulho em busca de jóias (tesouros?) desaparecidas(os).
(a) Mergulhar cabeça do suspeito na água; (b) Mergulhar para procurar jóias.	(a) Mergulhar na água do mar; (b) Mergulhar para procurar jóias.	
		Frase síntese da idéia incongruente: Procurar jóias na água de um tambor usado para tortura.
(a) Explícito (b) Implícito	(a) e (b) Implícito	EXPLÍCITO e IMPLÍCITO

Piada 22

Houve entrevistados que sugeriram eliminar o disjuntor, com as seguintes substituições para a frase 11: “O cara saiu às nove de casa, pegou o teu carro e levou para a oficina”; “O cara saiu às nove de casa, pegou o teu carro e levou a mulher ao hospital”; “O cara saiu às nove de casa, pegou o carro dele e levou a mulher dele para um motel”. (Consideramos que a última substituição tornou sem objetivo o pedido para mudar o tratamento de “você” para “tu”.)

Houve quem sugerisse trocar a palavra “motel” por “igreja”, em todas as ocorrências da primeira (caso em que a narrativa continua “misteriosa”, mas que também tira o humor do texto).

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Há um chefe de repartição, um funcionário e um office-boy; há as faltas regulares do funcionário ao serviço, atitude considerada estranha pelo chefe; há o pedido do chefe ao office-boy para que este descubra o mistério; há um carro que o funcionário pega naquele horário e que usa para ir ao motel com uma mulher.

IMPLÍCITO: O implícito de que o funcionário estaria faltando ao trabalho para levar a própria mulher a um motel existe apenas enquanto o office-boy apresenta seu primeiro relato da investigação ao chefe, porque logo o chefe explicita esta conclusão e, diante do mal-entendido, o office-boy reformula sua versão dos fatos, sem ambigüidades.

METAPLÍCITO: Faz parte do conhecimento de mundo a traição conjugal e encontros clandestinos em motéis (estes, nos países em que o termo “motel” não equivale a “hotel de estrada”). Faz parte do conhecimento lingüístico o emprego de gírias; há o conhecimento lingüístico do uso de possessivos “seu, sua” para referir-se tanto à pessoa do interlocutor (você) quanto a uma pessoa-assunto do enunciado (ele), inclusive o conhecimento das ambigüidades que este duplo emprego do possessivo pode acarretar e há o conhecimento pragmático (intuitivo ao leitor) necessário para processar ambigüidades situacionais.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “O cara saiu às nove de casa, pegou o teu carro e levou tua mulher para um motel.”.		
Termos (ou idéias) comuns aos dois frames de origem do texto: “uma mulher que trai o marido com outro homem, um carro e um motel; o pronome possessivo com valor igual, referindo-se às duas interpretações do primeiro relatos.		
Frames de origem		FRAME da BISSOCIAÇÃO
Frame 1: Frame da visão do chefe para o primeiro relato	Frame 2: Frame de traição conjugal	A incongruência (a ruptura da previsão) está na estranheza que o item (c) causa no primeiro frame. Para esclarecer porque esse item não é estranho, o office-boy recorre ao segundo frame e, nesse, a “surpresa” que para o chefe é a constatação da traição da esposa, além de um dado extra que também causa estranheza: a inclusão do item (a), em que o uso do carro do homem traído parece constituir-se num “abuso extra”, como que uma “nota cínica” ou um “deboche”, da parte do funcionário.
(a) Seu carro: carro do funcionário; (b) Sua mulher: mulher do funcionário; (c) O motel; (d) Os itens acima com o funcionário.	(a) Seu carro: carro do interlocutor (b) Sua mulher: mulher do interlocutor (c) O motel; (d) Os itens acima com o funcionário.	
(a) Explícito (b) Explícito	(a) Explícito (b) Explícito	Frase síntese da idéia incongruente: É incongruente a situação do chefe que, por não entender que o funcionário tenha levado a própria mulher a um motel (onde normalmente acontecem encontros clandestinos), precise saber que a “sua” mulher da narrativa não era “sua → do funcionário”, mas “sua → do próprio chefe”.
		EXPLÍCITO e IMPLÍCITO

Piada 23

Houve entrevistados que neutralizaram o disjuntor (“A gente nunca sabe o dia de amanhã.”), substituindo, na frase 1, a palavra “penitenciária” pela locução “do hotel”. Houve outros que neutralizaram o disjuntor, substituindo-o, na frase 7 por uma das opções: “É preciso dar conforto aos presidiários”; “Tenho pena dos detentos”; “Ah, meu caro, é que o dinheiro está sobrando...”; “É para melhorar as condições de vida dos presos”; “A gente sabe como sofrem os presos”; “É para eles pararem com as rebeliões”. Houve quem substituiu a frase 7 por: “Os presidiários, quando soltos, são futuros eleitores!”, o que mostraria ainda alguma intenção de “proveito da situação” por parte do governante, mas com bem menos humor.

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Há um governante e seus assessores; há a reforma que está sendo planejada para as penitenciárias, com um dado particular: a instalação de mordomias nos presídios; há o questionamento de tal medida pelos assessores e há a resposta do governante.

IMPLÍCITO: O questionamento feito pelos auxiliares do governante deixa implícito o fato de tais mordomias não serem habituais na prisões (ou, pelo menos, para a maioria dos presos). A resposta do governante (frase 7) deixa implícita a possibilidade de que, no futuro, o governante possa estar entre os presos (há ainda a possibilidade de ele estar incluindo tanto ele quanto seus assessores nesta previsão, desde que emprega o termo “a gente” – que serve para os dois casos).

METAPLÍCITO: Há o conhecimento de que há grande quantidade de políticos corruptos e de que aqueles que num momento estão no governo podem tornar-se presidiários no futuro. Há o conhecimento de que presidiários de alto poder aquisitivo desfrutam de inúmeras mordomias (como as citadas) e de que isto não costuma ser feito por uma iniciativa do governo. Há o conhecimento lingüístico que leva o leitor a tirar conclusões implícitas (pressupostos), a partir de pistas textuais.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “A gente nunca sabe o dia de amanhã...”	
Termos (ou idéias) comuns aos dois frames de origem do texto: “o luxo”.	
FRAME da BISSOCIAÇÃO	
Frames de origem	A bissociação acontece, porque o governante, vendo-se na possibilidade de passar para o frame 1, quer forçar o item (b) do 2º para o 1º frame.
Frame 1: Frame da condição atual dos presídios	
Frame 2: Frame da condição atual do governante	

(a) Presídios com bandidos (presos); (b) Presídios sem luxo.	(a) Governante livre; (b) Com luxo.	Frase síntese da idéia incongruente: A prisão com conforto, para a possibilidade de receber o governante.
(a) Implícito (b) Implícito	(a) Explícito (b) Implícito	EXPLÍCITO e IMPLÍCITO

2.4. Mecanismo da ambigüidade

Piada 24

Os entrevistados da pesquisa anularam o humor desta piada, desfazendo a ambigüidade. Para isso, adotaram dois procedimentos diferentes: 1^o) aceitaram a pergunta sobre a escrita da palavra “hoje” (como “menção”) e, para isso, sugeriram substituições como as seguintes para a frase 5 __ Sim, “hoje” escreve-se com *h*; “Acertou”; 2^o) interpretaram “hoje”, não como “a palavra hoje” (menção), mas como uma circunstância de tempo do verbo escrever (“uso” do termo), readaptado (implícita ou explicitamente) à primeira pergunta, como nas substituições sugeridas a seguir, envolvendo as frases 3, e 5 (e mantendo a 4 como no original): _ frase 3: “E como se escreve a palavra *farmácia* hoje?”, _ frase 5: “Sim, *hoje* escreve-se com *h*” ou: “Acertou”; _ frase 3: “E atualmente?” (subentendendo-se aqui a repetição da frase 1, em que “antigamente” fosse trocado por “atualmente”).

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Há uma pessoa que pergunta a outra pela grafia antiga da palavra *farmácia* e há esta outra que responde; há uma segunda pergunta que envolve o dêitico “hoje”, empregado no texto aparentemente com função de uso (e não de menção), o que é corrigido pelo primeiro locutor.

IMPLÍCITO: No emprego da palavra “hoje” (frase 3), o interlocutor entende que está implícita nova pergunta sobre a palavra “farmácia”. Na frase 5, é o leitor que implícita qual a pergunta realmente feita pelo personagem sobre a palavra “hoje”.

METAPLÍCITO: Há o conhecimento lingüístico de mudanças diacrônicas sofridas na grafia de certas palavras; há o conhecimento intuitivo do emprego de certas palavras como dêiticas, pertencendo ao “fio” da enunciação, ou empregado como “menção” (destacando-se, como metalinguagem).

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “Não, <i>hoje</i> se escreve com h.”.		
Termos (ou idéias) comuns aos dois frames de origem do texto: “a grafia correta de palavras”.		
Frames de origem		FRAME da BISSOCIAÇÃO
Frame 1: A mudança de grafia de palavras	Frame 2: A grafia da palavras com “h”	A bissociação acontece porque a palavra “hoje”, empregada como menção, quando tem a grafia questionada pelo locutor 1), é interpretada (pelo falante que responde às perguntas) como “uso”, ou seja: como uma nova circunstância de tempo que substituiria o “antigamente” na frase 1.
(a) A grafia antiga de palavras escritas com “ <i>ph</i> ” ;	(a) A grafia de palavras escritas com “ <i>h</i> ”;	
(b) A grafia atual de palavras escritas antigamente com “ <i>ph</i> ”.	(b) A grafia atual de palavras escritas sem a letra “h” inicial.	Frase síntese da idéia incongruente: A grafia de uma palavra ser confundida com outra completamente diferente.
(a) Explícito	(a) Implícito	EXPLÍCITO e IMPLÍCITO
(b) Implícito	(b) Explícito	

Piada 25

A ambigüidade deste texto é causada pela frase: “Mas, Herr Hofrat, o lugar está cheio de gente!”, que se constitui no disjuntor da piada, podendo o termo “tomar” (base do disjuntor) ser entendido de duas maneiras: 1ª frame: “tomar café” (ou seja, “ingerir o café”) em público; e 2ª frame: “tomar alguma coisa de alguém” (ou seja, “roubar”, sem que outros percebam) e, finalmente, o terceiro frame: “tomar café sem que os outros percebam”. Este segundo frame é sugerido no texto pela profissão de Herr Hofrat: especulador da bolsa e banqueiro, profissões que trazem conotações de “ladrão”. Este segundo traço do disjuntor aplicado ao primeiro frame provoca outra expressão menos ambígua: “beber”, “fazer um lanche”; ou usar um complemento para o verbo, como em “tomar uma cerveja”;

Os entrevistados tiraram o humor da piada de 3 maneiras:

1º) substituindo o disjuntor “tomar”, na frase 3, por

2º) mostrando que, mesmo sem mudar o verbo “tomar”, o interlocutor do banqueiro, no texto, compreendeu a primeira fala da mesma forma que o leitor (ou seja: “tomar café”). Foram então sugeridas, para a frase 4, substituições como a seguinte: “Sim, vamos”; “Mas, Herr

Hofrat, o lugar está cheio de demais!"; "Mas, Herr Hofrat, o lugar está cheio de marginais!"; "Mas, Herr Hofrat, o lugar está muito sujo!"; "Não posso, estou com pressa"; "Mas, Herr Hofrat, o lugar está cheio de moscas!"; "Mas, Herr Hofrat, estamos tão atrasados!"; "Mas você paga a conta...."; "Já está muito tarde; é melhor a gente voltar para casa"; "Neste lugar é muito caro!". Com estas mudanças, o verbo "conteve" também deveria ser substituído.

3º) mostrando ao leitor que foi ele que não entendeu a fala de Herr Hofrat e deixando, assim, ainda mais explícita a fala do interlocutor do banqueiro, substituindo a frase 5 por: "Sim, vamos entrar e roubar alguma coisa?".

Chamamos a atenção para um dado observado na última substituição: o recurso de tornar a alusão explícita __como acabamos de ver__ também faz desaparecer o humor do texto, o que parece apontar para o fato de que o que provoca humor não é a simples menção de um ato considerado desonesto, mas a dupla interpretação que os termos propiciam, de acordo com o contexto _sobretudo o sentido implícito (o não-dito ou *não-dizível*, de acordo com as normas da sociedade).

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Há um banqueiro e seu amigo; há um café, diante do qual os dois passam; há o convite do amigo para que ambos entrem no café e tomem algo; há a resposta do banqueiro.

IMPLÍCITO: No verbo "tomar alguma coisa" vem, implícito um objeto que pode ter dupla interpretação: referindo-se a "entrar em um café para tomar alguma coisa", pode-se supor que o verbo "tomar" e seu complemento significassem "beber um líquido qualquer (bebida, café, leite, etc.)"; mas, desde que há referência ao fato de o personagem convidado ser um banqueiro, o verbo "tomar" mais seu complemento tomam outro sentido: o de roubar algo (e entra aqui também o mecanismo da sugestão). No verbo "conter" (frase 4), há o pressuposto de que o amigo do banqueiro considerou válida a última interpretação para o verbo "tomar". Na causa do espanto do amigo do banqueiro (frase 5) há o implícito de que o banqueiro só costuma "tomar algo de outras pessoas" de forma menos pública.

METAPLÍCITO: Há o conhecimento de que banqueiros são considerados, de certa forma, ladrões; há o conhecimento do hábito de as pessoas entrarem em cafés e beberem algo; há, da parte do leitor, o (re)conhecimento lingüístico intuitivo de termos homônimos e o conhecimento do recurso ao contexto para desfazer as ambigüidades geradas por tais termos, ou a considerar, como no texto acima, os dois significados interagindo, como forças de tensão que sustentam o novo frame.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “Mas o lugar está cheio de gente!”		
Termos (ou idéias) comuns aos dois frames de origem do texto: “tomar algo que está com terceiros”.		
Frames de origem		FRAME da BISSOCIAÇÃO
Frame 1: Frame de tomar bebida	Frame 2: Frame de tomar algo (roubar) de alguém	A bissociação acontece, porque, na interpretação do amigo, o item (b) do frame 2 é levado para o frame 1.
(a) Tomar alguma bebida; (b) Em público.	(a) Tomar alguma coisa de alguém” (ou seja, “roubar”); (b) Sem que outros percebam”.	
		Frase síntese da idéia incongruente: A idéia de alguém, para tomar uma bebida, evitar que as pessoas percebam.
(a) Explícito (b) Implícito	(a) Implícito (b) Explícito	EXPLÍCITO e IMPLÍCITO

Piada 26

Para retirar o humor do texto, os entrevistados aceitaram apenas a primeira interpretação (a usual) e, para isso, sugeriram as seguintes possíveis modificações: eliminar a frase 5 ou substituí-la por uma das opções seguintes: “Mas não posso ficar até muito tarde, pois tenho que trabalhar no outro dia”; “Aproveitarei e ficarei alguns dias”; “Mas ficarei no máximo duas horas”; “Mas ficarei no máximo até cantar os parabéns”; “Mas não vou poder demorar, pois tenho outra festa para ir, no mesmo dia”; “A que horas começa?”.

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Há um personagem chamado Manuel e o amigo deste, há a filha de Manuel, que vai fazer aniversário, para cuja festa Manuel convida o amigo; há restrições que o amigo faz quanto ao tempo que ficará para a festa.

IMPLÍCITO: A ambigüidade é criada pelo direcionamento diferente dado ao termo “festa de quinze anos”, que deixa implícitas duas interpretações.

METAPLÍCITO: Há o conhecimento do hábito de se fazerem festas para comemorar aniversários, sobretudo quando estes são datas consideradas mais notáveis em certas culturas (no caso: festa de quinze anos). Há o conhecimento lingüístico que leva o personagem Manuel a “ler” apenas um significado possível para a expressão “festa de quinze anos”; há o conhecimento lingüístico do leitor, que o leva a identificar ambigüidades e a reconhecer quando o termo ambíguo está/ou não descontextualizado.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “Ficarei no máximo uns dois anos”.		
Termos (ou idéias) comuns aos dois frames de origem do texto: “festafesta de quinze anos”.		
Frames de origem		FRAME da BISSOCIAÇÃO
Frame 1: Festa de comemoração de quinze anos	Frame 2: Quinze anos de festa	A bissociação surge da interseção de ingredientes do frame 2 no frame 1: o convidado para a “festa de quinze anos” entende que o convite seria para uma estadia de quinze anos (para uma festa que durasse quinze anos).
(a) O convite; (c) A duração real da festa.	(a) A aceitação do convite; (c) A duração da festa: de quinze anos.	Frase síntese da idéia incongruente: Haver um convite para uma festa que durasse quinze anos.
(a) Explícito (b) Implícito	(a) Explícito (b) Implícito	EXPLÍCITO e IMPLÍCITO

Piada 27

Nenhum dos entrevistados eliminou diretamente o disjuntor “Quando aqui cheguei, ela já estava dobrada”, modificando os termos “dobrar/dobrada”, que estão na base da ambigüidade, mas neutralizou-o, adotando uma das três formas seguintes: 1^o) admitir que a pessoa que dá a informação havia visto alguém; 2^o) não admitir que ela houvesse visto alguém; 3^o) substituir a palavra “esquina”. Para o primeiro caso, foi sugerida a substituição da frase 3 por: “Sim, ele entrou naquele restaurante”. No segundo caso, as alterações sugeridas foram, ou a simples exclusão da frase 3, ou a substituição da mesma por uma das frases seguintes: “Não vi ninguém”; “Quando aqui cheguei, não vi ninguém”; “Acabei de chegar aqui”. As alterações do 3^o tipo foram na frase 1, trocando a palavra “esquina” por “camisa” ou “carta”.

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Há uma esquina, perto da qual uma pessoa aborda a outra, para pedir uma informação sobre alguém que tivesse virado ali; há a resposta dada pelo informante.

IMPLÍCITO: No emprego ambíguo de termos, parece haver sempre uma interpretação que é mais explícita (no caso, alguém continuar o caminho após a esquina) e outra que é mais

implícita (alguém “torcer” a rua, até transformá-la numa quina – ou esquina). Nas expressões “senhoire” e “Quando aqui cheguei”, típicas do português de Portugal, fica implícita a presença do português na pessoa do informante e, na presença do mesmo, devido ao conhecimento metaplícito, fica implícita a expectativa de um comportamento estúpido por parte do personagem.

METAPLÍCITO: Há o conhecimento de mundo relativo ao hábito de se pedirem informações a passantes; há o conhecimento lingüístico sobre a forma mais (e a menos) usual de se interpretar a expressão “virar a esquina”. Há o conhecimento de que o português aparece em piadas brasileiras como um personagem estúpido _ e vemos aqui o recurso ao “script da estupidez”, e, com este script, o uso do “mecanismo do estereótipo” (a figura do português como estereótipo de estupidez) e ainda recurso ao “mecanismo do absurdo”. Há o conhecimento lingüístico que leva o falante a reconhecer intuitivamente expressões e termos polissêmicos; há o conhecimento pragmático que leva o leitor a selecionar a melhor interpretação do termo, de acordo com a situação.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “A esquina já estava dobrada”.		
Termos (ou idéias) comuns aos dois frames de origem do texto: “esquina + dobrar”.		
Frames de origem		FRAME da BISSOCIAÇÃO
Frame 1: Mudar de direção na esquina	Frame 2: Dobrar algo (torcer)	A bissociação acontece quando se aplica o traço de “dobrar” do frame 2 (→ação que recai sobre algo”) ao frame 1.
(a) A pergunta (b) Expressão em sua forma fixa, significando "alguém fazer o trajeto contornando a esquina".	(a) A resposta (b) Dobrar algo; torcer algo, dar-lhe um formato de ângulo.	
(a) Explícito (b) Implícito	(a) Explícito (b) Implícito	Frase síntese da idéia incongruente: Alguém torcer uma esquina, de forma a torná-la “esquina”, o que é tautológico. EXPLÍCITO e IMPLÍCITO

2.5. Mecanismo da contradição

Piada 28

Para retirar o humor, os entrevistados sugeriram retirar a palavra “folga”, substituindo a fala do gerente, de maneira que este “lesse” a situação como era realmente e, dessa forma,

acabando também com o humor, como nas substituições sugeridas a seguir: “Que houve, amigo?”; “Você quer que eu o ajude a levantar-se?”; “O que aconteceu?”. Outros sugeriram “atenuar” a ambigüidade, substituindo a frase 5 por: “Estou com câimbra”; “Estou passando mal”; casos em que o texto parece conservar uma certa dose de humor. Considerando que a frase 5 apresentava “explicações” para a pergunta do gerente, houve sugestões de substituições que adotaram duas “direções” diferentes: 1^a) admitir a reprovação feita pelo gerente do cinema e reagir com uma desculpa, que teria então um tom mais de “ironia” que realmente de pedido de desculpas, como na substituição seguinte: “Não, quero apenas descansar minhas pernas”; ou , 2^a) não admitir a reprovação do gerente e apresentar respostas: 2.1_ agressivas, como: “Não, não tire minha atenção”; ou: 2.2_ irônicas, como nos exemplos seguintes: “Não, eu quero é dormir”, “Sim, se possível”; “Não, obrigado. Estou bem à vontade”.

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Há um cinema, onde estão os personagens: um espectador, em posição estranha e o gerente, que questiona esta posição; há a explicação do homem.

IMPLÍCITO: No momento da pergunta do gerente, fica implícito o desleixo/a falta de bons modos do espectador; no momento seguinte, após a resposta deste, torna-se evidente a ambigüidade da situação. A contradição nasce da leitura errônea de gestos e posturas cujos dados são apenas implícitos, levando a uma dupla interpretação (a interpretação feita pelo gerente e a interpretação real, dada pelo espectador). Fica implícito que, da condição de alguém que repreende, o gerente passou para a de alguém que merece ser repreendido, desde que há a possibilidade de o homem ter caído “lá de cima” por um problema de falta de segurança. Há o conhecimento lingüístico do leitor, que o leva a buscar explicações no nível pragmático, para interpretar um texto.

METAPLÍCITO: Há o conhecimento do costume de se assistirem filmes em cinemas, comendo pipocas ou mesmo tomando refrigerantes; há o hábito de se fazer a leitura de gestos e posturas, o que leva as pessoas a tirarem conclusões nem sempre exatas.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “Eu quero uma ambulância. Eu caí lá de cima...”		
Termos (ou idéias) comuns aos dois frames de origem do texto: “a folga (real ou só aparente)”.		
Frames de origem		FRAME da BISSOCIAÇÃO
Frame 1: A folga	Frame 2: A queda	A bissociação acontece quando o item (b) do frame 2 é levado para o frame 1.
(a) Aparência de folga;	(a) Aparência enganosa de folga;	
(b) situação real de folga (desleixo).	(b) Situação real de queda.	Frase síntese da idéia incongruente: Aparentar folga, em situação de queda.
(a) Explícito	(a) Implícito	EXPLÍCITO e IMPLÍCITO
(b) Implícito	(b) Explícito	

Piada 29

O disjuntor desta piada está nos termos “Não mate o pai de seus filhos!”. Esta frase da mulher só se justificaria se o marido estivesse tentando suicídio. Como o marido tenta matar o “outro”, ou é a palavra “pai” que está inadequada, ou é a palavra “seu” o humor é criado pelo mecanismo da contradição.

Os entrevistados sugeriram as seguintes substituições, para anular o humor da piada: substituir a frase 7 por: “Não mate o pai de meus filhos!”, excluindo o possessivo de 3ª pessoa, que provocava ambigüidade; ou excluindo também a palavra “pai”: “Não mate este homem”; “Não seja um assassino!”; “Mate a mim primeiro”; “Eu amo este homem”; “Pense que você poderá ser preso”; “Não cometa um homicídio: só vai piorar as coisas”; “Eu amo você.”.

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Há o flagrante de uma cena de adultério, em que o marido surpreende a mulher com o amante; há a tentativa do marido de matar o amante da mulher e o pedido desta para que não faça isso.

IMPLÍCITO: Quando a mulher diz “não mate o pai de seus filhos”, fica implícito que há filhos que o marido supunha serem dele e que, na realidade são filhos da mulher com o amante.

METAPLÍCITO: Há o conhecimento de mundo de situações de adultério e de crimes passionais em tais situações; há o conhecimento lingüístico do uso de gírias (Ex.\; corno, Ricardão) e o conhecimento do uso de dêiticos (“seus”, no texto) que, na expressão da mulher

na frase 3, criam um despropósito; há o conhecimento lingüístico-pragmático que leva o falante a distinguir elementos lógicos/ilógicos, de acordo com o contexto.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “Não mate o pai de seus filhos!”		
Termos (ou idéias) comuns aos dois frames de origem do texto: “o pai/os filhos/ a mãe”.		
Frames de origem		FRAME da BISSOCIAÇÃO
Frame 1: Frame de flagrante de adultério	Frame 2: Relações de paternidade e filiação	A bissociação nasce da mistura dos ingredientes do 2º frame na situação do primeiro, quando a mulher faz a afirmação contraditória: “pai de seus filhos”, usando “seu” para referir-se ao interlocutor e “o pai”, para referir-se a um terceiro (o amante).
(a) A mulher quer proteger o amante;	(a) Os filhos da mulher não são filhos do marido;	
(b) A mulher pede ao marido para não matar o amante.	(b) Os filhos da mulher são filhos do amante.	Frase síntese da idéia incongruente: : Dizer que um terceiro homem é o pai dos filhos do interlocutor.
(a) Explícito	(a) Explícito	EXPLÍCITO e IMPLÍCITO
(b) Explícito	(b) Implícito	

Piada 30

Os entrevistados sugeriram as seguintes substituições, para anular o humor da piada: eliminar a frase 7; substituir as frases 6 e 7 por: “Porque eu não tenho força”; “Eu tenho problema de coluna”; “Não dou conta de carregar muito peso”; ou substituir a frase 7 por: “Vai ver eles são mais fortes”; “Deve ser porque eu pego os tijolos maiores”; “Eles devem ter mais experiência”.

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Há um servente de pedreiro e um mestre-de-obras; há o trabalho numa obra, no qual é necessário que os serventes carreguem tijolos; o mestre-de-obras comenta o trabalho do servente em relação ao trabalho dos outros e este responde, com nova comparação.

IMPLÍCITO: A fala do mestre-de-obras tem implícito um tom de reprovação, porque parte de outro implícito: a sugestão de que Vicente estaria sendo menos produtivo que os outros serventes; a resposta de Vicente torna contraditória a situação, o que conduz, por meio de

comparação em proporções, ao pressuposto de que o que se passa é exatamente o contrário: ele é mais disposto que os outros serventes. Também a resposta de Vicente, introduzida pela expressão “vai ver”, apresenta a “preguiça dos outros serventes” como um subentendido. Assim, ele cria um pressuposto com aparência de subentendido, o que torna o subentendido, neste caso, uma forma de eufemismo do pressuposto.

METAPLÍCITO: Há o conhecimento de mundo sobre o trabalho em obras (de construção); há o conhecimento básico de relações de proporção para compreender o raciocínio de Vicente; há o conhecimento lingüístico de elementos de comparação e do processamento de implícitos.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “Vai vê eles tem priguiza de fazê duas viagem.”	
Termos (ou idéias) comuns aos dois frames de origem do texto: “argumentos provados para a repreensão e a justificativa contrária”.	
Frames de origem	
FRAME 1	FRAME 2
Frame 1: Relação patrão/ empregado durante trabalho	Frame 2: Proporções “tempo e espaço” aplicadas a rendimento
(a) O mestre de obras repreende o servente por sua preguiça;	a) Relação espaço percorrido/ produtividade (dado que atesta a preguiça de Vicente);
(b) O mestre de obras apresenta dados que atestam a preguiça do pedreiro.	(b) Relação espaço percorrido/ tempo/ produtividade (dados que atestam a preguiça dos outros serventes.
(a) Implícito (b) Explícito	(a) Explícito (b) Explícito
FRAME da BISSOCIAÇÃO	
O mestre de obras apóia sua reprimenda no item (a) do frame 2; enquanto a resposta de Vicente, partindo da proporção apresentada pelo chefe, anula a validade desta proporção, ao incluir na mesma a variante “tempo”: faz então predominar o item (b) do segundo frame na sua justificativa, o que torna improcedente todo o frame 1. A bissociação surge da contradição inesperada: o argumento contra torna-se um argumento a favor de Vicente. Assim, o que era apresentado como preguiça, virou disposição e vice-versa.	
Frase síntese da idéia incongruente: A prova de que o rendimento de Vicente no trabalho não é por preguiça é que a preguiça dos outros é maior.	
EXPLÍCITO e IMPLÍCITO	

2.6. Mecanismo da sugestão

Piada 31

O mecanismo da sugestão é utilizado, quando o amigo do bêbado morto dá a entender que a causa da morte foi o ter bebido água, ao invés de bebidas alcoólicas.

Os entrevistados sugeriram anular o humor da piada, fazendo as seguintes substituições: ou eliminar a frase 7; ou substituir a frase 7 por: “Se ele não tivesse bebido muita água, às vezes não teria morrido”; “Não havia ninguém aqui para salvá-lo”; “Morreu afogado!”; “Se soubesse nadar, teria escapado”; “Meu melhor amigo morreu!”; “Coitado! Tão novo!”.

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: É evidente a presença de dois bêbados na ponte, de onde o primeiro cai para a água do rio, onde morre afogado; há o pedido inútil de socorro da parte do segundo e o comentário deste último.

IMPLÍCITO: No comentário do amigo do morto fica implícito que: pessoa acostumada a só tomar bebida alcoólica passa mal quando ingere água; fica a hipótese de que o morto, ou não sabia nadar, ou estava inconsciente quando caiu no rio. Embora o disjuntor venha explícito, é a conclusão (implícita) a que ele leva que causa o humor.

METAPLÍCITO: Há o conhecimento de mundo sobre efeitos da bebida e sobre as conseqüências de se cair em um rio ou inconsciente ou sem saber nadar; há o conhecimento lingüístico da recuperação do pressuposto, a partir de “pistas” como, no texto, a frase “Bebe água pela primeira vez e morre”.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “Bebe água pela primeira vez e morre”.
Termos (ou idéias) comuns aos dois frames de origem do texto: “líquidos em excesso e conseqüências”.

Frames de origem		FRAME da BISSOCIAÇÃO
Frame 1: A ingestão de água e suas conseqüências	Frame 2: A ingestão de bebida alcoólica e suas conseqüências	A bissociação acontece, quando o amigo do bêbado morto transfere o tipo de comentário que se faz para “tomar bebida alcoólica pela primeira vez” para o “tomar água”, comentário ao qual, além de acrescentar a circunstância inusitada de “ primeira vez”, ele ainda acrescenta o item “b”: a morte, como conseqüência. Desta forma, ele rejeita a bebida como causa (mesmo indireta da morte) e culpa a água (não devido ao afogamento), mas devido à falta de hábito do morto de ingerir água.
(a) Beber um pouco uma primeira vez; (b) Beber em excesso.	(a) Beber um pouco uma primeira vez; (b) Beber em excesso.	Frase síntese da idéia incongruente: Morrer por ter tomado água pela primeira vez.
(a) Explícito (b) Implícito	(a) Implícito (b) Implícito	EXPLÍCITO e IMPLÍCITO

Piada 32

Fica clara a sugestão de que a alimentação dada a cada presidente tem uma conseqüência direta (e característica) no destino do seu país.

Os entrevistados sugeriram anular o humor da piada, substituindo, na frase 7, o disjuntor, “magnésia”, por: “de cabra”; “fresco”; “da roça”; “de qualidade”; “materno”; “de soja”; “em pó”; “de vaca também”. Houve ainda sugestões de se retirar inclusive a palavra “leite”: “Meu filho não gostava de leite”; “Meu filho foi criado sem leite”; “Meu filho foi criado com arroz e feijão”.

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Há mães de presidentes de três nações, as quais estão reunidas, cada uma citando, na forma de governar do filho (coisas fortes, decisões firmes para os presidentes dos Estados Unidos e da Rússia, respectivamente, e sem comentários para o “nosso” presidente), a influência da alimentação dada aos mesmos em criança: leite cabra, leite de vaca holandesa e, para o “nosso”, leite de magnésia.

IMPLÍCITO: A mãe do “nosso” presidente corta parte das estruturas usadas pela outras mães, não falando da forma de governar do filho, mas o “porque” das seqüências paralelas

empregadas pelas outras mães deixa o conector de causa implícito. Fica também implícito, pelo alimento dado ao presidente em criança (leite de magnésia) o efeito do mesmo (desde que é um remédio que solta o intestino) e nova comparação: este efeito equivale a sua forma de governo.

METAPLÍCITO: Há o conhecimento de que os Estados Unidos e a Rússia são considerados grandes potências (mesmo a recente crise financeira da Rússia não apaga o que ela sempre representou no cenário mundial) e há o conhecimento da hipótese da ciência de que a forma de alimentação interfere no físico e na mente da criança. Há o conhecimento lingüístico que faz o leitor recuperar termos elípticos (como a estrutura também causal da fala da mãe do nosso presidente, paralela a outras causais); e o conhecimento que o leva a processar implícitos como o pressuposto está na base do humor desta piada.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “Meu filho... foi criado com leite de magnésia.”		
Termos (ou idéias) comuns aos dois frames de origem do texto: “alimentos dos bebês e conseqüências nas ações dos mesmos quando adultos”.		
Frames de origem		FRAME da BISSOCIAÇÃO
Frame 1: Frame de alimentos para bebê e sua conseqüência na formação do adulto	Frame 2: Frame do governo do Brasil em relação a outros países	A bissociação acontece quando, na busca de seqüências paralelas (causa: alimentação do adulto quando era bebê → conseqüência: feitos do adulto) empregadas no frame 1, o leitor tenta preencher o item (c) do frame 2, que vem implícito.
(a) Leite de cabra para o presidente dos EUA → feitos que denotam força; (b) Leite de vaca holandesa para o presidente da Rússia → feitos que denotam força; (c) Leite de magnésia para nosso presidente → diarreia.	(a) Presidente dos EUA → governo forte; (b) Presidente da Rússia → governo forte. (c) Nosso presidente → (conseqüência implícita).	Frase síntese da idéia incongruente: O governo do Brasil ser conseqüência de o presidente, em criança, ter sido alimentado com leite de magnésia.
(a) Explícito (b) Explícito	(a) Explícito (b) Implícito	EXPLÍCITO e IMPLÍCITO

Piada 33

Os entrevistados sugeriram anular o humor da piada, substituindo a frase 3 por: “E não vegetando em um leito de hospital”; “E não gritando, apavorado, como os passageiros do ônibus que caiu da ponte”; “E não gritando, apavorado, como os passageiros do ônibus em que ele estava”; “E não gritando, apavorado, como os passageiros do ônibus que bateu ontem”; “...como os passageiros daquele acidente”.

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Há um menino que fala do seu desejo de ter morte igual a do avô: em um ônibus, dormindo, enquanto outras pessoas gritavam.

IMPLÍCITO: Enquanto o garoto fala, leva o amigo (e o leitor) à hipótese de que o avô era uma pessoa tranqüila – desde que a morte pode ser um reflexo da forma de vida (implícito do tipo subentendido), mas quando ele acrescenta (linha 3) que o avô dormia na direção do ônibus, o que causou o desespero dos passageiros (provavelmente mortes – outro subentendido) e a morte do próprio avô (pressuposto), a impressão de tranqüilidade é substituída pela de possível irresponsabilidade.

METAPLÍCITO: Há o conhecimento de que, para dirigir, é necessário que o motorista esteja acordado e atento, desde que a vida dos passageiros está sob sua responsabilidade. Há também o conhecimento lingüístico que leva o leitor a, intuitivamente, saber processar comparações e a processar implícitos.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “...não gritando, apavorado, como os passageiros do ônibus que ele estava guiando...”		
Termos (ou idéias) comuns aos dois frames de origem: “”.		
Frames de origem		FRAME da BISSOCIAÇÃO
Frame 1: Frame de pessoa dormindo em casa.	Frame 2: Frame de homem dirigindo ônibus lotado, com pessoas gritando	Há bissociação, porque se passa da sugestão de “sono tranqüilo (em casa)” (1º frame) para a conotação oposta trazida pelo segundo frame: “sono irresponsável”.
(a) Dormindo; (b) Circunstâncias:	(a) Dirigindo; (b) Circunstâncias: um	

na cama, em casa; (c) tranqüilidade (sem exigência de responsabilidade ou atenção).	ônibus lotado; (c) atenção (necessidade de responsabilidade, logo, exigência de não dormir na direção).	Frase síntese da idéia incongruente: O avô morrer tranqüilo, enquanto dirige um ônibus lotado com pessoas gritando. Dirigir tranqüilo um ônibus que passa por um acidente (subentendido).
(a) Explícito (c) Implícito (c) Explícito	(a) Explícito (b) Implícito (c) Explícito	EXPLÍCITO e IMPLÍCITO

Piada 34

Para retirar a graça, os entrevistados sugeriram modificações que recaíam sempre na explicação da causa da segunda morte, tornando-a tão banal quanto parecia, a princípio, a causa da primeira. São as seguintes algumas das sugestões apresentadas para substituir a frase 7: "Ela caiu no banheiro"; "Ela caiu da escada."; "Ela teve um acidente e bateu com a cabeça no meio-fio"; "Caiu e bateu a cabeça"; "Bateu com o carro num poste"; "Não tinha o costume de usar cinto de segurança"; "Foi atropelada".

Houve um entrevistado que sugeriu trocar a frase 7 por: "Ela também comeu cogumelos envenenados", mas acreditamos que, sendo a mesma a causa da morte das duas mulheres __pelo fato de ser uma causa pouco comum__ haveria ainda certo humor, desde que, porque ficaria a sugestão de que não foi apenas uma coincidência, mas outro homicídio igual. Consideramos que, nesse caso, o humor seria menor.

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Há um homem duas vezes viúvo que afirma não querer mais casar-se; há a pergunta do interlocutor sobre a razão desta decisão e a explicação do viúvo para o fato de que tal decisão justifica-se na morte de suas duas primeiras mulheres; o viúvo explica como as duas morreram.

IMPLÍCITO: Quando o viúvo narra a morte da primeira mulher, não fica nenhum implícito, mas, quando narra a morte da segunda, com uma fratura no crânio, ao explicar ao interlocutor a causa, ele alega que "ela não quis comer os cogumelos envenenados". Partindo do pressuposto de que, não comendo os cogumelos, ela recusou-se a ter morte igual à da primeira mulher, chega-se à conclusão de que foi o marido quem provocou intencionalmente a fratura, matando-a. A justificativa apresentada para ter provocado a morte da segunda através de

fratura leva à explicação de uma circunstância não explícita antes da morte da primeira mulher: ela não comeu os cogumelos envenenados por vontade própria, mas obrigada pelo marido que queria matá-la.

METAPLÍCITO: Há o conhecimento de que cogumelos envenenados e fraturas no crânio podem levar à morte; há o conhecimento lingüístico que leva o leitor a, intuitivamente, acionar os pressupostos, através das pistas lingüísticas deixadas no texto pelo autor.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “(A segunda mulher) Não quis comer os cogumelos (envenenados)!”		
Termos (ou idéias) comuns aos dois frames de origem do texto: “as mortes das duas esposas, as explicações do viúvo”.		
Frames de origem		FRAME da BISSOCIAÇÃO
Frame 1: A morte da primeira esposa	Frame 2: Frame da morte segunda esposa	A bissociação surge quando o item (a) do frame 2 apresenta uma circunstância diferente do mesmo item no frame 1: a segunda esposa “não quis” ingerir os cogumelos envenenados; logo, a primeira foi “obrigada a querer” e a segunda, “porque não quis”, foi morta com a fratura no crânio. Esta circunstância modifica os itens (b) de cada frame, de “morte (supostamente natural)” para assassinato.
(a) A aceitação em ingerir os cogumelos; (b) O efeito dos cogumelos envenenados.	(a) A recusa em ingerir os cogumelos envenenados; (b) A fratura no crânio.	
(a) Implícito (b) Explícito	(a) Explícito (b) Explícito	Frase síntese da idéia incongruente: A recusa(o que indica escolha) da segunda mulher em comer os cogumelos envenenados é uma justificativa para a morte por fratura no crânio.
		EXPLÍCITO e IMPLÍCITO

2.7. Mecanismo da descontinuidade ou quebra de tópico

Piada 35

Os entrevistados sugeriram anular o humor da piada, substituindo a frase 3 por: “Não sei”; “É só você me esperar que eu o levo até lá”; “É só pegar o ônibus número 23”; “É só você seguir em frente e virar à direita”; “Fale mais alto, que não escutei”; “É só dobrar a esquina”. Não retiraram o disjuntor, mas eliminaram o segundo tipo de circunstância, que

cria o segundo frame e deram seqüência ao diálogo só com o primeiro frame.

Houve quem sugeriu trocar a palavra “hospital” por “mercado”, mas a última frase teria também de ser modificada, para o texto ficar coerente.

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Há um garoto e um senhor mais velho a quem o primeiro pede informação sobre o caminho para o hospital.

IMPLÍCITO: Há, na resposta do senhor mais velho, a sugestão (outro mecanismo utilizado) de que, ao chamá-lo de “vovô” novamente, o garoto poderia levar uma surra e, dessa forma, “precisar” chegar ao hospital _ é a circunstância provável (que, de circunstância de “meio” torna-se circunstância de “modo”) que leva à conseqüência: a surra e à bissociação.

METAPLÍCITO: Há o conhecimento do costume de se pedir informações a passantes; há o hábito de pessoas jovens, nos dias de hoje, chamarem os mais velhos (mesmo desconhecidos) de “tio” ou “vovô”; há o conhecimento lingüístico que leva o leitor a saber processar os implícitos _sobretudo os dessa piada: do tipo pressupostos, ou seja: recuperáveis a nível de discurso.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “É só você me chamar novamente de vovô!”		
Termos (ou idéias) comuns aos dois frames de origem do texto: “Ida ao hospital”.		
Frames de origem		FRAME da BISSOCIAÇÃO
Frame 1: Ida ao hospital como visita, etc.	Frame 2: Ida ao hospital como paciente	A bissociação surge quando o problema colocado pelo item (b) do primeiro frame: “o como (aprender o caminho) para chegar ao hospital” é inesperadamente “solucionado” pelo ingrediente (b) do 2º frame: “a possibilidade de levar uma surra”.
(a) Ida ao hospital, na condição de visita/ou para fazer algo; (b) O “como” ir: informação sobre o trajeto.	(a) Ida ao hospital como (na condição de) paciente, (machucado/doente); (b) O “como” ir: informação sobre a possibilidade de uma surra (Entra aqui o frame de fórmulas de cortesia, implícito na reprovação do homem).	
(a) Explícito (b) Explícito	(a) Implícito (b) Implícito	Frase síntese da idéia incongruente: Chamar alguém de “vovô” (e levar uma surra) é um modo de aprender o caminho para o hospital. EXPLÍCITO e IMPLÍCITO

Piada 36

Para anular o humor da piada, os entrevistados sugeriram substituir a frase 3 por: “Dores terríveis”; “Dores na cabeça”; “Dores no corpo”; “Dor no peito”; “Acho que estou resfriado”; “É melhor você me examinar”, o que daria seqüência ao diálogo e não levaria ao segundo frame.

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Há um médico que atende a um cliente que é veterinário; há a pergunta do médico quanto ao que o cliente está sentindo; há a resposta do mesmo.

IMPLÍCITO: Considerando que o médico faz a mesma pergunta a todos os pacientes, há, na em relação à pergunta feita por este, deve-se à comparação que o próprio veterinário faz entre a situação de consulta com o médico e a situação de atendimento de consultas a seus clientes animais com os quais não pode se valer deste recurso/desta “ajuda”. Há ainda o implícito, na fala do veterinário, de que a sua capacidade de diagnóstico (em relação às doenças dos animais é mais “válida” do que a do médico, porque este conta com a “opinião/informação” do paciente.

METAPLÍCITO: Há o conhecimento de procedimentos iniciais numa consulta tanto de um médico quanto de um veterinário; há o conhecimento intuitivo (da parte do falante) do Princípio de Cooperação que o leva a buscar a razão para uma resposta tão incoerente ao tópico de conversação e a buscar os implícitos sugeridos pelo enunciado.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “Assim não vale!”		
Termos (ou idéias) comuns aos dois frames de origem do texto: “formas de consulta com profissionais da saúde”.		
Frames de origem		FRAME da BISSOCIAÇÃO
Frame 1: A consulta com o médico	Frame 2: A consulta com o veterinário	A bissociação acontece quando o item (b) do frame 2 é considerado critério de avaliação do frame 1.
(a) Há a necessidade de um diagnóstico;	(a) Há a necessidade de um diagnóstico;	Frase síntese da idéia incongruente: A validade da consulta do médico ser medida nos moldes da consulta do veterinário.
(b) Há a “ajuda” do cliente (que expõe o que sente).	(b) Não há a “ajuda” do cliente (que não expõe o que sente).	
(a) Implícito	(a) Implícito	EXPLÍCITO e IMPLÍCITO
(b) Implícito	(b) Implícito	

Piada 37

Esta piada não foi testada com os entrevistados, mas fizemos nossa análise dos níveis de compreensão da mesma.

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Há um homem que encontra outro na rua e confunde este último com um conhecido seu: Demerval, cujas características são apresentadas, em oposição às características do sujeito com quem é “confundido”. Há a negação do outro de que seja ele o Demerval ao qual o primeiro se refere e há ainda a insistência do primeiro em “reconhecer” no outro a pessoa que aquele conhece como Demerval.

IMPLÍCITO: Considerando parte das características apresentadas como sendo de Demerval: “era loiro, agora está moreno”, “tinha os olhos verdes, agora tem olhos negros”, “era magro, está gordo”, fica-se com o implícito de que o outro seja mesmo o Demerval que, além de ter emagrecido, está com algum tipo de “disfarce”, porque pintou os cabelos e usa lentes de contato verdes. Entretanto, quando o homem cita como mudança característica o fato de que Demerval “era alto, agora está baixinho”, fica implícito um estado de completa confusão da parte do amigo do Demerval. Após a afirmação taxativa do outro de que “não é Demerval”, mas alguém chamado Antônio Carlos, quando o homem persiste em seu “reconhecimento” da pessoa de Demerval, fica implícita sua teimosia e completa falta de lógica.

METAPLÍCITO: Há o conhecimento de situações semelhantes, em que as pessoas se reencontram após longo tempo e passam a examinar as diferenças que o outro apresenta, com referência ao que este era antes; há o conhecimento de situações em que tal reconhecimento não procede (como no caso da piada); há o conhecimento lingüístico do falante que o leva a processar intuitivamente comparações de base lógica e tirar conclusões da leitura do contexto tanto lingüístico quanto situacional.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “Puxa, Demerval! Você mudou até de nome?!”

Termos (ou idéias) comuns aos dois frames de origem do texto: “as afirmações do amigo de Demerval e as negativas recebidas”.		
Frames de origem		FRAME da BISSOCIAÇÃO
Frame 1: Frame de reencontro entre amigos que não se vêem há muito tempo	Frame 2: Frame de pessoas que teimam em suas afirmações	<p>Numa situação em que é preciso “combinar” o 1º frame com o segundo, os itens (a) de cada um costumam ajustar-se</p> <p>A bissociação acontece quando para fazer prevalecer o item (b) do frame 2, o amigo de Demerval só aceita o item (a) do frame 1.</p>
<p>(a) Numa situação de reencontro de amigos após um longo tempo, pequenos “estranhamentos” em relação às diferenças causadas pelo tempo (normais: no previsível);</p> <p>(b) Diferenças drásticas na mesma pessoa (mesmo após certo tempo) são consideradas absurdas.</p>	<p>(a) Há pessoas que teimam em suas idéias, mas aceitam chegar a uma ponderação, quando há argumentos que refutam sua teimosia;</p> <p>(b) O amigo do Demerval se recusa a admitir evidências.</p>	
<p>(a) Explícito</p> <p>(b) Implícito</p>	<p>(a) Implícito</p> <p>(b) Explícito</p>	Frase síntese da idéia incongruente: Teimar que o interlocutor não admite que “é ele próprio”, deixando a sugestão de que nem ele próprio se reconhece
		EXPLÍCITO e IMPLÍCITO

2.8. Mecanismo da paródia

Piada 38

Para eliminar o humor do texto, os entrevistados sugeriram mudar o contexto de comunicação, tirando o surfista da cena enunciativa, ao substituir a frase 2 por: “Não sei, nunca vi surfista conversando”; “Não sei”; ou então, após retirar da frase 1 o trecho: “usando só vogais”, trocar a frase 2 por : “Sendo o melhor surfista da praia”.

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Há um surfista e há a intenção dele exposta pelo narrador (embora sob a forma de gírias); há a frase que concretiza o objetivo anunciado. O disjuntor é o termo “surfista”, explícito no texto.

IMPLÍCITO: Nas gírias usadas pelo narrador e na frase apenas recorrendo a gírias, há um implícito _do tipo subentendido, porque poderia ser contestado pelo autor, embora seja sugerido pelo fato de a personagem ser um surfista_ de que o vocabulário do surfista é meio pobre, o que o leva a valer-se de recursos elementares para comunicar-se.

METAPLÍCITO: Há o conhecimento de mundo de que o surfista é atualmente visto como a versão feminina da “loira burra”, um estereótipo de estupidez (e entra aqui o recurso ao script da estupidez e ao mecanismo do estereótipo); há o conhecimento lingüístico do uso de gírias e do que significam nesta época; há a capacidade do falante para reconhecer o aspecto pragmático do texto, em que há uma intenção de crítica da parte do autor.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “Eu! Ó o auê aí, ô!”		
Termos (ou idéias) comuns aos dois frames de origem do texto: “”.		
Frames de origem		FRAME da BISSOCIAÇÃO
Frame 1: A figura do surfista e seu vocabulário típico	Frame 2: Outro rapaz cuja figura se opusesse à figura do surfista.	A bissociação surge da comparação entre o item (b) do frame 1 e o item (b) do frame hipotético 2, em que o primeiro traz ao “leitor” o mesmo resultado que uma caricatura: o de uma figura distorcida, cujos pontos fracos têm os detalhes acentuados.
(a) O contexto característico da pessoa do surfista;	(a) O contexto característico de um jovem de QI elevado;	
(b) A frase para “impor ordem” dita por um surfista.	(b) A frase para “impor ordem” dita por este rapaz .	Frase síntese da idéia incongruente: O surfista conseguir, na sua linguagem restrita (só usa vogais) elaborar uma frase que impõe ordem.
(a) Explícito	(a) Implícito	EXPLÍCITO e IMPLÍCITO
(b) Explícito	(b) Implícito	

Piada 39

PREVISÃO 1 (Frame 1): Contexto original de mensagens próprias de Papai-Noel que nega presentes a crianças que se negam a comer por motivos banais.

PREVISÃO 2: Crianças da Etiópia que não comem, devido à falta de alimentos.

Idéia incongruente: Papai-Noel recusar-se a dar presentes a crianças da Etiópia, porque as mesmas não comeram... o alimento que não lhes foi oferecido.

Esta piada não foi testada com os entrevistados.

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Há um Papai-Noel e seu trenó voador, passando sobre a Etiópia; há crianças raquíticas que o vêem, reconhecem-no e pedem-lhe presentes, que ele recusa, alegando que criança que não come direito não ganha presentes.

IMPLÍCITO: O texto sugere que Papai-Noel conheça as chantagens feitas pelos pais com as crianças que se recusam a comer, alegando que, se não o fizerem, Papai-Noel não lhes trará presentes. Sugere ainda que tal personagem desconhece a situação das crianças da Etiópia e, por esta razão, ao recusar-se a dar-lhes presentes, considera que todas as crianças pertençam a um mesmo meio sócio-econômico e aquelas (da Etiópia) estejam raquíticas, porque se recusaram a comer. Fica implícita uma crítica a tal situação e uma crítica àqueles que, como o Papai-Noel do texto, ignoram (fingem ignorar) que tal problema exista.

METAPLÍCITO: Há, do conhecimento de mundo, o personagem de Papai-Noel, que traz presentes para as crianças na época do Natal; há ainda o conhecimento de um costume dos pais de se aproveitarem da figura de Papai-Noel e da promessa dos seus presentes, para forçarem as crianças inapetentes a comerem; há o conhecimento da situação de extrema pobreza da Etiópia e das crianças subnutridas que são mostradas, em consequência dessa situação. Há o conhecimento lingüístico intuitivo que leva o leitor a reconhecer, num script parodiado, o script original, e a comparar as discrepâncias entre os dois, para chegar à compreensão do aspecto pragmático, quando o texto só é explicado pelas intenções do autor.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “Criança que não come não ganha brinquedo!”	
Termos (ou idéias) comuns aos dois frames de origem do texto: “Papai-Noel com presentes para crianças que se alimentam direito”.	
Frames de origem	
Frame 1: O script original de Papai-Noel	Frame 2: Crianças sem alimentos na Etiópia
(a) O contexto é o	a) O contexto é o da
FRAME da BISSOCIAÇÃO	
Há bissociação, quando Papai-Noel recusa-se a ignorar o item (b) do script 1, que o caracteriza,	

<p>originalmente conhecido: Papai-Noel passa de trenó, voando pelo céu e carregando presentes para crianças;</p> <p>b) Papai-Noel mantém-se fiel a seus “princípios”: distribui presentes para as crianças que se alimentaram de acordo com a orientação dos pais/ nega presentes para as crianças que não se alimentaram de acordo com a orientação dos pais.</p>	<p>Etiópia, onde Papai-Noel passa de trenó, voando pelo céu e carregando presentes para crianças;</p> <p>b) Papai-Noel mantém-se fiel a seus “princípios”: distribui presentes para as crianças que se alimentaram de acordo com a orientação dos pais/ nega presentes para as crianças que não se alimentaram de acordo com a orientação dos pais.</p>	<p>mesmo quando o item (a) pertence a outro contexto, é uma “paródia” de contextos reais: Papai-Noel sugere que as crianças da Etiópia optaram por recusar o alimento, não merecendo, pois, ganharem presentes..</p> <hr/> <p>Frase síntese da idéia incongruente: O parâmetro de Papai-Noel para recusar presentes a crianças que não se alimentaram direito é aplicado a crianças da Etiópia... onde o alimento não lhes é oferecido.</p>
<p>(a) Implícito</p> <p>(b) Implícito (no pedido das crianças)</p>	<p>(a) Explícito</p> <p>(b) Explícito</p>	<p>EXPLÍCITO e IMPLÍCITO</p>

Piada 40

Os entrevistados sugeriram anular o humor, anulando a ambigüidade e, para isso, recorreram a uma das mudanças seguintes: 1º) continuar o diálogo, considerando o primeiro sentido da palavra e, dessa forma, substituir a frase 5 por uma das opções seguintes de respostas: “Firme”; “Sim, para as próximas eleições”; “Não”; “Não. Estou com febre”; “Sim. Firme e forte”; “Bem. E você?”; 2º) recorrer ao segundo sentido exposto acima, ou seja: “firme” → “filme”, o que seria possível, substituindo-se a frase 5 por: “É, sim, senhor”. Houve quem sugerisse a substituição das frases 3 e 5, respectivamente, desambigüizando completamente o texto na direção deste segundo sentido. Ficaria então: 3 “ __ Filme?”, e 5: “ __ Não. Sílvio Santos”.

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Há um político que vê um programa de televisão; há um assessor deste político que passa pela sala onde o primeiro está e lhe pergunta algo; há a resposta do político.

IMPLÍCITO: Está implícito no recurso ao personagem “caricaturado” __paródia da figura idealizada de um político; está implícita a intenção de criticar a falta de cultura (aqui, especificamente o conhecimento de língua) do político e, num implícito que extrapola o texto, criticar os políticos que, de um modo geral, enquadram-se neste perfil. Se se considerar o termo “filme” como equivalente a “programa”, resta ainda o implícito (subentendido) de que, entre ver um filme e ver o programa de Sílvio Santos (de gosto popular e pobre enquanto veículo de cultura __ sobretudo em relação à maioria dos filmes), o político escolhe a opção culturalmente mais pobre.

METAPLÍCITO: Há o conhecimento de mundo relativo a políticos que não possuem um grau satisfatório de cultura; há o conhecimento lingüístico de registros diferentes do português, conforme as diferentes regiões do Brasil; há o conhecimento lingüístico que leva o leitor a processar implícitos e a estabelecer comparações quando um termo “deturpado” é empregado por sua forma original e há o conhecimento pragmático das intenções do autor, que, parodiando a fala do personagem (com base num hipotético político mineiro/paulista de pouca instrução) parodia uma situação normal de comunicação.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “Sílvio Santos”.		
Termos (ou idéias) comuns aos dois frames de origem do texto: “o político e o assessor, o interesse/ou polidez deste em relação ao político”.		
Frames de origem		FRAME da BISSOCIAÇÃO A bissociação acontece, quando o item (b) do frame 1 (fala do assessor) é compreendido pelo político como o item (b) do frame 2.
Frame 1: O cumprimento	Frame 2: Programação de televisão	
(a) O termo “filme”, na língua coloquial, quivale a uma forma de cumprimento;	(a) “Filme” é equivalente a “programa”, na fala de pessoas de pouca instrução ou de pessoas do interior;	Frase síntese da idéia incongruente: Em resposta um cumprimento polido, a resposta do político ser o nome de um programa.
(b) O assessor dirige este cumprimento ao político.	(b) O assessor pergunta qual programa o político está assistindo.	
(a) Explícito	(a) Implícito	EXPLÍCITO e IMPLÍCITO
(b) Explícito	(b) Implícito	

2.9. Mecanismo do jogo de palavras

Piada 41

Os entrevistados sugeriram, para tirar o humor, anular qualquer traço que lembrasse o frame “computador” e, para isso, sugeriram eliminar, na frase 2, a expressão “pela Internet” e substituir a frase 3 por “Use sempre camisinha”, ou mesmo retirar esta última frase.

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Há uma campanha de prevenção contra vírus sexualmente transmissíveis; há o conhecimento dos termos “vírus” e “anti-vírus”, em linguagem relativa a computador; há a sugestão de mistura das duas situações.

IMPLÍCITO: As frases 1 e 2 sugerem que alguém possa fazer sexo virtual, valendo-se de recursos da Internet. A frase 3 deixa implícito que mesmo tal forma de sexo pode ser pouco segura. Há implícita a sugestão de que os “anti-vírus”, usados contra vírus que atacam os sistemas do computador, podem ser eficazes contra os vírus que ameaçam o sexo seguro.

METAPLÍCITO: Há o conhecimento de termos relativos a sexo e sobretudo relativos a campanhas visando ao sexo com segurança contra determinados vírus; há o conhecimento dos termos relativos a computadores e a Internet; há o conhecimento lingüístico que leva o leitor a estabelecer comparações (ainda que absurdas) e a reconhecer o absurdo no nível da linguagem.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “Use sempre anti-vírus”.		
Termos (ou idéias) comuns aos dois frames de origem do texto: “anti-vírus”.		
Frames de origem		FRAME da BISSOCIAÇÃO
Frame 1: Vírus e sexo	Frame 2: Vírus e computador	
(a) A questão de sexo e vírus;	(a) A questão de computador com vírus;	
(b) A proteção contra os vírus (de doenças sexuais).	(b) A proteção contra os vírus (de computador).	
(a) Explícito (b) Explícito	(a) Implícito (b) Implícito	
		Há bissociação, porque o item (b) do segundo frame é aplicado ao frame 1, no mesmo item.
		Frase síntese da idéia incongruente: Fazer sexo seguro pela Internet usando anti-vírus do computador.
		EXPLÍCITO e IMPLÍCITO

Piada 42

Houve quem sugerisse também substituir a definição de “chato”, mudando a oração relativa para: “...*que fica mais tempo com você* do que com outra pessoa”; “...que te aluga o dia inteiro”; “...que fala a mesma coisa o dia inteiro”; “...que conta piadas sem-graça”; “...que masca chiclete o tempo todo em que está com você.”; “...que fica mais tempo no trabalho do que com a esposa”.

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Há uma pessoa chata (que, numa afirmação genérica como na frase do texto é um ser “possível” e não um personagem específico) e há o “você”, ao qual o locutor se dirige.

IMPLÍCITO: Fica implícita a diferença que se pretende dar a “ele ficar com você” e “você ficar com ele” _ a esse cálculo, o leitor deve chegar através de hipóteses suas _ o que coloca esse implícito na qualidade de subentendido (admite interpretações diversas). Há ainda a busca da diferença que haveria entre “ele ficar com você” e “você ficar com ele”, que leva à hipótese de explicação na fuga ao sentido literal, ou seja: se, pela lógica, o tempo real em que “ele fica com você” é o mesmo do “você fica com ele”, a diferença deve estar numa “ausência”, no sentido não-literal – o que leva à conotação de que, embora parecendo perto do “ele”, o “você” estaria distanciado (em atenção, em interesse, etc.) e vice-versa.

METAPLÍCITO: Há o conhecimento de mundo de que pessoas que “se grudam” em outras (o que supõe uma certa rejeição destas outras) são consideradas “chatas”; há o conhecimento lingüístico do que significa a gíria “chato”, bem como o conhecimento lingüístico necessário ao processamento de comparações e de jogos de palavras.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “Fica mais com você do que você com ele”.	
Termos (ou idéias) comuns aos dois frames de origem do texto: “uma pessoa ficar um tempo com outra ”.	
Frames de origem	
Frame 1: Ficar um tempo perto/longe de alguém	Frame 2: Frame de pessoas “chatas”
(a) Y fica perto;	(a) O chato é o que tem o
FRAME da BISSOCIAÇÃO	
De acordo com a visão do “chato”, sua aproximação deveria ocasionar apenas o frame 1, dentro dos parâmetros lógicos (positivos) de “aproximação”; mas, na	

longe de X um tempo “z”; (b) Y fica perto/longe de X o mesmo tempo “z”.	hábito de “grudar-se” nas pessoas: só admite o item (a) do frame 1; (b) As pessoas nas quais o chato se “gruda” separam os dois itens do frame 1. querem distância do chato.	visão das pessoas que o consideram “chato”, enquanto essas mesmas pessoas, interiormente, optam pelo item (b) do frame 2, o que causa a bissociação. Frase síntese da idéia incongruente: X ficar algum tempo com Y e Y não estar simultaneamente com X.
(a) Explícito (b) Implícito	(a) Implícito (b) Explícito	EXPLÍCITO e IMPLÍCITO

Piada 43

Há, na realidade, a mudança de característica de dois elementos: Patrícia e Bruno, que trocam de “face” no decorrer da narrativa.

Os entrevistados sugeriram anular o humor da piada, eliminando o disjuntor, como nas sugestões para substituir a frase 4 em que a possibilidade do segundo frame é eliminada: “É, eu também não gosto muito dele”; ou substituir a frase 4: “Ele vive atrás de você”; “Ele não te deixa em paz”; “Chato do jeito que ele é!...”; “Você vive fazendo o que ele quer!”. Uma outra sugestão, ao substituir a frase 4, foi a de a interlocutora contestar a reclamação de Patrícia: “Ele é seu *personal-trainer*!...” (caso em que fica um certo humor).

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Há duas jovens que conversam; há a opinião da primeira sobre um rapaz; há o comentário da segunda sobre a razão deste comentário.

IMPLÍCITO: Há, na fala de Patrícia, um pressuposto (inicial) de que ela não gosta de Rafael. Há, na fala de Bruna, a anulação do pressuposto anterior, com a apresentação de um novo pressuposto: é Rafael que não gosta de Patrícia, ou, ainda que goste dela, deixa que esta o persiga; há, no nome de Patrícia, um “reforço” de sua condição de “patricinha”, gíria esta que serve para indicar moças que se consideram muito “certinhas” e, dessa maneira, agem sempre em função da “face positiva” que querem apresentar à sociedade..

METAPLÍCITO: Há o conhecimento de que, na cultura ocidental atual, as moças costumam “correr atrás” do rapaz que lhes interessa, diferentemente de hábitos mais antigos, em que cabia apenas ao homem tal comportamento; há o hábito de moças trocarem confidências e opiniões sobre seus relacionamentos com rapazes; há o conhecimento lingüístico da gíria “patricinha” e há a capacidade lingüística para processar implícitos e para chegar ao jogo de palavras que fica na conclusão feita pelo leitor.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “Você vive correndo atrás dele!”		
Termos (ou idéias) comuns aos dois frames de origem do texto: “correr atrás de alguém”.		
Frames de origem		FRAME da BISSOCIAÇÃO
Frame 1: Visão da patricinha	Frame 2: Visão da amiga da patricinha	A bissociação acontece quando a explicação para o item (a) do primeiro frame é dada pela existência do item (b) do segundo frame (real).
(a) Cansaço por correr; (b) Causa de correr: fugir de alguém.	(a) Cansaço por correr; (b) Causa de correr: perseguir esta pessoa.	
		Frase síntese da idéia incongruente: Perseguir alguém e ser simultaneamente perseguido.
(a) Explícito (b) Implícito	(a) Implícito (b) Explícito	EXPLÍCITO e IMPLÍCITO

2.10. Mecanismo do exagero

Piada 44

Para anular o humor da piada, os entrevistados sugeriram substituir a frase 3 por: “Meu marido!”; “F.H.C.!”; ou anular o disjuntor, substituindo a frase 6 por: “Estou muito cansado!”. Houve ainda mais duas formas de substituição, ambas nas frases 5 e 6, a primeira, como se FHC considerasse a frase uma exclamação, o que resultou nas seguintes sugestões de substituição: “Sou eu, Ruth! Estou cansado e vou dormir”; “O que foi, Ruth? Tem uma barata aí?”; “Desculpe, querida. Acho que bebi muito”; “Acho que estou ficando velho”; “Desculpe, Ruth, esqueci de me trocar!”; “Não se assuste, Ruth. Não achei meu pijama”; “Já vou tirar essas coisas e vestir o pijama”. Outra forma de substituição sugerida considerou a expressão como uma prece: “Você ainda não perdeu a mania de rezar à noite?”.

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Há o presidente Fernando Henrique e sua esposa Ruth, há o quarto onde vão dormir, há a situação da posse recente para um sexto mandato, há as roupas que caracterizam a situação e há a reação de cada personagem diante da atitude do outro.

IMPLÍCITO: Está implícita a idéia de que o presidente Fernando Henrique será eleito até para um sexto mandato; este implícito leva a outro: ele tornou possível reeleições de presidentes até esse limite. Está implícita a sugestão do excesso de megalomania de FHC, megalomania que começa a ser sugerida na alusão ao sexto mandato e que se torna mais evidente na situação de ir dormir com a faixa presidencial. Este último é um implícito do tipo subentendido, desde que poderia ser contestado, justificando-se o uso da faixa por distração causada pelo cansaço, etc. Mas vem, em seguida, a prova maior da megalomania do presidente, quando interpreta como um vocativo a exclamação da esposa sobre seu aspecto.

METAPLÍCITO: Há o conhecimento de questões políticas sobre reeleição (número possível de mandatos) e o conhecimento político específico sobre a pessoa do atual presidente do Brasil, Fernando Henrique, e sobre sua esposa Ruth; há o conhecimento de que a cultura impõe comemorações para o ato de posse; há o conhecimento de costumes quanto a trajes para cerimoniais e trajes para dormir, os quais servem para identificar o grau de formalidade das diferentes situações: a formalidade de uma posse, em oposição à informalidade do momento de dormir. Há o conhecimento lingüístico do processamento de pressupostos e a capacidade lingüística de discernir, a partir de pistas textuais, os diferentes tipos de uso de expressões (no caso: a interjeição de espanto confundida com um vocativo pelo personagem) que determinam os frames a serem considerados.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “Aqui na cama pode me chamar de Fernando...”		
Termos (ou idéias) comuns aos dois frames de origem do texto: “os personagens e a frase ambígua dita”.		
Frames de origem		FRAME da BISSOCIAÇÃO
Frame 1: “Meu Deus!” → interjeição de espanto	Frame 2: “Meu Deus!” → interjeição de admiração	Há bissociação, quando o disjuntor aponta para um 2º frame, indicando que a expressão “Meu Deus!” está sendo duplamente usada e as interpretações diferentes estão-se chocando.
(a) A esposa do presidente diz uma frase;	(a) A esposa do presidente diz uma	

(b) A frase é uma interjeição que revela espanto.	frase; (b) A frase é um vocativo que revela admiração.	Frase síntese da idéia incongruente: O presidente achar possível que, no lugar de uma exclamação, a expressão “Meu Deus!” seja um vocativo.
(a) Explícito (b) Implícito	(a) Explícito (b) Implícito	EXPLÍCITO e IMPLÍCITO

Piada 46

Para eliminar o humor da piada, os entrevistados sugeriram duas situações: situação (a) acabar com as mentiras (e o absurdo): substituindo, nas frases 11 e 14, a palavra “aceso” por “inteiro” e eliminando a frase 17; ou simplesmente eliminando as frases: 11, 14 e 17; ou: situação (b) ignorar o caráter de mentira do fato narrado, considerando-o verdadeiro (o que _é interessante observar!_ também acaba com o humor!), como nas substituições sugeridas a seguir para a frase 17: “Vamos lá em casa, que eu te mostro, cumpádi”; ou “Que sorte! Pena que não era um peixe!”.

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Há dois pescadores que conversam; há o conhecimento das histórias (quase folclóricas) de pescadores, caracterizadas por mentiras causadas por exageros; há um rio onde os dois costumam pescar; há o peixe pescado por um e a lanterna pescada por outro; há a contestação da veracidade do caso do primeiro pelo segundo e do caso do segundo pelo primeiro.

IMPLÍCITO: Há, na frase exclamativa de número 3, o implícito (do tipo subentendido, porque pode ser negado em caso de contestação do ouvinte) de que, repetindo a frase do amigo, o pescador estivesse pondo em dúvida o que lhe fora contado. Entretanto, a pergunta seguinte (que, desrespeitando a continuidade de tópico, outro mecanismo, contesta a enunciação feita), transforma em pressuposição o implícito que era até então do tipo subentendido __ pressuposição confirmada pela inquietação da pergunta da frase 4, a qual contesta a focalização feita pelo outro pescador apenas do trecho de sua frase em que se destacava o peso do peixe. Há, na contestação apresentada pelo primeiro pescador, na frase 12, a alusão ao fato de que o exagero da narrativa do outro só poderia ser interpretada como mentira; este último implícito nasce da máxima da relação, porque, na tentativa de ser fiel ao assunto que se desenvolve entre os dois, é que o pescador do lampião constrói uma narrativa com estruturação paralela à da narrativa do amigo: tanto em tema (pescaria) quanto em grau de veracidade (pescados exagerados); há, na resposta do segundo pescador, na frase 17, dois

implícitos (do tipo pressupostos); o de que admite a mentira contada e o de que a história do amigo é igualmente mentirosa.

METAPLÍCITO: Há o conhecimento de mundo sobre pescarias, inclusive sobre certos tipos de objetos que caem nos rios e são eventualmente “pescados”; há o conhecimento sobre exageros habituais nas histórias de pescadores; há o conhecimento lingüístico do campo lexical que se refere ao frame de pescaria, inclusive nomes de peixes e o conhecimento lingüístico intuitivo ao leitor, sobre como processar implícitos.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “O cumpádi diminui o seu lambari e eu apago o meu lampião..”		
Termos (ou idéias) comuns aos dois frames de origem do texto: “os dois pescadores, o rio onde pescam e o resultado das pescarias”.		
Frames de origem		FRAME da BISSOCIAÇÃO
Frame 1: Verdades	Frame 2: Mentiras	O segundo pescador contesta a mentira do primeiro pescador; acrescentando o item (b) ao frame 1 e, diante da contestação do primeiro, o segundo pescador propõe que o frame 2 substitua o frame 1; e a bissociação acontece pela forma como ele propõe isso: alterar, no passado, as circunstâncias do que já foi apresentado.
(a) Lambari de menos de 5 kg ; (b) Lampião pescado apagado.	(a) Lambari de menos de 5 kg; (b) Lampião pescado apagado.	
		Frase síntese da(s) idéia(s) incongruente(s): Mudar as circunstâncias de fatos já acontecidos antes de terem acontecido: apagar o lampião pescado aceso, se o peixe (já pescado) for diminuído.
(a) Implícito (b) Implícito	(a) Explícito (b) Explícito	EXPLÍCITO e IMPLÍCITO

Piada 47

Para eliminar o humor desta piada, os entrevistados sugeriram trocar o disjuntor, na frase 2, por: “dois”, “alguns”. Outros entrevistados sugeriram trocar a palavra “cemitério”, na frase 1, por: “uma multidão”; “um prédio”; “uma igreja”; “um estádio de futebol”; “um condomínio”, o que também neutralizava a bissociação.

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Há um helicóptero que cai na cidade de Lisboa; há o resgate de corpos; há o número de corpos resgatados.

IMPLÍCITO: Há, na sugestão de que o fato se passa em Lisboa, o implícito de que os personagens, sendo portugueses, farão qualquer coisa estúpida (aqui, também presente o mecanismo da estupidez); há, implícita na comparação entre o número possível de passageiros de um helicóptero e o número de corpos resgatados, o pressuposto de que há corpos em excesso sendo resgatados; há, no local onde caiu o helicóptero (um cemitério), a explicação para o excesso de corpos que estão sendo resgatados (implícito do tipo pressuposto, porque recuperável a nível de frase e porque incontestável); há, gerado pelos pressupostos anteriores, outro implícito (do tipo subentendido): o de que o português resgatou tantos corpos, porque não sabe distinguir entre o corpo de uma pessoa recentemente falecida e cadáveres mais antigos.

METAPLÍCITO: Há o conhecimento de acidentes com transportes aéreos e de suas conseqüências, inclusive o fato de os destroços caírem sobre qualquer parte da Terra; há o conhecimento do número possível de passageiros para cada tipo de transporte, há o conhecimento lógico que leva à comparação entre o número de pessoas no helicóptero e o número de corpos resgatados; há o conhecimento de que, num cemitério, há inúmeros corpos de pessoas mortas; há o conhecimento de que o português é usado como estereótipo de burrice (outro mecanismo: o do estereótipo) em narrativas de humor; há o conhecimento lingüístico de como processar implícitos, no caso, através da comparação de elementos do texto que se repudiam se submetidos a uma avaliação lógica.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “Horas depois, a equipe de salvamento já havia resgatado mais de trezentos corpos!...”	
Termos (ou idéias) comuns aos dois frames de origem do texto: “acidentes e corpos resgatados e o número de corpos”.	
Frames de origem	
Frame 1: Inúmeros corpos	Frame 2: Poucos corpos
(a) Acidentes com aeronaves (na circunstância	(a) Acidentes com aeronaves (na circunstância de serem pequenas, (como
FRAME da BISSOCIAÇÃO	
A bissociação acontece, quando o número de corpos resgatados, apenas possível para o primeiro frame, é empregado no item (a) do segundo, mas justificado no item (b) do frame 1 (“cemitério”).	

de serem grandes); (b) Cemitérios.	helicópteros); (b) Qualquer lugar onde possam estar apenas alguns corpos (necrotério, caixão, etc.).	Frase síntese da idéia incongruente: Os corpos do cemitério são usados para explicar o grande número de vítimas do acidente com o helicóptero.
(a) Implícito (b) Implícito	(a) Explícito (b) Implícito	EXPLÍCITO e IMPLÍCITO

2.11. Mecanismo do desrespeito a regras conversacionais

Piada 47

Os entrevistados tiraram o humor do texto, modificando sempre a frase 3, mas com efeitos diferentes: 1º) deixando explícito o foco, neste texto, a palavra “nós”, sugerindo, para isso, substituições como a seguinte: “Só porque somos pequenas?”. “Você e eu?”; 2º) aceitando o foco na palavra “nós”, mas subestimando-o, através de considerações metafísicas com em: “Só porque somos pequenas?”; ou num desvio de caráter metalingüístico sobre o significante verbal utilizado, como na frase seguinte: “O que é ‘insignificante?’”

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Há duas cobras que conversam; há o céu estrelado que olham; há a reflexão da primeira, explicitando a insignificância das “cobras” em relação ao universo; há a resposta da segunda.

IMPLÍCITO: As cobras são uma metáfora (logo, há uma representação implícita) dos seres humanos. No caso, a primeira delas faz uma indagação de ordem metafísica, sobre a dimensão das cobras em relação à dimensão do universo e deixa o pressuposto de que estaria incluindo, no “nós”, todas as cobras: ela própria, a companheira, as cobras ausentes. O implícito parece ser do tipo pressuposto porque, ainda que a outra cobra fosse maior que a primeira, em relação ao universo, pela lógica, ambas estariam sendo colocadas num mesmo limite (o da insignificância). Na resposta da segunda cobra, ficam dois implícitos: primeiro, o de que ela pode ter isolado o comentário da situação de comparação, ou seja, tenha ignorado que o referente para tal insignificância seria o céu (implícito este que fica no tipo subentendido); e, segundo, que ela considerava que o “nós” estaria englobando apenas a primeira e uma terceira cobra _ implícito este do tipo pressuposto, porque baseado em pistas do texto e no fato de que o dêitico “nós” pode ou não incluir a pessoa do ouvinte. O último implícito gera dois novos implícitos sobre a intenção da segunda cobra: ela pretendia excluir-se (o que equivale a dizer

que não se considerava insignificante) ou ela acreditava realmente (ingenuamente) que estava sendo excluída da comparação (o que é outra forma de violar as regras conversacionais, usando o recurso de não aceitação, pela segunda cobra, do desrespeito à face positiva).

METAPLÍCITO: Há o conhecimento do hábito do ser humano fazer ocasionalmente considerações metafísicas diante de coisas grandiosas, sobretudo diante de aspectos da natureza; há o conhecimento lingüístico do dêitico “nós”, cujo valor ambíguo propicia as duas interpretações sugeridas pelo texto; há ainda o conhecimento lingüístico intuitivo de regras conversacionais que, no caso, mostram a rejeição da segunda cobra à primeira interpretação do dêitico, significando “eu e você”; há o conhecimento pragmático do leitor que lhe possibilita avaliar, na interpretação de textos, a importância do conhecimento das intenções dos personagens.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “Você e quem?”		
Termos (ou idéias) comuns aos dois frames de origem do texto: “as cobras, a insignificância, o <i>nós</i> ”.		
Frames de origem		FRAME da BISSOCIAÇÃO
Frame 1: Visão da 1ª cobra	Frame 2: Visão da 2ª cobra	A bissociação acontece, quando o primeiro falante utiliza o disjuntor no sentido do 1º frame e o interlocutor o interpreta no sentido do frame 2.
(a) Nós → eu e você; (b) Terceira pessoa: não cogitada.	(a) Nós → eu (enunciador) e ela(s); (b) Segunda pessoa (interlocutor da primeira cobra): não cogitada.	
(a) Implícito (b) Implícito	(a) Implícito (b) Explícito	Frase síntese da idéia incongruente: Substituir, no termo “nós” (→ você e eu), o “eu” por “quem”, para excluir-se do aspecto negativo atribuído ao “nós”.
		EXPLÍCITO e IMPLÍCITO

Piada 48

Os entrevistados anularam o humor da piada, quando não aceitaram a ambigüidade, ou seja, retiraram a fala que relatava o fato ambíguo (frase 10); ou mudaram a narrativa a partir do ponto que “unia” “piscada” e “preservativos”. Fizeram isso de duas maneiras:

1º) apresentando uma explicação plausível para o fato de o candidato ao emprego estar com tantos preservativos no bolso, explicação esta totalmente desvinculada do gesto de piscar;

como nas sugestões de substituições seguintes para a frase 10: “Não, não é nada disso, respondeu o homem __essa calça é do meu sobrinho”; “Não, não é nada disso, respondeu o homem __é que no momento em que estive na farmácia havia muitos fregueses e de certo peguei o embrulho trocado”; “Não, não é nada disso, respondeu o homem __ essas camisinhas são para a campanha contra as doenças sexualmente transmissíveis”; “Fui à farmácia comprar aspirina e estavam distribuindo preservativos como brinde em toda compra”; “Não, não é nada disso, respondeu o homem __ é que sou representante destes preservativos” (esta sugestão, um tanto incoerente com o fato de o homem estar se candidatando a um emprego);

2º) excluindo a palavra “preservativos” da narrativa, palavra que neutraliza o disjuntor e é necessária para acionar a segunda associação que o ato de "piscar" pode trazer. Aqui foram sugeridas as seguintes substituições para a frase 6: “O candidato ao emprego enfiou a mão no bolso, puxou uma caixa de aspirinas e colocou-a na mesa” (O leitor não sugeriu, mas, nesse caso, certamente a seqüência do diálogo, a partir da frase 12 deveria ser eliminada).

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Há um homem que se apresenta como candidato a um emprego; há o vice-presidente da companhia o qual entrevista o homem; há o obstáculo à contratação do homem devido a um tique nervoso (de piscar os olhos) que ele apresenta; há a tentativa do candidato de interromper o tique nervoso, buscando no bolso uma aspirina que cura provisoriamente o problema; há várias camisinhas que caem do bolso do candidato; há a consequência da visão destas camisinhas que é a recusa do vice-presidente em contratá-lo; há a explicação do candidato para estar carregando as camisinhas; há o empregado da farmácia cujo mal-entendido no momento da compra de aspirinas, gerou o mal-entendido por parte do vice-presidente da firma.

IMPLÍCITO: Há, na alusão às boas referências do candidato, o implícito (subentendido) de que não haveria nada para desaboná-lo; há um pressuposto (baseado em um aspecto da situação) na atitude do vice-presidente ao ver as camisinhas; há outro pressuposto gerado pela presença do termo “camisinha” mais a frase 16, quando o empregado da farmácia entende o pedido de aspirina como uma dissimulação do que seria para ele o verdadeiro pedido, ou seja, “camisinhas”, fato que ele julgou evidente (outro pressuposto do tipo situacional) pelo piscar de olhos do freguês.

METAPLÍCITO: Há o conhecimento do costume de um candidato apresentar referências ao candidatar-se a um emprego; há o conhecimento do uso de preservativos e do fato de que os mesmos, tanto quanto aspirinas, são comprados em farmácias; há o conhecimento da existência de tiques nervosos, entre eles o de piscar os olhos; há o conhecimento de recursos para-lingüísticos de comunicação (entre eles o piscar de olhos); há o conhecimento lingüístico que leva o leitor a processar implícitos e a compreender situações ambíguas.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “Já pediu aspirina na farmácia enquanto piscava o olho?”.		
Termos (ou idéias) comuns aos dois frames de origem do texto: “o homem que pisca, o piscar de olhos (tique nervoso ou não), o vendedor, os preservativos”.		
Frames de origem		FRAME da BISSOCIAÇÃO
Frame 1: Visão do freguês	Frame 2: Visão do farmacêutico	A bissociação acontece, quando o sentido do “piscar de olhos” no frame 2 é utilizado no frame 1, de forma inadequada.
(a) O “piscar de olhos”; (b) Interpretação do “piscar de olhos” apenas como um tique nervoso.	(a) O “piscar de olhos” (b) Interpretação do “piscar de olhos” como um gesto de cumplicidade.	Frase síntese da idéia incongruente: É incongruente alguém pedir aspirinas para comprar e receber preservativos.
(a) Explícito (b) Implícito	(a) Explícito (b) Explícito	EXPLÍCITO e IMPLÍCITO

Piada 49

Os entrevistados sugeriram substituir a frase 5 por: “Da casa do José”; “Da residência do Sr. Osório”, etc.

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Há uma empregada que atende uma chamada de um telefone que fica abaixo da escada; há alguém do outro lado da linha que deseja saber o nome do proprietário do telefone e há a resposta da criada.

IMPLÍCITO: Na pergunta de quem telefona, está implícita uma necessidade de confirmação quanto a ter/ou não ligado para o lugar pretendido (desde que a pessoa que liga, embora tenha

conhecimento do número para o qual discou, está sujeita a algum problema que a leve a ter discado errado: número informado errado, erro ao discar, etc.); está implícito ainda que a resposta esperada indicaria um local de caráter geral (a casa de alguém) e não um lugar específico na casa de qualquer pessoa (como o “debaixo da escada”).

METAPLÍCITO: Há o conhecimento de mundo relativo à comunicação por telefone: as normas tácitas de conduta em tais situações e, entre elas, as formas lingüísticas convencionadas para se atender um telefonema e para dar as primeiras informações e, diante desse conhecimento, a capacidade de avaliar as formas desejáveis/ou não em tal situação.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “De debaixo da escada”.		
Termos (ou idéias) comuns aos dois frames de origem do texto: “os interlocutores, o telefone e o local do mesmo”.		
Frames de origem		FRAME da BISSOCIAÇÃO
Frame 1: Visão de quem telefona	Frame 2: Visão da criada)	Há bissociação, quando o significado específico do disjuntor no 2º frame entra em choque com o significado esperado no 1º frame, causando o imprevisível.
(a) Pergunta sobre o local de onde o telefone é atendido; (b) Na resposta, vem o nome do proprietário da casa onde fica o terminal da linha telefônica.	(a) Pergunta sobre o local de onde o telefone é atendido; (b) O “onde” da pergunta tem como resposta o local da casa onde fica o aparelho.	
(a) Explícito (b) Implícito	(a) Explícito (b) Explícito	Frase síntese da idéia incongruente: A resposta “de debaixo da escada” substituir o nome do proprietário do telefone”. EXPLÍCITO e IMPLÍCITO

2.12. Mecanismo das observações metalingüísticas

Piada 50

Esta piada não foi submetida à análise dos entrevistados.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: "...o que gosta de sê-lo".		
Termos (ou idéias) comuns aos dois frames de origem do texto: "carteiro e sê-lo/selo".		
Frames de origem		FRAME da BISSOCIAÇÃO
Frame 1: Interpretação comum	Frame 2: Interpretação no nível erudito	Há bissociação, porque o significado do termo em um frame interfere no frame que não lhe pertence e vice-versa.
(a) Selo (de encomendas postais); (b) o carteiro gosta de selos.	(a) Sê-lo → ser isto; (b) o carteiro gosta de ser carteiro.	Frase síntese da idéia incongruente: "os dois significados agindo concomitantemente".
(a) Explícito (b) Implícito	(a) Explícito (b) Explícito	EXPLÍCITO e IMPLÍCITO (em alternância constante).

2.13. Mecanismo de violação das normas sociais

Piada 51

Para anular o humor da piada, os entrevistados sugeriram substituir a frase 4 por: "E a senhora acha que vai educá-lo batendo nele?"; "E a senhora acha que vai resolver o problema batendo nele?"; "E a senhora acha que pode bater nele?"; "Nunca mais encoste nele"; "Desculpe-me: criança tem cada coisa!".

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Há um menino e a mãe do mesmo; há uma vizinha a quem o menino chama de gorda; há a reação da vizinha, batendo no menino; há a reação da mãe contra a vizinha.

IMPLÍCITO: No comportamento da vizinha, está implícito o fato de ela se julgar no direito de bater no menino, porque ele a chamou de gorda; como também está implícito o fato de que o termo "gorda" é considerado por ela um insulto. Na atitude da mãe está implícito julgamento de que a vizinha agira mal (enquanto o menino não é passa por qualquer "avaliação" da parte da mãe); na frase 7 há o implícito (pressuposto) de que a mãe considerou o espancamento uma forma (de ginástica?) para a vizinha ficar magra; há, implícita (pressuposta) na frase da mãe, também uma reafirmação do que o filho dissera, desde que o

verbo “emagrecer” supõe um processo, uma mudança de estado e esta mudança, por sua vez, pressupõe um estado anterior, no caso da vizinha, o “estar/ser gorda”.

METAPLÍCITO: Há o conhecimento do relacionamento entre vizinhos, incluindo as situações em que algum tem filhos que não se portam de forma socialmente adequada; há o conhecimento de uma forma de preconceito contra a gordura, a ponto de se considerar insultuoso o chamar-se alguém de “gordo”; há o conhecimento lingüístico de que o verbo emagrecer tem um tipo de sufixo (*ecer*) que deixa implícita uma transformação e, conseqüentemente, o conhecimento dos dois estados contrários, nos extremos de: antes e de depois do processo significado pelo verbo; há o conhecimento da forma de explorar termos ambíguos em frames diferentes, de modo a transformar uma conseqüência (bater para castigar o menino) em causa (bater, porque leva quem bate a emagrecer) _ causa e conseqüência situados em frames distintos, mas recurso que leva a outro mecanismo: o da inversão (a ser analisado mais adiante).

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “Acha que vai emagrecer batendo nele?”.		
Termos (ou idéias) comuns aos dois frames de origem do texto: “as duas mulheres, o menino, o bater/malhar”.		
Frames de origem		FRAME da BISSOCIAÇÃO
Frame 1: “bater” → espancar	Frame 2: “bater” → malhar	A bissociação acontece, quando o disjuntor leva à “passagem” do sentido do verbo “bater”, no frame 1, para o frame 2, passagem esta sugerida (implícita”) na fala da mãe.
(a) O menino chama a vizinha de gorda; (b) A vizinha bate no menino que a insultou.	(a) O menino chama a vizinha de gorda; (b) A vizinha bate (malha) no menino, para emagrecer (com os exercícios físicos).	
(a) Explícito (b) Explícito	(a) Explícito (b) Implícito	Frase síntese da idéia incongruente: Espancar um menino para fazer um exercício (malhação) para emagrecer. EXPLÍCITO e IMPLÍCITO

Piada 52

Os entrevistados retiraram a graça da piada “separando” os dois significados básicos: "certeza" e "morrer", sempre com substituição na frase disjuntora, a 4 (que no texto original concentrava os dois elementos básicos do humor) por uma das três possibilidades seguintes:

1ª) acentuar a “certeza” e descartar/ou não a idéia de “morrer” __ Aqui, foram sugeridas substituições como: “Quando digo que é pneumonia, é pneumonia mesmo”; “Até hoje, nunca dei um diagnóstico errado”; “Quando eu digo que é pneumonia, eu consigo tratar o cliente”;

2ª) “enfrentar” a idéia do “morrer”, combatendo-a. Nesta segunda opção, ao ser aceita, implicitamente, a idéia de que a pneumonia é uma doença que “costuma matar”, houve “confirmação” do já dito pelo médico (às vezes de forma implícita __pressuposta na seqüência da frase; às vezes explícita: neste caso, uma reiteração da fala anterior do médico) seguida de uma esperança de cura: “Há medicamentos eficazes”; “Sim, é pneumonia. Mas você vai sarar logo”..

3o) contemporizar as duas idéias __ Nesta opção, buscando-se um “meio-termo”, a sugestão foi de atenuar o elemento “morrer” __o que resulta ainda em certa dose de humor__ como na substituição sugerida a seguir: “Quando eu digo que é pneumonia, o cliente demora para morrer”. Nas opções 1 e 2, em que um dos elementos era privilegiado, ignorava-se o outro; apenas a terceira opção tentou conciliar as duas idéias (certeza/morrer).

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Há um médico e seu paciente, este preocupado com o fato de estar ou não com pneumonia e deixando claro ao médico que sua incerteza se justifica em atitudes contraditórias de alguns médicos; há a resposta do médico, deixando seu diagnóstico tão explícito (com o auxílio de argumentação tão radical: “morre mesmo é de pneumonia”) que causa humor.

IMPLÍCITO: Na fala do paciente, há um implícito (do tipo subentendido) de que, mais do que uma necessidade de confirmação de seu mal, ele tem uma esperança (justificada pela contemporização feita na frase 2) de que o médico tenha errado em seu diagnóstico. Há depois, na fala do médico, um novo implícito: o de que o doente pretendia a tranqüilidade de uma certeza, mesmo que esta “certeza” o deixasse completamente intranqüilo em relação a própria vida.

METAPLÍCITO: Há o conhecimento de mundo quanto à relação entre médicos e pacientes, inclusive o de que há médicos que escondem dos doentes seu estado, ou que atenuam a notícia de doenças que atingem os últimos; há o conhecimento lingüístico de que o termo “tranqüilo” opõe-se à situação de alguém que vai morrer e a quem se anuncia tal fato.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “Quando eu digo que é pneumonia, o cliente morre é de pneumonia mesmo.”		
Termos (ou idéias) comuns aos dois frames de origem do texto: “o médico, o seu diagnóstico, o paciente”.		
Frames de origem		FRAME da BISSOCIAÇÃO
Frame 1: Visão do paciente	Frame 2: Visão do médico	O médico não compreende que a dúvida sobre a notícia da morte pretendia uma não-confirmação da mesma, ou seja, considera apenas o item (b) do frame 1, o médico leva para este frame o item (b) do frame 2, rejeitado pela esperança do paciente (em (a) do frame 1).
(a) Sugestão de não-ratificação da notícia da morte → esperança (gerada pela possibilidade de erros médicos); (b) Justificativa para querer a não-ratificação → tranqüilidade buscada.	(a) Ratificação da notícia da morte → certeza dos próprios diagnósticos; (b) Justificativa para a: ratificação: só a certeza deixaria o doente tranqüilo (sem questionar “certeza de quê”).	
(a) Explícito (b) Implícito	(a) Explícito (b) Implícito	Frase síntese da idéia incongruente: No lugar da esperança de vida, o médico dá a certeza da morte. EXPLÍCITO e IMPLÍCITO

Piada 53

Os entrevistados sugeriram anular o humor da piada, de duas formas: 1º) eliminando o argumento do dentista, ao substituir a frase 6 por: “Se você insiste, posso abaixar o preço um pouquinho”; “Se você prefere, eu posso fazer a cobrança em prestações”; “Posso parcelar o pagamento”; “...Se você prefere ficar com dor de dente...”; ou, 2º) justificando o preço ou dispensando o cliente, ao substituir as frases 5 e 6 por: “Mas o medicamento usado é muito caro”; “O preço é tabelado: não posso fazer nada”; “Vou rever o orçamento”; “Se você prefere, pode procurar outro dentista”.

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Há um consultório, onde um paciente recebe do dentista o orçamento para a extração de um dente; há um comentário do paciente sobre o preço elevado do serviço e há a reação do dentista a esse comentário.

IMPLÍCITO: O dentista, ao fazer o comentário sobre a possibilidade de extrair vagarosamente o dente, para, com o tempo de trabalho, justificar o valor do mesmo, deixa o implícito de que tal procedimento é possível; como deixa também o implícito de que, se não adota tal procedimento, não o faz por razões de economia de tempo, mas por “economia de sofrimento” para o paciente __é um subentendido, desde que outras hipóteses podem ser levantadas, para explicar a resposta do médico.

METAPLÍCITO: Há o conhecimento do tipo de trabalho que um dentista oferece a seus pacientes, há o conhecimento de que as pessoas normalmente consideram este tipo de serviço dispendioso; há o conhecimento lingüístico de que o emprego de antônimos (no caso, advérbios) resultam em circunstâncias opostas e a avaliação efetiva das situações às vezes pode ser obtida, se se usar, como argumento, o recurso da comparação de opostos.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “Arranco bem devagarinho”.		
Termos (ou idéias) comuns aos dois frames de origem do texto: “o dentista, o paciente, o serviço de arrancar o dente, as proporções relacionadas ao tempo”.		
Frames de origem		FRAME da BISSOCIAÇÃO
Frame 1: Visão do paciente	Frame 2: Visão do dentista	É a sugestão do dentista de inserir o item (b) do frame 2 ao lado do item (b) do frame 1 que causa a bissociação, sem prejudicar este último.
(a) Contestação do preço; (b) Argumento: Serviço rápido → serviço mais barato/ Serviço lento → serviço mais caro.	(a) Resposta à contestação; (b) Argumento: serviço lento → serviço mais dolorido/ serviço rápido → serviço menos dolorido.	
(a) Explícito (b) Explícito	(a) Explícito (b) Implícito	Frase síntese da idéia incongruente: Arrancar o dente de forma dolorida, para compensar o alto preço cobrado.
		EXPLÍCITO e IMPLÍCITO

2.14. Mecanismo da inversão

Piada 54

Para anular o humor da piada, os entrevistados sugeriram: __ substituir a frase 8 por: “Parei de fumar”; “É que parei de fumar e passei a comer muito”; “Diminuindo o cigarro, meu apetite aumentou”; __ retirar as frases 7 e 8; __ substituir as frases 7 e 8, respectivamente, por: “Obrigado pelo tratamento”; “Deu (resultado), mas foi preciso um grande sacrifício”.

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Há um homem que consulta o médico por causa da magreza excessiva; há as ordens do médico para que o homem fume após as refeições e há o resultado da interpretação do paciente para as ordens do médico.

IMPLÍCITO: Na recomendação do médico está implícita (pressuposta) sua conclusão de que o paciente estava magro em razão do fumo e a convicção daquele de que, diminuindo o cigarro, o paciente melhoraria; há também o implícito (pressuposto também) de que o número de cigarros deveria seguir o número costumeiro de refeições que qualquer pessoa faz. Na fala do paciente (linha 7), fica implícito (pressuposto, de acordo com o consenso geral; subentendido, de acordo com a interpretação do paciente) que o cliente entendeu que não era importante o número de cigarros fumados, contanto que fosse, cada um, precedido de uma refeição; há, implícita, na forma como o homem voltou após um mês de “tratamento”, uma crítica aos médicos que atribuem ao cigarro todos os males (inclusive a magreza excessiva).

METAPLÍCITO: Há o conhecimento de mundo quanto aos males provocados pelo cigarro; há o conhecimento do consenso quanto ao número diário de refeições de uma pessoa normal; há o conhecimento lingüístico intuitivo que leva o leitor tanto a processar implícitos quanto a avaliar proporções enunciadas de forma simples em um texto.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “Pudera! Com vinte refeições por dia...”	
Termos (ou idéias) comuns aos dois frames de origem do texto: “o médico, o paciente, o cigarro e as refeições”.	
Frames de origem	
Frame 1: Seqüência prevista na visão do médico	Frame 2: Seqüência prevista na visão do paciente
(a)Refeições normais →	(a) Um cigarro após cada uma das
FRAME da BISSOCIAÇÃO	
A bissociação acontece quando o paciente, ao invés de tomar o número de refeições como referente para o consumo de cigarros, toma o número de cigarros como referente para o número de refeições e cria um frame inverso ao previsto pelo médico.	

(b) Um cigarro após cada uma das refeições normais.	refeições → (b) Vinte refeições.	Frase síntese da idéia incongruente: Tomar vinte refeições para fumar vinte cigarros..
(a) Implícito (b) Explícito	(a) Explícito (b) Implícito	

Piada 55

O mecanismo da inversão evidencia-se no fato de a menininha entender que as situações apresentadas pela publicidade na televisão são mordomias a que se tem acesso pelo uso do absorvente e não apenas situações em que o absorvente pode ser usado. O dado que serviria para provar o conforto do uso do absorvente tornou-se consequência deste uso.

O disjuntor desta piada é a palavra “absorvente”, que traz uma conotação de assunto proibido, por ser relativo a sexo e que, apresentado como “presente de Natal” traz a conotação de total falta de opção, visto que o absorvente é alguma coisa de “uso necessário”, mas não de “uso desejado”. O disjuntor passa do 1º frame, proposto pelo publicitário: “o absorvente permite __a quem pratica tais atividades__ fazê-lo de forma mais segura”, para o frame compreendido pela menininha: “o absorvente permite a prática tais atividades, mesmo a quem não tem acesso (econômico, social) a elas”.

Os entrevistados retiraram o humor da piada de uma das duas formas seguintes: 1ª) substituindo o "absorvente" por outra coisa; 2ª) dando uma explicação banal para a escolha de tal presente. No primeiro grupo ficaram as seguintes sugestões: __encerrar o texto, com substituição da frase 4 por uma das opções seguintes: “Eu também quero uma bicicleta”; “Eu quero uma boneca”; __manter o final do texto e substituir apenas a frase 4 por: “Eu quero um diadema eletrônico”; “Eu quero um kit esporte”. No segundo grupo, ficaram as sugestões seguintes de substituição da frase 6: “Já estou virando mocinha”; “Pra eu usar, uai”; “É que eu vi na televisão que quem usa absorvente se sente mais segura”; “É que eu vi na televisão que, com ele, a gente fica mais livre”.

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Há duas menininhas que conversam sobre presentes de Natal; há o desejo da primeira de ganhar uma bicicleta; há o desejo da segunda de ganhar absorventes; há a explicação da última para esta escolha; há o que a televisão associa ao uso do absorvente.

IMPLÍCITO: Na escolha da segunda menininha há um implícito __do tipo pressuposto__ de que a menina entendeu a situação de forma inversa, ou seja: ela via como promessa da

publicidade o status de praticar os esportes mostrados, enquanto a promessa deveria ser de conforto para a prática de tais esportes, mediante o uso do absorvente. Há ainda o implícito (subentendido, porque não comprovável a nível lingüístico) de que as publicidades apresentam promessas enganosas (implícita, no caso, a associação do absorvente ao status das mulheres apresentadas praticando os esportes relacionados), dando falsas ilusões a telespectadores cuja compreensão é limitada.

METAPLÍCITO: Há o conhecimento do costume de se darem presentes no Natal em nossa cultura; há o conhecimento de que meninas podem receber tanto bicicletas quanto absorventes; há o conhecimento de que as promessas são um recurso das publicidades e, por esta razão, há publicidades na televisão que levam o telespectador (sobretudo o ingênuo) a associar o produto a situações ilusórias; há o conhecimento lingüístico do leitor que o leva a reconhecer o mal-entendido causado pela linguagem e compreender intuitivamente quando, na hierarquia dos dados apresentados em determinada situação, algum dado foi invertido.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “Com ele a gente anda a cavalo, nada, anda de bicicleta, faz uma porção de coisas!!!”.		
Termos (ou idéias) comuns aos dois frames de origem do texto: “o absorvente e os esportes”.		
FRAME da BISSOCIAÇÃO		
Frames de origem	A menina inverte as intenções expostas no 1º frame (a visão/ intenção do publicitário) e cria o frame 2, em que ela, ao invés de “somar” os elementos explícitos, ela os vê como causa (uso do absorvente) e conseqüência (prática dos esportes mostrados e conseqüente status). O inesperado desta troca de dados leva a um implícito inesperado (diferente do pretendido no frame 1) e causa a bissociação.	
Frame 1: Visão do publicitário ⁵¹		Frame 2: A conseqüência do uso do absorvente
(a) Uso do absorvente durante a prática de esportes;	(a) Uso do absorvente durante a prática de esportes;	Frase síntese da idéia incongruente: O uso do absorvente permite o acesso a esportes de determinada classe social.
(b) Conforto.	(b) Status.	
(a) Explícito	(a) Explícito	EXPLÍCITO e IMPLÍCITO
(b) Implícito	(b) Implícito	

⁵¹ É evidente que fica o subentendido de que o publicitário tenha pretendido associar o uso do absorvente a pessoas com o status social mostrado, mas parece que a sugestão de interpretação também poderia ser a seguinte: se tais mulheres usam o produto X, todas as outras deveriam imitá-las.

Piada 56

Para retirar o humor do texto, foram sugeridas modificações de duas formas diferentes:

1º) Substituir o personagem do negro por um animal (cuja morte não fosse lamentada). Para isso, foram sugeridas substituições para a frase 3, como no exemplo seguinte: 3. “Olha a cobra na frente. Olha a cobra na frente”, tornando, em seguida, a frase 4 coerente com a 3, como no exemplo seguinte (para a 4): “O motorista não disse nada e passou o carro por cima da cobra”;

2º) O segundo tipo de modificação sugerido foi o que mantinha a figura do negro, mas optava por uma das duas seqüências seguintes: a) 2.1. Anular a idéia do atropelamento, como nas substituições propostas para a frase 4: “O motorista pisou no freio e desviou e, por pouco, não o atropelou”; “O motorista não disse nada e desviou o carro”; “O motorista agradeceu o aviso e desviou”; b) 2.2. Supor que o motorista não tivesse tomado conhecimento do aviso (propositalmente ou não) e tivesse atropelado o negro __o que gerava, para a frase 6, as seguintes opções de mudança: “Pare o carro, atropelamos o homem de bicicleta!”; “Minha nossa! O que faremos agora?”; “Por que você fez isso? Não ouviu eu dizer que na sua frente tinha um preto de bicicleta?”; “Você é maluco, hein?”; “Ah! Como você é cruel!” (esta última opção voltando a confirmar a má-fé do motorista).

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Há duas pessoas que seguem de carro por uma estrada; há um preto que segue de bicicleta à frente, no trajeto do carro; há o aviso do passageiro ao motorista sobre a presença do negro na estrada; há o atropelamento e o comentário final do passageiro.

IMPLÍCITO: Há, na frase 4, o implícito (subentendido) de que o passageiro esteja preocupado quanto ao fato de o motorista não estar vendo o negro e correr o risco de atropelá-lo; há, depois do atropelamento, o implícito de que o motorista cometeu o crime propositalmente; há, na frase 8, o implícito (do tipo pressuposto) de que tanto o motorista quanto o passageiro pretendiam atropelar o negro; há o implícito de que pessoas com tais preconceitos acham natural matar aqueles que seu racismo rejeita.

METAPLÍCITO: Há o conhecimento da existência de estradas em que não há espaço para mais de um veículo; há o conhecimento do uso tanto de carros quanto de bicicletas, não só nas cidades, como também em estradas; há o conhecimento do preconceito contra negros; há o

conhecimento lingüístico intuitivo ao falante para o processamento de implícitos, sobretudo de pressupostos.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “Ah!... Pensei que você não tinha visto”.		
Termos (ou idéias) comuns aos dois frames de origem do texto: “os dois homens no carro, o preto de bicicleta, o aviso do passageiro”.		
Frames de origem		FRAME da BISSOCIAÇÃO
Frame 1: Visão sem preconceito	Frame 2: Visão com preconceito	A bissociação acontece, quando o frame 2 interfere na seqüência previsível do frame 1, a ponto de transformar o item (b) do 1º frame justamente no seu oposto: intenção de atropelar.
(a) Aviso sobre a presença de alguém à frente do carro;	(a) Aviso sobre a presença de alguém à frente do carro;	
(b) Intenção de evitar o atropelamento.	(b) Intenção de atropelar o preto.	Frase síntese da idéia incongruente: O aviso em situação de perigo de atropelar alguém ser o aviso para não “correr o risco” de ficar sem atropelar essa pessoa.
(a) Explícito	(a) Explícito	EXPLÍCITO e IMPLÍCITO
(b) Implícito	(b) Implícito	

2.15. Mecanismo da mudança de focalização

Piada 57

Os entrevistados sugeriram anular o efeito do disjuntor, não aceitando a mudança de frame, o que foi obtido com a mudança da frase 3, para: “Sim, doutor, sempre”; “Sempre que ela fica nervosa”; “Não, doutor, só hoje!”; “Não, doutor, só quando está nervosa!”; “Sim, doutor, desde que nasceu”.

Uma outra solução para acabar com o humor do texto seria eliminar o disjuntor, substituindo o verbo “gaguejar”, como nas sugestões seguintes por: “cora”, “empalidece”, etc.

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Há um médico que atende uma menina que gagueja, esta acompanhada da mãe, a quem o médico pede esclarecimentos sobre a incidência com que o problema se manifesta; há a resposta da mãe.

IMPLÍCITO: Há, na pergunta do médico, o pressuposto de que há pessoas que, ao falar, podem gaguejar algumas vezes e outras não; há, na resposta da mãe, o pressuposto de que o médico queria saber se “o gaguejar daquela maneira ocorria sempre”, ou seja: mesmo sem falar, ou se não era o caso.

METAPLÍCITO: Há o conhecimento do problema de gagueira, incluído nele o fato de que há pessoas que não manifestam a gagueira todas as vezes que falam; há o conhecimento lingüístico intuitivo ao leitor para o processamento de implícitos e a comparação de situações caracterizadas por expressões que, mesmo sem ser completamente antônimas como no texto: a expressão “sempre” na fala do médico e a expressão “só quando”, na fala da mãe, são expressões que se opõem ainda que parcialmente.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “Só quando quer falar”.		
Termos (ou idéias) comuns aos dois frames de origem do texto: “a mãe da menina, a menina, o médico, a gagueira da menina”.		
Frames de origem		FRAME da BISSOCIAÇÃO
Frame 1: Visão do médico	Frame 2: Visão da mãe da menina	A bissociação acontece quando a mãe focaliza a circunstância de tempo, à qual ela condiciona a gagueira da filha; enquanto o médico focaliza a constância/ou não do gaguejar _sempre em casos de falar. A bissociação acontece, porque o item (b) do frame 2 é inusitadamente inserido na questão da gagueira, que é, por definição vinculada à situação do “falar”.
(a) Ao falar, a menina gagueja dessa maneira;	(a) A menina gagueja dessa maneira quando quer falar;	
(b) Ao falar, a menina não gagueja dessa maneira.	(b) A menina não gagueja dessa maneira quando não quer falar.	Frase síntese da idéia incongruente: A menina não consegue mostrar a gagueira quando não fala.
(a) Explícito	(a) Explícito	EXPLÍCITO e IMPLÍCITO
(b) Implícito	(b) Implícito	

Para anular o humor nesta piada, os entrevistados sugeriram: __excluir a frase 3 (caso em que o diálogo terminaria de forma banal, com um agradecimento por parte do que pede dinheiro emprestado, mesmo não tendo conseguido o empréstimo); __ou substituir a frase 4 por uma das opções seguintes: “Também não”; “Tenho sim”; “Vou buscar”; “Em casa, só tenho cem”; “Não, nem em casa”; “Não posso ir lá agora”.

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Está explícito o pedido de empréstimo pelo primeiro interlocutor e as recusas do segundo.

IMPLÍCITO: Há, na recusa de aceitar o foco proposto pelo primeiro interlocutor, um dado cujo aspecto pragmático o leitor deve considerar, ao interpretar o texto: a intenção do primeiro falante (linha 1 e 3). Se este pretendesse realmente, depois de pedir o empréstimo e ouvir a recusa, perguntar pela família do outro, haveria tão somente uma descontinuidade de tópico e a consideração isolada de cada par adjacente na conversação (1º par: pedido/ recusa; 2º par: pergunta de caráter social sobre o estado de saúde/resposta nos mesmos moldes lingüísticos). Considerando que a frase 3 serve aos dois frames (pode fazer parte de um frame que vai da fala 1 à 3, como pode fazer parte de outro frame que vai da 3 à 4), o falante 2, aproveitando-se desse duplo valor da expressão “em casa”, optou por considerá-la, não como substituta da circunstância “aí” __ o que conservaria em foco a questão do empréstimo; mas optou por considerá-la como inserida num segundo frame (de uma fórmula de cortesia), o que encerraria o assunto do empréstimo.

O desvio de foco aconteceu porque o 2º falante aproveitou uma seqüência coerente para as duas primeiras falas (que junto com a frase 3 fazem parte do primeiro frame) e, centrando sua atenção apenas na expressão __dessa forma desvinculada do contexto de “pedido de empréstimo”__ considerou-a uma fórmula de cortesia e respondeu sob esse novo enfoque.

Fica então implícita a intenção do primeiro falante de saber se a recusa do empréstimo devia-se apenas ao fato de o outro não estar com o dinheiro em mãos; fica também implícita a intenção do segundo falante de desviar da questão do empréstimo, o que leva o personagem a criar propositalmente um implícito (em forma de pressuposto), de que estava esquivando-se de emprestar dinheiro para o primeiro. Se se descartar esta última hipótese, resta ao leitor considerar (como um subentendido), que houve realmente a aceitação de dois pares adjacentes diferentes num mesmo diálogo.

METAPLÍCITO: Há o conhecimento de mundo sobre o hábito de amigos pedirem emprestado dinheiro uns aos outros; há ainda o conhecimento de normas de etiqueta em que, a pergunta “E em casa?” é usada como uma forma delicada de indagar sobre a família do interlocutor; há o conhecimento lingüístico-pragmático que leva o leitor a partir de implícitos para descobrir as intenções do falante.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “Tudo bem, obrigado”.		
Termos (ou idéias) comuns aos dois frames de origem do texto: “os dois amigos que conversam, o pedido de empréstimo”.		
Frames de origem		FRAME da BISSOCIAÇÃO A bissociação acontece, quando o credor vê, inesperadamente, o item (b) do frame 1 ser usado como um “gancho” para a passagem para o frame 2.
Frame 1: Frame de pedido de empréstimo	Frame 2: Frame de fórmulas de cortesia	Frase síntese da idéia incongruente: Ao pedido de empréstimo, o amigo responde sobre a saúde da família.
(a) O credor (potencial) pergunta ao amigo se não tem consigo dinheiro para emprestar-lhe; (b) O credor (potencial) pergunta ao amigo se não teria, em casa, dinheiro para emprestar-lhe.	(a) O amigo pergunta pela situação na casa do outro (pergunta pela família); (b) O outro responde sobre a situação da própria família.	
(a) Explícito (b) Implícito	(a) Explícito (b) Explícito	EXPLÍCITO e IMPLÍCITO

Piada 59

Os entrevistados tiraram o humor desta piada de duas formas:

1º) substituindo, na frase 1, o termo “camisinha” por uma palavra que não traz nenhum tipo de conotação (nem sexual, nem humorística), como na substituição seguinte: “Ontem, vi uma bola no pátio”; ou trocando, não apenas o complemento verbal, mas o próprio verbo, como na frase a seguir: “Ontem eu brinquei no pátio”;

2º) explicitando o termo “camisinha” que, desta maneira, perde o interesse (cf. dado observado na análise da piada 4, acima), como nas substituições sugeridas: “O que é ‘camisinha’?”, “Eu também vi”, “Qual a cor dela?”.

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Há dois meninos que conversam; há um pátio; há uma camisinha, há a pergunta do segundo menino ao primeiro.

IMPLÍCITO: Na pergunta do segundo menino, ficam inicialmente implícitos dois fatos: ele não conhece o significado de algo tão trivial quanto “pátio”; ele conhece o significado da palavra “camisinha”. Esta constatação leva a outro implícito mais geral: as crianças (de três anos!) hoje estão mais informadas sobre termos relativos a questões sexuais que sobre o vocabulário que usualmente todos dominam.

METAPLÍCITO: Há o conhecimento de que crianças se contam novidades; há o conhecimento de que atualmente as crianças estão demasiado informadas sobre questões sexuais; há o conhecimento lingüístico intuitivo do leitor que o leva a “ler”, na mudança de foco, um dado a ser “analisado/compreendido” como parte da situação.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “O que é pátio?”.		
Termos (ou idéias) comuns aos dois frames de origem do texto: “os dis meninos, o pátio, a camisinha”.		
Frames de origem		FRAME da BISSOCIAÇÃO
Frame 1: Visão do primeiro menino	Frame 2: Visão do segundo menino	A bissociação acontece quando o foco da fala do primeiro menino (frame 1) se choca com a mudança de focalização que substitui o item (b) do frame 1, pelo item (b) do frame 2. Esta mudança de focalização “estraga” a novidade contada, por seu caráter imprevisível.
(a) O primeiro menino contou uma novidade para o segundo;	(a) O segundo menino ouviu uma novidade contada pelo primeiro;	
(b) O primeiro menino julgou que o segundo se espantasse com o termo “camisinha”.	(b) O segundo menino causou espanto, por não conhecer o termo “pátio” (e por conhecer o termo “camisinha”).	Frase síntese da idéia incongruente: O menininho de quatro anos sabe o que é camisinha, mas não sabe o que é pátio.
(a) Explícito	(a) Explícito	EXPLÍCITO e IMPLÍCITO
(b) Implícito	(b) Implícito	

Piada 60

A mulher que fala do marido focaliza o verbo “andar” (em oposição a “sentar”) e intencionalmente descarta a focalização feita pela interlocutora, quando toma conhecimento da frase 5 para depois corrigir a interpretação feita sobre esta fala.

Para anular o humor nesta piada, os entrevistados sugeriram as seguintes mudanças: substituir a frase 6 por: “Sim, mas agora ele só fica sentado...”; “Sim”; “Não, ele morreu”; “Parou, mas sei que é por pouco tempo”.

Níveis de compreensão

EXPLÍCITO: Duas mulheres conversam sobre o marido da primeira, esta cita o fato de ele não andar mais bebendo e há o cumprimento da outra pelo fato de o marido da primeira ter deixado a bebida; há a resposta dela desfazendo o mal-entendido.

IMPLÍCITO: A afirmação da primeira mulher sobre o fato de o marido não “andar” mais bebendo não deixa claro que o verbo “andar” está sendo focalizado e permite que se utilize igualmente o mecanismo da ambigüidade. Só quando o implícito é mal-interpretado é que a mulher esclarece o foco da primeira afirmação.

METAPLÍCITO: Há o conhecimento de mundo sobre a tentativa das pessoas de pararem de fumar e, dentro deste costume, o hábito de dar os parabéns a quem consegue livrar-se do vício; há ainda o conhecimento lingüístico, que leva o leitor a interpretar uma expressão da forma como é usualmente mais empregada.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

Disjuntor: “...agora ele só bebe sentado!”		
Termos (ou idéias) comuns aos dois frames de origem do texto: “as duas interlocutoras, a questão do marido de uma beber”		
Frames de origem		FRAME da BISSOCIAÇÃO
Frame 1: Visão da amiga (destaque para o termo “beber”)	Frame 2: Visão da esposa (destaque para o termo “andar”)	A bissociação acontece, quando a mulher insere no item (b) do primeiro frame (da interpretação comum) o inusitado do item (b) do segundo frame.
(a)O marido da amiga bebia;	(a) O marido (da locutora) bebia e	

(b) O marido da amiga não tem bebido.	andava; (b)) O marido (da locutora) só bebe assentado.	Frase síntese da idéia incongruente: A afirmação de que alguém não anda bebendo ser compreendida como “caminha bebendo”.
(a) Implícito (b) Explícito	(a) Implícito (b) Explícito	EXPLÍCITO e IMPLÍCITO

ADENDO À DISSERTAÇÃO DE MESTRADO :

ONDE ESTÁ A GRAÇA: ANÁLISE DA PERLOCUÇÃO EM TEXTOS HUMORÍSTICOS NOS NÍVEIS EXPLÍCITO, IMPLÍCITO E METAPLÍCITO

(ANEXA) da Mestranda Sidnei Cursino Guimarães Romão.

Os frames de origem, por nós detectados, sofreram inúmeras abordagens, o que, em princípio, gerou várias duplas diferentes desses frames em uma mesma piada. Ficamos, ao final destas primeiras propostas, com a melhor dupla a ser considerada, ou seja: com aquelas cujas oposições melhor se prestavam a nossas análises. Entretanto, em virtude dessas múltiplas variações, essa diversificação de abordagens acabou por escapar à nossa vigilância e gerou um sério problema: os elementos implícitos e explícitos dos frames apresentados podem não estar de acordo com as adaptações que propusemos à teoria, na qual afirmamos que os elementos implícitos são normalmente gerados por pistas explícitas. Há análises, entretanto, em que apontamos elementos só explícitos num segundo frame de origem, o que vem provar que o levantamento dos frames ficará incorreto, se aceitarmos como corretas as conclusões a que chegamos (e que parecem mais pertinentes que as análises isoladas). Diante dessas observações, admitimos que as tabelas igualmente podem apresentar resultados inadequados.

Justificamos a inclusão deste Adendo, porque leituras posteriores (feitas com mais vagar) e novas reflexões sobre nossas análises, obrigaram-nos a esta retratação.

Sidnei Cursino Guimarães.

